

PATRÍCIA DE OLIVEIRA E SILVA PEREIRA MENDES

**COMPONDO A CENA DE DISSENSO NA RETIRADA DOS
TERMOS “IGUALDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO
SEXUAL” DO PNE 2014/2024: UMA CRÍTICA EM TORNO DO
CENÁRIO EM QUESTÃO**

Tese apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutora em Psicologia. Área de Concentração: Práticas Culturais e Processos de Subjetivação. Linha de Pesquisa: Relações éticas, estéticas e processos de criação. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Curso de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientadora: Doutora Kátia Maheirie

Co-orientadora: Doutora Marivete Gesser

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Mendes, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira
COMPODO A CENA DE DISSENSO NA RETIRADA DOS TERMOS
"IGUALDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL" DO PNE 2014/2024:
: UMA CRÍTICA EM TORNO DO CENÁRIO EM QUESTÃO / Patrícia de
Oliveira e Silva Pereira Mendes ; orientadora, Kátia
Maheirie ; coorientadora, Marivete Gesser. - Florianópolis,
SC, 2016.
220 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Gênero e Orientação Sexual. 3. PNE
2014/2024. 4. Psicologia Social. 5. Educação. I. Maheirie,
Kátia. II. Gesser, Marivete. III. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV.
Título.

Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes

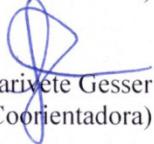
Compondo a cena de dissenso na retirada dos termos "igualdade de gênero e orientação sexual" do PNE 2014/2024: uma crítica em torno do cenário em questão

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 2 de setembro de 2016.

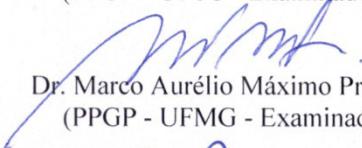

Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(Coordenadora - PPGP/UFSC)


Dra. Kátia Maheirie
(PPGP - UFSC - Orientadora)


Dra. Marivete Gesser
(PPGP -UFSC - Coorientadora)


Dra. Maria Juracy Filgueiras Toneli
(PPGP - UFSC - Examinadora)


Dra. Mara Coelho de Souza Lago
(PPGP - UFSC - Examinadora)


Dr. Marco Aurélio Máximo Prado
(PPGP - UFMG - Examinador)


Dr. Fernando Altair Pocahy
(PPGE - UERJ - Examinador)

Dr. Adriano Beiras
(PPGP – UFSC – Suplente)

Dra. Ana Cláudia Bortolozzi Maia
(PPGES – UNESP – Suplente)

Dedicatória

Dedico este trabalho às minhas avós Lili e Didi (*in-memorian*), que foram as primeiras mulheres com um olhar na perspectiva de direitos femininos com quem convivi. Agradeço o privilégio dos bons encontros que tive com essas mulheres tão inteligentes e que enunciavam o feminino para além do seu tempo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a vida que pulsa em mim e em todos aqueles e aquelas que passam/passaram em minha existência e deixam/deixaram suas marcas:

À Edna Silva (*in-memorian*), Dra. Sonia Maria Martins de Melo, Dra. Vera Márcia Marques Santos, Dra. Dhilma Lucy de Freitas, MSc. Rosa Cristina Cavalcanti de Albuquerque Pires, MSc. Gabriela Maria Dutra de Carvalho e Dra. Graziela Raupp Pereira, parceiras nas Disciplinas de Educação e Sexualidade na UDESC.

Em especial à Dra. Sonia Melo pela confiança ao longo de mais de 10 anos de trabalho juntas, pela amizade, por todo afeto e parceria nos estudos sobre sexualidade e educação!!!

Ao colega Tito Sena (*in-memorian*) pelas inúmeras trocas nos programas da Rádio UDESC. Registro aqui que lamento pela sua ausência e pelas parcerias que não conseguimos realizar...

Em especial, nestes quatro anos de doutoramento, agradeço:

À Doutora Kátia Maheirie, professora, orientadora, amiga e uma sensível ouvinte no mergulho que foi a elaboração desta tese – Com você, Katita, aprendi, aos 17 anos, a gostar de mergulhar nos conhecimentos científicos, na filosofia, a compreender a experiência da “radicalidade”, quando você nos dizia que seria preciso ir à raiz das coisas e também a me apaixonar pela Psicologia Social a partir da sua paixão/militância e envolvimento. Registro todo meu carinho e minha gratidão!

À Co-orientadora Doutora Marivete Gesser pela acolhida, parceria, organização, estímulo constante, amizade e acompanhamento na elaboração deste estudo. Foi muito bom aprender com você. Obrigada!

Às professoras Dra. Jimena Furlani e Dra. Vera Márcia Marques Santos pelo auxílio no envio de materiais e pela disponibilização de vídeos para realização dos meus estudos.

Ao amigo militante, Dr. Toni Reis, pela acolhida e pelo envio do dossiê com artigos, links de vídeos e documentos sobre a disputa gerada pelo PNE 2014-2024.

À doutoranda e futura mãe, Luciana Kornatzki, pelos inúmeros e-mails, respondidos sobre a temática abordada neste meu estudo, ao promover aproximações com os seus estudos a respeito do estatuto da família.

Ao professor Doutor Jorge de Oliveira Musse pelo auxílio junto à Reitoria da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, para que eu pudesse sair em afastamento das minhas atividades docentes e por outras tantas ajudas ao longo desses quatro anos de estudos;

À UDESC pelo afastamento remunerado para a realização do meu doutoramento.

Ao Departamento de Pedagogia, do Centro de Educação a Distância, e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UDESC, por terem me concedido e me acompanhado no afastamento para capacitação.

À Márcia Vieira e Fabiana Severino, do setor de Recursos Humanos da UDESC, por todos os telefonemas, cuidando da minha vida profissional/funcional, enquanto estive mergulhada no doutorado.

Às amigas Doutoradas Ana Cláudia Bortolozzi Maia, Sonia Maria Martins de Melo, Mary Neide Damico Figueiró, Elisa Flemming Luz e Cláudia Flemming Colussi pelos inúmeros momentos de acolhida e incentivo; e pelas muitas conversas sinceras em momentos de desespero.

À amiga doutoranda Solange Cristina da Silva pelas muitas vezes que atendeu meus telefonemas, pedindo socorro com as normativas da UDESC e por ler pacientemente meus escritos;

Às amigas Ana Maria Rabello Silva e Simone Samuel pelo muito que contribuíram/contribuem em minhas experiências e na tessitura do que sou e me torno.

Aos colegas e às colegas do NUPRA pelos muitos encontros nessa trajetória. Agradecimento especial pela generosidade e parceria da Doutora Apoliana Regina Groff que, com paciência e didaticamente me auxiliou nas agruras da escrita.

À Raquel Pimentel pelas muitas conversas e pelos momentos de estudo. Foi muito bom conhecê-la!

Ao professor Doutor Marco Aurélio Máximo Prado e às professoras Doutoradas Andréa Vieira Zanella e Luciane Maria Schindwein pela presença na etapa de qualificação da tese.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Doutor Kleber Prado Filho, Doutora Andréa Vieira Zanella, Doutora Maria Juracy FilqueirasToneli, Doutor Adriano Henrique Nuernberg, Doutora Maria Chalfin, Doutora Mérite de Souza e Doutora Maria Aparecida Crepaldi.

Às Secretárias do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Jacinta e Leia e à Coordenadora do Programa, professora Dra. Carmem

Sílvia Moré, pela disponibilidade e a gentileza no atendimento aos inúmeros pedidos desta aluna em capacitação.

À Nilcéia Antunes pelas inúmeras vezes que cuidadosamente leu meus escritos para a qualificação e pela amizade de mais de 20 anos.

Aos amigos/as da turma de Psicologia 95/01 e aos amigos/as do Grupo azul pelas trocas de afeto e amizade sincera.

À Tia Clarice, tia postíça, cujo afeto acolhedor e a presença alegre alimentam e abastecem minha alma nos momentos difíceis.

À Alvacir Rodrigues pelo carinho, pela torcida, pelo interesse em saber sobre meus sentimentos e minhas emoções durante a realização do doutorado.

À terapeuta psicanalista, Doutora Adriana Rodrigues, que tornou-se parceria fundamental na finalização deste trabalho.

Aos meus pais, Oscar e Márcia, pela presença, por todo apoio e amor incondicional sempre.

Ao meu marido/companheiro, parceiro, ouvinte, “faz tudo” e amigo, André, e à nossa filha, Maria Luiza, que viveram juntos e misturados às “dores” e as “delícias” desse e nesse processo de capacitação. Amo vocês e agradeço por escolher tê-los em minha vida!

À minha irmã, sobrinho, sogro, sogra e cunhados pelas vibrações positivas.

À Mimi (tia Mirza) cujo exemplo e orientações me possibilitaram ingressar nos estudos sobre a sexualidade na UDESC.

Às tias Sonia e Iza, pelos inúmeros telefonemas e incentivos nos momentos solitários da escrita.

À amiga Isabel Decker pelos nossos cafés terapêuticos e pela presença constante em minha vida.

Enfim, agradeço todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para a construção desta tese, porque este é um trabalho que não se efetuará sem trocas, sem diálogos e sem bons encontros!

Só o Impossível Cria

*A vida é muito estranha. Nunca fui, não serei e não quero ser feliz...
Troquei a felicidade pelo impossível.
Mas sempre fiz coisas impossíveis porque o fato de ter nascido cega
não me permitia chegar perto das pessoas normais...
Ou faço o impossível, ou morro! Então acho o possível chato.
Essa foi a razão de toda minha vida, ter sido diferente é a raiz da minha
solidão também, porque eu só chegava até uma certa distância com as
pessoas. Homens e mulheres, depois de certo ponto, não me
agüentavam mais. Ficavam com medo.
Mas para mim era fácil fazer coisas difíceis sem medo.
Por isso até hoje não entendo o medo...
Todas as pessoas que amam o impossível procuram, instintivamente,
fazer isso: apostam no desconhecido para ver o que dá.
Esse desejo de fazer o que tinha que ser feito praticamente nasceu
comigo....a felicidade não é a realização dos desejos infantis.
A felicidade é muito mais: é a procura da totalidade, de um absoluto.
Acho que isso só acontece com as pessoas que não foram felizes... ser
feliz é muito chato. É de fato muito pouco. Fecha-nos para a totalidade
que é ordem e desordem, felicidade e infelicidade.
Minha inquietação começou a partir da minha abertura para o futuro
com o desejo de entender a realidade. Para o desejo de criar. E posso
dizer que esta criação foi para mim sempre mais satisfatória do que
qualquer felicidade pessoal. O orgasmo da criação é mais intenso que o
orgasmo sexual, mas só entende isso quem cria.
Por isso a vida inteira fui atraída pelo impossível. Só o impossível abre
o novo...Só o impossível cria.*

Rose Marie Muraro

(Trechos da Obra: *Memórias de uma Mulher Impossível*, 2004, p.33-35)

RESUMO

O presente estudo esteve voltado para a disputa frente à retirada dos termos “igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”, na aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, com foco nas questões de gênero e orientação sexual. Esta foi uma pesquisa documental que alicerçou seus procedimentos metodológicos na compreensão de Mikhail Bakhtin e de seu Círculo sobre enunciados quanto ao seu entendimento sobre arte; e acerca de política em Jacques Rancière, no que se refere à cena da emancipação. Foram analisados os enunciados dos Parlamentares que se colocaram contrários ou favoráveis à inserção dos termos gênero e orientação sexual, para a construção de uma cena de antagonismo. As análises foram realizadas a partir de autores que trabalham na perspectiva crítica de gênero, na sociologia da diferença e em autores que se posicionam a respeito de uma democracia radical e plural. Com esta pesquisa foi possível ratificar a importância do diálogo e de ações nos espaços educativos brasileiros que privilegiem e considerem as temáticas do gênero e orientação sexual, e que gerasse a compreensão quanto ao campo político que envolveu a recusa em acrescentar os marcadores sociais da diferença nas políticas de ações educativas nas escolas. Consideramos, ao final desta investigação, a importância da potencialização de sujeitos políticos na formação de educadores/as e demais profissionais, com foco nas desigualdades presentes nos espaços escolares, como um convite à verificação constante da igualdade de todo ser falante com qualquer ser falante.

Palavras-Chave: Gênero e Orientação Sexual; Políticas Sociais; Educação; Sexualidades; Psicologia Social.

ABSTRACT

This study concerns the controversial withdrawal of the terms “equality of race, region, gender, and sexual orientation” approved by the National Education Plan – PNE 2014-2024, with a focus on questions of gender and sexual orientation. This is a documentary research which bases its methodological procedures on the work of Mikhail Bakhtin and the Bakhtin Circle on statements, and on the understanding of art and politics in the work of Jacques Rancière, with regards to emancipation. The study analysed the statements of members of parliament who were for or against the insertion of the terms *gender* and *sexual orientation*, showing a setting of antagonism. The analyses were carried out using the work of authors who adopt a critical perspective on gender and the sociology of difference, as well as authors who stand for a radical and pluralist democracy. This study has verified the importance in Brazilian educational spaces of dialogue and action that favours and considers themes of gender and sexual orientation, and it also highlights a political arena that has involved, and continues to involve, a refusal to account for social markers of difference in the educational initiatives policies in schools.

Keywords: Gender and Sexual Orientation; Social Politics; Education; Sexuality; Social Psychology.

RESUMEN

El presente estudio se dedicó a la polémica sobre la exclusión de los términos “igualdad racial, regional, de género y orientación sexual”, en la aprobación del Plan Nacional de Educación – PNE 2014-2024 con énfasis en las cuestiones de género y orientación sexual. Esta fue una investigación documental que basó sus procedimientos metodológicos en la comprensión de Mikhail Bakhtin y de su Círculo sobre enunciados y en el entendimiento de arte y política en Jacques Rancière e en lo que se refiere a la escena de la emancipación. Se analizaron los enunciados de los Parlamentarios que se declararon contrarios y favorables a la inclusión de los términos género y orientación sexual, para la construcción de una escena de antagonismo. Se realizaron los análisis a partir de autores que trabajan en la perspectiva crítica de género, en la sociología de la diferencia y en autores que se ubican respecto de una democracia radical y plural. Con este estudio se pudo ratificar la importancia del diálogo y de acciones en los espacios educativos brasileños que prioricen y consideren los temas de género y orientación sexual, así como comprender el campo político que rodeó la resistencia a agregar los marcadores sociales de la diferencia en las políticas de acciones educativas en las escuelas.

Palabras clave: Género y Orientación Sexual; Políticas Sociales; Educación; Sexualidades; Psicología Social.

LISTA DE ABREVIACOES

ABMES - Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

ABRAES - Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior

ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social

ABRASF - Associação Brasileira das Secretarias de Finanas das Capitais

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituices de Ensino Superior

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituices Federais de Ensino Superior

ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANUP - Associação Nacional das Universidades Particulares

APAES – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade

CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNM - Confederação Nacional dos Municípios

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária

CONFENEN - Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino

CONTEE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

EM –Exposição de Motivos

FASURA - Federação de Sindicato de Trabalhadores Técnico-Administrativos das Instituições de Ensino Superior Públicas

FCC - Fundação Carlos Chagas

FENAPAES – Federação das Apaes

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

FENEP - Federação Nacional das Escolas Particulares

FINEDUCA - Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FNCE - Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação

FNE - Fórum Nacional de Educação

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MIEIB - Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil

MEC – Ministério da Educação

MF – Ministério da Fazenda

PNE – Plano Nacional de Educação

PROIFES – Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos

SRI – Secretaria de Relações Internacionais

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

Introdução.....	19
CAPÍTULO 1- AJUSTANDO O FOCO DAS LENTES: priorizando olhares.....	29
1.1- Gênero, Sexualidade e Pedagogia Queer.....	29
1.2 - Escola e Marcadores Sociais da Diferença.....	37
1.3 - O Político, A Política, A Polícia e uma Democracia Radical e Plural.....	43
CAPÍTULO 2 – O PALCO DA PESQUISA: o PNE.....	51
CAPÍTULO 3 – A ESCRITA DE UM ROTEIRO.....	57
CAPÍTULO 4 – COMPONDO A CENA DE DISSENSO.....	65
4.1- Enunciados contrários ao texto: “[...] superação das desigualdades educacionais, com ênfase na igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”.....	65
4.1.1 Em defesa da Família Tradicional.....	67
4.1.2 Em defesa da biologização do gênero.....	84
4.1.3 Contra e a favor da “ideologia de gênero”.....	90
4.2 - Enunciados favoráveis ao texto: “[...] superação das desigualdades, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”	105
4.3 - A construção da cena.....	124
A DESPEDIDA DO PALCO E O AFASTAMENTO DA CENA: tecendo considerações.....	139
Referências.....	145
Apêndice.....	157
Anexo.....	227

Introdução

“[...] seja qual for a nossa intenção,
ela exige a participação
da nossa memória.”
Vigotski

Esta tese foi pensada no momento em que escrevemos o artigo *A educação sexual e a formação de professores/as: um convite ao dissenso*, em parceria com as Doutoradas Apoliana Regina Groff e Kátia Maheirie, para o *dossiê* sobre Gênero, Sexualidade e Educação, da Revista Ibero-Americana de Educação. Neste momento, percebemos que precisávamos rever a rota do estudo teórico bibliográfico desenvolvido até então, de forma a me reaproximar de minha história como pesquisadora no campo da educação e das sexualidades. Foi quando recorremos à memória e (re)lembramos os 13 anos de atuação docente junto ao Curso de Pedagogia na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, lecionando a disciplina de Educação e Sexualidade; a realização da Especialização *Lato Sensu* em Educação Sexual; às reflexões no Mestrado em que trabalhei com as temáticas adolescência, gênero e AIDS; e, os inúmeros estudos e diálogos a respeito da pertinência e relevância de trabalhos voltados para as temáticas das sexualidades no campo da psicologia e da educação. Também foi quando constatamos a não aprovação dos termos gênero e orientação sexual na política pública que define metas e diretrizes para a educação brasileira, isso nos afetando profundamente, de forma a mobilizar a realização desta investigação, no intuito de compreender o que aconteceu quando da aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024, sancionado em 15 de junho de 2014, de acordo com a Lei nº 13.005.

De antemão, sabíamos que a retirada dos termos, cuja ênfase marcava a igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, aconteceu a partir da mobilização de senadores e deputados da bancada evangélica e católica no legislativo nacional. Além disso, já tínhamos a informação acerca da mobilização realizada por esses parlamentares visando à retirada dos termos “gênero” e “orientação sexual” do PNE, dos Planos Estaduais e Municipais de Educação que estavam sendo elaborados pelos Estados e Municípios brasileiros.

Contextualizando o cenário para maior compreensão da problemática desta pesquisa, foi criada uma disputa com relação ao uso da expressão gênero, apontada pelos senadores e deputados como

“ideologia de gênero”. E foram elaborados documentos, realizadas palestras, postados vídeos no *youtube* para instruir a sociedade com relação aos “supostos” perigos de uma educação que problematizasse ou mesmo considerasse as questões de gênero e que atentasse-as diferenças no campo das práticas sexuais. Com relação à expressão “ideologia de gênero”, sabíamos que ela estava sendo enunciada nos sermões de clérigos católicos e de pastores evangélicos, endossando a intenção de retirarem das escolas e das diretrizes educacionais qualquer diálogo a respeito das relações de gênero e sobre orientação sexual, constituindo-se uma verdadeira ditadura sobre o que se deve ou não ensinar nos espaços educativos.

Essa disputa em torno da retirada dos termos gênero e orientação sexual foi caracterizada por Paulo Sena, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, na área XV (Educação, Cultura e Desporto), como a “mais ruidosa” dentre as questões surgidas na aprovação do PNE 2014/2024. Visando caracterizá-la brevemente, após o PNE ter sido aprovado na Câmara dos Deputados¹, o documento foi para o Senado e essa casa alterou a diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais (inciso III do at. 2º do substitutivo da Câmara). Ou seja:

O Senado alterou esse dispositivo, retirando a ênfase na promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, expressão substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. A contenda terminou favorável ao Senado,

¹Um projeto de lei, antes de ingressar na Plenária da Câmara dos Deputados Federais, percorre alguns caminhos e precisa ser de interesse dos parlamentares e do governo. Todo projeto de lei é analisado pelas comissões técnicas e terá um relator designado para emitir um parecer na intenção de dar continuidade ao projeto ou de rejeitá-lo. Muitos projetos têm suas votações finalizadas nas próprias comissões técnicas, sem serem discutidos em plenária, o que não foi o caso do projeto de lei que culmina na política pública para a educação, o PNE 2014/2014. Após ser aprovado na Câmara, o projeto de lei segue para o Senado e para ser aprovado como lei, este projeto deverá ser sancionado pela Presidência da República. O caminho percorrido pelo projeto de lei, que culminou no PNE 2014/2024, foco do presente estudo, será explicitado no capítulo 2. Informações presentes no site oficial da Câmara dos Deputados Federais: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/processo-legislativo> acesso em 23/10/2016.

com a aprovação do destaque para manter seu texto (Brasil, 2014, p. 22).

Consideramos, diante desse cenário, que pensar metas e ações para o PNE, com o intuito de negar as identidades em suas multiplicidades nos espaços educativos, é um contrassenso e um retrocesso nas conquistas feitas pelas teóricas feministas e pela própria militância de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) ao longo dos últimos 20 anos (c.f. Henrique Nardi & Eliane Quartieiro, 2012).

Dessa forma, conhecendo essa disputa criada em torno da não aprovação dos termos gênero e orientação sexual, nos interessamos por: 1) analisar os enunciados dos/as parlamentares nas discussões a respeito da aprovação do inciso III, do artigo 2º, do Substitutivo proposto pelo Senado Federal² e rejeição do inciso III, do artigo 2º, texto original do PNE, mantido pela Câmara dos Deputados³; e 2) construir uma cena de antagonismo na tradução das três Sessões da Câmara dos Deputados em que esteve em pauta o debate sobre a aprovação do inciso III, do artigo 2º.

Conforme já destacamos, intencionamos compreender o processo da aprovação do documento no que concerne a essa “ruidosa” disputa que se refere à manutenção ou não dos termos “gênero e orientação sexual” no PNE. Entendemos que compreender, nesta investigação, não será uma “mera experiência psicológica da ação dos outros, mas uma atividade dialógica que, diante de um texto” (Faraco, 2009, p. 42) procurará gerar outros textos.

Com base no objetivo acima explicitado, destacamos, neste estudo, que direcionamos nosso olhar para a questão da “igualdade de gênero e de orientação sexual”. Para isso, atentamos para os enunciados dos/as deputados/as que se mostraram contrários ou favoráveis à manutenção desses dois termos na aprovação do PNE 2014/2024. Em seguida, construímos uma cena de antagonismo, compondo a cena de dissenso que evidenciamos na disputa aqui estudada. Ao compormos essa cena, percebemos que outros atores e personagens fizeram parte da cena, como o governo e própria “ideologia de gênero”, propagada pelos

²“Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (Brasil, 2014, p.32)

³“Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (referendado parcialmente no documento Brasil, 2014).

deputados/as, que ficaram invisibilizados em nossa análise, porém não estiveram ausentes, pois fazem parte das condições de visibilidade para que os demais personagens possam existir. Assim, estivemos centrados na tradução dos debates e enunciados expressos em três Sessões/Reuniões Ordinárias da Comissão Especial na Câmara dos Deputados em que o inciso III, do artigo 2º, foi discutido/mencionado nas seguintes sessões: na 46ª Reunião da Comissão Especial; na 47ª Reunião da Comissão Especial e na 48ª Reunião da Comissão Especial. A escolha por essas Sessões ocorreu por ter sido nelas que as questões de gênero e orientação sexual foram explicitadas pelos/as parlamentares, quanto estiveram em defesa da emenda substitutiva, proposta pelo Senado e em defesa da manutenção do texto acatado pela Câmara dos Deputados.

Destacamos as argumentações dos/as parlamentares que perpassaram as nossas análises. Salientamos que essas vozes foram consideradas pertinentes, e por isso registramos os nomes dos parlamentares e suas afiliações político-partidárias, pois entendemos que isso nos auxiliou no mapeamento da posição dos diferentes partidos políticos, envolvidos na aprovação do PNE 2014/2014.

Nossa preocupação ético-política para realização desta pesquisa está centrada nas consequências da não aprovação dos termos “gênero” e “orientação sexual” para a elaboração de um Plano Nacional de Educação. Esse plano tem a finalidade de direcionar ações nas escolas e orientará seus currículos. Entendemos, em nossa experiência docente, a importância e a necessidade de um diálogo que problematize as questões de gênero e de sexualidades nos espaços educativos. No entanto, consideramos que os aspectos da dimensão da interseccionalidade racial e regional são tão importantes e pertinentes quanto o “gênero” e a “orientação sexual”, pois esses marcadores se atravessam nos espaços escolares e sociais e não intencionamos, ao focalizarmos essas duas temáticas, ignorar os demais marcadores. Porém, como na fala dos deputados/as a disputa esteve voltada para as questões no campo do gênero e da orientação sexual, decidimos direcionar nossas análises para essas questões, sem a intenção de desconsiderarmos a interseccionalidade dos demais marcadores sociais.

Na educação, muitos pensam que refletir a respeito do currículo é algo que está ligado apenas à administração e ao planejamento das escolas, o que compromete a educação, gerando uma ideia distorcida de que o currículo é a grade curricular da escola. O currículo se constrói

nas ações dos educadores e das educadoras no cotidiano escolar, e está ligado às escolhas a respeito do que ensinar, como ensinar e porque ensinar determinadas teorias, conteúdos (Coppete, 2011). Tais alegações confirmam que diretrizes e metas para as escolas brasileiras, a respeito da promoção das desigualdades raciais, regionais, de gênero e de orientação sexual, e objetivam conduzir e problematizar as escolhas a respeito de conteúdos e teorias a serem ensinadas/vivenciadas no cotidiano escolar.

O currículo, em uma perspectiva crítica, é considerado como um “artefato social e cultural” e está atrelado à forma como é definido por autores e teorias. Precisamos pensá-lo como uma arena política, pois todo currículo se encontra implicado com as relações de poder, estabelecidas nos espaços educativos. O currículo expressa a definição oficial do que é considerado um conhecimento válido a ser ensinado (Moreira & Tadeu, 2013, p. 13).

A disputa foco desta investigação terá reflexos na elaboração de currículos educacionais. Sabemos que não há neutralidade nas escolhas a respeito do que ensinar ou não ensinar nos espaços educativos, que a não aprovação dos termos “gênero e orientação sexual” produzirá efeitos nas escolas brasileiras, nas escolhas dos/as educadores/as diante de suas práticas pedagógicas, e por isso ratificamos a importância de realizar este estudo.

Nossa experiência docente nos faz concordar com Guacira Lopes Louro (2010) quando elucida que o campo da educação se constituiu como um campo disciplinador, normalizador e que atua no sentido de manter a heteronormatividade, o que nos faz entender a relevância de problematizar as sexualidades nos espaços escolares, convocando os responsáveis por cada espaço institucional a produzir fissuras nas normas regulatórias que querem garantir a sequência sexo/gênero/desejo, como entende Judith Butler (2015).

Corroborando com o papel normalizador da escola, destacamos algumas pesquisas que justificam a relevância desse estudo. Uma dessas pesquisas foi o estudo da UNESCO, realizado por Mary Garcia Castro, Miriam Abravonay e Lorena Bernadete da Silva (2004) em sete capitais do país, o que apontou a homofobia como uma violência “pouco documentada”, sofrida por jovens homossexuais, sendo que os/as professores/as, além de silenciarem diante dessa violência, colaboram em sua reprodução. Outra pesquisa foi desenvolvida pela Fundação Perseu Abramo/Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

da Universidade de São Paulo (FEA-USP/UNESCO) sobre *Homofobia nas escolas brasileiras* (2009) cujos dados indicam que:

27% dos homossexuais e bissexuais declararam sofrer ou ter sofrido preconceito no ambiente escolar; 13% afirmaram que a escola foi o primeiro lugar onde sofreram discriminação; 87% da comunidade escolar (alunos, professores e pais) têm algum grau de homofobia; 39% dos estudantes do sexo masculino não gostariam de ter um colega homossexual; 35% dos pais não gostariam que seus filhos estudassem com um homossexual e 60% dos professores admitem não ter base para lidar com a diversidade sexual.

Destacamos também o estudo realizado por Araci Asinelli-Luz e Josafá Cunha (2011) que evidencia a importância da manutenção das questões de gênero e orientação sexual na escola. Nesse estudo, a partir da análise das informações de estudantes com idades entre 16 e 25 anos, disponíveis no questionário socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio, entre 2004 e 2008, as autoras identificaram o seguinte: os estudantes que não relatam ter sido alvos da discriminação homofóbica avaliaram sua experiência escolar de forma mais positiva que seus pares, os quais experienciaram essa discriminação.

O estudo realizado por Marivete Gesser, Leandro Castro Oltramari e Gelson Panison (2015), junto a professoras/es das escolas públicas, evidenciou que a concepção heteronormativa de sexualidade continua muito presente nos enunciados das/os professoras/es e medeia as práticas que esses realizam em sala de aula. Essa concepção tem como efeito tanto a pedagogização dos corpos e das sexualidades com base em uma concepção sexista e reprodutora dos estereótipos de gênero, como também a dificuldade, por parte das pessoas entrevistadas, em lidar com as expressões de sexualidade que divergem do padrão heteronormativo.

Outro estudo, realizado junto a estudantes por Maria Juracy Toneli (2006), em escolas de um município do sul do país, evidenciou que a homofobia estava presente nas falas desses estudantes, os quais desqualificavam os meninos que apresentavam comportamentos vinculados ao feminino.

Nos espaços educativos é possível constatar que a violência e a discriminação muitas vezes são alimentadas pela comunidade escolar na medida em que educadores e educadoras se negam a tomar posição diante da diversidade sexual, sob alegações de que não se sentem

preparados para lidar com a problematização dessas questões. Precisamos recordar o caso de um jovem homossexual, em uma escola pública do Estado do Rio Grande do Sul, que pediu auxílio para a professora por estar sofrendo *bullying* e correndo o risco de sofrer violência física. Essa professora não soube quais eram os encaminhamentos possíveis para garantir a integridade do estudante. Este, infelizmente, foi espancado e morto na saída desta escola.

Situações lamentáveis como essa confirmam o que explicita Rogério Junqueira (2009),

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autoculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado (p.15)

Marco Aurélio Máximo Prado, Juliana Perucchi, Marco Antonio Torres, Daniel Arruda Martins e Leonardo Tolentino (2009) apontam que a “homofobia como uma violência cotidiana está invisibilizada no contexto da educação escolar, necessitando intervenções que auxiliem gestores/as, educadores/as e demais agentes envolvidos na comunidade escolar a identificarem, nomearem e combaterem essa forma de violência física e simbólica” (p. 115). Para Junqueira (2009), a homofobia na escola pode ser identificada nos livros didáticos, em conteúdos heterocêntricos, na forma como se elaboram os currículos, nas relações normalizadoras.

Foi por entendermos que os espaços educativos são ambíguos, expressam este cenário de violências e também a possibilidade de transformações e de trabalho, a partir da ênfase nos marcadores sociais das diferenças, é que nos sentimos convocados a compreender o que aconteceu na aprovação dessa política pública para a educação, visando a analisar os enunciados presentes nas três Sessões da Câmara dos Deputados Federais para construirmos a cena de antagonismo expressa pelos/as parlamentares.

Na efetivação das análises dos enunciados, sob o ponto de vista metodológico, elegemos seguir com o entendimento de Mikhail Bakhtin (2014) o qual afirma que o enunciado é uma resposta a alguma coisa,

um acontecimento, produto da interação social. Visando a um olhar dialógico, buscamos em Jacques Rancière a compreensão da cena para pensarmos na tradução e construção dessa como uma cena de antagonismo.

Em relação às aproximações teóricas realizadas neste estudo, articulamos autoras que estudam as teorias de gênero, numa perspectiva dos estudos pós-estruturalistas, com autores que lançam um olhar sobre a importância de se dar visibilidade às diferenças nos espaços educativos. Os argumentos dessas perspectivas teóricas se complementam segundo o entendimento da pluralidade das identidades e do olhar para as sexualidades quanto à própria orientação sexual, numa proposta de desconstrução de verdades normatizadoras, essencialistas, a-históricas. Consideramos que trabalhar na perspectiva da diferença é importante na elaboração de políticas sociais para o campo da educação, assim como para a saúde e demais políticas públicas que venham garantir direitos para as minorias.

Trabalhamos com a ideia de que igualdade e diferença não são opostos, mas conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão. As tensões se resolvem de formas historicamente específicas e necessitam ser analisadas nas suas incorporações políticas particulares e não como escolhas morais e éticas intemporais (Scott, 2005, p.14).

Optamos por este diálogo por adotarmos o pressuposto de “não ocultar as diferenças internas de cada categoria e pensar em termos de pluralidades e diversidades; rechaçar as abordagens essencialistas são pontos sobre os quais os autores aqui utilizados estão plenamente de acordo e que os aproximam ao pós-estruturalismo” (Prado & Toneli, 2013, p. 355).

Pautadas nestas premissas, entendemos gênero com base no pensamento de Judith Butler. Essa autora faz uma crítica às perspectivas essencializantes e normalizantes – as quais reduzem a compreensão do gênero, seja às características biológicas presentes em um corpo compreendido como previamente dado ou à inscrição cultural nesse corpo –, rompendo com o binarismo sexo-gênero o qual considera o sexo como biológico (pré-discursivo) e o gênero como cultural. Ademais, a autora destaca a necessidade de “a noção de gênero ser reformulada, para abranger as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo e ocultam, desse modo, a própria operação da produção discursiva” (Butler, 2013, p. 25-26).

No que se refere ao entendimento da sexualidade, o pensamento de Michel Foucault (1997a) corrobora a compreensão dessa categoria, uma vez que a entende como um dispositivo de controle da população o qual opera com maior eficácia por meio da redução da sexualidade à norma heterossexual, confinada ao interior da família conjugal, devendo ocorrer somente dentro do casamento monogâmico com o intuito da reprodução. Todavia, o autor ressalta que, como a sexualidade é polimorfa, cambiante e sem objeto previamente definido, a medicina criou todo um aparato voltado à patologização e medicalização daquelas pessoas que a expressam em dissonância com a norma. Ainda sobre a sexualidade, Butler (2013) destaca que o dispositivo da heteronormatividade torna ininteligíveis todas as pessoas que a expressam sem a consonância entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, tornando-as menos humanas ou inumanas.

Acreditamos que os autores acima apresentados podem contribuir para a compreensão do objeto estudado nesta tese, o qual se refere à retirada das questões de gênero e orientação sexual no PNE – documento que tem como propósito nortear todas as políticas de educação do país. Isso porque, conforme já apontado, a escola, por não estar preparada para lidar com as questões de gênero, reproduz inúmeras violências, o que evidencia a importância de políticas públicas que tornem o espaço da escola um espaço plural. Dessa forma, acreditamos, com base nas reflexões de Butler (2015), que os parlamentares que votaram pela retirada das questões de gênero e orientação sexual do PNE corroboraram para a intensificação da condição precária para as pessoas que apresentam identidade de gênero ou orientação sexual dissonante da norma heterossexual, de forma que suas vidas não sejam passíveis de luto.

Com essas articulações, direcionamos nosso estudo na intenção de poder contribuir para que educadores e educadoras compreendam o que aconteceu na elaboração do PNE 2014/2024, bem como possam entender, sob o ponto de vista dos enunciados, as vozes, as racionalidades, que estiveram em defesa e contra a manutenção dos termos “gênero e orientação sexual”, bem como a construção da cena de antagonismo que expressa o momento no campo político da democracia brasileira.

No desenvolvimento deste estudo articulamos, sob o ponto de vista teórico, temas que evidenciamos nas análises das falas dos/as parlamentares na intenção de marcar alguns dos conceitos e

entendimentos que direcionaram o nosso olhar, e que por isso denominamos “AJUSTANDO O FOCO DAS LENTES: priorizando olhares” (CAPÍTULO 1). Explicitamos o Plano Nacional de Educação na forma como aconteceu a sua elaboração, contextualizando assim o objeto da pesquisa. Chamamos essa caracterização de “O PALCO DA PESQUISA” (CAPÍTULO 2). Descrevemos nossas escolhas e os passos realizados na investigação, apontando aspectos metodológicos e teóricos que nos conduziram no desenvolvimento do estudo, por entendemos esse processo como “A ESCRITA DE UM ROTEIRO” (CAPÍTULO 3). Apresentamos nossas análises a respeito dos enunciados de parlamentares que se colocaram contra a inserção dos termos “gênero” e “orientação sexual”, para isso, elencamos e nominamos temas considerados marcados nas falas desses deputados; analisamos e destacamos as falas dos/as deputados que se colocaram favoráveis à inserção dos termos “gênero” e “orientação sexual” e, a partir dessas análises, compomos uma cena de dissenso, apresentando assim nosso entendimento no campo político do acontecido na aprovação do PNE 2014/2024, por entendermos o movimento implementado nessas análises como “COMPONDO A CENA DE DISSENSO” (CAPÍTULO 4). E, finalmente, rabiscamos e tecemos nossas considerações finais, com a certeza de que nossas reflexões a respeito da importância das temáticas gênero e orientação sexual nos espaços escolares não se encerram, bem como entendemos que as conclusões são provisórias e podem convocar outras reflexões e novas conclusões, e assim chamamos A DESPEDIDA DO PALCO E O AFASTAMENTO DA CENA: tecendo considerações.

CAPÍTULO 1– AJUSTANDO O FOCO DAS LENTES: convocando olhares

1.1 - Gênero, Sexualidade e Pedagogia Queer

Iniciamos nossas reflexões sobre gênero com Judith Butler (2015a), filósofa estadunidense que discute a distinção sexo/gênero, quando questiona os modos de opressão das relações binárias homens/mulheres, sujeito/outro, e procura confrontar as conceitualizações que pensam as identidades como fixas. O gênero, em Butler, não pode ser entendido como inscrição cultural de significado em um conceito de sexo, dado antecipadamente. Ele tem que indicar o aparato de produção e os discursos, por meio dos quais os próprios sexos são estabelecidos. Essa autora aponta que a perda das normas do gênero teria como efeito desestabilizar as “identidades substantivas” e excluir as “narrativas naturalizantes da heterossexualidade compulsória de seus protagonistas centrais: ‘os homens’ e as ‘mulheres’” (p.252). Gênero é considerado por Butler “como efeito de uma *performatividade* sutil e politicamente imposta” (p.252-253), é um ato aberto a cisões, a “exibições hiperbólicas do ‘natural’ que, em seu exagero, revelam seu *status* fundamentalmente fantasístico” (p.253). Para Butler, não há como separar o gênero das intersecções políticas e culturais nas quais ele é produzido e sustentado.

As teorizações de Butler (2015a) nos auxiliam a desconstruir essencialismos e nos fazem pensar a respeito dos discursos que significam a biologia e endossam a heterossexualidade de maneira compulsória atrelando sexo/gênero/desejo. Butler (2015b) nos convoca a pensar uma nova compreensão do corpo, implicada a importância de repensarmos a precariedade, as vulnerabilidades, as dores, o pertencimento social, o desejo, a interdependência, a vida do corpo e a linguagem, isso se quisermos expandir nossas reivindicações sociais e políticas no campo dos direitos à proteção, à sobrevivência e à prosperidade.

Entendemos que Butler apresenta uma nova política de gênero, que se volta para as normas criadas a partir dos sujeitos, mudando o eixo na luta política e se direcionando contra o poder disciplinador (Miskolci, 2015).

Para Butler (2015a), há uma divisão no sujeito feminista que se configura na distinção sexo e gênero e que endossa a tese de que “o

gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo” (p.26). O gênero se constitui nas relações de poder. Esclarece essa autora que “levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos” (Butler, 2015a, p.26).

Dessa maneira Butler, questiona o binarismo ligado ao sexo e transposto ao gênero, quando esta afirma:

A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino*, podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino (Butler, 2015a, p.26)

Essa divisão levanta outros problemas os quais, para Butler (2015a), exigem que investiguemos como são dados o sexo e/ou o gênero e por qual meios. Em suas reflexões, a autora conclui que a produção do sexo, como pré-discursivo, deve ser entendida como efeito de construção cultural que chamamos gênero, e questiona como a noção de gênero pode ser reformulada para apontar os efeitos das relações de poder que produzem e ocultam esse sexo pré-discursivo (Butler, 2015a).

Assim, pensar o conceito de gênero, que esteve em disputa pelos deputados contrários à inserção desse termo no PNE 2014/2024, implica retomar, mesmo que brevemente, a história do Movimento Feminista, pois entendemos que as reflexões de Butler são utilizadas, na contemporaneidade, para problematizar os entendimentos produzidos e significados com relação ao gênero.

O conceito de gênero surgiu com as feministas do patriarcado, no movimento para caracterizar a categoria mulher, e se desenvolveu no marco desses estudos, amalgamado aos pressupostos elaborados, na tentativa de explicar as origens da repressão feminina. Seu entendimento não se constituiu seguindo uma mesma coerência e consistência ao longo dos diversos contextos históricos (Piscitelli, 2001).

Para Joan Scott (1990), as teóricas do patriarcado, ao centrarem suas análises nas diferenças biológicas entre os sexos, deixaram de acrescentar aos seus argumentos teóricos aspectos históricos e sociais a

respeito do que se construiu sobre os sexos, acentuando assim os binarismos combatidos pelas teóricas de gênero atualmente.

O termo gênero surgiu inicialmente entre as feministas estadunidenses que intencionaram marcar o caráter social presente nas distinções pautadas no sexo. O uso da palavra designava uma rejeição ao determinismo biológico, presente na utilização de termos como “sexo” e “diferença sexual” (Scott, 1990, Louro, 2011). Em seu surgimento, esse termo enfatizava aspectos relacionais das definições normativas sobre a feminilidade (Scott, 1990).

A ênfase do conceito de gênero, quanto aos seus aspectos sociais e relacionais, não significava a negação de que o gênero se constitui com/ou sobre corpos sexuados. A biologia não é negada, porém, o entendimento enfatizava a construção social e histórica produzida sobre características biológicas (Louro, 2011).

Dessa forma, o conceito de gênero, como uma perspectiva de análise histórica, foi fundamental para a superação de uma perspectiva universalista, presente no entendimento das teóricas do patriarcado (Scott, 1990, Louro, 2011).

Consideramos importante destacar que a partir dos anos 1990 se acentuaram as críticas aos binarismos. O conceito de mulheres passou a ser demarcado sempre no plural, e, a partir do entendimento de interseccionalidade, com o foco no caráter relacional do conceito de gênero com outras identidades, de mulheres em posições de sujeito, quanto à classe, raça, etnia, gerações etc. Este também foi um momento de discussões com relação às construções discursivas da desigualdade nos estudos pós-estruturalistas (Furlani, 2016)⁴.

Ao mencionarmos a relação do conceito de gênero com outras identidades, recorremos a Richard Miskolci (2005) o qual pontua que as identidades são construções sociais e históricas, apoiadas em comportamentos ou estilos de vida, designados a fixar padrões de reconhecimento que possibilitem a ideia de estabilidade e permanência.

⁴ Observações realizadas pela Dra. Jimena Furlani, durante a palestra *Diversidade sexual nos espaços educativos: identidades de gênero*, resultado do Projeto *WebEducaçãoSexual*, organizado por: UDESC/LabEdusex; Educasex/ULisboa e ISMAI.

Endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=X6rKZkMhmpg&feature=youtu.be> acesso em 31 de março de 2016.

Já as identidades são entendidas como mutáveis, variam de acordo com o tempo e a sociedade em que os sujeitos estão inseridos.

Compreendemos que a construção do gênero e da sexualidade se dá de forma infundável, ao longo de nossa vida (Louro, 2007), e por isso precisamos atentar para o conceito de gênero, entendendo que isso:

[...] afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que existia *a priori*. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem, não apenas entre as sociedades ou momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (Louro, 2011, p. 26-27, grifos da autora).

As ponderações de Louro (2011) nos remetem à historicidade presente no entendimento de gênero e seu caráter social na significação do masculino e do feminino em uma dada sociedade. Convém alertar que os significados em torno do gênero são construídos, produzidos, diferem no interior dos grupos sociais, são plurais e nos convocam ao entendimento de que a sociedade é que discursa o gênero, que atribui valor ao seu entendimento, enfim, a sociedade é uma sociedade generificada.

Ainda problematizando a relação sexo e gênero, com base em Butler (2015a), ressaltamos a importância de se desconstruir as noções relacionadas a esses termos que são essencializantes e naturalizantes. O mesmo faz Miskolci (2005), alertando que em nossa sociedade há uma tendência em se atribuir uma natureza biológica para as identidades fazendo-se uma crítica a esse processo. De acordo com esse autor, para desconstruirmos ideias fixas e essencialistas sobre a natureza biológica, precisaríamos desnaturalizar as verdades construídas e significadas no campo do gênero.

Sobre essa questão, Larissa Pelúcio enfatiza:

Desnaturalizar é pensar que gênero, esta marca fundamental da nossa existência, não é um dado biológico e pronto, mas varia de sociedade, ao longo da história, e só pode ser entendido na sua dimensão política,

porque tem a ver com relação de poder: quem manda, quem obedece, o que é verdade, e o que não é. Enfim, para a gente poder entender o gênero em toda a sua dimensão social, é preciso relacionar gênero com raça/etnia, classe social, pertencimento de geração, entre outras marcas de diferenciação social (Pelúcio, 2014, p.100).

Nesse sentido, Pelúcio (2014) acrescenta que “a escola tem sido um importante lugar nessa construção dos gêneros. Ainda que não percebamos, aqueles são espaços profundamente generificados e orientados por uma silenciosa, mas persistente pedagogia de gênero” (p. 105).

Quando referendamos que o espaço da escola é um lugar que produz pedagogias de gênero, voltamos nosso olhar para as inúmeras reflexões realizadas por Louro (2007) a respeito das pedagogias da sexualidade e do gênero. Essa autora aponta que há nos espaços educativos um investimento na construção de corpos masculinos e femininos, num controle para manter as sexualidades normatizadas, na intenção de atrelar a constituição das identidades de gênero⁵ a um único modelo de identidade: a heterossexual. As reflexões de Louro endossam a importância de problematizar essas pedagogias nos espaços educativos, considerando-se que a escola é também generificada.

Refletimos que, nas escolas generificadas, fazem-se presentes as sexualidades ou orientações sexuais que dizem respeito às práticas sexuais, como destacam Cristina Scheibe Wolff e Rafael Araújo Saldanha (2015). O que nos faz pensar que a escola não é um espaço dessexualizado e, como tal, não pode pretender-se conduzir suas práticas pedagógicas sem levar em consideração a sexualidade, essa dimensão discursiva que nos constitui.

Precisamos destacar, ao trazermos à tona o termo orientação sexual, que tal expressão pode estar voltada para a designação do desejo sexual, e daí nos permite pensar as inúmeras possibilidades e práticas sexuais presentes no âmbito dos desejos. Ou, estar voltada para a sistematização de um trabalho pedagógico, ligado ao entendimento de gênero e sexualidade nos espaços educativos, como aparece nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (Brasil, 1997).

⁵Para Mareli Gruppe e Regine Bragagnollo (2015) a identidade de gênero é “uma construção da identidade relacionada ao posicionamento simbólico dentre as possibilidades de identificação e afirmação de feminilidades e masculinidades” (p.51).

A correlação entre gênero e orientação sexual faz com que as pessoas associem “comportamentos de gênero (um menino mais delicado, uma menina que gosta de futebol, por exemplo) com homossexualidade”, alerta Pelúcio (2014, p. 104).

O conceito de gênero permite que nos aproximemos das discussões sobre a sexualidade, na medida em que, na intenção de ultrapassar os binarismos, “pode estar relacionada com o desejo de amar, sentir e se expressar fora das normas impostas pela heterossexualidade” (Pelúcio, 2014, p. 104; Piscitelli, 2001).

As alegações dessas autoras nos convidam a pensar, com base em Michel Foucault (1997), a sexualidade como dispositivo discursivo das tecnologias de poder, elaboradas no século XIX. A sexualidade, portanto, é: a) entendida como vontade de saber sobre o sexo e seus prazeres; b) resultante de uma prática discursiva desenvolvida como *scientia sexualis*; c) definida como da ordem dos processos patológicos que convocam intervenções terapêuticas ou de normalização; d) instalada a partir do dispositivo da aliança; e) da ordem da interpretação. Enfim, a sexualidade se caracteriza como um campo de interdição e controles. Foucault destaca que:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (Foucault, 1997, p. 67).

Sabemos que o entendimento do dispositivo da sexualidade corrobora para que se perceba, na contemporaneidade gênero e sexo, imersos na discursividade e afastados de um essencialismo. Para romper com tais essencialismos, Débora Britzman, no ano de 1996, já afirmava a importância dos espaços educativos construir pedagogias e práticas que incluíssem todas as pessoas, assim definindo:

Se a educação e as pedagogias [...] puderem “navegar as fronteiras culturais” do sexo e se puderem fazê-lo de forma a problematizar e a pluralizar, parte de nosso trabalho, então, deve consistir em repensar a representação e os discursos da identidade, do conhecimento e do poder cultural que circulam nas escolas e no interior do aparato

saber/poder. Isso significa construir pedagogias que envolvam todas as pessoas e que possibilitem que haja menos discursos normatizadores dos corpos, dos gêneros, da afetividade e do amor (Britzman, 1996, p. 71).

A proposta de Britzman (1996), na construção de uma pedagogia voltada para todas as pessoas, está atrelada à compreensão de que o processo de escolarização não produz apenas formas de conhecimento e relações de desigualdades, mas produz e organiza as identidades dos estudantes em suas intersecções de raça, cultura e gênero.

Para Tomas Tadeu da Silva (2015), foi Britzman (1996) quem propôs, a partir da Teoria Queer, uma pedagogia *queer*, ao ressaltar a importância de que os educadores e educadoras passassem a ter uma familiaridade com o campo dos Estudos *gays* e dos Estudos Lésbicos. Isso, na intenção de que o contato com as leituras de pesquisas, representações e expressões adotadas por *gays* e lésbicas, pudesse obrigar esses/as educadores/as a renovarem o olhar com relação a sua própria sexualidade e a adotarem um olhar diferente para o que estrutura a sexualidade do outro. Este autor registra que a Teoria Queer representa a radicalização das identidades em sua fixidez e instabilidade, realizada pela teoria feminista recente.

A Teoria Queer é considerada por Louro (2015) como uma teoria irreverente e antinormalizadora, que em suas articulações põe em movimento a subversão, o impensável. *Queer* “é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível” (p.7-8).

A problemática *queer* não está centrada na homossexualidade, mas sim na abjeção⁶, na medida em que o *queer* não se coloca como defesa da homossexualidade, mas se apresenta recusando valores morais violentos que demarcam a abjeção, estabelecendo uma fronteira rígida

⁶Miskolci (2015) esclarece que o termo abjeção, usado pelos teóricos queer, principalmente, por Butler, é um termo originário da Psicanálise e que foi repensado por feministas e antropólogas. “O abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador e nauseante” (p.43).

entre aqueles, considerados socialmente aceitos e aqueles que são destinados ao desprezo coletivo (Miskolci, 2015).

Diante da possibilidade de uma pedagogia *queer*, Louro (2015) e Miskolci (2015) se questionam sobre o desafio dessa pedagogia, e mesmo receosos da aproximação do *queer* com a educação, pontuam possibilidades na efetivação dessa pedagogia. Em resposta aos seus questionamentos a respeito de como traduzir a teoria queer para a prática pedagógica, Louro pontua:

Uma pedagogia queer e um currículo queer se distinguiriam de programas multiculturais bem-intencionados, em que as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia queer e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocarem em discussão as formas como o “outro” é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria *dentro*, integrando e constituindo o eu. [...] Ao se dirigir aos processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, das negociações e dos conflitos constitutivos das posições que os sujeitos ocupam (Louro, 2015, p. 49-50).

Para Louro (2015), a teoria queer exige uma outra “configuração” para o currículo, pautada naquilo que é considerado desconcertante, em novas estratégias que possam deslocar as normalizações, combater a homofobia, contrapor-se aos dualismos e binarismos. E, finaliza suas proposições, afirmando ser esta teoria provocativa, arriscada e que convida e nos coloca a pensar.

Miskolci (2015), em seus questionamentos sobre incorporar o *queer* na educação, considera que é preciso estabelecer um diálogo crítico no espaço escolar que respeite a diversidade. Entendendo que a proposta *queer* é convocar para o diálogo aqueles/as que são rechaçados no processo educacional e na sociedade, sendo que este diálogo pode se tornar a educação, através de uma proposta de mudar o papel da escola.

A teoria *queer* está imbricada com a perspectiva de gênero apresentada por Butler (2015), e nos espaços educativos poderá produzir

fissuras nas normas de gênero, problematizando a diversidade e a diferença.

1.2 - Escola e Marcadores Sociais da Diferença

Intencionamos problematizar o espaço da escola, procurando articular o entendimento de marcadores sociais da diferença como um referencial importante na problematização da igualdade e da diferença nos espaços educativos, porque almejamos que a escola possa se efetivar como um espaço para todos/as, o que ainda não acontece. A escola ainda não se apresenta como um espaço para todos, um espaço em que o operador lógico da igualdade (Rancière, 2010) e o princípio da igualdade determinem as práticas pedagógicas e as relações em seu interior. Pelo contrário, na escola se reforçam preconceitos, perpetuam-se desigualdades e se reproduzem entendimentos machistas, sexistas, heteronormativos e homofóbicos, se consideradas aquelas temáticas que envolvem as reflexões apresentadas neste estudo.

Sabemos que as escolas refletem as contradições presentes em nossa sociedade; elas refletem e refratam (Bakhtin, 2006) as concepções de gênero e sexualidade, discursadas e produzidas nos contextos sociais mais amplos.

Não queremos aqui culpabilizar as escolas, os educadores e educadoras, ou a comunidade escolar como um todo, mas sim, destacar que as escolas, no Brasil, são palco de inúmeros silenciamentos e de equívocos quando convocadas a lidar com as diferenças.

Também temos que destacar que as escolas são um espaço propício para que possamos problematizar as diferenças, o entendimento do conceito de gênero em seus aspectos históricos, relacionados às construções e significações em torno das produções discursivas sobre masculino e feminino, em torno da rigidez que fixa a norma heterossexual e rechaça tudo o que dela escapa.

Com relação às desigualdades que evidenciamos nas escolas, Britzman (1996) salienta que o processo de escolarização “produz não apenas formas de conhecimento e relações particulares de desigualdade, ao longo de divisores, de raça e de gênero, mas [...] produz e organiza [...] as identidades raciais, culturais e generificadas dos/as estudantes” (p. 72). Esta autora também salienta os marcadores sociais da diferença e destaca o que mencionamos, o fato de a escola corroborar a produção

das desigualdades, além de ser um espaço que produz os entendimentos no que concerne às identidades.

Como marcadores sociais da diferença, Avtar Brah (2006) e Richard Miskolci (2014) indicam gênero, geração, raça/etnia (embora possamos citar outros) como classe e deficiência. Está presente na ideia de marcadores sociais da diferença o entendimento de que esses marcadores indicam os lugares de pertencimento dos sujeitos socialmente. Os marcadores sociais da diferença, “inserir as diferenças num jogo complexo de hierarquias que, em alguns momentos, podem contribuir para a construção de enormes desigualdades” (Miskolci, 2014, p.25).

Compreendemos que o entendimento dos marcadores sociais da diferença, no sentido de visibilizá-los nos espaços educativos, pode corroborar a importância de se estabelecer práticas pedagógicas que venham trabalhar no sentido de promover a igualdade.

Pensando que a escola é um espaço generificado, em que os alunos não deixam suas sexualidades fora do contexto escolar, consideramos importante refletir a respeito de o gênero ser constituinte das identidades dos sujeitos (Louro, 2011). Podemos afirmar que o gênero faz parte do sujeito, e o constitui, assim como os demais marcadores sociais, a etnia, a deficiência, a camada social a que este sujeito pertence, a nacionalidade.

Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso (Sousa Santos, 1993, p. 31).

Prado e Machado (2008) afirmam que esse processo de identificações em curso, ao qual Sousa Santos (1993) se referiu, acontece por meio da “articulação cognitivo-emocional que os indivíduos em interação social produzem dos significados em contextos disponíveis, levando a um posicionamento social relativamente estável e provisório que se ancora em auto-atribuições sociais, que definem

sentimentos de pertença grupal e de reconhecimento social” (p.18). Dessa forma, para esses autores, uma identidade é um processo individual e coletivo de significações, que possui implicações psicológicas e sociais, que se articula por meio de significações possíveis⁷. Essas articulações não são dadas aleatoriamente, mas são fruto das apreensões possíveis no movimento de constituição dos sujeitos que definem suas posições nos contextos em que se inserem, sem os deslocar do discurso hegemônico.

A identidade de gênero se constitui por meio da maneira como os sujeitos se identificam e se desidentificam (Louro, 2011).

Louro (2011) enfatiza, reforça e esclarece aos educadores e educadoras que:

[...] essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo eles também podem ser negros, brancos ou índios, ricos ou pobres etc). O que importa aqui considerar é que – tanto a dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre *construídas*, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento – seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade – que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (Louro, 2011, p. 30-31).

É preciso que na escola se tenha esse entendimento, para que se possa desconstruir e desnaturalizar discursos e normas que fazem com que se invisibilize as identidades sexuais e de gênero.

Salientamos que as memórias as quais guardamos dos anos na escola nem sempre são de acontecimentos e experiências apenas positivas, mas também são de vivências negativas (Miskolci, 2014).

⁷Kátia Maheirie (1997), no diálogo com Jean Paul Sartre, Boaventura Sousa Santos, Severino Ciampa e Garcia aponta para importância de pensarmos as identidades em movimento, “como um processo de construção e desconstrução, na ambiguidade presente e inevitável que lhe compõe, implicando num trabalho de unificação da diversidade, incorporando a diferenciação” (p.65).

Guardamos dos anos escolares “memórias da construção de amizades, de descobertas e aprendizagens, assim como de alegrias e, por outro lado, de violências, exclusões, autoritarismos e desapontamentos” (p. 20).

Com relação às memórias escolares, Louro acrescenta:

Não pretendo atribuir à escola nem o poder nem a responsabilidade de explicar as identidades sociais, muito menos de determiná-las de forma definitiva. É preciso reconhecer, contudo, que suas proposições, imposições e proibições fazem sentido, têm “efeitos de verdade”, constituem parte das histórias pessoais [...] Os corpos dos indivíduos devem, pois, apresentar marcas visíveis desse processo; marcas que, ao serem valorizadas por essas sociedades, tornam-se referência para todos (Louro, 2007, p. 21).

A autora, nesse diálogo sobre suas memórias escolares, fala sobre os disciplinamentos dos corpos nos espaços escolares e sobre a dessexualização desses corpos nesse espaço. (Louro, 2007).

Reflexões como a de Richard Miskolci (2014), Ana Cláudia Bortolozzi Maia e Paulo Rennes Marçal Ribeiro (2011), Fernando Seffner (2011), Mary Neide Damico Figueiró (2010), Guacira Lopes Louro (2007), Sonia Maria Martins de Melo e Rose Pocovi (2002), Edna Silva (2001) e de tantos outros estudiosos do campo das sexualidades, da educação e das teorias de gênero nos fazem pensar que a escola não é uma instituição assexuada/dessexualizada, sem sexualidade. Esses/as autores/as, nos convidam a entender que a escola precisa ser um espaço nos quais se efetuem diálogos e propostas educativas que levem em consideração as questões que envolvem as identidades de gênero e sexuais.

Para Seffner (2011), atualmente há muita procura por parte dos/as professores/as por cursos que os/as capacitem para lidar com as questões da sexualidade e do gênero nos espaços escolares. Segundo o autor, o interesse dos/as professores/as indica que muitos educadores/as percebem as questões que envolvem o gênero e as sexualidades e se preocupam com elas e com as violências que decorrem da homofobia, por exemplo.

No entanto, destaca Seffner (2011), “o desejo de entender mais da questão, e de fazer algo na escola, está por vezes animado de uma prática bem-intencionada, mas que é pouco fundamentada” (p. 571). Além disso, destaca o autor, muitas vezes, com boas intenções,

educadores e educadoras não conseguem ir além de uma atitude protecionista, enquanto se faz necessário superar esse tipo de ação, conforme ressalta abaixo:

Temos que evoluir das práticas de cunho caritativo para as práticas baseadas em princípios de equidade de gênero, que tratem do tema da abjeção, que enfrentem os processos sociais que produzem as normas de gênero, as normas que regem as construções corporais, exaltando alguns e condenando outros a zonas de exclusão (Seffner, 2011, p. 571).

Entendemos que os argumentos de Louro (2007, 2011), Miskolci (2014) e Seffner (2011) convergem no sentido de que em sendo a escola um espaço que reflete a sociedade e o contexto social em que educandos/as, professores/as, pais, mães, responsáveis estão inseridos, faz-se necessário que ela se torne um espaço para as problematizações no que concerne à sexualidade e às questões de gênero.

Enfatizam Gesser, Oltramari e Panisson (2015) que há políticas direcionadas à garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos na educação. Visando à garantia desses direitos, a escola tem sido apontada em algumas políticas governamentais como um espaço distinto para que nela se valorize a diversidade sexual, além do reconhecimento desse espaço em sua função na promoção da cidadania e na redução das vulnerabilidades sociais dos jovens brasileiros.

Em contrapartida, afirmam os autores, acontecem nos espaços educativos ações que geram/produzem/perpetuam uma “pedagogização dos corpos e das sexualidades” direcionada “à manutenção de padrões binários de masculinidades e feminilidades, os quais são considerados saudáveis e legítimos perante a Igreja e o Estado” (Gesser et al., 2015, p. 559). Um dos efeitos desses paradoxos presentes nos espaços escolares é a manutenção das desigualdades de gênero e de preconceitos com as pessoas que fogem à heteronormatividade (Gesser et al., p.559).

Ratificamos que a escola também é um espaço destinado às políticas públicas cujos objetivos, muitas vezes, são voltados à mudança do cenário das violências que se propagam em seus espaços. Uma política pública voltada para diminuição das violências de gênero nas escolas públicas brasileiras foi o programa *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de*

Promoção da Cidadania Homossexual, iniciado em 2004, com propostas e projetos em editais nacionais até o ano de 2009.

Pensando na escola como um espaço na atualidade, referendado para a implementação de políticas públicas, Seffner (2011) faz um alerta:

As políticas de promoção da diversidade sexual e da equidade de gênero não são políticas para minorias na escola. Em outras palavras, elas não são feitas “apenas” para os meninos afeminados ou mais sensíveis, “apenas” para as meninas que gostam de outras meninas, “apenas” para os meninos e as meninas que optam por modos transexuais. Existe uma vinculação clara entre o respeito à diferença sexual e de gênero e a qualidade das aprendizagens escolares. Políticas de equidade promovem um ambiente escolar mais sadio para todos e todas, diminuindo preconceitos e situações de baixa autoestima que potencialmente podem afetar qualquer aluno, pois todos nós temos atributos pessoais que podem nos tornar alvo de estigma, gerando tensão social, que diminui as chances de rendimento escolar (Seffner, 2011, p.571).

Nas colocações de Seffner (2011) fica o alerta para que ao nos colocarmos a efetivar as políticas de equidade de gênero nos espaços da escola, não venhamos a fazer de modo a intensificar as desigualdades, mas que nossas ações possam convergir para a promoção da igualdade entre todos/as.

Consideramos importante destacar, com as reflexões aqui implementadas, que a escola precisa ser um espaço que reconheça as diferenças, que aborde a sexualidade na constituição das identidades sexuais e de gênero e que inclua em suas práticas pedagógicas o trabalho com os marcadores sociais da diferença. Para tanto, a manutenção das questões de gênero e diversidade, além dos demais marcadores sociais das diferenças, nos documentos oficiais como o PNE, é bem importante como um primeiro passo para a construção de dispositivos voltados à inclusão de todas as diferenças. Esses devem ter como norte, o rompimento com os binarismos e fundamentalismos que perpetuam a cisheteronormatividade compulsória⁸, o capacitismo, o etnocentrismo e demais formas de discriminação.

⁸Juliana Gomes Jardim (2016, p.11) esclarece: “Quando falo em cisheteronormatividade estou entendendo que a cisgeneridade, tanto quanto a heterossexualidade, constitui um regime político-social que regula nossas vidas.

1.3 - O Político, a Política, a Polícia e uma Democracia Radical e Plural

Consideramos importante referendar alguns conceitos que direcionaram nosso olhar nas análises que realizamos, compondo a cena de dissenso, na aprovação do PNE 2014/2024, na disputa a respeito da inserção dos termos “igualdade regional, racial, de gênero e orientação sexual”.

Vamos iniciar pela compreensão de democracia expressa por Mouffe, “que desenvolve seu pensamento assumindo o antagonismo e o conflito como categorias centrais do político e afirmando a importância do dissenso como elemento fundamental da democracia” (Kozicki, 2015).

Mouffe (2015) apresenta o político e sua dimensão antagonística/conflituosa e plural como operadores no campo de uma política democrática. Suas ideias convergem para o entendimento sobre a necessidade de “considerar que é precisamente a existência dessa permanente tensão entre a lógica da identidade e a lógica da diferença, que faz da democracia um regime particularmente adaptado ao caráter indeterminado e incerto da política moderna” (Mouffe, 1992, p. 13).

Em seu modelo alternativo de democracia, Mouffe pontua que devemos compreender a distinção entre “o político” e a “política”:

Por “político” refiro-me à dimensão do antagonismo que é inerente a todas as sociedades humanas, antagonismo que pode assumir formas muito diferentes e emergir em relações sociais diversas. “Política”, por outro lado, refere-se ao conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a

Assim, parece-me que, na contemporaneidade, considerando os diferentes saberes produzidos nas últimas décadas, tais como os transfeministas, o conceito de heteronormatividade precisa ser ampliado, de modo a passar a englobar também a cisnormatividade. Por cisnormatividade estou compreendendo as normas relacionadas à imposição de que deva existir coerência linear entre a materialidade do corpo de alguém (órgãos genitais), o gênero designado ao nascer, e a expressão de gênero que a pessoa apresentará ao longo da vida; impondo o modelo cisgênero para todas as pessoas, o que inclui as pessoas trans*, que são socialmente consideradas bem sucedidas em seu processo de transição quando, através de hormônios e cirurgias (que pressupõe também a redesignação sexual), conseguem aproximar-se mais dos padrões cisgêneros hegemônicos de masculinidade e feminilidade”.

coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflituosas, porque afetadas pela dimensão do “político”. [...] quando admitimos esta dimensão do “político” e entendemos que a “política” consiste em domar a hostilidade e tentar neutralizar o antagonismo que existe nas relações humanas, que podemos posicionar a questão fundamental para a política democrática. Esta questão, ponderam os racionalistas, não é como chegar a um consenso racional alcançado sem exclusão, o que é de fato, uma impossibilidade. A política visa a criação de unidade num contexto de conflito e diversidade; está sempre preocupada com a criação de um “nós” pela determinação de um “eles”. A inovação da política democrática não é a superação da distinção nós/eles, mas a maneira diferente de estabelecer essa distinção. O problema fundamental é como operar a discriminação nós/eles numa forma compatível com a democracia pluralista (Mouffe, 2003, p.14-15).

Para Mouffe (2003, 2005, 2015) é importante entendermos que “o político” não é algo encontrado em um lugar específico, ou que tenha um lugar determinado na sociedade, pois salienta a autora, que todas as relações sociais podem se tornar o lugar para os antagonismos políticos. Trata-se de reconhecer o caráter inerradicável da dimensão de poder e antagonismo, negada pelo modelo dominante de política democrática, considerada, por Mouffe, como principal deficiência do liberalismo no campo político.

[...] a tendência predominante no pensamento liberal se caracteriza por uma abordagem racionalista e individualista que impede o reconhecimento das identidades coletivas. Esse tipo de liberalismo é incapaz de compreender de maneira adequada a natureza pluralista do mundo social, com os conflitos que o pluralismo acarreta; conflitos para os quais jamais vai existir uma solução racional. A típica interpretação liberal do pluralismo é que vivemos num mundo em que existe, de fato, um grande número de pontos de vista e de valores, e que, devido às limitações empíricas, eles nunca poderão ser adotados em conjunto, mas que, ao serem reunidos, constituem um conjunto harmonioso e não conflitante. É por essa razão que esse tipo de liberalismo precisa negar o político em sua dimensão antagonística (Mouffe, 2015, p. 09).

No entendimento de Mouffe (2005), mesmo os consensos na política precisam ser entendidos como consensos conflituais, já que os consensos são sempre excludentes e o próprio antagonismo indica o

limite racional de qualquer consenso. Dessa maneira, “consenso e reconciliação não podem ser objetivos centrais da política democrática – a democracia precisa, em realidade, da criação de um espaço vibrante de discussão marcado por uma perspectiva agonística da política” (Kozicki, 2015, p. X).

Na ideia de agonismo, presente nas formulações teóricas de Mouffe (2005) está a proposta de transformar o antagonismo, entendido como uma relação entre inimigos em uma relação entre adversários, a partir da ótica do pluralismo agonístico, considerado pela autora como compatível com uma política democrática. Ou seja, introduzir ao campo da política democrática a categoria adversário, presente na visão do pluralismo agonístico. Isso não significa erradicar o antagonismo, mas “distinguir dois tipos de relações políticas: uma de *antagonismos* entre inimigos, e outra de *agonismo* entre adversários (Mouffe, 2003, p. 16). Para essa autora, a tarefa da democracia consiste em transformar antagonismo em agonismo.

Com relação à sua compreensão de uma democracia radical e plural, Mouffe (2001) esclarece que a visão a qual quer propor nessa democracia, entende a cidadania como uma forma de identidade política, imbricada com a identificação dos princípios políticos da democracia pluralista moderna e com a afirmação da liberdade e da igualdade para todos.

Pensando também a questão do dissenso/antagonismo como inerradicável na dimensão do político, no entendimento de uma democracia pluralista, podemos dizer que as ideias de Mouffe, sobre uma democracia radical e plural, fazem com que essa autora se aproxime das proposições de Rancière em seu entendimento do dissenso, próprio da política e das problematizações que este autor faz com relação à democracia.

Precisamos ressaltar que Rancière também faz uma distinção conceitual com relação ao político, à política e apresenta a polícia, revestida de uma outra roupagem. O entendimento de política de Rancière é diferente do entendimento de política apresentado por Mouffe, mas entendemos que isso não os distancia a ponto de não podermos aproximá-los. Vejamos o entendimento de Rancière sobre o político:

[...] o político é o encontro de dois processos heterogêneos. O primeiro é o governo. Ele assenta na distribuição das hierarquias dos lugares e das funções e consiste em organizar a reunião dos homens

em comunidade e o seu consentimento. Darei a esse processo o nome de polícia. O segundo é o da igualdade. Ele consiste no jogo de práticas guiadas pela pressuposição da igualdade de qualquer um com qualquer outro e pela preocupação de verificá-la (Rancière, 2014, p.69).

Para Rancière (2014), o político se configura como o ponto de encontro entre a política e a polícia no tratamento de um dano, sendo que a polícia se ocupa das visibilidades e audibilidades, no sentido daquilo que se vê e pode ser dito sobre o que foi visto, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo, daquilo que é comum e da partilha desse comum.

Este autor, considera que há uma determinada estética da política, em que a partilha do sensível é entendida como seu cerne:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (p.15).

A partilha do sensível refere-se à ideia de que há um espaço comum que é partilhado onde existem lugares e partes determinadas, e, onde existem aqueles/as que não tomam parte nessa partilha (Rancière, 1996, 2014).

Propõe Rancière (2016) chamarmos de polícia aquilo que estamos habituados a chamar de política, processos em que se operam a junção e o consentimento de coletividades, a organização e gestão dos poderes e população, a distribuição de lugares e funções e os sistemas que legitimam essa distribuição. E salienta que procurou ampliar o entendimento de polícia, atribuindo um sentido não pejorativo, neutro, quando considerou as funções de repressão e vigilância normalmente atribuídas a essa palavra “como formas particulares de uma ordem muito mais geral que é a da distribuição sensível dos corpos em comunidade” (p. 372).

Acrescenta Rancière (2006) que nessa proposição de ampliar o entendimento de polícia, não significa restringir o que convencionou

chamar de polícia apenas às formas de gestão e comando. Em seu entendimento, as formas de espaço em que o comando se exerce são definidas pelo recorte no mundo sensível, na medida em que é “a ordem do visível e do dizível que determina a distribuição das partes e dos papéis ao determinar primeiramente a visibilidade mesma das “capacidades” e das “incapacidades” associadas a tal lugar ou a tal função” (372).

Dessa forma, Rancière (2006) amplia o conceito de polícia e restringe o entendimento de política:

Proponho reservar a palavra política ao conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição da pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição é a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Essa igualdade não se inscreve diretamente na ordem social. Manifesta-se apenas pelo dissenso, no sentido mais originário do termo: uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável (p.372).

Consideramos que as ideias de Rancière a respeito do dissenso podem nos auxiliar, como educadores e educadoras, a compreender a importância dos antagonismos na modificação do que é visível, dizível e contável, enfim, na reconfiguração do mundo sensível. Entendemos a necessidade de tornar esse espaço um espaço no qual todas as vozes possam ser ouvidas, um espaço plural que se proponha a problematizar as normas que classificam e hierarquizam comportamentos e rechaçam identidades e grupos.

O dissenso é considerado por este autor, tão importante para a efetivação da política que deve ser observado, não como uma oposição entre um determinado governo e pessoas que o contestam, mas, mais profundamente, como um conflito sobre a configuração do sensível, ou seja, sobre a distribuição das partes em um espaço público ou privado (Rancière, 2006).

Seria função do dissenso fazer “o recorte do sensível, a distribuição dos espaços privados e públicos, dos assuntos de que deles se trata, ou não, e dos atores que tem ou não motivos de estar aí para deles se ocupar” (Rancière, 2006, p.373), sendo o dissenso, para este autor, fundador da política. Desta forma, a política não é uma luta de classes ou de partidos, mas o deslocamento num campo de

possibilidades, num mundo que é partilhado com alguns e negado para outros.

Rancière (1996) buscou em Aristóteles os argumentos para dar visibilidade a ideia de que há um dano fundador da política. O dano a que a política se refere diz respeito à divisão do comum, a uma partilha do sensível, na qual encontramos aqueles que não farão parte dessa contagem, cuja palavra será compreendida como ruído. A política denuncia o dano com relação àqueles que escapam às racionalidades hegemônicas e são negados, invisibilizados, não considerados e não contados nos espaços educativos, por exemplo.

Otacílio de Oliveira Junior (2016) ratifica o entendimento de Rancière sobre a partilha do sensível e as divisões presentes no mundo sensível, e esclarece,

Diferentes discursos reiteram os tempo e espaços disponíveis às pessoas vinculando suas respectivas posições sociais conforme a visibilidade da partilha: determinados corpos ligados a determinados nomes ou identidade, ligados a determinados espaços pela distribuição do tempo em que se pode viver esses espaços. Essa organização produz experiências específicas comuns. No entanto as posições de gênero, raça, classe social, território também produzem realidades múltiplas que são reduzidas pelo campo de visibilidade das hierarquias colocadas e reforçam aquilo que chamamos de realidade. Experiências ausentes do campo perceptível fundado nas hierarquias, ou inexistem, ou precisam de um esforço extra para existir. A sua inexistência produz a existência da hierarquia na medida em que a hierarquia produz inexistência quando torna perceptíveis as formas legitimadas de antemão como existência (Oliveira Junior, 2016, p.45).

As hierarquias produzem às desigualdades ao expressarem o mínimo de igualdade possível. Rancière aborda em suas teorizações a temática da igualdade e em seus posicionamentos, acerca da igualdade, podemos vislumbrar o modo como compreende a democracia. Machado (2013b) nos apresenta uma síntese dessa compreensão:

A política, por sua vez, está relacionada à igualdade e se pauta pela possibilidade de verificar as relações entre quaisquer pessoas ou grupo de pessoas. Para Rancière, é o único universal político possível, já que, na ausência de quaisquer outros fundamentos, frente à contingência absoluta de toda ordem social, é possível verificar a “igualdade” das relações expandindo assim o mundo da democracia.

Este conceito é o centro gravitacional do pensamento de Rancière e não pode ser entendido como um projeto ou um horizonte de mudanças (Machado, 2013b, p. 267).

Para Rancière (2000), o único universal na política é a igualdade, universal entendido como um operador lógico, pois a igualdade é um universal que precisa ser verificado, demonstrado. A igualdade é entendida como um ponto de partida, algo a ser verificado e não como algo a ser alcançado. A igualdade não se apresenta como um dado que pode ser aplicado pela polícia, não é uma essência e nem um objetivo que uma lei se proponha a atingir. Destaca o autor que a função do dano acaba por transformar a lógica igualitária em uma lógica política. (Rancière, 1996)

Isso porque,

Apesar de ser o único axioma universal da política, a igualdade permanece indeterminada ao nível de seu conteúdo e carece de um fundamento *a priori*. É uma pressuposição discernível nas reconfigurações polêmicas da **partilha do sensível** estabelecida pela **polícia**. Por outras palavras, a concepção rancieriana da igualdade não deve ser confundida com uma distribuição aritmética dos direitos e da representação. A essência da igualdade não deve ser procurada na unificação equitativa dos interesses, mas nos actos de **subjectivação** que desconfiguram a ordem do sensível pretensamente natural. Ao debaterem um dano, os **sujeitos políticos** transformam as coordenadas estéticas da comunidade e implementam o único universal em **política**: somos todos iguais (Rockhill, 2010, p.92, grifos do autor)

Compreendemos que as políticas públicas, implementadas no Brasil nas últimas décadas, nos permitem evidenciar o que Rancière entende por reconfiguração do sensível, por partilha do sensível, estabelecida pela polícia, quando atos de subjectivação e desestabilizam uma ordem considerada natural.

Mouffe e Rancière nos ofereceram lentes para pensar a disputa estudada no campo do político, assim como nos permitiram entender a importância do dissenso/antagonismo para uma democracia radical e plural. Entendemos que esses dois autores também podem contribuir para fazermos uma leitura crítica das práticas educativas, alicerçadas em visões essencialistas, apontando no campo das identidades para uma desidentificação, como um elemento importante no processo de subjectivação política.

Consideramos que os conceitos dos autores aqui apresentados nos auxiliaram em nossas análises, na composição da cena de dissenso e no olhar para os enunciados dos/as parlamentares, que nos propusemos a analisar.

CAPÍTULO 2 – O PALCO DA PESQUISA: o PNE

O Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 – foi o segundo plano a ser aprovado em nosso país. No ano de 1997, o Ministério da Educação – MEC divulgou uma proposta de PNE. Na ocasião convidou algumas entidades para participar da sua elaboração, e uma dessas entidades foi a ANPPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – que elaborou um documento, apresentando aspectos que deveriam ser considerados na elaboração e aprovação de um Plano Nacional para Educação (Aguiar, 2010; Brasil, 2014).

Esse primeiro PNE foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 14 de junho de 2000 (Brasil, 2014) e, em 30 de junho de 2000, esse PNE foi remetido ao Senado Federal. Uma de suas metas era “assegurar condições de acesso e permanência nas escolas públicas brasileiras” (Aguiar, 2010, p. 712).

A elaboração e execução de políticas públicas para educação, por meio do PNE, está ancorada na legislação e nos movimentos da sociedade civil. A Constituição Federal de 1988, no artigo 214, estabeleceu que a lei deveria garantir a elaboração do PNE, com duração plurianual, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/96) o ratificou, determinando que a União, em um prazo de um ano, deveria encaminhar ao Congresso Nacional esse PNE, constando de diretrizes e metas para um período de dez anos. Na elaboração do PNE deveria ser considerada a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (Aguiar, 2010; Brasil, 2014).

No item “Planejamento, Plano e PNE”, do documento PNE 2014-2024, redigido por Paulo Sena, Consultor legislativo da Câmara dos Deputados – Área XV (Educação, Cultura e Desporto), consta a informação de que enquanto produto “de decisão política, o plano é também uma peça técnica que passa a ser a referência para a ação pública” (Brasil, 2014, p. 09), sendo esta a sua natureza. Ressalta também o consultor que “o planejamento é um processo político, pois envolve decisões e negociações acerca de escolhas de objetivos e caminhos para concretizá-los” (Brasil, 2014, p. 09). Um outro aspecto mencionado nesse item esclarecia que o PNE, em seu planejamento processual, deveria ser compreendido em sua dinamicidade e deveria ser monitorado e avaliado em sua execução pelas seguintes instâncias: a)

Ministério da Educação (MEC); b) Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; c) Conselho Nacional de Educação (CNE); e d) Fórum Nacional de Educação. Dessa forma, cabe a essas instâncias “analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas, assim como a revisão do percentual de investimento público em educação” (Brasil, 2014, p. 10).

Na elaboração deste segundo PNE 2014-2024, ressalta Paulo Sena, diferentemente do primeiro PNE em que os participantes foram membros do governo federal, parlamentares e os denominados “interlocutores prioritários”⁹ (Brasil, 2014), as discussões e os participantes se assemelharam mais ao processo de discussão do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Destaca Paulo Sena, que participaram do processo de discussão, durante o período em que o projeto tramitou no Congresso Nacional, os seguintes atores: a) **governamentais** – 1. Poder Executivo no plano federal: Presidência da República, Casa Civil, Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Fazenda (MF); 2. Congresso Nacional: Câmara dos Deputados e Senado Federal; b) **Conselhos e fóruns de educação institucionais** – CNE (Conselho Nacional de Educação), FNCE (Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação), Unme (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação), FNE (Fórum Nacional de Educação); c) **Movimentos sociais** – 1. Entidades representativas dos segmentos da comunidade educacional: CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), UNE (União Nacional dos Estudantes), Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), Fasubra (Federação de Sindicato de Trabalhadores Técnico-Administrativos das Instituições de Ensino Superior Públicas), Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Crub (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), Proifes (Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior), Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores

⁹União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) (Brasil, 2014, p. 16).

em Estabelecimentos de Ensino); 2. Entidades científicas: Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), Anpae (Associação Nacional de Política e Administração da Educação), Anfope (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), FCC (Fundação Carlos Chagas), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Cedes (Centro de Estudos Educação e Sociedade), Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação); 3. Redes de movimentos: Mieib (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil), Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Apaes/Fenapaes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/Federação Nacional das Apaes), Fórum Nacional de Educação Inclusiva, Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), Todos pela Educação; d) **Sociedade civil (gestores)** – 1. Entidades representativas de gestores dos entes federados na esfera educacional: Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação), Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação); 2. Entidades representativas de gestores dos entes federados em outros setores: CNM (Confederação Nacional dos Municípios), Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), Abrasf (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais); e) **Sociedade civil vinculada ao setor privado na área educacional** – 1. Segmento privado empresarial da educação: Anup (Associação Nacional das Universidades Particulares), Anaceu (Associação Nacional dos Centros Universitários), Abmes (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior), Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), Fenep (Federação Nacional das Escolas Particulares), Sistema S, Grupo Positivo; 2. Interesses privados na área da educação relacionados a grupos de educação de capital aberto: Abraes (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior); f) **Organizações da sociedade civil e *thinkthanks*¹⁰ voltadas à formulação de políticas públicas** – Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), Instituto Alfa e Beto, Centro de Políticas Públicas do Insper (Brasil, 2014, p. 17-18).

¹⁰Na intenção de traduzir esta expressão, presente no documento referência do PNE 2014/2024, encontramos a tradução de THINK TANK que se refere a grupo de reflexão.

Sabemos que a elaboração deste PNE 2014-2024 envolveu a participação de todos esses segmentos referendados anteriormente, assim como foram feitas observações a respeito da avaliação do PNE 2001-2010, na intenção de qualificar e possibilitar uma garantia maior na efetivação das propostas presentes no planejamento desse segundo PNE. Estados e Municípios deveriam, de forma articulada com a União, operacionalizar a PNE 2001-2010. Aguiar (2010) questiona que tal não aconteceu de forma articulada e argumenta que isso se deu em função da complexidade do país, até de certa falta de planejamento entre as instâncias responsáveis pela execução do plano.

Outro aspecto que consideramos importante referir é o fato de que a elaboração do PNE 2014-2024, ao envolver todos esses segmentos descritos, passou por um planejamento, “com ajustes e consensos a partir das mediações chanceladas pelas comissões e pelo Plenário da Câmara dos Deputados”, como destacou Paulo Sena (Brasil, 2014, p.19). E diante desses ajustes e da busca de consensos, Paulo Sena descreve no PNE as audiências públicas, realizadas na Câmara dos Deputados, durante o processo de discussão do documento, e enfatiza algumas das disputas que emergiram nesse período. Uma dessas disputas esteve voltada à questão do percentual do PIB que seria destinado para educação; outra disputa esteve ligada às metas da educação inclusiva, no que se refere ao atendimento educacional especializado na utilização do termo “preferencialmente nas redes públicas”, termo presente na LDB e, como resultado do debate, mantiveram a expressão presente na LDB; outra disputa foi a centralização do debate quanto à substituição do termo “expectativas de aprendizagem” por direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento; também houve disputas com relação ao Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e a disputa em torno do inciso III, art. 2 quanto à retirada dos termos “igualdade regional, racial, de gênero e orientação sexual¹¹” (Brasil, 2014, p.22).

Na intenção de melhor esclarecer as ideias aqui expostas até então, consideramos importante ainda acrescentar que o PNE trata-se da Lei nº 13.005/2014, entendida como um instrumento de planejamento do Estado Nacional de Direito e que objetiva orientar as políticas públicas para o setor da educação. Essa Lei foi elaborada na intenção de

¹¹Essa disputa foi o foco da presente pesquisa e vamos esclarecer como desenvolvemos nossos estudos e análises sobre ela ao longo desta tese.

estabelecer diretrizes para a educação em todas as suas instâncias, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, incluindo-se também a Educação Básica (Brasil, 2014). Constam desta Lei “dez diretrizes, entre elas a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, além da valorização dos profissionais da educação, um dos maiores desafios das políticas educacionais” (Brasil, 2014, p. 07). Há também a prerrogativa de que Estados e Municípios auxiliem no cumprimento das metas propostas do PNE, bem como na elaboração de seus Planos de Educação, em consonância com as metas propostas no texto do PNE 2014-2024.

Destacamos que o PNE, enquanto uma política pública para a educação no país, expressa um tempo que virá e não poderá ser concebido como algo estático. Reflete avanços e retrocessos nas lutas para a consolidação de uma educação democrática e de direitos em sua elaboração, pois foi construído com base em determinadas concepções consensuais. Isso significa dizer que, precisamos levar em conta ~~que~~ a elaboração do PNE, por tratar-se de uma operação que envolve relações de poder e de dominação em um espaço não consensual e de lutas (Azevedo, 2010).

Cabe elucidar que essa lei, sancionada em 15 de junho de 2014, ingressou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 8.035-B, no ano de 2010, sendo aprovada inicialmente, e ainda foram dadas outras providências no sentido de uma ampla discussão a respeito das metas e diretrizes que a compunham.

Consta no PNE 2014-2024 o esclarecimento de que esse Projeto de Lei, ao ser encaminhado para o Congresso Nacional pela Presidência da República, foi acompanhado da Exposição de Motivos – EM nº 33 – que criticava a forma como esse documento fora elaborado a partir de “diagnóstico – diretrizes – metas”, apontando aspectos que deveriam ter sido abordados no documento. Diante dessa EM, a deputada Dorinha Seabra Rezende (PT/RN), por meio de requerimento, solicitou ao Ministério da Educação o envio de um documento de diagnóstico educacional da realidade brasileira para a Câmara dos Deputados (Brasil, 2014-2024).

Inicialmente, o Projeto de Lei – PL 8.035-B tramitou nas instâncias do Legislativo, assim como havia tramitado o PNE 2001-2010. No entanto, em agosto de 2011, o deputado Ângelo Vanhoni foi indicado como relator em uma Comissão Especial, pois 2.916 emendas

havia sido apresentadas, das quais 2.906 foram analisadas e ao substituto do relator foram apresentadas 449 emendas (Brasil, 2014).

Também consta no documento o esclarecimento de que, em 16 de outubro de 2012, o PL foi aprovado em sua redação final pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, sendo encaminhado para o Senado em 25 de outubro de 2012. No Senado, esse projeto tramitou pela Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Justiça e Cidadania e Comissão de Educação, sendo pareceristas os senadores José Pimentel (PT/CE), Vital do Rêgo (PMDB/PB) e Álvaro Dias (PV/PR), (Brasil, 2014).

Em 02 de janeiro de 2014, o PL 8.035-B retornou para Câmara dos Deputados, com substitutos feitos no texto pelo Senado Federal e foi aprovado na Comissão Especial no dia 22 de abril de 2014. No dia 06 de maio de 2014, em virtude da aprovação de seis destaques da Comissão, foi concluído o parecer reformulado e em 28 de maio desse mesmo ano que iniciaram-se as discussões na Plenária da Câmara dos Deputados. Essas discussões se encerraram em 03 de junho de 2014, quando da aprovação do Projeto de Lei, sendo o Plano Nacional de Educação transformado na Lei nº 13.005, expressa em documento no dia 15 de junho de 2014 (Brasil, 2014,).

Toda a tramitação do PL e elaboração do Plano Nacional 2014-2024 consta na página *online*, da Câmara dos Deputados, onde é possível imprimir cópia das atas desse processo final, a partir das reformulações e substitutos propostos pelo Senado Federal.

CAPÍTULO 3 - A ESCRITA DE UM ROTEIRO

Gostaríamos de salientar que não iniciamos esta pesquisa sem antes refletir sobre o ato de pesquisar e suas implicações ético-políticas, que envolvem pensar sobre autoria/alteridade, sobre a necessidade ou não de realizar este estudo, ou ainda, sobre a utilidade e a pertinência dessa investigação para o campo científico ao qual ela se destina.

Reconhecemos com Apoliana Regina Groff, Kátia Maheirie e Andréa Zanella (2010), que a produção de conhecimentos exige uma posição de responsabilidade pelo conhecimento produzido, bem como a problematização diante do lugar social de onde nos colocamos a falar.

Dessa maneira, sentimo-nos comprometidos “em assumir uma posição de responsabilidade marcada por problematizações várias, como: para que eu quero conhecer? Por que eu quero conhecer? Qual o horizonte ético e estético do meu olhar e do conhecimento que produzo?” (Groff, Maheirie & Zanella, 2010, p. 100).

Nos aproximamos de Adail Sobral (2012) e com ele refletimos sobre o fato de não nascermos pesquisadores/as, mas que passarmos a ser, a merecer ser e receber o selo de pesquisadores/as, no processo de coerência-teórico metodológica e, na ação de pesquisar, criar e atribuir sentidos a essa ação. Diante das exigências e normas éticas que regem o trabalho científico, entendemos com Sobral que precisamos ter cuidado para não fazer dessas normas uma camisa de força que nos emperre diante do ato de pesquisar. Para que isso não aconteça, é preciso

[...] unir as pontas do percurso da pesquisa, com respeito ético a todos os seus aspectos, com equilíbrio teórico e com uma visão do texto construído. Toda pesquisa é “mais uma pesquisa”; no entanto, é “a” pesquisa de um dado pesquisador, sua contribuição para o gênero. Não é pois mera repetição de uma fórmula, mas o enquadramento numa forma, que se quer ser arquitetônica, que vai além do composicional. De certo modo o composicional é a exigência maior, porque se bastasse seguir normas, toda pesquisa seria a “mesma” pesquisa, e não respondendo a coisa alguma não teria razão de ser (Sobral, 2012, p.117).

No sentido do que sugere Sobral (2012), decidimos “unir as pontas” do percurso que fizemos nessa investigação...

Destacamos que iniciamos nos aproximando de algumas proposições teórico metodológicas para a realização desta pesquisa

documental, pautada em uma análise sobre a disputa da aprovação do PNE, a partir do material disponibilizado no *site* da Câmara dos Deputados Federais, para que pudéssemos compreender o objeto deste estudo em sua condição antagonônica.

Procuramos compreender o ato de pesquisar também como experiência, experiência que se cria, como algo que nos interpela como pesquisadores/as, mesmo quando os sujeitos de pesquisa nos apareçam por meio de seus enunciados, quando o objeto em estudo se presentifique em documentos, contendo discursos e notas taquigráficas.

Elegemos partir dos enunciados sob o entendimento que “cada enunciado é uma resposta, contém sempre, com maior ou menor nitidez, a indicação de um acordo ou de um desacordo; é um elo na corrente ininterrupta da comunicação sociocultural” (Faraco, 2009, p. 58). Atentamos que:

[...] em toda enunciação, por mais insignificante que seja, renova-se sem cessar essa síntese dialética viva entre psiquismo e o ideológico, entre a vida interior e a vida exterior. Em todo ato de fala, a atividade mental, subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de decodificação que deve, cedo ou tarde provocar uma codificação em forma de réplica. Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais” (Bakhtin, 2014, p.67).

Compreendemos que, na concepção de enunciado de Bakhtin e seu Círculo, está presente o contexto da enunciação, que pode abarcar o discurso, e, também a parte presumida, presente na conexão com o contexto imediato do enunciado e com as possibilidades de conexão com a linguagem extraverbal, com aquilo que não foi dito. Beth Brait e Rosineide de Mello (2012) sinalizam que um enunciado concreto só pode ser compreendido no contexto em que ele ocorreu, pois devemos considerar as interações estabelecidas e suas implicações nesse contexto. Um enunciado concreto permite que consideremos a forma como a enunciação se deu, sendo que a enunciação é formada por discursos que circulam socialmente.

Partimos dos enunciados sob o entendimento que um enunciado contém uma resposta, indica um acordo ou desacordo e se configura

como um elo na corrente da comunicação sociocultural. Concordamos, pois, com Bakhtin e seu Círculo, que o que dizemos é parte de uma discussão cultural (axiológica), sobre a qual respondemos ao já dito, refutamos, confirmamos e antecipamos respostas ou procuramos apoio (Faraco, 2009).

Entendemos que todo enunciado é um acontecimento, expresso em uma espécie de drama em que estão presentes o locutor, o objeto e o ouvinte. Destacamos que o objeto refere-se ao assunto tratado pelo texto. (Amorim, 2014). E, neste estudo, trata-se da aprovação do Plano Nacional de Educação, dos enunciados proferidos pelos/as deputados e deputadas envolvidos nesse processo de aprovação, no que concerne à disputa da retirada dos termos “igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”, como já pontuamos.

Observamos e atentamos para as afirmações de que não existe linguagem sem diálogo, ou seja, sem a possibilidade de uma resposta, à medida em que falar é falar para outros que também falam e respondem (Amorim, 2014). Pois,

Como uma construção híbrida, o enunciado tem origem na concorrência entre vozes e sentidos em conflito. E o dialogismo é o diálogo permanente entre os diversos discursos que configuram uma sociedade, uma cultura, uma comunidade. Contudo, o enunciado não é mera repetição do pré-existente, há sempre algo de novo e irreproduzível nele, não obstante essa criação não ter ocorrido a partir do nada. O dado se transforma no criado, desconfigurando um sujeito assujeitado, próprio a outras correntes de pensamento (Pereira, Sanchis & Moreira, 2010, p. 10).

Assim, a certeza é que “cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura, onde se entrecruzam e lutam os valores de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais” (Bakhtin, 2014, p.67). Direcionamos nossos esforços na realização desta pesquisa, com a clareza de que toda e qualquer enunciação é de natureza social, produto da interação.

Chegamos a três sessões, na leitura dos Discursos e Notas Taquigráficas, disponibilizadas no *site* oficial da Câmara dos Deputados Federais, e identificamos, na 48ª Sessão da Comissão Especial, designada à condução do processo de aprovação do PNE, que embora esse documento tivesse sido aprovado na referida Sessão, o processo de

discussão da disputa, foco de nosso estudo, havia se iniciado em duas Sessões anteriores, nas Sessões 46^a e 47^a. Pois, as duas Sessões anteriores, foi o momento de um rito de debate em que dois deputados poderiam argumentar a favor da emenda substitutiva do Senado, e outros dois deputados poderiam argumentar favoravelmente à manutenção do texto da Câmara, sendo que o relator responsável por presidir a comissão especial, na condução do PNE, também poderia e deveria se manifestar a respeito de seu posicionamento na manutenção do texto. O dia da votação final foi um momento em que os/as líderes puderam se manifestar, emitindo seus posicionamentos.

Após a leitura dessas três Sessões, destacando-se as falas que se direcionavam à disputa sobre o termo gênero e sobre questões de sexualidades/orientação sexual, construímos um texto para que pudéssemos analisar os enunciados que estiveram presentes na aprovação. Em seguida, pensamos na construção de uma única cena na qual o embate objetiva a eleição do PNE, pois vislumbramos, com Jaques Rancière (2012), a importância de partirmos de uma:

[...] certa quantidade de cenas em que resulta possível ver na prática, definir e verificar os atos, as disposições, as eleições a partir das quais se produzem as distribuições que permitem que atividades de pensamento e desempenhadas pela palavra ou pelas mãos se denominem filosofia, literatura, arte ou sejam distinguidas como filosofia, literatura, arte popular ou grande arte, expressão e pensamento¹² (p.79, tradução nossa).

Rancière (2012) elege cenas como recortes de territórios, esclarecendo também que esses territórios não surgem da natureza, não estão dados pela natureza e que devemos cuidar para não nos sujeitarmos a aceitar as racionalidades presentes nas teorias gerais expressas ou mesmo nas explicações, pretendendo que o todo derive de uma mesma organização de princípios. Para o autor, voltar-se para as cenas é inverter a lógica, e dessa forma conseguir verificar o todo, no

¹²Cierta cantidad de escenas em que resulta posible ver em la práctica, definir y verificar los actos, las disposiciones, las elecciones a partir de las cuales se producen las distribuciones que permiten que actividades de pensamiento o desempeños de la palabra o de las manos se denominem filosofía, literatura, arte o incluso sean distinguidas como filosofía o sofística, arte popular o gran arte, expresión y pensamiento (Rancière, 2012, p. 79).

que diz respeito à possibilidade de seguir uma organização, na busca de construir as ideias presentes nessas cenas.

Oliveira Junior (2016) observa que Rancière evita buscar uma cena considerada originária, porém busca, na ligação entre uma heterogeneidade de cenas, elementos que possibilitem produzir a distribuição de lugares e identidades nessa cena. Aparece nas teorizações de Rancière como sistemático a demarcação de pontos, lugares e cenas que possibilitam a identificação de territórios. E esses recortes de territórios são divisões do comum. “Como esse comum é múltiplo ele se presta ao encontro de lógicas contraditórias que estruturam determinadas cenas” (p.56).

Rancière esclarece:

Parto daí, de um conjunto de cenas em que aparece sempre a mesma questão de fronteiras, dos pontos de distribuição, e os construo como o que eventualmente permite interrogar o que podem querer dizer coisas tais como, por exemplo, o pensamento, a literatura, a política, a estética¹³ (Rancière, 2012, p. 80).

Buscamos em Rancière sua intenção de investigar a partir de cenas, como um recurso metodológico exercido em suas pesquisas, em suas análises teóricas.—Concordamos com o autor que as cenas são passíveis de serem interrogadas, reconstruídas e problematizadas em suas configurações. Ao elegermos analisar os enunciados dos/as deputados/as, partimos das Sessões eleitas e construímos uma cena, porém a partir da racionalidade de Rancière, considerando que as Sessões, como cenas do comum, forneceram elementos para a construção do que denominamos cena de antagonismo.

Edelcio Mostaço (2013), trabalhando com os referenciais teóricos de Rancière, pontua que “a cena se dá a ver enquanto linguagem em operação, no momento mesmo em que todos os seus signos constituintes estão em ebulição, em processo, em nascimento; não enquanto estatuto de *logos*, mas de *metábole*” (p.205). Ele explica que um espectador emancipado não vai sair de seu lugar de espectador,

¹³Parto de ahí, de un conjunto de escenas em que aparece siempre La misma cuestión de las fronteras, de los puntos de distribución, y los construyo como lo que eventualmente permite interrogar lo que pueden querer decir cosas tales como, por ejemplo, el pensamiento, la literatura, la política, la estética (Rancière, 2012, p. 80).

passando a atuar na cena, “mas para partilhar uma experiência de tradução em comum, o que demanda um intelecto ativo e uma sensibilidade desperta, por meio dos quais o espectador possa “fazer seu poema com o poema que é feito diante dele”” (Mostaço, 2013, p.204). E, vislumbrando as três sessões estudadas como cenas, construímos nossa cena de antagonismo, como já pontuamos, traduzindo assim essas sessões, organizando e interpretando os sentidos produzidos nessa cena. Dessa maneira, traduzimos os signos, nos termos de nossa própria experiência, como espectadores emancipados, diante dessa disputa que expressou territórios e indicou as racionalidades as quais estiveram presentes na aprovação do PNE 2014/2024.

A partir da leitura dos Discursos e Notas Taquigráficas das 46^a, 47^a e 48^a Reuniões Ordinárias da Câmara dos Deputados Federais, Sessões 0300/2014, 0344/2014 e 0387/2014, procuramos construir uma síntese dessas três Sessões, destacando os enunciados que se referiram à disputa presente, no inciso III, do art. 2º, e construímos, assim, a descrição das Sessões que se encontram no apêndice deste estudo.

Reconstruídas as referidas Sessões, passamos à análise dos enunciados que se colocaram desfavoráveis à aprovação e manutenção do texto: “[...] superação das desigualdades educacionais, com ênfase na igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual” (Brasil, 2014, p.22), como já apontamos. Nessa análise, procuramos dialogar com os/as estudiosos/as do gênero, da educação, da sociologia e da psicologia social, por meio das quais centramos nossas contrapalavras em uma análise a partir das colocações de autores que salientam a questão da diferença no espaço escolar. Assim o fizemos por compreender que salientar as diferenças, no que concerne às relações de gênero e orientação sexual, possibilita que essas diferenças deixem de ser invisibilizadas ou mesmo negadas nos espaços educativos. Entendemos que é importante e necessário marcar as desigualdades, presentes nos espaços educacionais, chamando a atenção de todos/as os sujeitos da comunidade escolar, para o diálogo a respeito das sexualidades e suas implicações nos espaços educativos.

Após a análise dos enunciados dos/as parlamentares que se colocaram desfavoráveis à manutenção do texto da Câmara dos Deputados, passamos a explicitar e destacar os enunciados dos deputados e das deputadas que se colocaram favoráveis à manutenção do texto: “[...] superação das desigualdades educacionais, com ênfase na igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual” (Brasil, 2014,

p.21). Consideramos ser importante mostrar em nosso estudo que também estiveram presentes nas sessões da aprovação do PNE 2014-2024 enunciados que se colocaram em oposição aos posicionamentos dos deputados os quais defenderam as ideias apresentadas pelo Senado quanto à retirada do texto pela da Câmara.

Na sequência deste estudo, passamos a construir a cena de antagonismo político que evidenciamos nas três sessões analisadas. Ao construirmos essa cena, pensamos ser importante pensá-la sob a ótica conceitual de política a partir de autores que se debruçam e refletem sobre a democracia numa perspectiva plural.

E, por último, na continuidade de nossos passos nesta investigação, atentamos para as consequências dessa cena de antagonismo para o campo da educação.

Por fim, sob o ponto de vista epistemológico, procuramos pautar nossa pesquisa na interlocução com os autores e autoras que enfatizam a questão da diferença, autores/as que refletem e produzem conhecimentos no campo das teorias de gênero e autores/as que compreendem a importância de uma democracia radical e plural, que se posicionam criticamente com relação aos essencialismos, às verdades absolutizadas colocadas pela ciência em um dado momento da história da produção dos saberes.

CAPÍTULO 4 - COMPONDO A CENA DE DISSENSO

4.1 - Enunciados contrários ao texto: “[...] superação das desigualdades educacionais, com ênfase na igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”

Nas argumentações dos parlamentares que se posicionaram a favor da retirada dos termos “igualdade regional, racial, de gênero e orientação sexual”, identificamos aspectos ligados a uma compreensão essencialista da existência, com argumentos atrelados ora a uma compreensão biológica e a-histórica, ora vinculados a crenças e valores ditados por preceitos religiosos.

[...] Não sou uma pessoa que trabalha com algum tipo de preconceito, mas acredito que, na essência do ser humano, existe uma distinção clara, dada pelo criador. Não há como se fazer uma distinção diferente. (Palmas.) Não dá.

Não dá, Sr. Presidente, para acreditarmos que o PNE é uma discussão de homossexualismo, de preconceito, de conduta sexual de quem quer que seja. É a direção do processo educacional brasileiro, criado, essencialmente, numa sociedade cristã. Não de se respeitar esses valores, sem, em nenhum momento, se desrespeitarem aqueles que pensam diferente, que entendem de maneira diferente, porque esta é a essência do que nós devemos fazer neste Parlamento: uma discussão que seja madura (deputado Luiz Fernando Machado, PSDB/SP).

Há uma vertente essencialista muito comum e presente na compreensão das pessoas que acabam por ensinar para as crianças, desde muito cedo, que elas nascem com uma essência imutável e que essa essência não sofre/sofreria qualquer influência do meio social, “nem seria marcada pelo momento histórico” no qual as pessoas vivenciam suas experiências (Pelúcio, 2014, p.99).

Também encontramos, nas argumentações dos/as parlamentares, certo “pânico moral¹⁴”, no que se refere ao medo da

14. Posteriormente vamos fazer alusão ao pânico moral, a partir das colocações e estudos do Dr. Richard Miskolci, numa perspectiva da Sociologia da Diferença. No entanto, Carla Machado (2004), em seu artigo denominado *Pânico Moral: Para uma revisão do conceito*, aponta fragilidades e cuidados que devemos ter em seu uso. Cabe ressaltar que as

homossexualidade, medo de que lidar com a diferença no âmbito das relações de gênero e da diversidade sexual tenha como efeito propagar a homossexualidade, posta como vilã ameaçadora dos “valores das famílias cristãs”:

[...] É o que eu disse: como alguém que pode ter, na sua base cristã, o amor, a ética, a compreensão vai ser defensor de qualquer que seja o modelo discriminatório? Não é esse o ponto. É o ponto da manutenção da família tradicional e dos valores que todos nós aqui defendemos.

Não há, nesta Casa, um ringue montado. Não há, nesta Casa, um ringue, para que se discuta de maneira agressiva nem de maneira discriminatória. Há, sim, uma oportunidade de nós deixarmos o gênero na discussão do Plano Nacional de Educação para fora (deputado Luiz Fernando Machado, PSDB/SP, 08/04/2014).

Encontramos argumentos que indicam um medo da “destruição da família”, um medo de que a educação possa problematizar a heteronormatividade no campo das relações afetivas. Vimos um medo que expressa uma grande homofobia “maquiada” por frases e afirmações de respeito ao outro, nestes termos:

[...] para a luta contra a homofobia, estou à disposição do exército que aqui está para ser soldado.

Mas, pela inserção, Sr. Presidente, de uma ideologia marxista no Plano Nacional de Educação, pela inserção de uma ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação, eu sou frontalmente contrário.

[...] Sou pai de dois filhos, Sr. Presidente. Tenho, em casa, duas crianças.

[...]Sou respeitoso com as pessoas, Sr. Presidente, mas não admito isso (deputado Luiz Fernando Machado, PSDB/SP, 08/04/ 2014).

Muitas das falas analisadas indicaram um medo diante de tudo que escape as normas socialmente legitimadas como hegemônicas, sendo possível identificar conhecimentos científicos, de certa forma, distorcidos na intenção de sustentar argumentos que possam ser aceitos,

argumentações, a partir do entendimento de pânico moral, nesta análise, não significam uma afiliação teórica, mas a explicitação de que foi possível identificar enunciados que nos remetem/remeteram a este entendimento.

para além de uma visão religiosa, diluídos em ideias acadêmicas presentes no senso comum.

Entendemos hegemonia, tal como Chantal Mouffe (2003), como o ponto de “convergência entre objetividade e poder” (p.14) uma vez que:

[...] toda ordem é política e se baseia em alguma forma de exclusão. Sempre existem outras possibilidades, que foram reprimidas e que podem ser reativadas. As práticas de articulação por meio das quais se estabelece uma determinada ordem e se determina o significado das instituições sociais são “práticas hegemônicas”. Toda ordem hegemônica é passível de ser desafiada por práticas anti-hegemônicas, isto é, práticas que tentarão desarticular a ordem existente para instalar outra forma de hegemonia (Mouffe, 2003, p.17)

Sendo assim, hegemônico é o discurso que é capaz de criar práticas e formas de consentimento, transformando uma experiência particular, como a heterossexualidade, em universal, impossibilitando assim outras experiências sociais (Prado & Machado, 2008, p.12).

Procuramos sintetizar, brevemente, um pouco do que encontramos nos enunciados e nas vozes dos parlamentares que se colocaram contrários à inserção do termo gênero no PNE.

Na sequência, vamos realizar nossas análises, a partir de temas que consideramos marcar a fala dos parlamentares. Fizemos isso para facilitar a compreensão do que foi exposto, e para melhor analisar os enunciados. Entendemos que muitos dos argumentos que encontramos em nossas análises articulam e explicitam mais de um tema, porém pensamos em trabalhar com esses enunciados organizando-os de uma maneira mais didática.

Salientamos que iniciamos pelos enunciados porque entendíamos que eles nos auxiliariam a compor a cena de dissenso presente neste estudo.

4.1.1 - Em defesa da Família Tradicional e da Heterossexualidade

Vamos refletir agora a respeito dos enunciados que manifestam certo medo de que lidar com a questão de gênero nos espaços educativos, que possa afetar a “família”, entendida como uma instituição composta por um homem, uma mulher e seus descendentes. Nessas falas, entendemos que se fazem ouvir vozes que compreendem homens

e mulheres em seu aspecto apenas biológico, em uma visão naturalizada, a-histórica e pertencente a uma lógica binária. Enfim, escolhemos destacar essas falas que mencionam a família e que, em contrapartida, explicitam a compreensão dos parlamentares sobre esse tema. Retornamos, assim, à fala do deputado Luiz Fernando Machado, PSDB/SP, 08/04/2014):

Nós estamos aqui, Sr. Presidente, a patrocinar uma divisão da sociedade com a inserção do gênero no Plano Nacional de Educação que não é necessária por parte deste Parlamento. Ela não é necessária, porque ela muito mais nos divide do que nos aproxima.

É o que eu disse: como alguém que pode ter, na sua base cristã, o amor, a ética, a compreensão vai ser defensor de qualquer que seja o modelo discriminatório? Não é esse o ponto. É o ponto da manutenção da família tradicional e dos valores que todos nós aqui defendemos.

Não há, nesta Casa, um ringue montado. Não há, nesta Casa, um ringue, para que se discuta de maneira agressiva nem de maneira discriminatória. Há, sim, uma oportunidade de nós deixarmos o gênero na discussão do Plano Nacional de Educação para fora (deputado Luiz Fernando Machado, PSDB/SP, 08/04/2014).

Nessa fala do parlamentar, percebemos que está presente o entendimento de família heterossexual, monogâmica, voltada para a reprodução com um olhar universalista e absoluto, no sentido da existência de apenas uma configuração familiar possível, como destacam os estudos de Luiz Mello (2006). O deputado afirma que seu foco está na manutenção da família tradicional e nos valores dessa configuração familiar.

Essa visão de família está alicerçada na heteronormatividade, com base no pensamento de Butler (2015), podemos destacar que a heteronormatividade se caracteriza nas relações de poder entre homens, mulheres e entre homossexuais. A heterossexualidade opera no sentido da sexualidade construída a partir da norma heterossexual. Ademais, como apontam Gesser, Oltramari e Panisson (2015), ela produz discriminação, quando normalidade da heterossexualidade e dos estereótipos de gênero. Esses autores destacam como efeitos da heteronormatividade, no espaço da escola, a pedagogização das sexualidades e dos gêneros, atreladas a uma norma sexista que mantém os binarismos.

Também foi possível identificar na fala do deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) seu posicionamento com relação à inserção do termo gênero no PNE, sob a alegação de que inserir gênero seria instalar uma divisão na sociedade. Cabe-nos indagar: a que divisão o parlamentar se referiu?

O deputado poderia estar se referindo apenas à divisão experimentada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, na escolha entre os dois textos, focos da disputa deste estudo, mas, também é possível destacar outras vozes presentes na afirmação de não querer endossar uma “divisão” ou mesmo não querer olhar para outras aproximações possíveis, outras sexualidades, ou ainda, um olhar para além de uma visão binária e heteronormativa. Enfim, observamos, na intenção do deputado Luiz Fernando Machado, um convite ao consenso.

Vejamos mais uma fala de um deputado que manifesta seu entendimento de família e gênero, em uma perspectiva essencialista, pautada em um discurso sobre sexo biológico.

Sr. Presidente, eu lamento que algumas pessoas aqui usem até o nome de entidades religiosas, como católicos e até alguns evangélicos, que querem desconstruir aquilo que nós defendemos como família, aquilo que nós defendemos como gênero na sua essência, que é macho, que é fêmea, que é homem e mulher (deputado Pastor Eurico, PHS/PE, 08/04/2014).

Diante dessa fala do deputado Pastor Eurico (PHS/PE), poderíamos indagar: o que vem a ser a família? Ela é apenas composta de machos e fêmeas? Poderíamos também nos questionar a respeito do que nos diferencia dos animais irracionais, já que as palavras macho e fêmea nos remetem ao campo da biologia. Na resposta a esses questionamentos, refletimos à respeito da produção da cultura, sobre a produção histórica de significações e significados, acerca da nossa biologia, algo que certamente nos diferencia dos animais, já que estes não produzem cultura, não pensam sobre sua condição de existência e nem mesmo podem questionar sobre as diferenças relacionais entre gêneros e identidades sexuais.

Entendemos que o depoimento desse deputado, contrariando o conceito de gênero proposto pelas teóricas de gênero na “terceira onda” do feminismo, reduz a dimensão de gênero à condição biológica de macho e fêmea, essencializando-a.

O deputado Pastor Eurico (PHS/PE) também explicitou sua compreensão de família, atrelada às normas da heterossexualidade compulsória Butler (2015a), vinculada a ideia da existência de uma única forma de configuração familiar.

Identificamos nos argumentos dos deputados que votaram pela retirada das questões de gênero no PNE, entendimentos pautados em preceitos religiosos os quais naturalizam a família tradicional e vinculam a sexualidade apenas à reprodução. Podemos constatar nas colocações a seguir, escritas pelo deputado Paulo Freire (PR/SP) para esclarecer seu voto, e lidas na Plenária da Câmara dos Deputados, pelo parlamentar Ronaldo Fonseca (PROS/DF):

O País tem vivido um constante ataque aos princípios norteadores da família, da liberdade de convicção e exercício de liberdades públicas, pois sob o pretexto de valorizar minorias sistemicamente marginalizadas, grupos articulados criam um verdadeiro açodamento na consciência civil, com discurso intransigente, linguagem chula e debates violentamente promovidos com vistas a suplantar quaisquer posições divergentes [...] O Estado laicista passa pela ideia de um Estado tolerante e protetor das mais diversas formas de expressão do pensamento e objeção de consciência, e este não pode coadunar com uma política ideologicamente vocacionada à desconstrução de valores consagrados no âmbito da privacidade familiar, impondo a todo o custo valores de um grupo que rechaça a autonomia pessoal de escolher quais convicções adotar [...] Agendas como essas fragilizam a laicidade estatal, pois negam a proteção à opinião e impõem uma regra de consciência a ser seguida em nome da lei, obstando qualquer objeção, trazendo para as escolas o culto de uma ideologia que nega a possibilidade de a família pautar os valores éticos-morais aos seus tutelados. Um Estado como entidade maior de salvaguarda dos interesses civis não pode adotar medidas interventivas que desestabilizem a entidade familiar [...]

(deputado Paulo Freire, PR/SP, 09/04/2014)

Nos argumentos do deputado Paulo Freire (PR/SP) está presente a ideia de um Estado tolerante, porém a tolerância é para possibilidades restritas, como a “família tradicional”, não para outros possíveis, como outros arranjos familiares, outras configurações no campo da afetividade. E o Estado, nessas afirmações, deve servir e salvaguardar o modelo de família, apresentado pelo referido parlamentar. Pensamos que podemos questionar o conceito de laicidade, apresentado por esse

deputado, na medida em que a laicidade refere-se às possibilidades de crença e não crença no âmbito religioso e não a um suposto policiamento das famílias.

A laicidade, de acordo com Joana Zylberstajn (2012), não é sinônimo de separação entre Igreja e Estado. Para entendermos a laicidade, precisamos verificar a imparcialidade do Estado com relação às religiões, na medida em que o Estado deve garantir a igualdade no tratamento das diferentes confissões de fé, oferecer garantia ampla para a liberdade religiosa, não podendo, de forma alguma, deixar que os valores das religiões sejam condição para a aprovação ou não de políticas que garantam o direito às minorias. Essa autora afirma que, embora o processo de efetivação da laicidade no Brasil seja histórico e construído, esse processo ainda está aquém do que se espera de um Estado laico (Zylberstajn, 2012).

As colocações do deputado Paulo Freire (PR/SP), sobre uma intenção de salvaguardar a família, remetem-nos ao entendimento de Foucault (1997), à respeito da fixação do dispositivo da aliança, que instalou o dispositivo da sexualidade, quando afirma que “o dispositivo da aliança se estrutura em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o proscrito e o ilícito” (p.101).

Em outra direção, entretanto, seguem os argumentos do deputado Paulo Freire (PR/SP):

Nesse ponto cabe esclarecer que as citadas expressões de 'gênero' ou 'orientação sexual' guardam uma ideologia que procura eliminar a ideia de que os seres humanos se dividem em dois sexos. Esta corrente ideológica busca afirmar que as diferenças entre homem e mulher, além das evidentes implicações anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa, mas são produtos de uma cultura, de um país ou de uma época, assim, as 'feministas de gênero' insistem na necessidade de 'desconstruir' a família, o matrimônio e a maternidade como algo natural, deste modo, fomentam um 'estilo de vida' que incentiva a homossexualidade, o lesbianismo e todas as demais formas de sexualidade fora do matrimônio [...] estabelecendo uma completa insegurança jurídica, dando margem à doutrinação de crianças e adolescentes sem possibilidade de objeção da família, à qual de fato cumpre o papel de orientar e escolher os caminhos filosóficos e ideológicos de seus pupilos (deputado Paulo Freire, PR/SP, 09/04/2014).

Esse deputado apresenta os termos gênero ou orientação sexual como se fossem sinônimos, e eles não são. Em seus argumentos, também evidenciamos a necessidade de refletir sobre o modo como a família veio/vem sendo pensada ao longo das últimas décadas, já que tal parlamentar aponta que o movimento feminista intencionava a destruição da família.

Nesses argumentos, cabe aqui destacar o quanto o governo, a política, os Estados, as famílias estão atravessadas pela questão de gênero (Louro, 2011) e, por sua vez, as questões de gênero implicam questões das sexualidades, gerando e o medo da perda de controle no âmbito das práticas sexuais.

Dessa forma, é possível observar que a homossexualidade surgiu na argumentação desse deputado como algo a ser temido, como um pânico moral presente em uma fala encharcada de argumentos que reforçam a heteronormatividade e “que se refere à ideia de contaminação e estimulação de uma sexualidade não hegemônica”, como pontuam Zulmira Newlands Borges e Dagmar Estermann Meyer (2008, p. 59). Será necessário ressaltar que o deputado Paulo Freire (PR/SP) apontou um Estado regulador das normas, mantenedor da ordem discursiva no campo das normatizações e normalizações, além de ter mencionado o que consideramos paradoxo frente a laicidade.

Com relação a isso, Foucault (2014) pontua que:

A partir século XVII, as teorias biológicas da sexualidade, as condições jurídicas dos indivíduos, as formas de controle administrativo nos Estados modernos conduziram pouco a pouco à recusa da ideia de uma mistura dos dois sexos em um só corpo e, conseqüentemente, a restringir a livre escolha dos indivíduos ambíguos. A partir de então, a cada um, um sexo, e apenas um. A cada um, sua identidade sexual primeira, profunda, determinada e determinante; quando aos elementos do outro sexo que eventualmente aparecessem, eles apenas podiam ser acidentais, superficiais ou mesmo ilusórios. [...] Não cabe mais ao indivíduo decidir o sexo ao qual ele deseja pertencer jurídica ou socialmente, mas sim ao perito, dizer que sexo a natureza escolheu para ele, e ao qual, conseqüentemente, a sociedade, deve exigir restringir-se. [...] Daí o interesse moral do diagnóstico médico do verdadeiro sexo. [...] Sei bem que a medicina dos séculos corrigiu muitas coisas nesse simplismo redutor. [...] Contudo, a ideia de que se deve ter finalmente um verdadeiro sexo está longe de ter sido completamente dissipada (p. 82-83)

Foucault (1997, 2014) esclarece, ao destacar os discursos produzidos pelos saberes médicos, constituídos verdades a respeito do sexo, que tanto a forma como as normas vão disciplinando a maneira como as pessoas devem viver o sexo e a sexualidade. O sexo passou a ter importância, tornando-se objeto de disputa política, pois:

É que ele se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todo um micropoder **sobre o corpo: mas, também dá margem a medidas maciças**, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la (Foucault, 1997, p.136-137, grifos do autor).

Junto ao dispositivo da sexualidade, foram sendo produzidos saberes médicos e psicológicos que se destinam a disciplinar os corpos e a regular a forma como se vivenciam o sexo e a sexualidade. Os parlamentares que se referem à sexualidade, segundo à compreensão biológica, de uma identidade sexual heteronormativa, expressam um entendimento do sexo e da sexualidade pautado numa racionalidade que não vislumbra outras formas possíveis de famílias e de relações afetivas. Esses deputados indicam, em suas afirmações contundentes contra a homossexualidade e o lesbianismo, que não reconhecem a vida daquele que não se enquadra na norma da heterossexualidade e, com isso, somente conseguem entender que são vidas que não importam (Butler, 2015b).

Foucault (1997) defende que a regulação da sexualidade, dentro da família heterossexual, configurou-se como uma estratégia biopolítica de controle da população. Para esse autor,

O domínio a ser analisado é [...] este dispositivo da sexualidade: sua formação, a partir da carne, dentro da concepção cristã; seu desenvolvimento através de quatro grandes estratégias que se desdobraram no século XIX: sexualização da criança, histerização da mulher, especificação dos perversos, regulação das populações; estratégias que passam todas por uma família que precisa ser encarada, não como poder de interdição e sim como fator fundamental de sexualização (Foucault, 1997, p. 107)

Para a família, à sexualidade foi atribuído o lugar da reprodução, no que diz respeito ao controle da população, com o foco no saber médico sobre os corpos. Caberia à família, atendendo a norma, disciplinar as condutas sexuais para garantir a reprodução que acontecerá atrelada ao matrimônio heterossexual. Assim, a família heterossexual, monogâmica, com a atividade sexual confinada ao quarto do casal heterossexual é uma construção discursiva e uma forma de controle.

Também consideramos importante refletir, com Mello (2005a), entre muitos/as autores/as, que uma compreensão absoluta de família, pautada em valores universais, já vem sendo questionada, à medida que não há uma definição absoluta de família. Mas, podemos encontrar tipos diversos e específicos de famílias, motivadas em sua composição, por variáveis sociais, ambientais, econômicas, políticas, culturais e religiosas. Esse autor salienta que as formas de casamento variam de uma sociedade para outra, e também tem passado por grandes transformações, a partir do século XX, e, acrescenta:

Os últimos cinquenta anos têm sido marcados por uma recorrência obsessiva de discursos sobre desestruturação da família, perda do prestígio social do casamento, banalização do amor como ponto de partida para a construção de projetos duais de existência. As críticas aos imperativos absolutos da monogamia, da coabitação, da indissolubilidade, da exclusividade, da complementaridade e da compulsória reprodução biológica ganharam a arena política, despertando em contrapartida, o medo e a ira dos defensores de uma concepção de família naturalista e sagrada, fundada em valores religiosos e encarregada da missão – primeira e insubstituível – de

assegurar a coesão social e a reprodução da espécie (Mello, 2005a, p. 27)

Constatamos, nos argumentos do deputado Paulo Freire (PR/SP), aspectos explicitados pelo autor no que concerne ao medo da destruição da família, desse modelo de família moderna, absoluta e universal. Nesse estudo, pudemos evidenciar que o ideário de uma concepção natural e sagrada de família ainda se faz presente e ecoou nos argumentos dos parlamentares que indicaram um temor diante da inserção do termo gênero no PNE, um temor da destruição da família e um desejo de reatualizar valores tradicionais.

Consideramos que esses temores, manifestados pelos parlamentares, endossam a constatação das transformações no âmbito das relações familiares, apontadas por Mello (2005a, 2005b), e também por Maria Luiza Heilborn (2004), quando esta destaca as transformações nas relações familiares em sua pesquisa sobre *Família e Sexualidade: novas configurações*. Para a essa autora, as mudanças nas configurações familiares resultaram “de um longo processo que tornou a conjugalidade um domínio relativamente autônomo da família, orientado por dinâmicas internas nas quais a sexualidade” que, nos termos de Heilborn (2004, p. 9), passou a ocupar um lugar central, e no “fato de que o exercício da atividade sexual deixou de ser circunscrito à esfera do matrimônio” (Heilborn, 2004, p.9), fato mencionado pelo deputado Paulo Freire (PR/SP), como uma preocupação no sentido da “destruição da família tradicional”. As constatações apontadas por Heilborn nos permitem pensar que os enunciados presentes nas argumentações dos parlamentares surgem também pelas visibilidades dessas inúmeras transformações sociais no campo das produções teóricas sobre gênero, das transformações na configuração das relações familiares; e da própria pluralidade presente nas formas de pensar as identidades sexuais, dos inúmeros estudos que questionam/questionaram as normatizações na compreensão das sexualidades.

Pesquisas recentes também indicam os novos arranjos nas configurações familiares. Se a pouco marcávamos a não fixidez na questão das identidades de gênero, também temos que explicitar que não há uma família, existem famílias, expressas em diversas configurações familiares. Mônica Fortuna Pontes, Terezinha Féres-Carneiro e Andrea Seixas Magalhães (2015) mencionam que, na contemporaneidade, nos deparamos com diversas formas de configurações familiares, pois, além

das “famílias nucleares de primeiro casamento, encontramos as heterossexuais e homossexuais separadas, recasadas, monoparentais, dentre outras” (p.190). Com isso, é possível afirmar que o conceito de família se encontra “em transição” (Álvarez, 2015) e em ampliação.

Certamente que as mudanças vivenciadas desde a década de 60 corroboraram para as vivências e configurações familiares que temos atualmente, assim como suscitam, por parte de uma parcela da sociedade brasileira, um desejo de retorno a um “suposto ideal de família burguesa” e o “medo da destruição da família”.

Falas como esta, do deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ), expressam, além do medo da “destruição da família”, uma negação da possibilidade da existência de outras configurações familiares, uma invisibilidade da condição do outro como sujeito quanto ao sexo/gênero/desejo (Butler, 2015a) somado a um pânico moral, assim descrito:

[...] Quero aqui mostrar para os senhores o que vai para dentro da escola com o não acolhimento desse destaque. Está no Plano Nacional da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, da então Secretária Maria do Rosário. Entre os 180 itens: inserção nos livros didáticos da temática das famílias LGBT; inclusão da população LGBT (deputado Jair Bolsonaro, PSC/RJ, 22/04/2014).

Miskolci (2007) explicita que a sociedade renegocia os padrões morais por meio de controle social, e faz isso sempre que evidencia mudança no que foi convencionado e legitimado socialmente. Esclarece o autor, que em suas análises faz uso do mecanismo de controle de transformação societária, utilizado pela sociologia e denominado de pânico morais, voltados para o medo social, diante das mudanças sentidas como ameaçadoras. O estudo dos pânico morais é uma linha de investigação sociológica, através da qual “o foco é a mudança social e como ela se dá em um processo em que está em disputa a determinação dos limites morais da sociedade” (p. 110-111).

Apontamos a seguir, mais uma fala de um parlamentar, na intenção de marcarmos a presença do pânico moral na discussão do PNE 2014-2024:

Sr. Presidente, o PRB entende que o texto da Câmara, que busca a promoção dessas igualdades, agora com o aspecto inconstitucional, conforme alegou o Deputado Marcos Rogério, vai fazer com que essa

ideologia de gênero dê aos burocratas do Ministério da Educação o direito de invadir as escolas com cartilhas gays, cartilhas bissexuais, transexuais e outros. E tudo isso com amparo legal, uma vez rotulado como promoção da igualdade de gênero. Por isso o PRB, que é contra a desconstrução dos sexos e da família, vota favoravelmente ao destaque (deputado Antonio Bulhões, PRB/SP, 22/04/2014).

Entendemos que, nas colocações do deputado Antonio Bulhões (PRB/SP), também está presente o pânico moral, expresso no medo de que a educação inclua em seus diálogos a pluralidade das identidades sexuais, que abra para possibilidades que problematizem a heteronormatividade e que dialoguem sobre as diferenças. Louro (2015) pontua que “as chamadas “minorias” sexuais, estão mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores” (p.28). Essa visibilidade, para a autora, tem efeitos contraditórios. Por um lado, há uma maior aceitação da “pluralidade sexual” por alguns setores sociais e, por outro lado, “setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física” (Louro, 2015, p. 28). Acrescenta Louro (2015) que a Educação, com sua vocação normalizadora, também se vê ameaçada diante dessas transformações, porque:

O desafio não está apenas em se admitir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira.

Escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. Mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. (Louro, 2015, p. 28-29).

Diante desse sentimento de ameaça, vemos se acirrarem atitudes extremas, na intenção de um controle das mudanças já ocorridas. Também evidenciamos a tentativa de grupos em nome das suas convicções religiosas atacarem tudo o que foge a sua forma de conceber a existência. Vemos uma dificuldade em lidar com a diferença,

uma busca de retorno ao que denominam “valores tradicionais” (Mello, 2005a; Miskolci, 2014a, 2014b).

Miskolci (2007), ao mencionar a forma como a homossexualidade foi sendo tratada historicamente, registrou que o temor presente, diante da degeneração sexual, reside no medo das transformações na instituição família. Isso, em certa medida, nos ajuda a compreender que essa apreensão também reside no medo das mudanças que vêm acontecendo nas relações afetivo sexuais, apontadas nas afirmações dos parlamentares, presentes neste estudo, e que revelam o medo da destruição da família. Por meio dessas falas, podemos confirmar que os pânicos morais indicam as lutas a respeito do que as coletividades consideram legítimo no que concerne aos comportamentos e estilos de vida.

Autores como Goode e Ben-Yehuda, a partir da ótica de Miskolci (2007), definiram pânico moral como um consenso partilhado por um número razoável de membros da sociedade e que certa categoria de sujeitos ameaça a sociedade e a ordem moral. Esses membros da sociedade tendem a concordar entre si, quanto à necessidade de fazer algo com relação às categorias de sujeitos que ameaçam a sociedade. Esse algo, segundo os autores “aponta para o fortalecimento do aparato de controle social, ou seja, novas leis ou até mesmo maior e mais intensa hostilidade e condenação pública a determinado estilo de vida” (p. 112).

Foi possível identificar esse “consenso partilhado” não apenas na fala do deputado Antonio Bulhões (PRB/SP), mas também na organização da bancada de deputados evangélicos e católicos, para que o termo gênero não constasse no PNE 2014-2024. Cabe ressaltar que um plano para educação brasileira aponta diretrizes para ações, quanto à elaboração de currículos nas escolas públicas e privadas de um país plural, multiétnico, constituído de famílias com diferentes configurações societárias e de gênero. Isto significa dizer que, uma grande parcela da sociedade brasileira, e muitas das dificuldades encontradas pelos educadores nos espaços das escolas brasileiras, corre o risco de não ser contemplada se as políticas de ação afirmativa, no que concerne à “ênfase na igualdade racial, igualdade regional, igualdade de gênero e orientação sexual”, não fizer parte das diretrizes curriculares, se elas

forem negadas ou retiradas das práticas educativas como aconteceu no texto do PNE 2014-2024¹⁵.

Entendemos, com Déborah Britzman, que:

Se a educação e as pedagogias [...] puderem “navegar as fronteiras culturais” do sexo e se puderem fazê-lo de forma a problematizar e a pluralizar, parte de nosso trabalho, então, deve consistir em repensar a

¹⁵Há aspectos que precisam ser pontuados ou acrescentados a esta reflexão: a) refere-se ao fato do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania e da Coordenação Geral de Direitos Humanos – CGDH/DPDHUC/SECADI/MEC, ter elaborado a Nota Técnica N° 24/2015, datada de 17 de agosto de 2015, com esclarecimentos a respeito do termo gênero e orientação sexual na elaboração dos Planos Municipais e Estaduais, com o objetivo de apresentar subsídios teóricos para essa elaboração (documento em anexo); b) criação do disque denúncia, pelo MEC, no caso de os professores e professoras se sentirem coagidos em suas atuações pedagógicas ao lidarem com questionamentos sobre gênero; e c) paradoxalmente a medidas do MEC, conforme notícia vinculada no site: <http://educacaointegral.org.br/noticias/projeto-de-lei-preve-prisao-de-docente-que-falar-sobre-ideologia-de-genero/> acesso em 15/04/2016, há um Projeto de Lei (PL) na Câmara dos Deputados Federais, elaborado pelo Deputado Erivelton Santana – PSC/BA - (PL 7180/2014) que solicita a mudança na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação – LDB/1996, para a inclusão de um inciso em que determinará a não inclusão do termo ideologia de gênero na educação. Nesta notícia, consta também um outro Projeto de Lei que prevê a prisão dos docentes que mencionarem gênero nos espaços educativos, o PL 2731/2015, de autoria do Deputado Eros Biondine – PTB/MG e que foi retirado pelo autor, porém há um outro PL 867/2015, do Deputado Izalci Lucas Ferreira–PSDB/DF, que foi apensado ao PL 7180/2014 e intenta incluir na LDB/1996 o “Programa Escola Sem Partido”. Esclarece o jornalista desta notícia: “Propostas inspiradas no Escola Sem Partido também encontram apoiadores nos estados e municípios. Segundo Fernando Penna, o grupo parte da premissa de que os alunos constituem uma “audiência cativa em sala de aula”. “Esta analogia com um cativo é levada ao extremo por esse movimento, que chega a falar em Síndrome de Estocolmo – este é o título de umas das seções do site dessa organização – para se referir à relação emocional estabelecida entre os professores e seus alunos”. Os professores seriam os agentes de um ‘sequestro intelectual’ dos alunos, que, por sua vez, se apegariam aos seus captores, a ponto de defendê-los, enquanto seus libertadores – no caso o próprio Escola Sem Partido – estariam tentando resgatá-los”, completa o professor da UFF”(Zinet, 09/11/2015).

representação e os discursos da identidade, do conhecimento e do poder cultural que circulam nas escolas e no interior do aparato saber/poder. Isso significa construir pedagogias que envolvam todas as pessoas e que possibilitem que haja menos discursos normatizadores dos corpos, dos gêneros, da afetividade e do amor (Britzman, 1996, p. 71).

Os estudos sobre os pânicos morais nos auxiliam a responder algumas das perguntas que nos fizemos diante da não aprovação, em sua ~~da~~ integralidade, do texto da Câmara dos Deputados. A nosso ver, indicam os efeitos do pânico moral, explicitam a necessidade do fortalecimento do controle social, por parte daqueles que consideram importante reforçar o conservadorismo e manter a afiliação de valores considerados naturalizados, bem como reforçam o acirramento das “territorialidades” (Sawaia, 1999). Torna-se necessário elucidar que:

[...] o pânico é moral porque o que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um *status* valorizado como a família ou o casamento (Miskolci, 2007, p. 112).

Concordamos com Miskolci (2005, 2007), quando explica que muitos sujeitos em uma sociedade “ameaçada moralmente” consideram que esta sociedade precisa fazer renascer os valores tradicionais, defendendo assim, de uma maneira idealizadora, os valores e a ordem social do passado. Ideias como essas impulsionam na contemporaneidade pensamentos de que a sociedade permanece constantemente sob ameaça e fazem com que os indivíduos fortaleçam seus posicionamentos à respeito da criação de novas formas de controle social. Para que essas novas formas de controle social surjam, é necessário que aqueles que desejam modificar o rumo das transformações se organizem, e isso somente foi possível verificar ~~isto~~ nas Sessões Ordinárias da Câmara dos Deputados, destinadas à votação do inciso III, do art. 2º, que apresentou um forte apelo para que a educação formal não incluísse as problematizações de gênero, como vimos apontando. Dessa maneira, os pânicos morais suscitam a discussão sobre uma forma de comportamento no que concerne ao seu controle social e legal e, a partir disso, os denominados “empreendedores morais” surgem com propostas educativas

preventivas, objetivando uma regulamentação legal desse comportamento (Miskolci, 2007, p. 113).

Ressaltamos que nas sessões¹⁶ das discussões a respeito do PNE 2014-2024 foram mencionados pastores, sites de Igrejas, nominados padres que poderiam auxiliar para que a população entendesse a importância do termo gênero não fazer parte deste documento. Pudemos perceber toda uma movimentação de sujeitos “considerados” por uma parcela da sociedade como moralmente aptos a falar e propor medidas educacionais, atuando a partir do pânico moral com relação à homossexualidade, como percebemos na fala do deputado pastor Eurico (PHS/PE)¹⁷:

¹⁶As três Sessões descritas, e que se referem a três Sessões Ordinárias da Comissão Especial, destinada à votação do Plano Nacional de Educação – PNE 201-2024, encontram-se no apêndice deste estudo.

¹⁷A professora Dra. Jimena Furlani, da Faculdade de Ciências da Educação – FAED/UEDESC, em uma palestra no VIII Colóquio de Grupos de Pesquisa sobre Formação de Educadores e Educação Sexual – Os desafios da sexualidade e da educação sexual, na UEDESC, apontou o nome de vários sacerdotes que elaboraram cartilhas e materiais que foram distribuídos em cursos em diversas arquidioceses do país, explicando a temática da “ideologia de gênero”, termo bastante mencionado pelos deputados que votaram contra o texto da Câmara dos Deputados na elaboração do PNE, especificamente evidenciando ideologia de gênero, conforme vamos abordar na sequência da análise das falas dos parlamentares. Porém, destacamos que pudemos constatar esse trabalho de conscientização em uma missa de sétimo dia, no ano de 2015, quando o padre, em certa altura da homilia, alertou os fiéis de que precisavam ficar atentos para que a “ideologia de gênero” não constasse nos Planos de Educação Municipais e Estaduais que estavam em elaboração. Nessa homilia ficou clara a incitação para que os pais e as famílias em geral, ficassem atentos e não deixassem que as escolas falassem para seus filhos sobre gênero, pois isso seria o mesmo que anular a designação de homem e mulher; desse modo deixar que essas ideias pudesse destruir a família. Esse fato, que expressa a ideologia da Igreja Católica e de algumas Igrejas Evangélicas, também é possível de ser constatado por meio de inúmeros materiais postados na Internet e que podem ser acessados ao digitarmos o termo “ideologia de gênero”. Segundo Furlani (2015), a ideia midiática de uma ditadura *gay* está presente nos discursos dos pastores e sacerdotes, expressos por inúmeros programas que apontam para a cura *gay*, que demonizam a homossexualidade e a associam à pedofilia; em discursos que retomam a polêmica da elaboração do Kit *Gay*, e entre outras questões e afirmações que intencionam provar argumentos contra as problematizações de gênero nos espaços educativos. Afirma essa pesquisadora que há mais de cinco

Agora, Sr. Presidente, eu gostaria, dentro da minha fala, que é direito meu, de trazer aqui algumas respostas que eu fiz questão de trazer, e agora foram distribuídas. E eu agradeço a quem as distribuiu, estão aqui na tela do meu tablet. São exatamente do nobre Padre José Eduardo de Oliveira, que é sacerdote da Diocese de Osasco. Eu o considero uma pessoa de grande valia nessa situação concernente à educação, uma pessoa de referência no Brasil. Esse padre deu algumas respostas a algumas perguntas relativas à questão de gênero. Entendo que nós, como evangélicos, respeitamos todas as pessoas, isso é provado. É bem verdade que não concordamos com violência, não concordamos com discriminação, não concordamos com termos pejorativos contra nenhum ser humano, de forma alguma. Nós respeitamos a todos. Mas, quando perguntado ao padre sobre essa questão de gênero, eu gostaria, dentro desse meu tempo aqui, já que ele não pode falar, de dizer as respostas dele para que aqui ficassem registradas. (deputado pastor Eurico, PHS/PE, 08/04/2014).

Não apresentamos toda a fala do deputado neste momento, porém apenas registramos sua intenção de endossar a fala do Padre José Eduardo, considerado por ele como um grande educador. Também é possível observar que, em seus argumentos, um deputado pastor, reportou-se aos enunciados proferidos por um sacerdote católico. Isso nos remete às colocações de Ranciére (1996) sobre o surgimento da política, ao citar Aristóteles, no Livro I da *Política*, quando este define que o que confere supremacia política ao homem é a posse do *logos*, ou seja, “da palavra, que *manifesta*, enquanto a *voz* apenas indica” (p.17). A palavra, portanto, manifesta o justo e o injusto para uma comunidade. A posse do *logos*/palavra separa duas espécies de animais e duas maneiras de participar do sensível, pois há animais que terão a palavra audível e animais que apenas farão ruídos. A partir desse raciocínio, Ranciére (1996) descreve o princípio da política e pautando-a como verificação de um dano, partilhados por aqueles que são considerados possuidores

anos esse movimento conservador das Igrejas Católicas, Evangélicas, cristãos/ideólogos e judaico-cristãos do mundo todo se organizam e discursam sobre a “ideologia de gênero” e os essencialismos de sexo/gênero, emitindo afirmações ao defender que só existe homem e mulher, que não existe diversidade e nem mesmo outra forma de associação familiar que não seja a família heterossexual e heteronormativa.

de logos/palavra e aqueles que estão destinados ao ruído, não sendo contados nesta parcela os que podem falar e ser ouvidos. Para o autor, “a política não se ocupa dos vínculos entre os indivíduos, nem das relações entre os indivíduos e a comunidade, ela é da alçada de uma contagem das ‘partes’ da comunidade, contagem que é sempre uma falsa contagem” (Rancière, 1996, p. 21-22). O deputado mencionou o sacerdote, a voz, a palavra do sacerdote e, nas entrelinhas, ficam os ruídos da militância LGBT, de Direitos Humanos - DH que estavam marcando a importância das problematizações de gênero nos espaços educativos.

Também consta na fala do deputado pastor Eurico (PHC/PE) o medo da destruição da família:

[...] É bem verdade que alguns, talvez, não conheçam a originalidade desse termo gênero. V.Exa., como Relator, há poucos minutos fez algumas colocações aqui concernentes a homem e mulher, mas a base principal dessa questão de gênero hoje, que é oriunda da Europa, não tem nada a ver com a questão homem e mulher. Isso tem a ver exatamente com a desconstrução da identificação de homem e mulher, a desconstrução da questão família. E, pasmem os senhores, se formos analisar o que acontece hoje, principalmente na Suécia, veremos que as mulheres estão sofrendo por causa dessa ideologia. Há provas concretas do absurdo que está acontecendo, onde se aprovou essa ideologia, porque desqualifica completamente a questão homem e mulher. (deputado pastor Eurico, PHS/PE, 08/04/2014).

A destruição da instituição família é justamente o que estamos abordando a partir das falas dos parlamentares. Miskolci (2005, 2007), na conclusão de suas ideias a respeito do casamento *gay*, alerta-nos sobre algo importante a ser considerado em todas as análises já realizadas. Para ele, na contemporaneidade, a visibilidade de *gays* e lésbicas alterou a forma como se compreendem “as relações amorosas e sexuais assim como os possíveis arranjos familiares e parentais” (Miskolci, 2007, p. 120). Dessa maneira,

[...] os conservadores estão certos ao afirmarem que a família (tal como a concebem e desejariam conservar) está ameaçada. Só que não se trata de um ataque orquestrado à instituição, antes o resultado de transformações históricas e sociais que não podem ser atribuídas a um único grupo. Tal visão, além de buscar um “bode expiatório”, é a-histórica e sociologicamente cega a respeito do que é a instituição

familiar. Apesar da hegemonia simbólica, análises etnometodológicas afirmam que a família burguesa nuclear nunca foi a regra e se aproxima muito mais de uma ficção, de um ideal coletivo (Miskolci, 2007, p. 120).

O autor nos instiga a perscrutar as falas dos parlamentares com relação a esse medo da destruição da família, por trás da hostilidade manifestada com relação à homossexualidade, além da intenção de tornar qualquer problematização teórica a respeito do termo gênero como “ideologia de gênero” a ser combatida.

4.1.2 - Em defesa da biologização do gênero

Vamos seguir na análise das colocações dos parlamentares, procurando destacar, a partir de suas falas, a forma como compreendem gênero, para posteriormente analisarmos o que esses compreendem sobre “ideologia de gênero” e, por essa razão, retomamos as colocações de dois deputados:

Sintetizando em poucas palavras, a ideologia de gênero consiste no esvaziamento jurídico do conceito de homem e de mulher. A teoria é bastante complicada, e uma excelente explicação desta se encontra no documento Agenda de Gênero. Contudo, a ideia é clara. Afirmando que o sexo biológico é apenas um dado corporal de cuja ditadura nos devemos libertar pela composição arbitrária de gênero. É bem verdade que alguns, talvez, não conheçam a originalidade desse termo gênero. V.Exa., como Relator, há poucos minutos fez algumas colocações aqui concernentes a homem e mulher, mas a base principal dessa questão de gênero hoje, que é oriunda da Europa, não tem nada a ver com a questão homem e mulher. Isso tem a ver exatamente com a desconstrução da identificação de homem e mulher, a desconstrução da questão família. E, pasmem os senhores, se formos analisar o que acontece hoje, principalmente na Suécia, veremos que as mulheres estão sofrendo por causa dessa ideologia. Há provas concretas do absurdo que está acontecendo, onde se aprovou essa ideologia, porque desqualifica completamente a questão homem e mulher.

Outra pergunta: quais as consequências disso? A resposta está aí: as consequências são as piores possíveis, conferindo status jurídico à chamada identidade de gênero. Não há mais sentido falar em homem e mulher, falar-se-ia apenas de gênero, ou seja, a identidade que cada um criaria para si. Esse é um ponto para o qual chamamos a atenção.

Já fizemos discurso sobre isso no plenário da Casa, mostrando o absurdo que está por trás dessa terminologia. V.Exa. coloca como eu antes colocava: sempre usei essa expressão gênero como identificação de homem e mulher (deputado pastor Eurico, PHS/PE, 08/04/2014).

As colocações do deputado pastor Eurico (PHS/PE) apontam para a Agenda de Gênero, documento publicado pela Organização das Nações Unidas – ONU, revelando que esse parlamentar procurou explicitar o entendimento do conceito de gênero na contemporaneidade. Consideramos ser uma ousadia, afirmar que o parlamentar se apropriou desse conhecimento. No entanto, podemos vislumbrar nos discursos a respeito de uma “ideologia de gênero”, conhecimentos distorcidos dos estudos nesse campo do conhecimento.

Identificamos, olhando para os enunciados como uma resposta, um receio dos deputados com relação às formulações teóricas presentes na política de gênero apresentada por Butler (2015a) e pela própria Teoria Queer, que pautam suas teorizações sobre a problematização da heteronormatividade, no sentido de desalojar certezas no campo das identidades sexuais e de gênero.

Postulamos com Rancière (1996) a importância de submeter os enunciados desses parlamentares às condições de sua validade, colocando em litígio o modo como cada uma das partes participa do *logos*, ou seja, da posse da palavra, a maneira como cada um apresenta o justo e o injusto no antagonismo que esteve presente na aprovação do PNE 2014/2024.

O deputado pastor Eurico (PHS/PE) manifestou seu entendimento de gênero como identificação de homem e mulher, apontando uma concepção binária e essencialista de gênero, da ordem dos saberes produzidos sobre o sexo, como diria Foucault (1997, 2014). Isso nos faz refletir que “quando falamos de gênero, pela matriz essencialista, o associamos diretamente ao sexo genital, e o tomamos como um definidor absoluto de nossa forma de viver, perceber, sentir, desejar” (Pelúcio, 2014, p.99). Sendo assim, vejamos a continuidade da sua argumentação:

Mas partindo desse princípio, que agora é oriundo de outras partes do planeta, automaticamente é uma desconstrução daquilo que nós sempre defendemos, que é exatamente a questão homem e mulher e

principalmente a questão família no contexto de macho e de fêmea (deputado pastor Eurico, PHS/PE, 08/04/2014).

Identificamos nos argumentos desse parlamentar a repetição de uma defesa pela permanência da biologização do gênero, demarcando as diferenças entre os sexos de forma fixa, o que invisibiliza outras possibilidades na configuração das relações entre os gêneros, de acordo com a ~~na~~ verificação da igualdade como condição ontológica dos sujeitos. Um entendimento de gênero que destaca o macho e a fêmea, em defesa de uma naturalização da biologização do gênero, e nos convida a refletir que,

nesse processo de naturalização, atrelados ao discurso biológico, outros discursos são produzidos como, por exemplo, o discurso da família–reprodução, em que a heterossexualidade é dada como norma. Relacionando a sexualidade à procriação e consecutivamente à copulação, justificam-se as relações sexuais e a representação de um modelo familiar formado por um casal heterossexual e seus filhos (Silva & Ribeiro, 2011, p.259).

Contudo, o deputado pastor Eurico expressa seu entendimento de que pensar a identidade de gênero seria desvalorizar o humano. O deputado ainda argumenta:

O que é que tem a ver a identidade de gênero com a questão do PNE? Isso foi colocado na tentativa de fazer prevalecer ideologias ativistas no Brasil. E nós não somos a favor disso [...] A desvalorização do ser humano, como homem, como mulher, e até da família. Isso desqualifica aquilo que é homem, aquilo que é mulher. Respeitamos cada pessoa. Cada um segue o caminho que quer, mas não aceitamos que dentro do Plano Nacional de Educação... (deputado pastor Eurico, PHS/PE, 08/04/2014).

Podemos questionar: a que humano o deputado está se referindo? O que parece evidente no discurso do referido pastor é que humano somente é aquele que concebe o gênero em sua articulação binária, aquele que se encontra atrelado à norma heterossexual. Os questionamentos desse parlamentar, fazem com que pensemos nas

colocações de Butler (2015b) ao afirmar que a precariedade da vida enquanto condição nos impõe uma obrigação: o questionamento sobre em que condições é possível apreender uma vida, ou muitas vidas, como precárias. E que:

há “sujeitos” que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há “vidas” que dificilmente – ou melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas. Em que sentido, então, a vida excede sempre as condições normativas de sua condição de ser reconhecida? Afirmar isso não significa dizer que a vida tem como essência uma resistência à normatividade, mas apenas que toda e qualquer construção da vida requer tempo para fazer seu trabalho, e que nenhum trabalho que ela faça pode vencer o próprio tempo. Em outras palavras, o trabalho nunca está feito definitivamente. Este é um limite interno à própria construção normativa, uma função de sua “iterabilidade¹⁸” e heterogeneidade, sem a qual não pode exercitar sua capacidade de modelagem e que limita a finalidade de qualquer de seus efeitos (Butler, 2015b, p.17-18)

Nesse sentido, as normas constituem os sujeitos e possibilitam que sejam reconhecidos ou não (Butler, 2015b). Podemos olhar para os argumentos do deputado pastor Eurico (PHS/PE) em seu entendimento sobre biologização do gênero, identificando que para além da norma heterossexual, sua racionalidade não reconhece outra possibilidade de ser. Esse Deputado prossegue com seus questionamentos:

O que é que tem a ver a identidade de gênero com a questão do PNE? Isso foi colocado na tentativa de fazer prevalecer ideologias ativistas no Brasil. E nós não somos a favor disso. [...] parece que essas pessoas que estão defendendo isso não sabem ainda a originalidade do termo igualdade de gênero. Sabem isso alguns países que o adotaram. Procurem ver o que está acontecendo hoje, principalmente, na Suécia (deputado pastor Eurico, PHS/PE, 09/04/2014).

Os argumentos desse parlamentar, que representou as falas os deputados que se colocaram contra a inserção dos termos “gênero” e

¹⁸Conceito trabalhado por Derrida, o qual aponta “que a iterabilidade é a possibilidade do signo ser repetido e alterado, mesmo na ausência de seu referente, comportando a mudança e o deslocamento. O termo viria de *itara*, outro em sânscrito, sentido que liga a repetição à alteridade, ou seja, atravessando e transformando a repetição” (Brito, 2015, p. 04).

“orientação sexual”, revela a militância que convoca as racionalidades para o deslocamento da norma heterossexual. Reiteramos que da luta pelo reconhecimento de outras “vidas”, dos deslocamentos e fissuras realizadas na norma da heterossexualidade, o deputado pastor Eurico (PHS/PE) só percebe equívoco, só entende a racionalidade daqueles que militam nas causas das “minorias”, mostrando o desconhecimento daquilo que ele concebe como o correto, e que ele reconhece como possível. Também observamos, nas colocações desse deputado, o medo revelado como ameaça ao que sua racionalidade legítima, razão para utilizarmos em nossa análise o entendimento de pânico moral ao constarmos esse medo, identificado nas afirmações dos parlamentares.

Consideramos pertinente apontar que, como consequência da política de identidades, desenvolvida a partir das últimas décadas do século XX, sujeitos e práticas sexuais se tornaram visíveis (Louro, 2010). Pois,

Sujeitos e práticas sexuais *minoritárias* (tornaram-se visíveis) [...] A afirmação e o orgulho de mulheres e homens não-heterossexuais perturbam e continuam perturbando a pretensa harmonia dos arranjos sociais. Com suas vidas essas mulheres e homens desmentem a garantia da sequência sexo/gênero/sexualidade.

A política de identidades desencadeada pelos movimentos feministas, gays, lésbicos, dentre outros, representa um dos mais significativos e poderosos processos de transformação social (Louro, 2010, p.147)

As colocações de Louro (2010) explicitam as conquistas e a visibilidade de sujeitos e práticas sexuais para além da heterossexualidade. Ratificam as fissuras produzidas na norma heterossexual e, a nosso ver, também nos permitem pensar que as falas defendidas pelos parlamentares, contrários a inserção dos termos “gênero” e “orientação sexual”, se constituíram como uma reação às políticas de identidade.

O deputado pastor Eurico (PHS/PE) prosseguiu em seus argumentos e, em um dado momento, considerou importante registrar que seus argumentos não poderiam ser entendidos como preconceituosos:

Lamentavelmente, eu vim de um tempo em que os homossexuais eram desprezados, eschachados. Na escola que eu estudei, eles eram chamados de pederastas. E eu nunca concordei com isso, era uma

discriminação. Eu sempre respeitei os homossexuais. Depois, com todo o respeito, veio o termo veado, depois outros aí que eram degenerativos. E os programas humorísticos exploravam a questão dos homossexuais. Um absurdo o que se fazia!

Isso é desrespeito? É. Nunca concordei com isso. O ser humano deve ser respeitado, e eu o respeito. Mas nós temos que entender que, dentro do contexto constitucional, temos liberdade de expressão e todos nós devemos respeitar um ao outro.

Então, Sr. Presidente, nós temos o direito de nos pronunciar, nós temos o direito de defender aquilo em que cremos. A questão da homofobia está completamente fora disso aqui. Não existe isso, porque eu teria que criar também a ideologia de heterofobia, daqui a pouco evangélicofobia, e coisas semelhantes. (deputado pastor Eurico, PHS/PE, 08/04/2014).

Evidenciamos, nessa fala, um (re)conhecimento a respeito da violência de gênero nos espaços educativos. No entanto, no entendimento desse parlamentar, isso é coisa do “seu tempo”. O que não é reconhecido pelo deputado é que essas discriminações ainda se presentificam nas escolas, e por isso a importância de ratificar no PNE diretrizes e metas que venham colocar no diálogo “a igualdade como princípio” (Rancière, 1996, 2012), as questões relacionadas ao gênero e a orientação sexual com toda a sua historicidade e suas implicações políticas.

Sabemos que as políticas públicas, como já tivemos o *Programa Brasil sem Homofobia*, vêm justamente propor a superação dos desconhecimentos, o reconhecimento da visibilidade, dos desencontros. Procuram trabalhar a respeito da importância de se efetivar ações objetivando problematizar e produzir fissuras nas certezas que endossam preconceitos e violências com base nas diferenças de gênero e sexualidade nos espaços educativos.

De fato, nós já vivemos sob a égide da heteronormatividade, e por essa razão precisamos refletir que não há uma única forma de vivenciar o prazer e a sexualidade e que isso não é desrespeito. Desrespeito é querer ditar regras de como as pessoas devem viver, é ter medo da diferença e não considerá-la como parte da vida social.

Entendemos que a questão da homofobia está e esteve presente na discussão sobre o PNE 2014-2024, assim como compreendemos que mencionar a necessidade de se criar a heterofobia é uma inversão do discurso, uma tentativa de desviar o olhar e as reflexões para uma heteronormatividade combativa, presente nas colocações desse

parlamentar. Não há pois, uma heterofobia, na medida em que a heterossexualidade se encontra como a norma que legitima o entendimento binário de gênero, e sob a qual precisamos produzir fissuras. Não precisamos verificar a igualdade para heterossexuais? Os heterossexuais já são reconhecidos, nominados, visibilizados, contados e incluídos nos espaços educativos.

Em alguns momentos, parece que misturar todas as pautas é mais fácil quando se quer negar as diferenças. Entendemos com Miskolci (2014) que a diferença é própria da cultura, a qual expressa o novo, o que difere da conduta existente, já que é a escola que pode possibilitar que as diferenças sejam visibilizadas, ao permitir a desconstrução de sentidos fixos e o surgimento de outros sentidos que podem ser reescritos.

Finalizamos essas análises que chamamos de biologização do gênero, salientando que intencionar manter um olhar essencialista e fixo para o gênero, numa perspectiva puramente biológica, em nossa compreensão é desconsiderar outras “vidas” como possibilidade e querer silenciar vozes para além da heteronormatividade. Desse modo, registramos a importância de visibilizar as diferenças, partindo do princípio da igualdade (Rancièrè, 1996), por meio de um exercício de verificação dessa igualdade, reconfigurando o espaço sensível no que concerne às relações de gênero e orientação sexual.

4.1.3 - Contra e a favor da “ideologia de gênero”

Passaremos agora à apresentação das falas que fundamentam a argumentação contra a permanência do termo “gênero” intitulada por eles como uma “ideologia de gênero”. Procuramos apontar o que os parlamentares compreendem acerca dessa expressão. Para isso, vamos nos apoiar nos estudos de gênero, por meio de um diálogo para o qual a Ciência será chamada a corroborar com nossas análises.

Cunhada por religiosos e endossada em suas falas, o que não acontece nos estudos de gênero, qualquer menção à “ideologia de gênero” nos faz pensar que eles são ora contra e ora a favor dessa nomenclatura em seus argumentos, já que são os idealizadores do mesmo.

Vejamos algumas dessas falas sobre “ideologia de gênero”:

Há, sim, uma oportunidade de nós deixarmos o gênero na discussão do Plano Nacional de Educação para fora. Eu conheço, Sr. Presidente, e posso trazer informações sobre o blog do Padre Ricardo. Se alguns aqui se interessarem pela leitura e pelo ingresso no blog do Padre Paulo Ricardo, verão exatamente o que eu estou dizendo. Trata-se de ideologia de gênero, Sr. Presidente [...]

Eu, particularmente, em razão desta ingerência, em razão de o gênero no Plano Nacional de Educação e de a origem gênero terem um contexto absolutamente ideológico, marxista, não acredito que devam constar na nossa... [...]

Sou contrário à inserção de qualquer ideologia e, ainda mais, da “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação. Sou respeitoso com as pessoas, Sr. Presidente, mas não admito isso. Eu quero concluir, conclamando as pessoas, para que possamos, de fato, rever aquilo que nós estamos tratando dentro deste Congresso Nacional sobre o aspecto dos direitos sociais, sobre a inserção, por exemplo, desta ideologia, que está muito mais nos dividindo do que nos unindo. Volto a repetir: não há preconceito. Há um conceito estabelecido, na minha cabeça, de que uma sociedade cristã, necessariamente, não pode ter a “ideologia de gênero” inscrita no Plano Nacional de Educação. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência. (deputado Luiz Fernando Machado, PSDB/SP, 08/04/2014).

Eu ouvi alguns Deputados, inclusive o Deputado Luiz Fernando, que fez um discurso belíssimo sobre a “ideologia de gênero”. E eu gostaria de tentar comentar um pouco sobre o que eu li e estudei a respeito de “ideologia de gênero”. A “ideologia de gênero” é uma construção social da imagem sobre o ser humano, ou seja, o ser humano nasce um ser amorfo. Ele vai se descobrir homem ou mulher depois, quando tiver certa idade. Se isso é de foro íntimo, por que os educadores têm que se intrometer nessa história? Por que isso tem que se tornar uma lei? Hoje em dia, quando eu ouço, na escola dos meus filhos, falarem alguma coisa que eu não aceito ou que não faz parte do currículo, mesmo sendo uma orientação do MEC, eu tenho, como pai, o direito de ir até a escola e reclamar: Eu não quero que meu filho estude isso, a minha filha não precisa ouvir isso. Isso ela aprende de mim, que sou pai, em casa. Essa “ideologia de gênero” é um problema, Deputado Vanhoni, porque não dá para mensurar o que é isso. Imaginem ensinar isso a uma criança de 6 anos de idade! Uma coisa é não promover o preconceito, e quanto a isso eu também sou a favor. Não à discriminação! Mas o texto fala em promoção, e promoção é o quê? É dizer que é normal ou é dizer que é bom? Isso é

muito problemático, porque uma coisa é dizer à criança que é normal a pessoa ser isso ou ser aquilo, outra coisa é doutriná-la dizendo que isso é bom. Podemos criar no futuro uma fábrica de pessoas amorfas. (deputado pastor Marco Feliciano, PSC/SP, 08/04/2014).

Nas falas dos parlamentares há uma menção ao termo gênero, como “ideologia de gênero” e essa ideologia, estava/está vinculada, segundo eles, ao marxismo. Há também uma ideia de que essa “ideologia de gênero” seria uma afirmação de que se nasce sem sexo e há uma certeza partilhada em relação a essas ideias.

O que estaria na base desse medo da “ideologia de gênero”? Já que este é um termo cunhado por pessoas que se encontram “preocupadas” com as designações de gênero nas escolas, assim como, com a “destruição da família”, destruição do que concebem como modelo familiar ideal?

Já mencionamos que, ao nosso ver, há um medo da homossexualidade, há um medo de que se produzam fissuras na heteronormatividade, mas procuraremos compreender por onde passa esse “conceito” de “ideologia de gênero”. Sabemos que nenhum estudo ou teoria científica sobre gênero, faz qualquer menção a este conceito.

A referência que encontramos, no Brasil, a respeito da “ideologia de gênero” foi a obra do advogado argentino, Jorge Scala, denominada *Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família*, publicada no Brasil pela editora Katechesis. Em entrevista¹⁹ concedida a Thácio Siqueira, em 31 de janeiro de 2012, Jorge Scala, ao ser questionado sobre as razões para escrever seu livro, argumentou que se sentiu imbuído a investigar gênero, de acordo com a decisão da ONU de criar a Agência de Gênero, que deveria investigar a inclusão do termo nos programas educacionais, desenvolvidos pelos diversos países (Scala, 2012). Scala expôs sua compreensão de ideologia como um falseamento da realidade. Para esse advogado, “As ideologias se impõem utilizando o sistema educacional formal (escola e universidade) e não formal (meios de propaganda), como fizeram os nazistas e os marxistas” (Scala, 2012, s/p). Jorge Scala assim define sua compreensão de “ideologia de gênero”:

¹⁹Entrevista postada no site: <https://pt.zenit.org/articles/ideologia-de-genero-neototalitarismo-e-a-morte-da-fami-lia/> Acesso em 12 de abril de 2016.

Seu fundamento principal e falso é este: o sexo seria o aspecto biológico do ser humano, e o gênero seria a construção social ou cultural do sexo. Ou seja, que cada um seria absolutamente livre, sem condicionamento algum, nem sequer o biológico -, para determinar seu próprio gênero, dando-lhe o conteúdo que quiser e mudando de gênero quantas vezes quiser.

Agora, se isso fosse verdade, não haveria diferenças entre homem e mulher – exceto as biológicas -; qualquer tipo de união entre os sexos seria social e moralmente boas, e todas seriam matrimônio; cada tipo de matrimônio levaria a um novo tipo de família; o aborto seria um direito humano inalienável da mulher, já que somente ela é que fica grávida; etc. Tudo isso é tão absurdo, que só pode ser imposto com uma espécie de “lavagem cerebral” global (Scala, 2012, s/p).

É possível vislumbrar um movimento de conceituar seus argumentos. No entanto, o advogado se utiliza de parte das colocações sobre gênero para fazer afirmações distorcidas, já que as produções teóricas, no campo dos estudos feministas e de gênero, não podem ser classificadas como doutrinação, uma vez que não impõe um caminho a se seguir, mas abrem a outros possíveis, contrapondo-se a essa doutrinação. Além disso, vemos em suas colocações um julgamento moral com relação a certas formas de união, sobre as quais entendemos que ele se refere às uniões homoafetivas. Nesse discurso de ordem moralista, Scala considera direitos conquistados nas lutas feministas como algo do campo do absurdo. Em sua proposta, considerada de “lavagem cerebral”, atribui às políticas de direitos uma intencionalidade que parece lhe ser própria.

No entanto, Jorge Scala enuncia um movimento financiado internacionalmente e implicado com ações no campo da cura-*gay*, por meio de organizações religiosas que se colocam contra a legalização do aborto, as políticas de emancipação e direitos das mulheres, ambas com foco no medo da destruição da família.

Para Furlani (2016),²⁰ no livro publicado por Scala, no ano de 2010, e também no livro intitulado *Agenda de gênero* (publicado em 1996), escrito por Dale O’Leary, uma militante pró-vida que participou

²⁰Entrevista concedida à jornalista Andrea Dip, em 30 de agosto de 2016, publicado no *site Publica*, agência de reportagem e de jornalismo investigativo. Disponível em: <http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/> Acesso em 23/10/2016.

como delegada das Conferências da ONU, no Cairo, em 1994 e Pequim, em 1995, encontra-se a menção ao termo “ideologia de gênero”.

Tomamos por base uma cartilha produzida pela Igreja Católica, e assim procuramos responder ao questionamento do que é “ideologia de gênero”, quando Furlani (2015a) assim argumenta:

O termo "ideologia de gênero" NÃO ESTÁ PRESENTE, não é de uso no contexto das Teorias de Gênero. Esse termo, essa expressão, foi criada/inventada, recentemente, no interior de alguns discursos religiosos. Trata-se de uma INTERPRETAÇÃO, EQUIVOCADA e CONFUSA, que não reflete o entendimento de "Gênero" presente na Educação e na escolarização brasileiras, nas práticas docentes e/ou nos cursos de formação inicial e continuada de professoras/as (p.2, grifos da autora).

A autora se preocupou em comentar e esclarecer os equívocos/distorções presentes nas afirmações dos religiosos sobre esse conceito tão combatido. E ainda acrescenta:

Esse termo ("ideologia de gênero") não nos diz muita coisa, ou seja, não é possível saber, inicialmente, o que ele significa, pois os Estudos de Gênero são desenvolvidos por muitos campos do conhecimento científico como: a história, a antropologia, a sociologia, a pedagogia, a filosofia, a política, a linguística, a biologia, a mídia, etc. Da mesma forma, a palavra IDEOLOGIA, também pode adquirir muitos e diferente significados e usos. Portanto, o CONTEÚDO dessa CARTILHA²¹ reflete uma INTERPRETAÇÃO, de conceitos dos Estudos de Gênero, feita por aqueles que a produziram (que desconhecemos). Essa CARTILHA possui interpretações e conclusões CONFUSAS e tem servido para deixar as pessoas alarmadas e contrárias à inserção do tema (gênero) nos Planos Municipais e Estaduais de Educação. Isso é lamentável! O termo "ideologia de gênero" tem sido disseminado como se os Estudos de Gênero fossem uma ameaça à sociedade brasileira (Furlani, 2015a, p. 2, grifos da autora).

Certamente podemos evidenciar, nas falas dos parlamentares, uma ameaça no que no que diz respeito aos estudos de gênero e àquilo

²¹A autora se refere a um material elaborado em forma de cartilha, pela Igreja Católica, na qual ela contrapõe os estudos de gênero e as afirmações presentes no referido material. Tal cartilha encontra-se em anexo.

que chamamos de “ignorância”, sob a perspectiva de Britzman (1996), ou mesmo a ignorância no sentido pontuado por Skliar (2014), devido a uma distorção, ou uma interpretação equivocada desses estudos, como apontou Furlani (2015a). Essa ideia de doutrinação, de certo e errada, nos remete ao espaço das religiões, às normatizações que já comentamos neste trabalho e também a questão das identidades que parece ser a grande ameaçada, isso na percepção dos religiosos, com seus enunciados que se colocam sob a ótica da defesa da família heterossexual.

Nas colocações de Scala (2012), vemos afirmações sobre a morte da família, caso haja outros arranjos familiares; a destruição do matrimônio diante das uniões homoafetivas; o fim da maternidade, caso as mulheres conquistem o direito ao aborto. Podemos verificar que, na pauta dos argumentos desenvolvidos em seu livro, o autor manifesta um explícito conservadorismo no intuito de movimentar as Igrejas e seus fiéis para a manutenção dos valores hegemônicos, hoje combatidos e fortemente problematizados pelos estudos de gênero, pelas feministas, pelos/as pesquisadores/as da educação, em especial pelas áreas da sociologia, da antropologia, da psicologia social, da filosofia, e da política.

Maria Juracy Filgueiras Toneli (2006), nas conclusões de sua pesquisa sobre homofobia, ratificou algo sobre o que se faz necessário refletir após contarmos com as ideias de Scala (2012). Para a autora,

A heteronormatividade impera ainda nos dias atuais como um padrão que estende suas implicações desde o cotidiano da vida dos sujeitos até os estudos e concepções sobre a normalidade e as anomalias nesse cenário. As terminologias mudam (gays, lésbicas, travestis, transgêneros, drags, etc), mas as regras morais associadas às explicações científicas parecem perdurar compreendendo a sexualidade de forma naturalizada e perigosa (Toneli, 2006, p. 31).

Toneli (2006) ressaltou o quanto a heteronormatividade se faz presente mesmo quando ela é questionada/problematizada. Há aqueles que vão alardear os riscos a que está sujeita a heteronormatividade diante de certas configurações familiares, e aqueles que vão fazer afirmações sobre os perigos da sexualidade, naturalizando preceitos morais como Scala (2012).

Para o ativista LGBT e de DH, do Centro Latinoamericano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), Julian Rodrigues, que postou

no *site* do CLAM, o seguinte escrito: “‘Ideologia de Gênero’: a nova cruzada dos fundamentalistas cristãos”. O uso do termo “ideologia de gênero” objetiva/objetivou “congelar as políticas afirmativas no Governo Federal”. Julian explicita em seu texto, para a militância, que essa foi sua percepção diante dos discursos dos parlamentares quando da adoção do termo “ideologia de gênero”.

Tatiana Lionço (2014) afirma que o “fundamentalismo cristão incide prioritariamente sobre retrocessos, na forma de oposição à garantia de direitos das mulheres e relativos à sexualidade e ao gênero, bem como aos direitos sexuais e reprodutivos” (p. 23), como pudemos evidenciar nas explicações de Scala (2012) à respeito da “ideologia de gênero”.

Pontuamos anteriormente os “pânicos morais” e, mais uma vez, evidenciamos que esses medos intensificam-se a partir: das transformações ocorridas na sociedade, no que se refere à visibilidade das relações homoafetivas; das conquistas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos; do trabalho das ações afirmativas, no que concerne às políticas públicas, voltadas para a educação contra homofobia; da implementação de cursos sobre diferença e diversidade nas escolas. Todo esse medo corrobora a intenção de segurar as transformações, de recorrer às normas, de fixar outras normas para frear e conter a produção de novos sentidos.

Vejamos mais um trecho da fala do parlamentar Marco Feliciano (PSC/SP) sobre “ideologia de gênero”, a seguir:

Eu só quero, então, deixar a posição deste Parlamentar, posição do meu partido, o PSC. Nós queremos votar o PNE, só não concordamos com esse destaque acerca da ideologia de gênero, lembrando mais uma vez que nosso País é um país laico, todavia de maioria cristã. E, sobre o marxismo, que foi citado aqui, talvez o pensamento do nobre Deputado tenha sido sobre o marxismo proletário, mas, quando ele cita, ele não cita o marxismo proletário, ele cita o marxismo de gênero, e é esse marxismo de gênero, marxismo que vai além do classismo, que prega, neste momento, a desconstrução da família e a desconstrução do pensamento da sociedade. Somos contrários a isso e acreditamos que há um ser no Céu que pode reger a toda a nossa sociedade. (deputado pastor Marco Feliciano, PSC/SP, 08/04/2014).

Diante das colocações desse parlamentar, percebemos equívocos, com relação às designações que aparentam um certo

conhecimento. No entanto, não há nos estudos de gênero a designação “marxismo de gênero”. Se o país é laico, não importa afirmar que é de maioria cristã. Ao ressaltar o princípio de um Estado Laico, não poderíamos destacar um PNE pautado em crenças. Afirmamos que há no céu alguém que nos rege e conduz, do contrário feriríamos o princípio da laicidade, presente na Constituição brasileira.

A invenção de um “marxismo de gênero”, que desconstrói a família e o pensamento da sociedade, marca o dissenso presente nas duas concepções de PNE possíveis para o país, pois há um mundo onde as diferentes formas de viver o gênero e a sexualidade são possíveis. E há outro mundo onde não há possibilidade delas existirem.

José Reinaldo de Lima Lopes (2011) pontua que a convicção religiosa das pessoas não pode privar de direitos grupos sociais que cumprem com seus deveres gerais de cidadania. “Além de serem livres para crer, os cidadãos brasileiros são livres para não serem privados de direitos por grupos religiosos terem feitos leis fundadas em suas convicções religiosas” (p.39). O autor se refere à Constituição de 1988, que no artigo 5º, do inciso VI, menciona a liberdade de consciência e crença, além da garantia do livre exercício de cultos religiosos. E salienta que significa

dizer, portanto, que não se estende a certos grupos (como gays e lésbicas), direitos que existem para outros pela “índole religiosa” da maioria ou pelo “direito natural” de caráter revelado ou pseudocientífico (e se não é científico é uma crença, uma questão de consciência) é contrariar diretamente o direito constitucional (Lopes, 2011, p. 39).

Todos nós cidadãs e cidadãos brasileiros sabemos que o princípio constitucional da laicidade contempla também aqueles que elegem não crer. Por isso, vejamos mais uma fala a respeito da “ideologia de gênero”:

Mas, quando perguntado ao padre sobre essa questão de gênero [...] A pergunta foi a seguinte: Temos visto, nas últimas semanas, um crescente debate sobre a questão de gênero no contexto do Plano Nacional de Educação. Como o senhor avalia essas discussões? E o padre respondeu: Tenho acompanhado de perto os diferentes discursos e percebo que, embora a questão esteja cada dia mais clara, muitos têm desviado o foco do debate para temas que não pertencem ao âmbito da “ideologia de gênero”, talvez até como um

recurso para não enfrentarem um tema tão absurdo. Trata-se de um deslocamento para sabotar o discurso. Perguntou-se: Em que consiste, então, a “ideologia de gênero”? Ele respondeu: Sintetizando em poucas palavras, a “ideologia de gênero” consiste no esvaziamento jurídico do conceito de homem e de mulher. A teoria é bastante complicada, e uma excelente explicação desta se encontra no documento Agenda de Gênero. Contudo, a ideia é clara. Afirmam que o sexo biológico é apenas um dado corporal de cuja ditadura nos devemos libertar pela composição arbitrária de gênero (deputado pastor Eurico, PHS/PE, 08/04/2014).

Os argumentos do parlamentar reforçam as colocações de Scala (2012), que inclusive aponta a Agenda de Gênero, que foi citada por esse advogado em entrevista já exposta neste trabalho, e traz a ideia de que os estudos de gênero se referem à negação do sexo. Nesse sentido, Furlani (2015a) explica:

[...] SEXO e GÊNERO são duas identidades DISTINTAS e INDEPENDENTES entre si, é possível, na sociedade, existir pessoas que possuem um corpo biológico (homem ou mulher), mas tenham uma identidade pelo gênero OPOSTO ao socialmente esperado. Ou seja, homens femininos e mulheres masculinas. Esse pertencimento é o que chamamos de IDENTIDADE de GÊNERO (p.7, grifos da autora)

As explicações da educadora Jimena Furlani são pontuais e importantes, diante dos argumentos apresentados pelos parlamentares, mas, parece que o medo reside na questão da identidade de gênero, medo de uma identidade de gênero que fuja à heteronormatividade. O fato é que duas visões de mundo estão em choque. Não se trata simplesmente da falta de conhecimento dos estudos de gênero. Trata-se, antes, de não se configurar como possível o mundo que os estudos de gênero apontam. Além disso, vai contra a multiplicidade de possíveis mundos sobre os quais certos deputados argumentam.

Constantina Xavier Filha (2015) destaca que, apesar dos passos já dados “nas agendas da igualdade sexual e de gênero no campo educacional” (p.13), ainda há muito a avançar. Colocações como a do deputado pastor Eurico (PHS/PE), sobre “ideologia de gênero”, indicam o que Xavier Filha afirmou, que se trata de um momento crucial da educação em nosso país. Para ela estamos “enfrentando muita desinformação, aliada a um “patrulhamento religioso”, por meio do qual

essas temáticas são consideradas que devem ficar no âmbito da família e não no da escola” (p.13). A referida autora chama atenção sobre o quanto a temática de gênero é política, e por isso deve ser problematizada e priorizada nos espaços educacionais.

Vamos destacar mais algumas colocações de alguns parlamentares à respeito da “ideologia de gênero”:

*[...] Eu, particularmente, em razão desta ingerência, em razão de o gênero no Plano Nacional de Educação e de a origem gênero terem um contexto absolutamente ideológico, marxista, não acredito que devam constar na nossa...[...]*Sr. Presidente, para concluir as minhas considerações, para a luta contra a homofobia, estou à disposição do exército que aqui está para ser soldado. Mas, pela inserção, Sr. Presidente, de uma ideologia marxista no Plano Nacional de Educação, pela inserção de uma “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação, eu sou frontalmente contrário. Sou pai de dois filhos, Sr. Presidente. Tenho, em casa, duas crianças (**deputado Luiz Fernando Machado**, PSDB/SP, 08/04/2014).

Nesse sentido à terminologia gênero e orientação sexual é preferível a redação do Senado, por ser mais abrangente quanto à conscientização de se evitar discriminação de qualquer tipo, sem cair nos particularismos que são mais de cunho ideológico do que propriamente de direito humano.

*Portanto, os termos empregados para designar as categorias de pessoas submetidas aos avanços e diretrizes do PLC implicam terminologia imprecisa, ambígua, de forte conteúdo ideológico, passíveis de indesejados e ilegais alargamentos no âmbito de sua incidência e manipulação, reveladores de inconsistência e insegurança jurídica, fatos que são inadmissíveis na definição de preceitos legais. Desse modo, cremos que o texto proposto ao art. 2º, inciso III, do projeto de lei, e a estratégia 3.13 do anexo, consignados na redação do substitutivo do Senado, devem prevalecer sobre a emenda do eminente relator, pois encampa genericamente todos os tipos de discriminações e preconceitos que podem vitimar as pessoas, sem adotar conteúdo ideológico ou filosófico que ensejaria odioso espaço normativo para ideologização que perturbe o desenvolvimento familiar de crianças e adolescentes (**deputado Paulo Freire**, PR/SP, 09/04/2014).*

Certos parlamentares repetem que a questão da “ideologia de gênero” ataca as famílias, é uma ameaça na educação de crianças e

jovens. A explicação é que essa ideologia é “marxista”. Para eles, a questão de não querer a inserção do termo gênero no PNE não seria um preconceito. Há uma evidente preocupação de que as ideias e argumentos dos parlamentares, contra o termo gênero, não seja encarada como preconceito ou homofobia. Podemos nos perguntar: por que estão tão preocupados em não parecer homofóbicos? Na base dessa questão certamente está o medo de que as problematizações de gênero sejam definidoras das identidades sexuais, o que sabemos que não são.

Eles acreditam que o desenvolvimento natural de crianças e adolescentes estaria perturbado pela “ideologia de gênero” que, ao se impor, pode produzir novos homossexuais.

Também não podemos deixar de mencionar que é possível perceber, por parte desses deputados, uma reação às políticas públicas, voltadas para população LGBT e para as ações das Políticas de Direitos Humanos. Será que por isso repetem que a inserção da “ideologia de gênero” é marxista? Ou, será que com base nas políticas elaboradas pelos movimentos sociais, e através das lutas de esquerda, os propagadores da “ideologia de gênero” só conseguem vislumbrar o marxismo em sua proposta de transformação das realidades sociais? Destacamos, ainda, que essa reação ao “marxismo”, com uma série de afirmações confusas e equivocadas, pode ser, ou foi, uma reação contra o Governo Federal do Brasil, presidido por um Partido de Esquerda, e ser a Presidenta uma ex-militante a favor de políticas socialistas. Essa talvez seja outra ameaça, no sentido do “pânico moral”, expressa pelos parlamentares. Convém lembrar—que na Argentina, país do advogado Jorge Scala, a Presidenta Cristina Kirchner governou de 2007 ao ano de 2015, com propostas progressistas em sua pauta.

Isso nos faz pensar que, na aprovação do PNE, estavam em jogo forças irreconciliáveis, quanto à percepção da realidade educacional brasileira, que sob a ótica de uma política representativa, possibilitaram um retrocesso nos avanços conquistados no âmbito da inclusão de políticas públicas e ações voltadas para a valorização das diferenças.

Saliento que, durante uma votação, entra em jogo um consenso, mas a política não é a maneira como “indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e sentimentos” (Rancière, 2006, p.368). É sempre o dissenso entre um modo de ser e outro modo de ser, um mundo que se faz possível em oposição a outro mundo onde tais possibilidades não estão postas.

A Política acontece, [...], quando um conflito coloca em evidência a existência de outros mundos. Ou seja, evidencia que não há apenas um modo de funcionamento das coisas, que não há apenas um modo de ser homem e ser mulher, que não há uma verdade sobre a sexualidade, que não há apenas um mundo possível (Groff, Maheirie & Mendes, 2015, p.08).

As autoras, refletindo sobre o entendimento de política em Rancière, possibilitam que pensemos, aqui, a respeito do conflito presente em uma compreensão de mundo essencialista, a-histórica, conservadora, que entende que só existe uma maneira de ser homem e de ser mulher *versus* a compreensão de mundo plural, construído e significado historicamente, onde as sexualidades e as identidades de gênero não são fixas, mas que também são fruto de construções sociais, de significações.

Na fala dos parlamentares e nos estudos de gênero, ou mesmo na teoria queer, encontramos posicionamentos irreconciliáveis, da ordem de um conflito, em que não é possível estabelecer um consenso. Entretanto, não é possível querer retirar os termos “igualdade regional, racial, de gênero e orientação sexual” de um documento como o PNE, e afirmar que se está contra a homofobia. Há um paradoxo na fala do deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) ao colocar-se contra o termo gênero/ “ideologia de gênero”, ao dizer soldado, à frente da luta contra a homofobia.

Rancière (2006) destaca que “a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos” (p.373). As colocações de Rancière sobre política nos fazem pensar no entendimento de gênero, diante de um conflito no âmbito da política, conflito esse que precisa ter como efeito, no campo educacional, a geração de dissensos. Nos espaços educativos há, portanto, que se problematizar também o PNE, sua elaboração, sua votação e os enunciados presentes em sua elaboração, para que possamos olhar para esses conflitos sob uma compreensão que vá além de um entendimento de democracia participativa. De acordo com Chantal Mouffe (2003), “o tipo de teoria política democrática dominante atualmente não pode nos ajudar a entender a importância do dissenso numa sociedade democrática” (p.11). Essa autora propõe seu modelo de “pluralismo agonístico” e assevera que,

quando aceitamos que todo consenso existe como um resultado temporário de uma hegemonia provisória, como uma estabilização de poder que sempre vincula alguma forma de exclusão, podemos começar a encarar a natureza de uma esfera pública democrática de um modo diferente. A especificidade da democracia moderna repousa no reconhecimento e legitimação do conflito e na recusa em suprimi-lo pela imposição de uma ordem autoritária. Rompendo com a representação simbólica da sociedade como um organismo – característica do modo integracionista de organização social – uma sociedade democrática dá oportunidade para a expressão de interesses e valores conflitantes. A democracia pluralista demanda um certo consenso, mas tal consenso diz respeito apenas aos seus princípios ético-políticos constitutivos. Desde que esses princípios, contudo, possam apenas existir através de muitas interpretações diferentes e conflitantes, tal consenso está prestes a ser um “consenso conflitual”. Por essa razão, uma democracia pluralista necessita oportunizar o dissenso e instituições através das quais ele possa se manifestar. Sua sobrevivência depende das identidades coletivas formadas em torno de posições claramente diferenciadas, assim como da possibilidade de escolha entre alternativas reais. Daí a importância de encarar a natureza da cidadania numa perspectiva agonística. Neste caso, não existe uma única concepção de cidadania que deveria ser aceita por todos. Para cada interpretação dos princípios ético-políticos corresponde um entendimento diferente de cidadania: liberal, neoliberal, conservador, social-democrata, radical-democrata, etc” (Mouffe, 2003, p.17).

Mouffe (2003) apresenta a forma como concebe a democracia e indica possíveis caminhos para que possamos lidar com ela, entendendo a importância dos conflitos diante da emergência de consensos, percebidos como pontuais e, ainda assim, dissensuais.

Nas falas dos parlamentares, mesmo não havendo muita clareza do que seja essa “ideologia de gênero”, identificamos muitas repetições nos argumentos.

Observamos nas falas dos parlamentares aqui analisados muito preconceito com relação à homossexualidade e às políticas públicas contra a homofobia, nestes termos:

Quero aqui mostrar para os senhores o que vai para dentro da escola com o não acolhimento desse destaque. Está no Plano Nacional da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, da então Secretária Maria do

Rosário. Entre os 180 itens: inserção nos livros didáticos da temática das famílias LGBT; inclusão da população LGBT

Inclusão da população LGBT em programas de alfabetização nas escolas públicas, ou seja, quota para professor gay; distribuição de livros didáticos para bibliotecas escolares com a temática diversidade sexual para o público infanto-juvenil; cria bolsa de estudo que qualifica os profissionais LGBT, é o Bolsa gay. Isso está no programa do Governo.

O reconhecimento de todas as configurações familiares protagonizadas por lésbicas, gays, bissexuais e travestis, com base na desconstrução da heteronormatividade; campanha nacional...

*Campanha nacional de sexo seguro para adolescentes LGBT, usando personagens adolescentes, ou seja, uma série de itens que vão para a garotada a partir de 6 anos de idade, ensinando-as a serem homossexuais. É o kit gay que a Dilma Rousseff disse que havia recolhido, mas que na verdade está saindo do armário agora, com o apoio do PT e da Dilma Rousseff (deputado **Jair Bolsonaro**, PSC/RJ, 22/04/2014).*

As colocações do deputado Jair Bolsonaro, ratificam nossas afirmações a respeito de uma certa reação, quando da aprovação do PNE em relação às políticas públicas implementadas pelo Governo Federal, bem como, uma reação contra o próprio Governo. Há, na fala deste parlamentar, uma intenção de marcar as ideias defendidas pelo Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos com relação ao LGBT, as quais são defendidas pelo governo do Partido dos Trabalhadores – PT, ou melhor dizendo: ideias da Presidenta Dilma. E, mais uma vez surge a homofobia, o medo de que a homossexualidade seja “ensinada” nas escolas. Podemos evidenciar, nas colocações do referido parlamentar, uma convicção a respeito dos danos que serão causados pela inserção das problematizações de gênero nas escolas.

Entendemos que é preciso dialogar a respeito da ideia de contágio pelos/as homossexuais. Nesse sentido, recorreremos a Lopes (2011) que tece afirmações a respeito de um “suposto contágio” da homossexualidade, e apresenta argumentos para que possamos contrapor essa ideia de que a homossexualidade pode/possa ser “ensinada”. O autor postula que este tipo de afirmação não faz sentido, e é incoerente, à medida que “a imensa maioria dos gays e lésbicas nasce em famílias de heterossexuais e convive a maior parte de sua vida com heterossexuais (população majoritária)” (p.43). O autor questiona “como, por que e por quem”, os homossexuais, “se sentiriam estimulados

a pertencerem a este grupo? ”(p.43). E conclui suas reflexões, questionando se gays e lésbicas podem contagiar os heterossexuais, e por que esse contágio não é capaz de transformar os gays em heterossexuais? A resposta a esse questionamento é que a “orientação sexual é cultural e social – logo não é natural” (p.43).

Toneli (2006) destaca que a homofobia aparece nos estudos das masculinidades como componente que direciona as interrelações entre os homens e os faz repelir tudo o que os possa aproximar do universo feminino, inclusive dos modelos homossexuais. Asinelli-Luz e Cunha (2011) advertem que a homofobia expressa a repulsa, o ódio ou medo, sentido e/ou manifestado pelas pessoas, e que resulta em violências e atitudes hostis diante da pessoa homossexual. Esses sentimentos arbitrários, para essas autoras, estão na base de atitudes discriminatórias e agressivas que qualificam o homossexual como inferior, estranho, anormal.

Prado e Machado (2008) registram que para compreendermos os desafios e dilemas da atualidade, é preciso entender “a pluralidade das sexualidades e das orientações sexuais e suas implicações políticas, que ensejam infundável debate e lutas sociais contundentes em torno da politização da vida sexual e da sexualização da vida pública” (p.12). Esclarecem que não é por acaso que “as sexualidades se transformaram em objeto de luta política e social no Brasil dos últimos anos, mas possivelmente porque formas de subordinação foram construídas através da distinção entre orientações sexuais” (Prado& Machado, 2008, p.12).

Nas falas dos parlamentares, ao mencionarem a homossexualidade, foi possível identificar as reflexões feitas pelos/as autores/as supracitados/as, o lugar de superioridade, a subalternidade e numa busca de tornar seus argumentos legítimos e “não preconceituosos”.

Diante das ponderações dos autores adotados, passamos a interpretar os enunciados dos parlamentares com relação a uma resposta dada por eles sobre o movimento LGBT na luta por visibilidade, e acerca da explicitação de que os diálogos sobre as problematizações de gênero devem ficar fora dos espaços das escolas. Esses enunciados também reforçam preconceitos e apontam para uma intencionalidade que apoia os silenciamentos, pois “um elemento intrínseco ao preconceito sexual é a prática do silêncio e da dissimulação” (Prado & Machado, 2008, p. 25).

Encontramos, nas colocações de Prado e Machado (2008), sobre o modo como a homossexualidade está em cena nos últimos tempos, orientações que nos auxiliam a entender que, no cenário da aprovação do PNE 2014-2024, muitos dos enunciados trouxeram/apontaram posicionamentos que se revelavam contra as políticas públicas já implementadas pelo Governo Federal e contrários a algumas das muitas conquistas no campo dos Direitos da População LGBT. Além disso, pudemos evidenciar que muitos dos discursos desses parlamentares operam no deslocamento do sentido da sexualidade para o campo da moral e da ciência, na intenção de transformar ideias, como a “a ideologia de gênero”, em verdades absolutas, que poderiam legitimar instâncias de poder, corroborando “as subalternidades sexuais de milhões de pessoas” (Prado & Machado, 2008, p.27). Por meio dessas e de outras tantas razões é que ratificamos a importância de visibilizar os termos gênero e orientação sexual no PNE.

4.2 - Enunciados favoráveis ao texto: “[...] superação das desigualdades, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”

Consideramos importante apontar, neste estudo, as falas dos/as parlamentares que se colocaram em defesa do texto mantido pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados Federais, destinado ao encaminhamento e aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Também vamos indicar a afiliação partidária dos/as parlamentares, como fizemos na análise dos enunciados daqueles que se colocaram contrários à manutenção do texto “[...] superação das desigualdades, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”.

Esclarecemos que mais que uma análise a respeito dos enunciados que serão destacados aqui, intencionamos explicitá-los, marcando assim o “antagonismo político” que esteve presente na aprovação do PNE 2014-2024 (Mouffe, 1999, 2003, 2005, 2015).

Identificamos, nas falas desses/as deputados/as que se colocaram favoráveis: enunciados que possibilitam a escuta de vozes dos Movimentos de Direitos Humanos; falas que expressam, na escolha dos argumentos, conhecimento dos espaços educativos quanto às violências presentes com relação ao racismo, à homofobia, e às desigualdades de gênero. Nesses enunciados também encontramos uma

compreensão do conceito de gênero em consonância com os estudos científicos sobre esta temática, bem como vozes que compreendem que a escola precisa ser um espaço que possibilite e efetive a transformação das desigualdades sociais, que dê visibilidade às diferenças, e que dialogue com toda e qualquer desigualdade, incluídas as desigualdades de gênero e orientação sexual, foco de nossa análise e estudo.

E quero destacar aqui, Deputado Angelo Vanhoni, não só em meu nome, mas em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, a sensibilidade que V.Exa. teve de voltar o relatório da Câmara no que diz respeito ao tratamento adequado às questões de gênero e às diversidades. Quero dizer que V.Exa. está no caminho certo, sim, ou seja, nós não podemos abrir mão do texto da Câmara que fala da superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero, de orientação sexual e na erradicação de todas as formas de discriminação.

Por que V.Exa. está certo, Deputado Vanhoni? Porque a educação tem que ter compromisso com a liberdade, com a promoção da cidadania. A escola, mais do que qualquer outro espaço, tem que ser o lugar de vivenciar os valores do bem, da solidariedade, do respeito. E eu não falo aqui nem como Deputada, eu falo aqui como professora que sou. A escola não pode se omitir, não pode ser neutra. (deputada Fátima Bezerra, PT/RN, 08/04/2014).

As colocações da deputada Fátima Bezerra (PT/RN) nos remeteram aos apontamentos de Fernando de Figueiredo Balieiro e Eduardo Name Risk (2014) quando esses mencionam uma suposta neutralidade dos educadores durante suas práticas educativas em relação às sexualidades. Para esses autores, essa neutralidade é apontada no resultado de pesquisas orientadas pela UNESCO, e indica que uma parte significativa dos/as professores/as brasileiros não sabe como abordar, em sala de aula, temas referentes à homossexualidade. Isso nos leva a pensar, não apenas quanto à omissão feita pela deputada, quanto ao despreparo dos educadores e educadoras para lidarem com as questões da sexualidade e do gênero.

Retomemos as colocações da deputada Fátima Bezerra (PT/RN):

Aliás, a neutralidade não existe. Portanto, ela não pode se omitir, ser neutra e reproduzir os estereótipos e preconceitos existentes na

sociedade, sim, que afetam principalmente as questões de gênero, de raça e de orientação sexual.

Portanto, Deputado Vanhoni, V.Exa. está corretíssimo em manter o texto original, porque, do contrário, seria deixar um texto genérico. E o caminho não é esse. A gente tem que dar nome às discriminações.

Portanto, vou terminar, Deputado Lelo, dizendo que o texto de uma lei da magnitude do PNE tem que estar comprometido radicalmente com a educação fundada em princípios de igualdade para todos e para todas.

Muito obrigada (deputada Fátima Bezerra, PT/RN, 08/04/2014).

Na fala da deputada Fátima Bezerra também foi possível perceber a compreensão de que a escola reflete os significados historicamente construídos, e reproduzidos no que concerne às desigualdades de gênero, raça e orientação sexual. A deputada expressa o entendimento de que a escola precisa, ao visibilizar as desigualdades, ao nomeá-las, possibilitar diálogos e efetivar um trabalho que caminhe na direção da promoção da igualdade, na superação de toda e qualquer forma de exclusão, e, na conquista da equidade de direitos. Sabemos que a escola sozinha não transformará um cenário de desigualdades, porém, a escola brasileira, afinada com as políticas públicas, voltadas para ações no campo dos Direitos Humanos e para os movimentos sociais, pode corroborar e provocar fissuras e desconstruções nos discursos hegemônicos a respeito das relações de gênero e orientação sexual. A deputada Fátima Bezerra (PT/RN) foi enfática quando ratificou que a escola não pode supor uma neutralidade em seu espaço. Essas colocações nos remetem ao que Louro (2011), ao pontuar sobre a escola que tem sido um ambiente/local que delimita espaços, um lugar que “afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas” (p.62), enfim é um espaço generificado, no qual as diferenças são marcadas. Dessa maneira, foi possível evidenciar, nas falas dessa deputada, enunciados que apontaram para conhecimentos científicos, produzidos nos espaços acadêmicos, sobre ciência, política e gênero, assim como as falas de educadores e educadoras que vivenciam a realidade das escolas brasileiras, com todas as exclusões que se presentificam e são reproduzidas nesse espaço.

O ambiente escolar é um espaço no qual ocorre uma pedagogia da invisibilidade, que apresenta a heterossexualidade como um padrão esperado e o único padrão para a orientação do desejo e das práticas

afetivo-sexuais. Há, nesse espaço, impactando as desigualdades vivenciadas na educação, o machismo, o racismo e a homofobia com reflexos no desempenho escolar (Balieiro & Risk, 2004). Essas afirmações só reforçam a importância de constarem no PNE os termos que dão visibilidade e nomeiam as desigualdades vivenciadas nos espaços educacionais.

Podemos dizer que aqueles/as que se colocaram favoráveis à manutenção no PNE 2014-2024, e do texto que nominava as desigualdades, entendem de certa maneira o papel das políticas públicas e suas implicações, bem como torna o espaço educacional um lugar que precisa incluir e atentar para todas as vozes sociais.

O deputado Glauber Braga (PSOL/RJ), em sua resposta problematiza o espaço escolar, e menciona algumas desigualdades, observadas por ele no tempo em que foi aluno, nestes termos:

Sr. Presidente, eu queria fazer aqui algumas observações. Em um ambiente de tantas certezas, eu não poderia deixar de fazer algumas observações de natureza pessoal que tive oportunidade de vivenciar no meu colégio. É claro que não vou citar aqui o nome das pessoas, porque não seria correto da minha parte, mas, quando a discussão estava acontecendo, lembrei-me de uma moça do colégio - eu estudei em um colégio católico -, que por ter dificuldade de renda, tinha roupas teoricamente menos caras do que as de outros alunos, e eu vi o que essa menina sofreu.

Estudei em um colégio católico. Nesse mesmo colégio - não responsabilizo, em nenhum momento, nenhuma unidade escolar por isso, porque eu acho que essa era uma regra de boa parte das escolas -, existiam estudantes evangélicos. Vi, em determinados momentos, nas salas de aula, o quanto sofriam os estudantes evangélicos quando não iam à missa, acompanhados de todos os outros estudantes católicos.

Sou de uma cidade em que, na praça principal, existia uma determinação da Secretaria Municipal, dizendo que lá os evangélicos não podiam se manifestar. Só poderia se manifestar na praça principal da cidade uma determinada denominação religiosa.

Nesse mesmo colégio, não tenho como deixar de me lembrar disso também, havia um jovem, que era um dos poucos negros - que, inclusive, é meu amigo até hoje -, que era chamado por boa parte dos estudantes pelo apelido de macaco. Todos os outros estudantes diziam, quando alguém argumentava contrariamente ao motivo de ele ser chamado de macaco, que ele só respondia quando era chamado pelo apelido, porque ele mesmo já nem se recordava do seu nome.

Tive oportunidade de ver o quanto sofreu um jovem que tinha uma orientação sexual diferente, que era gay, na unidade escolar, por conta dessa sua orientação sexual.

Então, já que a gente teve aqui oportunidade, num primeiro momento, de trazer a dúvida para a discussão, eu queria dizer que vejo, no texto do Relator Angelo Vanhoni nada mais nada menos do que o respeito e a garantia de direitos, que todos possam ter seus direitos respeitados, independentemente de orientação sexual, sexo e religião.

Há muito pouco tempo, eu tive aqui oportunidade de votar, no Estatuto da Juventude, um item em um artigo que tratava também do respeito ao jovem nas suas mais diversas dimensões. O tema gênero foi trazido, a orientação sexual e a religião foram trazidos.

Eu acredito que esse deve ser o balizamento das nossas discussões. Não tenho que acreditar, numa discussão como essa que está se colocando na Comissão, que devo hierarquizar esse tema como de menor importância, porque acho que não é. É um tema de muita importância! Eu não posso dizer que ele é menor em relação aos outros temas que devem ser discutidos na educação brasileira, mas posso dizer sim que, apesar de ser muito importante, é tão importante quanto vários outros temas que devem também estar sendo debatidos na Comissão, num ambiente de respeito às diferenças, mas, ao mesmo tempo, de garantia, para que a gente possa ter a votação do Plano Nacional de Educação. (deputado Glauber Braga, PSOL/RJ, 08/04/2014).

Na continuidade de sua fala, esse deputado mencionou o fundamentalismo, e discorreu sobre sua compreensão a respeito, incluindo outros campos onde percebe que esse fundamentalismo pode ocorrer no campo da política. Suas colocações nos possibilitam resgatar os posicionamentos de Lionço (2014) sobre o fundamentalismo religioso que presenciamos nos diálogos travados durante a aprovação do PNE 2014-2024. Para essa autora, esse tipo de fundamentalismo antagoniza com a liberdade de consciência e dele emergem abusos de poder, silenciamentos de vozes em desacordo, negação de direitos com base na não legitimação de tudo o que escape à heteronormatividade, as ideias sobre reprodução, vinculadas à família tradicional burguesa e reprodutiva. A autora menciona a existência de uma bancada fundamentalista, presente no Congresso Nacional Brasileiro, alegando que essa bancada procura intervir em temas como o aborto, práticas sexuais e reprodutivas, sempre com foco na heteronormatividade.

Entendemos que o deputado Glauber Braga (PSOL/RJ), ao se referir aos fundamentalismos, contrapôs suas próprias palavras quanto

aos enunciados proferidos por parlamentares da bancada fundamentalista que estava presente na aprovação do PNE 2014/2024. Assim discursando:

Já que eu me manifestei sobre o primeiro tema, não posso deixar de me manifestar sobre outros. Ai, Presidente, eu queria dizer, a todos os Parlamentares que fizeram aqui suas defesas, que esperem de mim, como Parlamentar, respeito a suas opiniões, mas não esperem de mim, um fundamentalismo de posição. Fundamentalismo, para que eu deixe claro, não é só religioso. Fundamentalismo pode ser religioso; fundamentalismo pode ser político; fundamentalismo pode ter uma orientação ou uma forma de trabalhar em que pode ser também religioso e político, mas ele não é uma coisa só. Para mim - sou um daqueles que sigo as orientações e os conselhos publicados nos livros de Leonardo Boff -, fundamentalismo é uma forma de ver a vida que não dá... Eu vou aguardar, sem dificuldade das manifestações que possam ser diversas. Fundamentalismo é uma forma de ver a vida sem dar a possibilidade para que a dúvida se manifeste. As verdades são todas absolutas, e o pensamento do outro, que tem uma verdade diferente da minha, deve ser excluído. Ele passa a ser encarado como um inimigo e não mais como um ser humano, como eu, que possa ter um pensamento divergente do meu (deputado Glauber Braga, PSOL/RJ, 08/04/2014).

Consideramos que o deputado Glauber Rocha (PSOL/RJ), em seus posicionamentos, trouxe muitos dos elementos que vimos destacando nas reflexões e diálogos com os autores que elencamos até o momento, ou seja, a ideia de um posicionamento crítico que questiona as certezas e as verdades absolutizadas; o entendimento do fundamentalismo que reforça/endossa a exclusão e acirra as violências; o entendimento da escola como um espaço que acentua as desigualdades, assim como o entendimento de que é preciso visibilizar essas diferenças, parar de negá-las e sim construir, por meio de políticas públicas, garantias de direitos para todos/as.

Entendemos com Mouffe (2015) que o crescimento de religiões e de fundamentalismos, no campo da moral e da ética, são características de uma sociedade liberal-democrática, como é o caso do Brasil. E concordamos com Lionço (2014) que é possível identificar, no Congresso Nacional, a proliferação de religiões e posturas fundamentalistas, quando na presença de deputados pastores, eleitos e ocupando lugar de representatividade nesse Congresso.

Uma abordagem democrática “agonística” reconhece a natureza de suas fronteiras e as formas de exclusão que essas fronteiras englobam, sem querer disfarçar as formas de exclusão, escondendo-as sob os véus da racionalidade e moralidade. Não se nega os conflitos em uma sociedade liberal pluralista, mas se procura possibilitar que os conflitos se manifestem de uma forma adversarial, “agonística”. Dessa forma, precisamos desconfiar da tendência que exalta uma política de consenso, já que entendemos que a democracia demanda um choque entre políticas democráticas (Mouffe, 2003, 2015). Além disso,

Na ausência dessa configuração adversarial, as paixões não dispõem de uma válvula de escape democrática e as dinâmicas agonísticas do pluralismo são obstruídas. Corre-se o risco, portanto, de que o confronto democrático seja substituído pelo confronto entre formas essencialistas de identificação ou entre valores morais não negociáveis. Quando as fronteiras políticas se tornam indefinidas, começa a insatisfação com os partidos políticos; assistimos, então a proliferação de outros tipos de identidade coletiva, que giram em torno de formas de identificação nacionalistas, religiosas ou étnicas (Mouffe, 2015, p.29)

Ratificamos que vimos na sociedade brasileira fundamentalismos religiosos em partidos políticos, ganhando espaço entre os eleitores no atual cenário institucional, no campo do político, além de vermos a proliferação de uma bancada fundamentalista no Congresso Nacional, com argumentos morais da ordem do não negociável a esta ausência de fronteiras.

Evidenciamos nas falas desses/as deputados/as favoráveis à manutenção dos termos, a intenção de explicitar as exclusões, algo que consideramos pertinente e importante. Consideramos que os/as deputados/as assim se colocaram, quando escolheram nominar as diferenças, contrários a um texto com termos genéricos, para lidar com as discriminações presentes nos espaços educativos. Em nossa compreensão, os/as parlamentares foram enfáticos em suas falas sobre a importância de dar visibilidade às desigualdades, de marcar as exclusões, assim como também expressaram o entendimento a respeito do que é necessário constar em uma política pública, como se configura a seguir:

Sr. Presidente, eu quero também registrar que V.Exa. teve muita sensibilidade e mostrou que conhece as escolas do Brasil. Eu sou professor há 35 anos, continuo dando aula. O que eu encontro nas minhas salas de aula é discriminação, bullying por diferenças raciais, por diferenças de sexo, por diferenças de orientação sexual. É preciso que o Brasil mude isso, acabe com discriminação de qualquer ordem. E quero registrar que V.Exa. teve sensibilidade, e isso vai fazer diferença no chão da escola, no cotidiano escolar. Quando V.Exa. garante que é uma diretriz, está acima das metas, está acima das estratégias. É diretriz o estabelecimento de políticas para a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, num país onde existe muito racismo regional, num país onde as disparidades regionais são imensas, onde a minha região nordestina ainda sofre muito preconceito e discriminação, inclusive na questão das verbas públicas. O que a gente percebe na sala de aula é que ainda há discriminação por alguém ser do sexo feminino ou masculino e, sobretudo, por orientação sexual. Quantos casos de bullying eu já vi nestes 35 anos, porque uma garota ou um garoto tem uma orientação sexual muitas vezes diferente da maioria?! Essa diferença tem que ser respeitada, e tem que constar como diretriz a promoção do fim dessas desigualdades por questões de orientação sexual²².

Quero concluir, Sr. Presidente, parabenizando os colegas Parlamentares, que vão dar ao País, nos próximos 10 anos, a condição de termos um Brasil desenvolvido, com a diminuição radical das desigualdades sociais e regionais e com inclusão social de milhões de brasileiros, graças a esse belo Plano que V.Exa. relatou, Deputado Angelo Vanhoni, em que todos nós temos a responsabilidade de evoluir cada vez mais com as conferências municipais, com as conferências estaduais, com as duas conferências nacionais que estão previstas e com os fóruns criados em todo o Brasil para a fiscalização da execução deste Plano (deputado Artur Bruno, PT/CE, 08/04/2014).

Na fala do deputado Artur Bruno (PT/CE), está expresso o entendimento de que as desigualdades podem ser superadas à medida que forem consideradas, demarcadas, nominadas. Na perspectiva de um

²²Ao estar consciente do fato de que a diferença é a condição da possibilidade de constituir a unidade e a totalidade, ao mesmo tempo em que fornece seus limites essenciais, tal abordagem agonística, poderia contribuir para subverter a tentação sempre presente nas sociedades democráticas de naturalizar suas fronteiras e essencializar suas identidades (Mouffe, 2003, p. 19).

pluralismo político, faz-se necessário reconhecer a multiplicidade das posições de sujeito, e voltar-se individual e coletivamente à alteridade (Mouffe, 2003)

O sentido do entendimento do PNE, como uma política pública que possa garantir a igualdade, está presente na fala do deputado Newton Lima (PT/SP):

Eu não posso deixar de registrar também que me associo aos colegas que compreendem a dimensão histórica do que nós estamos fazendo aqui. Nós não estamos aprovando qualquer legislação, nós estamos aprovando a legislação mais estratégica de política pública de qualquer país, porque constrói cidadania, porque constrói desenvolvimento e porque combate a desigualdade. Só a educação é capaz de fazer isso (Newton Lima, PT/SP, 08/04/2014).

Como pudemos perceber na fala dos Deputados Artur Bruno (PT/CE) e Newton Lima (PT/SP), existe um entendimento acerca do espaço da escola, como um lugar que perpetua as desigualdades em função de mover-se por uma racionalidade universal que rechaça tudo o que escapa aos universalismos. Há também o entendimento a respeito da importância de se olhar para a historicidade presente na construção das desigualdades expressas nos espaços educativos e na formulação de diretrizes e metas educacionais que possam, além de promover diálogos sobre as diferenças e visibilizá-las, produzir instrumentos no campo das políticas públicas que possam garantir o combate às discriminações nos espaços educativos. Por fim, apresentam conhecimento da política de educação que prevê a participação de atores sociais na construção do PNE, como foi possível evidenciar na fala do Deputado Artur Bruno (PT/CE).

Também tivemos essa compreensão de escola como um espaço que possibilita e, muitas vezes, corrobora as discriminações, quando interpretamos a fala do deputado Paulo Rubem de Santiago (PDT/PE), que em resposta aos argumentos dos parlamentares contrários à manutenção do texto, também apontou para os “pânicos morais” que surgem na sociedade, quando em momentos de transformações. A argumentação desse parlamentar, embora extensa, vale aqui ser transcrita:

O meu terceiro destaque, Sr. Presidente, e aí reitero aqui um apelo à democracia e à tolerância, porque eu tenho convicção de que nós

vamos vencer e que a sociedade vai evoluir. Eu quero compartilhar com todos e com todas os últimos anos do século XIX, o embate entre abolicionistas - com o meu conterrâneo Joaquim Nabuco - e os escravocratas, que diziam que a abolição da escravatura colocava em risco a propriedade privada. E a que nós assistimos? Nós fomos o último país deste hemisfério a abolir a escravidão tardiamente, e não abolimos a propriedade privada.

Ao mesmo tempo, até 1931, as mulheres não tinham o direito de voto, porque se dizia que o reconhecimento do direito de voto às mulheres e a manifestação da sua vontade, independente do cônjuge, colocariam em risco o domínio patriarcal sobre a família, pondo em risco a família. As mulheres conquistaram o direito de voto em 1932, e não aconteceu nada do que diziam os conservadores, que eram contra o direito de voto, em nome da família.

Quero chegar a 1977. Depois de 20 anos, aprovamos a Lei do Divórcio. Dizia-se durante 20 anos que a Lei do Divórcio abalaria a célula mater da sociedade brasileira, que era a família. Nós aprovamos a Lei do Divórcio, e isso não se desconstituiu.

Quero voltar a 3 décadas, ao Código Penal de 1940. Durante muitos anos, olhando para o Código Penal, o Poder Judiciário neste País deixou de condenar homens e mulheres que assassinaram suas esposas e seus maridos em nome da legítima defesa da honra. E hoje não há em nenhuma vara criminal Poder Judiciário que aceite o assassinato do cônjuge em nome da tão falada legítima defesa da honra. Nós evoluímos ao não permitir o assassinato de homens e mulheres por presunções ancoradas na chamada legítima defesa da honra. A sociedade enfrentou o debate. A sociedade evoluiu.

O Presidente João Goulart, em janeiro de 1964, enviou ao Congresso uma mensagem propondo a extensão de voto aos analfabetos. E, para isso, implantava um programa nacional de alfabetização, sob a coordenação do Prof. Paulo Freire. Diziam as elites que o voto dos analfabetos subverteria a representação política no nosso País. E nós conquistamos, em 1988, o direito de voto aos analfabetos, e a democracia não involuiu, a democracia não perdeu qualidade, a democracia não perdeu representatividade.

Por isso, eu entendo as manifestações contrárias a propostas que a história já mostrou que tendem a ser aprovadas porque significam evolução. E por que defendo o destaque, na forma como assumiu o Relator, o Deputado Vanhoni? Porque nós estamos evoluindo para discernir diferentes formas de discriminação, para nesse sentido aprovarmos políticas afirmativas. O que é a Lei Maria da Penha, senão o reconhecimento de que não há apenas uma violência genérica, mas que há uma violência contra a mulher e que nós temos

que coibi-la? O que é a lei de combate à discriminação racial? É o reconhecimento de que não há apenas uma discriminação genérica, mas há uma discriminação clara, e ela precisa ser combatida, como aprovamos na lei de discriminação.

Sr. Presidente, há uma outra discriminação que não foi tocada aqui, a discriminação de grau de instrução. Esse Deputado que vos fala, em 1989, fazia campanha para o candidato Lula embaixo de uma obra de construção civil às 5 horas da tarde. Quando o peão desceu e eu entreguei o panfleto do Lula, ele olhou para mim e disse: Oxe, eu vou votar num cara analfabeto que nem eu?

Essa discriminação continua existindo. Por isso não basta uma afirmação genérica; ela não permite que a sociedade avance e evolua nas políticas afirmativas, sobretudo na prevenção de todas e quaisquer formas de discriminação. E nós temos que especificá-las, sim, para garantir a promoção da igualdade e o respeito à pessoa humana (deputado Paulo Rubem de Santiago PDT/PE, 08/04/2014).

Foi possível evidenciar na fala do deputado Paulo Rubem de Santiago (PDT/PE) um histórico das conquistas no campo da elaboração de leis, como o Direito ao Voto das Mulheres, a Lei do Divórcio, a Lei Maria da Penha e a Lei de Combate à Discriminação Racial. Ele afirma o pânico moral que antecedia a aprovação das leis, afirmando que sua conquista não anulava, por exemplo, a existência da familiar nuclear.

O deputado Paulo Rubem de Santiago (PDT/PE) referiu-se ainda à importância da visibilidade, necessária diante das discriminações e desigualdades, em contraposição à invisibilidade, ao silenciamento, presentes nos espaços escolares, quando afirmou que não bastaria constar no PNE 2014-2024 apenas uma “afirmação genérica”, mas que seria preciso especificar as discriminações e nomeá-las. Essas colocações estiveram presentes em muitos dos enunciados favoráveis, pois ficou evidente a intenção de que a escola deixa de ser um lugar que perpetua as discriminações e fomenta/alimenta/reproduz preconceitos.

O reconhecimento da multiplicidade que abrange as identidades numa abordagem agonística, possibilita compreender a porosidade presente nas identidades, permite uma abertura, tornando possível outras formas de se fazer reconhecer que o hibridismo criado pode auxiliar para que as violências se dissolvam diante da construção das identidades coletivas. Isso cria espaço para um pluralismo agonístico, em que os adversários valorizam a diversidade e o dissenso e saem da posição de querer eliminar o outro/o diverso, reconhecendo, assim, a condição da possibilidade de uma vida democrática que pode ser conquistada

(Mouffe, 2003). Se a escola compreendesse seus educandos e educandas sob esta ótica, em sendo mais democrática, certamente não perpetuaria preconceitos e discriminações.

Prado e Machado (2008) asseguram que o preconceito nos turva a visão, impedindo de vermos aquilo que deveríamos ver e não vemos, ele nos impede de identificar nossos limites diante da percepção da realidade.

Salientam ainda que,

Apesar de a hierarquização e a inferiorização se constituírem por processos distintos, são absolutamente complementares, e esta complementaridade tem sido utilizada historicamente na manutenção das desigualdades e no acirramento dos processos de exclusão social, os quais podem ocorrer de formas bastante variadas, passando desde o aniquilamento humano e a violência social até as formas de inclusão subalternizadas, evidenciando, assim, o quão grave podem ser esses processos que afligem uma sociedade como um todo, e não apenas determinados grupos sociais (Prado & Machado, 2008, p.68).

Em certa medida, podemos afirmar que nos enunciados em resposta aos parlamentares que se colocaram contra os termos “[...] superação das desigualdades, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”, e os/as deputados/as que se colocaram a favor, explicitaram suas preocupações com relação aos preconceitos, e às violências advindas deles. Também precisamos salientar que nas colocações desses/as deputados/as ficou explícita a preocupação quanto à garantia dos direitos, sob o entendimento de que a escola precisa ser um espaço que trabalhe com as diferenças.

Eu não posso me furtar, Sr. Presidente, Sr. Relator, de fazer uma consideração, o que, para mim, é uma novidade, sobre o tema de gênero que foi trazido por colegas Parlamentares, por segmentos religiosos da nossa sociedade. Quero fazê-lo, pedindo a compreensão dos meus argumentos.

É evidente que, quando se trata de uma questão polarizada como esta que foi trazida do inciso III do art. 2º, nós já não estamos aqui tratando de um processo de convencimento. Determinados que estamos pela manutenção do texto que V.Exa. manteve da primeira aprovação unânime que incluía a palavra gênero, certamente não seremos capazes, por concepção, de mudarmos a convicção que temos, assim como também os nossos colegas que optaram pela

proposição do Senado e já estão com seus argumentos preparados para votarem a esse favor.

Portanto, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição brasileira, eu voto com o Relator pela manutenção do texto original aprovado pela Casa (Newton Lima, PT/SP, 08/04/2014).

O deputado Newton Lima (PT/SP), por meio de suas afirmações, nos possibilita pensar novamente sobre o antagonismo presente na cena de aprovação do PNE 2014-2024, deixando claro o antagonismo a relação nós/eles (Mouffe, 2005). Para Mouffe (2005), a política objetiva uma unidade num contexto de conflito e diversidade, e está ligada à criação de um “nós” que se opõe a um “eles”. O desafio da política, para esta autora, está no estabelecimento de um nós-eles de modo condizente com a democracia. Aqui explicitamos mais uma fala que, em nosso entendimento, segue no sentido de corroborar a superação das desigualdades, das discriminações, violências e quanto ao entendimento de garantia de direitos a todos/as:

Aqui, nós estamos falando de fim da intolerância, fim da raiva, fim do machismo, fim do racismo, fim da homofobia; nós estamos falando do combate a todo tipo de discriminação. Quem defende isso defende um retrocesso em padrões de humanidade que a sociedade já atingiu.

Nós não podemos acatar isso. Defendemos o texto do Relator. É um avanço, mas não pelo lado da negação, mas da afirmação, porque a liberdade religiosa está garantida, porque a liberdade de ir e vir está garantida, porque todas as liberdades estão garantidas. Nós não queremos reprimir, nós queremos liberdade para formar jovens para o futuro, para que não se repitam os 50 anos da ditadura militar, que nós comemoramos por aí.

Nós queremos liberdade para que as mulheres não sejam mais espancadas; para que um menino de 3 anos de idade não seja massacrado pelo pai, porque o pai suspeita que ele é homossexual; para que não se vãoem os jogadores negros nos estádios nacionais e internacionais contra o racismo. Aqui, é a defesa da liberdade. Por isso, nós fomos a favor do texto nessa questão (deputado Ivan Valente, PSOL/SP, 08/04/2014).

Vejamos mais uma fala, desta vez, do Presidente da Comissão Especial, destinada ao encaminhamento e aprovação do PNE, e em resposta ao Deputado Marco Feliciano quanto aos seus argumentos

sobre o PNE, isto é, promover a homossexualidade (fala já explicitada anteriormente):

Também, Sr. Presidente, antes de ouvirmos o próximo inscrito, é bom lermos o artigo da forma como está escrito, porque, se não lermos o que está inscrito, seremos induzidos a tirar conclusões que talvez não sejam as mais consolidadas.

Ao fazer o relatório, eu e a assessoria técnica, olhando todas as emendas que recebemos, fomos consultar a Constituição do País, para seguirmos alguns princípios.

Quando nós falamos de artigo, nós estamos falando de princípio, Deputado Feliciano, que ilumina o texto como um todo - não é para pormenorizar, para detalhar em nenhum programa. Procuramos trazer as expressões que o legislador brasileiro adotou lá em 1988. Então, a palavra promover, Deputado Marco, está antes de outra palavra muito importante para todos nós que moramos aqui no Brasil ou em qualquer lugar do mundo: a palavra igualdade.

Então, a Constituição do Brasil emprega promover - um verbo muito claro e muito forte - ao dizer promover a igualdade, e essa igualdade tem que se dar também na educação, porque há diferenças educacionais entre as Regiões do Brasil, entre os pobres do Nordeste e os ricos do Sul. Há professor de escola pública que ganha 5 mil reais do Sul do Brasil, e há professor em final da carreira que ganha 1.300, 1.400, 1.800 reais no Nordeste. Em qualquer lugar do Brasil há desigualdades regionais na educação. E há também a desigualdade na questão de gênero, mas não na acepção que V.Exas. estão levantando para debate.

A nossa preocupação, quando empregamos o termo gênero, diz respeito à sociedade machista: a diferenciação no trabalho, a mulher como vítima de violência, enfim, o que já está na Constituição de 1988. Quando a Constituição de 1988 se preocupou com isso, ela determinou a promoção da igualdade entre os sexos, onde os sexos são o homem e a mulher. E por que o legislador de 1988 disse que temos de promover a igualdade entre o homem e a mulher? E por que a Declaração Universal dos Direitos Humanos também diz isso? Porque, na sociedade em que vivemos, há entre homem e mulher uma diferença muito negativa em relação à mulher. Nós cultuamos isso e nós precisamos mudar esses valores. Não foi com nenhum intuito de entrar em alguma diferenciação das que a Igreja observa com muita propriedade.

Nosso objetivo, portanto, não foi buscar nenhuma polêmica²³ com os valores defendidos por todas as denominações religiosas e congregações, mas foi garantir que, na escola, fosse consignado o tratamento de respeito igualmente a homens e mulheres. Não se trata de um programa - não há aqui nenhum programa. Em 253 estratégias, há apenas essa expressão, e numa questão de princípio (deputado Angelo Vanhoni, PT/PR).

Ao retomarmos o objetivo do texto, construído para o PNE, o deputado Angelo Vanhoni (PT/PR) procurou sinalizar a importância de se estabelecer metas para a superação das desigualdades, procurando retirar do campo moral as intenções para a educação presente no plano.

Vamos atentar agora para a fala do deputado Artur Bruno (PT/CE), que enuncia a compreensão do espaço da escola em suas políticas de ação, e fala do lugar de educador. O deputado indica conhecimentos científicos na área dos estudos de gênero e demarca mais uma vez a existência dos preconceitos de gênero nos espaços educativos, assim como aponta para os demais preconceitos que podemos evidenciar nesse espaço. Seus argumentos nos fazem questionar: qual foi o motivo pelo qual o texto não foi aprovado, já que havia clareza nas suas colocações, nos seus posicionamentos, além do conhecimento das exclusões e desigualdades presentes no espaço escolar?

²³No texto do PNE, encontramos a menção à palavra polêmica, vocábulo também usado pelos/as parlamentares, para se referirem à disputa do foco desse estudo. No entanto, elegemos utilizar a palavra disputa por concordarmos com o entendimento de Foucault, quanto às suas alegações de que o polêmico “procede atrelado a privilégios que detém antecipadamente e que não aceita nunca de pôr em discussão. Possui, por princípios, os direitos que autorizam à guerra e que fazem dessa luta uma empresa justa; diante dele não está um companheiro na busca da verdade, mas um adversário, um inimigo que errou, que é prejudicial e cuja existência constitui uma ameaça. Para ele, portanto, , o jogo não consiste em reconhecer o outro como sujeito que tem direito à palavra, mas em anulá-lo como interlocutor de qualquer possível diálogo, e o seu objetivo final não será o de aproximar-se quanto possível de uma verdade difícil, mas o de fazer triunfar a justa causa de que se proclama, desde o início, o porta-voz. O polemico apóia-se em legitimidade da qual o seu adversário é, por definição, excluído” (Foucault, 1997b, p.551).

[...] eu me inscrevi para defender a manutenção do texto do Relator Angelo Vanhoni e o texto que foi aprovado pelos Deputados, na Câmara Federal, por um motivo que penso ser o mais relevante: nós não estamos discutindo aqui qualquer questão religiosa, até porque sou católico, muitos são evangélicos, outros não têm religião, outros são agnósticos. Isso não está em debate neste momento. O povo brasileiro, desde a Constituição de 1891, fez uma opção pelo laicismo. A educação brasileira é laica. Também de forma inteligente a nossa Constituição tomou uma decisão sobre concepção pedagógica. Não há concepção pedagógica oficial, nem marxista nem montessoriana. Não há concepção oficial. Cada escola decide a sua concepção, a sua prática pedagógica, através do seu plano de desenvolvimento da educação.

O que está em jogo aqui, neste momento, é sabermos se é importante ou não a ênfase em determinadas desigualdades. E sobre isso é que eu quero me referir. Eu sou professor, há 35 anos - continuo dando aula -, em escola pública e escola privada. Na sala de aula, no chão da escola, nós encontramos racismo. É uma realidade que, infelizmente, ainda existe em nosso País. No chão da escola, no recreio, na sala de aula, nós encontramos preconceito contra gênero. Há machismo, neste País! Nós encontramos, no chão da escola, na sala de aula preconceito contra a orientação sexual, que deve ser livre. Nós não podemos deixar de combater essa discriminação.

Portanto, Deputado Angelo Vanhoni, V.Exa. acerta quando, no seu texto, diz: superação das desigualdades educacionais. Todas elas, mas nós temos de dar ênfase - e isso faz parte de um texto inteligente - àquilo que mais precisamos ressaltar na legislação: à promoção da igualdade racial para combater o racismo; ênfase na promoção regional. Porque eu sou de uma Região que ainda é discriminada neste País: Nordeste. Nós precisamos colocar sim que é preciso promover a igualdade regional. Precisamos destacar no texto o combate à discriminação de gênero e de orientação sexual.

Cabe a nós legisladores, neste momento, tomar uma decisão, fazer uma opção política de combate às desigualdades educacionais, mas ressaltando aquelas desigualdades que lamentavelmente estão presentes e dificultam a evolução da educação deste País e a aprendizagem dos nossos alunos e das nossas alunas.

Peço, portanto, a reflexão de cada Parlamentar presente para que possamos dar essa vitória, sobretudo uma vitória que, com esse texto, vai ressaltar o combate ao preconceito e às discriminações deste País (deputado Artur Bruno, PT/CE, 22/04/2014).

Nossa intenção, ao apontar os enunciados favoráveis à manutenção do texto da Câmara dos Deputados, foi a de marcar que nas cenas da aprovação do PNE 2014-2024, há a evidência de vozes pautadas no conhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição brasileira, em consonância com as políticas públicas. Vozes que trouxeram os educadores e as educadoras para o plenário, vozes que compreendem que a escola precisa direcionar ações no combate às desigualdades e precisa trabalhar com as diferenças. Vozes que parecem ou podem apontar para um princípio de igualdade, a partir do qual se faz legítima a luta contra as diferentes formas de desigualdades.

Na mesma direção deste entendimento, mas com argumentos fundamentada em tratados internacionais quanto ao combate às desigualdades, destacamos a fala da Deputada Iara Bernardo (PT/SP), líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. Suas observações foram intempestivas, uma vez que a deputada não estava designada para falar no momento em que fez a inferência que destacamos a seguir:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, seria muito estranho que no Plano Nacional de Educação nós não tivéssemos esse item com relação ao combate a todas as desigualdades, inclusive a de gênero. Essa política faz parte de todos os tratados internacionais que o Brasil assina, na área da saúde, na área da educação, na área...(O microfone é desligado.) (deputada Iara Bernardi, PT/SP 22/04/2014).

Posteriormente, durante a aprovação do PNE, a deputada Iara Bernardi (PT/SP) pode esclarecer melhor suas colocações, contextualizar o momento em que a disputa a respeito do gênero se instaurou, bem como ratificar suas colocações a respeito das políticas internacionais que caminham em consonância com a necessidade, expressa no texto inicial do PNE, de combate às desigualdades:

Sr. Presidente, quero até recordar aqui o que mencionou o Deputado Chico Lopes: que esse texto foi aprovado por unanimidade nesta Comissão, na Câmara dos Deputados. Não houve em nenhum momento esse tipo de manifestação nem de questão levantada, quando o Relator apresentou o primeiro relatório, que saiu desta Câmara e foi para o Senado. Só nesse momento é que se tenta travancar inclusive a votação do PNE para isso.

Quero lembrar que essas questões de gênero estão em todos os documentos da Organização Mundial de Saúde, que o Brasil respeita - dos Direitos Humanos Internacionais, do Direito do Trabalho, da OIT, da Lei Maria da Penha, aprovada por esta Casa, nos tratados internacionais da ONU. Portanto, não haveria nenhum motivo para que essa questão de combate a todas as formas de discriminação e desigualdade não estivessem no Plano Nacional de Educação.

O PT vota sim, Sr. Presidente (deputada Iara Bernardi, PT/SP 22/04/2014).

Ressaltamos que, no tocante ao entendimento das diferenças nos espaços educativos, precisamos endossar e retomar as colocações de Anete Abramowicz e Tatiane Cosentino Rodrigues (2013) e Richard Miskolci (2014) sobre a importância de se trabalhar na perspectiva da diferença e não mais da diversidade que traz em seu bojo ideias sobre tolerância muitas vezes arriscadas, quando se quer efetivar as igualdades. Pois, manter ideias sobre tolerância e diversidade pode resultar na manutenção das hierarquias hegemônicas no campo das sexualidades, algo que precisa ser superado, repensado, reavaliado nos espaços educativos.

Certamente que precisamos salientar, mais uma vez, que nas falas dos deputados e deputadas, favoráveis à manutenção da “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”, estiveram presentes nos enunciados expressos em políticas sociais, já implementadas no campo da diversidade sexual, foco das análises dos autores/as citados/as anteriormente. Hoje compreendemos a importância empregar devidamente esses termos, para que não passemos a reforçar o que intencionamos superar.

Embora, no entendimento das diferenças, saibamos o que aponta Miskolci (2014), os seja, que um sistema de ensino escolar, pautado na meritocracia, não leva em conta as diferenças, e nessa lógica de ascensão por mérito, as diferenças são consideradas empecilhos. Levando em conta essa lógica, o sistema de ensino tenta misturar as diferenças e padronizar o que se refere ao conteúdo e às formas de ensinar. Quando a escola faz isso, intenta padronizar as pessoas, conteúdos e metodologias, e assim ela acentua as desigualdades.

As colocações de Miskolci (2014, p.40) ratificam a importância de se trabalhar nos espaços educativos com as diferenças, entendendo-as como imbricadas com uma “boa prática pedagógica”, abandonando-se,

assim, concepções e ideias de que a escola não deve lidar com os marcadores sociais da diferença. Esclarece o autor:

Não é a existência das diferenças que institui as desigualdades entre indivíduos, mas a hierarquização delas (legitimação de algumas e exclusão de outras). O desrespeito às diferenças produz as intolerâncias, discriminações e violências (simbólicas e físicas) que encontramos nas escolas e, também, amplamente na vida social. O preconceito e a discriminação não se constituem em um problema que afeta apenas aqueles indivíduos que são discriminados. São fatores que se encontram nos espaços onde há processos discriminatórios (Miskolci, 2014, p.41).

Muitas das falas das deputadas e deputados demonstraram que precisamos compreender que a desigualdade estrutura a vida social e nos afeta a todos indistintamente. Tal entendimento faz com que tornemos como nosso o compromisso do projeto de produção de uma escola democrática (Miskolci, 2014).

Entendemos que as falas aqui expressas não foram acolhidas na Plenária da Câmara dos Deputados, como nós educadores e educadoras almejávamos, pois o PNE 2014-2024 foi aprovado sem se dar visibilidade aos marcadores sociais da diferença regional, de raça, de gênero e orientação sexual. Porém, também sabemos e pontuamos, na análise realizada neste estudo, que a não aprovação desses marcadores sociais, no texto do PNE, implicaram conquistas e reflexões já realizadas nos espaços educativos, bem como deu-se a elaboração de inúmeras políticas públicas/sociais que hoje dão visibilidade e nome às diferenças.

Nosso compromisso diante desse cenário é continuar marcando a importância de uma escola que considere e trabalhe com as diferenças, bem como promova capacitações e diálogos que desestabilizem os absolutismos, os universalismos e que possa produzir fissuras nos discursos que buscam homogeneizar as sexualidades e as práticas educativas. Como afirma Mouffe (2005), “não há solução racional para o conflito – daí a sua dimensão antagonística. Isso, não significa, obviamente que adversários não possam cessar de discordar, mas isso não prova que o antagonismo foi erradicado” (p.20). Algo muito importante para pensarmos, na condição de educadores e educadoras, psicólogos/as, no campo das lutas e conquistas, no que concerne ao gênero e à orientação sexual, na medida em que não podemos tornar a

decisão dessa política pública, o PNE 2014-2024 torna-se algo que absolutiza o entendimento desse campo de estudos. Isso seria abandonar todas as conquistas já efetivadas pelas feministas, pelo Movimento LGBT, pelos/as educadores/as nos espaços educativos brasileiros. Não podemos incorrer no erro de parar de investir esforços e explicitar as diferenças e as exclusões, presentes na decisão tomada pela maioria dos parlamentares na Câmara dos Deputados, no dia 14 de abril de 2014.

4.3 - A construção da cena

A cena que nos propomos construir aqui se refere ao que denominamos cena de antagonismo, expressa nas três Sessões da Comissão Especial da Câmara dos Deputados Federais, momento em que a disputa, a respeito da inserção do inciso III, do art. 2º, estava/estive em debate, para posterior votação.

Rancière (2012a) aponta que os artistas e os pesquisadores “constroem a cena em que a manifestação e o efeito de suas competências são expostos, tornando incertos nos termos do idioma novo que traduz uma nova aventura intelectual” (p.25). Ele se refere ao espectador emancipado, mas traz mais um elemento, que consideramos, nos auxiliará a pensar a construção dessa cena, quando afirma: “o efeito do idioma não pode ser antecipado. Ele exige espectadores que desempenhem o papel de intérpretes ativos, que elaborem sua própria tradução para apropriar-se da “história” e fazer dela sua própria história” (p.25).

É o que procuramos fazer aqui: construir uma cena que, a nosso ver, contará a história do antagonismo que esteve presente na aprovação do PNE 2014-2024, na disputa à respeito da manutenção dos termos “igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”, por cujo estudo nos interessamos, por atentar para as questões de gênero e orientação sexual.

Na descrição dessa cena, precisamos registrar que os personagens, deputados e deputadas alguns pertenciam a um grupo conservador, atrelado aos fundamentalismos de ordem religiosa, e que apresentaram enunciados de ordem moral; outros pertenciam a um grupo de esquerda, dos quais alguns estavam na gestão do país e outros não, mas seus membros se colocaram contra o conservadorismo, por compreenderem a inserção do inciso III, do art. 2º, pois sabiam que este

era de suma importância para o trabalho de erradicação das desigualdades nos espaços educativos. E havia, ainda, personagens que escolheram não pertencer a nenhum desses dois grupos, porém sua intenção foi apoiar o grupo de personagens conservadores, pois, mesmo diante do seu silêncio, os participantes desse grupo permitiram que fosse aprovado, no PNE, o texto “[...] superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (Brasil, 2014, p.43). Tal texto, em nosso entendimento, generaliza as diferenças, para evitar nomeá-las e não dar visibilidade para além das sexualidades heteronormativas. Dessa forma, não há efetivamente combate às desigualdades de gênero e orientação sexual nos espaços educacionais.

A arena em que se desenvolveu essa cena foi a Câmara dos Deputados Federais, espaço em que havia um presidente para coordenar a atuação dos personagens e também havia um personagem chamado relator, responsável por apresentar e defender o texto, elaborado pela Comissão Especial, destinada a dar encaminhamentos ao PNE.

O contexto da cena se desenvolveu atrelado à situação de uma democracia consensual, pois havia o compromisso da aprovação de uma política pública para a educação brasileira. Aprovação estava baseada no maior número de votos, e contava com a presença da maioria absoluta dos personagens.

A cena se constitui em torno de um embate antagônico entre dois grupos os quais, na primeira sessão em que foi mencionado o diálogo sobre a aprovação da proposta da Câmara dos Deputados, dar-se-ia a aprovação do já conhecido texto que descreve a promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”. Os deputados conservadores se organizaram para recompor a Comissão Especial, trazendo para a cena novos personagens que os auxiliariam na aprovação da emenda de substituição, proposta pelo Senado Federal, que previa a supressão dos termos presentes na proposta aprovada inicialmente pela Câmara dos Deputados. Por meio de uma democracia consensual, ganharam os personagens que obtiverem o maior número de votos em suas propostas.

Precisamos esclarecer que chamamos de antagonismo o conflito exposto nessa cena da aprovação do PNE, com base na compreensão do que propõe Mouffe (2003; 2015). Para esta autora, é fundamental reconhecer a inerradicabilidade do conflito, na dimensão da vida social dos sujeitos, já que o reconhecimento dessa dimensão conflituosa não

significa prejudicar o projeto democrático, e sim reconhecer o desafio presente no lugar ocupado pela política democrática.

Diante dos enunciados trazidos pelos deputados conservadores, consideramos pertinente salientar que, nos dias atuais,

o político é jogado na esfera moral [...] ele ainda consiste numa dicotomia nós/eles, porém, em vez de ser definido por meio de categorias políticas, o nós/eles agora é estabelecido em termos morais. No lugar do conflito entre “direita e esquerda”, vemo-nos diante do conflito entre “certo e errado” (Mouffe, 2015, p.05).

Esse conflito entre o certo e o errado, de ordem moral, e que esteve presente nos enunciados dos deputados conservadores/religiosos, ocorre “quando não existem canais por meio dos quais os conflitos poderiam assumir uma forma “agonística”, pois eles tendem a surgir de maneira antagonística” (Mouffe, 2015, p.05). Ao invés de um confronto político entre adversários, esse passa a ser moral, entre o bem e o mal, cujo adversário/oponente é percebido como um inimigo que deve ser destruído ou evitado sempre que possível (Mouffe, 2015).

Entendemos que, para os personagens conservadores, nesta cena, o inimigo a ser destruído é aquele/a que escapar da norma essencialista do gênero e do sexo, entendido apenas em sua biologia, o que evidencia outras formas de relações afetivo-sexuais, que aponta para a igualdade entre homens e mulheres na esfera social, e que defende direitos igualitários no campo dos desejos sexuais. Fazemos essas afirmações, pois diante dos argumentos para a não aceitação dos termos presentes no inciso III, do at. 2º, proposto pela Câmara dos deputados, os personagens conservadores só mencionaram questões ligadas ao gênero e às práticas sexuais, porém não houve nenhuma preocupação no que diz respeito ao racismo ou às desigualdades regionais, também presentes nas escolas brasileiras.

Essa cena em que a disputa foi o texto da Câmara dos Deputados ou a aprovação de substitutivo da proposta, pelo Senado Federal, e diante desses personagens que exerciam o lugar de defensores de seus posicionamentos, evidenciou aspectos presentes no cenário político, vivenciado pelo Brasil, desde 2002, quando Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, assumiu a Presidência da República (Machado, 2013a).

Machado (2013a) elucida que a vitória do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, no ano de 2002, inaugurou

uma nova fase nas relações entre o governo e a sociedade civil organizada. O autor cita a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) que, em sua compreensão, possibilitou debates em torno de “minorias” identitárias, e possibilitou que se organizassem programas e ações no sentido da superação das desigualdades; a criação de órgãos e editais de financiamentos para o terceiro setor, conselhos nacionais e conferências sobre temas anteriormente ignorados pelo governo, inserindo-se, assim, não políticas governamentais temáticas, como direitos humanos, crianças e adolescentes. Registra também que, a partir de 2003, consolidou-se a “noção de democracia participativa” (p.16) que passou “a ocupar um lugar central no projeto do governo federal” (p.16),

[...] além das demandas LGBT, de um modo geral, observa-se que o apelo à diferença encontrou abrigo nos diversos arranjos participativos criados pelo Sistema Nacional de Participação Social, o que se manifestou nas políticas setoriais, na criação de novas secretarias, nas conferências nacionais, nos editais de financiamento de pesquisas, no financiamento de eventos e redes nacionais de articulação de movimentos sociais, na formação de composição dos conselhos, entre outras iniciativas que, ao que tudo indica, reforçam a aproximação da sociedade civil com o Estado e a democratização da sociedade. Compreende-se que a atenção estatal às políticas de identidade pode significar avanços nos processos de democratização social, mas podem se constituir em um fenômeno político mais complexo, o que nos revelaria ambigüidades e contradições da política e da formação de sujeitos políticos na atualidade (Machado, 2013a, p.16).

Consideramos que a cena a qual estamos compondo nos possibilita pensar nas ambigüidades assinaladas por Machado (2013a), assim como nos convida a refletir sobre a política, o político, e “os sujeitos políticos na atualidade”. Entendemos a forma como os deputados conservadores se organizaram, para que os deputados e as deputadas a favor da inserção e do trabalho com gênero e orientação sexual não aprovassem seu texto, aponta para as contradições presentes no cenário político do Brasil na atualidade.

Ao mencionarmos o cenário político brasileiro, buscamos novamente Machado (2013a), o qual esclarece, ao refletir sobre o crescimento das políticas voltadas para temáticas das “minorias sociais”, que contraditoriamente foi possível evidenciar, em sua pesquisa de doutorado, uma frente parlamentar LGBT que chegou a contar com o apoio de mais de 250 deputados; o governo investiu em recursos na

promoção de políticas públicas e conferências LGBT; e o crescimento de discussões no campo da educação, saúde e direitos humanos. Em contrapartida, poucos deputados assumiram essas temáticas. Por outro lado, e—poucos deputados, assumidamente LGBT, detinham cargos eletivos. Para Machado (2013a), a não aprovação do Kit anti-homofobia e da PL 122 (Projeto de Lei anti-homofobia), bem como o recrudescimento de discursos religiosos na esfera política se tornaram obstáculos e fragilidades, resultantes dos investimentos feitos pelo governo.

Pensando na cena que estamos descrevendo aqui, acrescentamos as afirmações de Machado (2013a), pois um ano depois da finalização dos estudos deste autor, nos deparamos com esse cenário na aprovação do PNE 2014-2024 e, atualmente, vemos propostas e projetos de lei, na Câmara dos Deputados, que intencionam mudar a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em 1996, para que sejam retiradas de seu texto as ações no campo das sexualidades e do gênero. Além disso, não foram mencionadas as inúmeras ações da sociedade civil, como o Movimento Escola Sem Partido, que endossam os enunciados proferidos pelas igrejas a respeito da denominada “ideologia de gênero”, aspecto que já abordamos neste estudo²⁴.

Mas, voltando à referida cena, com relação aos deputados conservadores, no que diz respeito à sua luta para a aprovação do PNE, e para que as escolas não acolham e não tenham como meta a promoção da erradicação das desigualdades, no que se refere à promoção da igualdade de gênero e orientação sexual, precisamos destacar que convidados que defenderam seus posicionamentos. Esses personagens conservadores, em muitos momentos, inverteram seus discursos, procurando demonstrar que não estavam querendo perpetuar preconceitos, embora revelassem seu profundo incômodo com relação às políticas sociais voltadas para as “minorias”.

²⁴Para maiores detalhes a respeito dessa questão, sugerimos consulta aos documentos anexados ao Dossiê *Riscos de Limitações ao Direito à Educação*, produzido pelas seguintes Instituições: Ação Educativa – GELEDES, Instituto da Mulher Negra – ECOS, Comunicação em Sexualidade - CLADEM – Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, e parte do Projeto Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. Endereço: <http://generoeeducacao.org.br/dossie-riscos-de-limitacoes-ao-direito-a-educacao/> Acesso em 11/06/2016.

Com relação a essa inversão de discursos, que busca na cordialidade uma aproximação entre posicionamentos inconciliáveis, Mouffe (2015), em nossa compreensão, entende a busca pela cordialidade como uma negação dos antagonismos, como uma reconciliação em termos de consenso, feitos por aqueles que possuem uma visão antipolítica, ou que intencionam borrar as fronteiras, desarticular e enfraquecer os movimentos sociais, e os posicionamentos de adversários.

Para maior esclarecimento, precisamos enfatizar que na cena a sobre a qual estamos debruçados, compondo-a e recompondo-a, havia reflexos dos inúmeros acordos realizados pelo Governo Federal com as instâncias conservadoras no cenário político brasileiro. Paradoxalmente, muitos acordos e concessões tornaram inviável a explicitação das diferenças políticas e, em nome do consenso, perdeu-se o próprio da política, o dissenso.

Ao pensar o aspecto político em uma democracia radical e plural, Mouffe (2015) discorda, de uma visão “pós-política”, daqueles que aceitam e defendem uma democracia consensual. Para a autora, a intenção dessa visão antipolítica é criar um mundo além da direita e da esquerda, além do antagonismo e da hegemonia, que revela uma falta de entendimento a respeito do que está em jogo na política democrática e na dinâmica das identidades políticas. Essa falta de entendimento contribui para acirrar os antagonismos presentes na sociedade.

Apresentamos aqui essas reflexões porque entendemos que, na referida cena, os personagens conservadores e religiosos conseguiram espaço e força para seus argumentos, ao distorceram entendimentos à respeito da diferença, presentes em políticas sociais principalmente, a partir da fragilidade presente na democracia brasileira, fruto da aproximação do governo com setores e partidos conservadores, e dos consensos que acabaram por excluir a dimensão política, presente no dissenso.

Tais apontamentos nos auxiliam a refletir sobre a radicalização da democracia, sobre dissensos e conflitos no campo da política e ainda nos riscos quanto a uma suposta consensualidade, como negação dos conflitos presentes na dimensão da vida. Riscos esses que poderiam perpetuar preconceitos,—manter ou exacerbar e, ainda, negar posicionamentos hegemônicos em momentos de inúmeras conquistas no campo das lutas enfrentadas pelos movimentos sociais e pelas políticas de direitos humanos já implementadas. Tecemos essas reflexões por

considerarmos necessário marcar e demarcar o antagonismo presente neste estudo, já que, nessa cena, podemos evidenciar um forte conservadorismo, expresso em discursos de ordem religiosa, em argumentos de ordem moral. Por outro lado, destacamos enunciados que apontaram para as vozes dos movimentos sociais, para o entendimento dos/as que compreende um mundo onde a importância do respeito às diferenças, de modo particular nos espaços educativos, a importância de se dar visibilidade aos antagonismos, se considerada a pluralidade de valores no âmbito educativo.

No palco da aprovação do PNE, ou seja, na cena protagonizada pelos deputados conservadores, o antagonismo esteve atrelado ao medo de que se falasse de sexualidade nas escolas, ou mesmo no fato de se considerar as diferenças no campo das sexualidades, e assim “a escola passe a incentivar as homossexualidades” ou a “fazer apologias a elas”. O antagonismo se presentificou no medo da homossexualidade e das liberdades no campo dos direitos sexuais. Esse antagonismo se acirrou diante de muitas conquistas, diálogos e aproximações entre governo e movimentos sociais, por meio dos quais foram formuladas inúmeras políticas sociais que consideraram as diferenças no campo das sexualidades e os direitos “das minorias”, e direitos da população LGBT.

Ao buscar aproximação com setores conservadores, o governo apostou na política como exercício do consenso e, assim, inviabilizou o que é próprio da política. Tais setores, ao invés de se democratizarem, empurraram o governo para a aprovação de medidas conservadoras, enfraquecendo setores mais progressistas, principalmente, o governo foi perdendo sua própria força. Devemos levar em consideração os conservadores favoráveis à retirada dos termos “gênero e orientação sexual”, de sujeitos que apresentam de um lado a voz arcaica das igrejas, e de outro, a voz de teorias liberais.

O crescimento de uma teoria democrática liberal acaba por obstruir o entendimento presente nos antagonismos atuais. Para Mouffe (2013), essa teoria é caracterizada pelo “racionalismo, pelo individualismo e pelo universalismo abstrato, este tipo de teoria deve permanecer cego à natureza do político e à inerradicabilidade do antagonismo” (p.12). E,

Na verdade, o termo “político” está cada vez mais presente na filosofia liberal, mas o domínio do político é sempre tratado por uma abordagem individualista e racionalista que o reduz ou ao econômico

ou ao ético. Como consequência, a dinâmica da constituição dos sujeitos coletivos e o papel crucial desempenhado pelas paixões e antagonismos neste campo não podem ser apreendidos. Aí reside a explicação para a impotência da maioria dos liberais para oferecer respostas adequadas aos problemas em curso. [...] os atores políticos são encarados como indivíduos racionais, orientados apenas por seus interesses racionais, atuando no melhor dos casos sob as coações da moralidade (Mouffe, 2003, p.12).

Podemos afirmar que o cenário descrito por Mouffe (2003), acerca de uma democracia liberal, abarca parte do que foi possível observar nessa cena em que os personagens conservadores se colocaram a combater veementemente os termos gênero e orientação sexual, à medida que muitos dos seus argumentos foram de ordem moral, e assim foi possível evidenciar uma racionalidade que em muitos momentos se colocava numa suposta neutralidade (ou negação do antagonismo) com relação à homofobia, por exemplo. Referimo-nos à fala, já exposta neste estudo, de um parlamentar/personagem do grupo conservador o qual disse que lutaria contra a homofobia, mas não aceitaria termos ligados a uma política que explicita as diferenças e assim corrobora para dirimir os preconceitos e a violência discriminatória de gênero, sexualidades e orientação sexual que se fizessem presentes nas metas de um plano para a educação brasileira. Precisamos lembrar que, em muitas das falas desses personagens conservadores, eles repetiram e mencionaram que não eram preconceituosos, que não queriam ser vistos como preconceituosos.

Prado e Machado (2008) apontam que no século XXI é possível evidenciar um número cada vez maior de comportamentos não-hegemônicos no interior das hierarquias sociais. No entanto, “ainda que a visibilidade e a aparição pública tenham entrado na agenda social e política, convivemos com o preconceito homofóbico, com a violação dos direitos de toda ordem e com a violência institucional que perpassa todas as instituições sociais, econômicas e políticas, sem falar nas educacionais, religiosas e militares” (p.15). Identificamos o preconceito homofóbico, nas colocações e enunciados dos personagens conservadores, nessa cena que estamos compondo.

A prática política, em uma sociedade democrática, não consiste em defender direitos de identidades pré-concebidas, mas sim, defender direitos na constituição dessas identidades, entendendo-as constituídas em um terreno precário e sempre vulnerável (Mouffe, 2003). O poder,

nessa perspectiva, é constituinte dessas identidades. Mouffe (2003) esclarece que, em sua abordagem, defende um deslocamento nas relações entre democracia e poder, pois no cerne de seu entendimento, sobre a questão da política democrática, não está a eliminação do poder, mas em encontrar formas que possibilitem a efetivação de valores democráticos. Não se pode alimentar a ilusão de que vamos nos desvencilhar do poder. É preciso admitir as relações de poder e a necessidade de transformá-las. Precisamos, dessa forma, compreender a relação entre poder e objetividade social e política para explicitarmos as exclusões e atentarmos para a hegemonia enquanto um campo de tensões/disputas.

Essas ideias nos auxiliam a olhar para a referida cena, para seus personagens: os conservadores, os progressistas e os de esquerda, os silenciosos e, para a não aprovação dos termos gênero e orientação sexual como uma perda de poder no âmbito da democracia participativa. Porém, não como o fim de uma luta no campo político que compreende que a exclusão faz parte do pensamento hegemônico, adotado pela maioria dos parlamentares (os personagens conservadores e os silenciosos), e que não se pode parar de demarcar as exclusões e os antagonismos presentes no cotidiano/na dimensão da vida. Quiçá, nas lutas por uma política democrática, possamos lidar com as temáticas presentes nessa cena, e que foram/são colocadas sob a ótica da moralidade, numa dimensão “agonística”, como propõe Mouffe (2003, 2005, 2015), pois “enquanto uma questão política, os direitos sexuais deveriam encontrar formas de práticas e discursos políticos e não morais e religiosos” (Prado & Machado, 2008, p.16).

Para Mouffe (2003), uma sociedade democrática oportuniza a expressão de valores conflitantes, porém, isso não significa que não aconteçam certos consensos, compreendidos como consensos conflituais, como princípios que existem a partir de interpretações conflitantes e diferentes. Dessa maneira, uma democracia pluralista é aquela que oportuniza e possibilita que o dissenso emergja, que se manifeste. A autora critica e pontua que, com a hegemonia do neoliberalismo, ética e moralidade, substituíram a política, e o que passou a impulsionar a democracia foi a necessidade do “consenso, de valores familiares e de “boas causas” (Mouffe, 2003, p.17). Acrescenta ainda que essa perspectiva vem acompanhada pelo crescimento da ordem jurídica, e que a lei é acionada para resolver os conflitos.

Na cena que estamos montando, aconteceu que, em muitos momentos, a Constituição brasileira foi citada pelos personagens conservadores. Entendemos que isso se deu, na intenção de solucionar o conflito, de colocar, ou não, a discriminação das metas explicitadas nos termos como “igualdade regional, igualdade racial, igualdade de gênero e orientação sexual”, embora saibamos que a preocupação dos conservadores estivesse centrada no campo das sexualidades. Salientamos, mais uma vez, que muitos dos argumentos, dos personagens conservadores, contra a inserção dos referidos termos no PNE, estiveram atrelados a ideias de ordem moral, marcando a voz da teoria política liberal em seus discursos.

Nessa cena em que os grupos de personagens atuaram, os parlamentares fizeram uso de certos argumentos para que seus posicionamentos fossem considerados pelos demais colegas como o mais adequado para a educação brasileira. Compreendemos que embora a cena tenha revelado os antagonismos, também devemos entendê-la como uma cena no campo da polícia, da gestão (Rancière, 1996), de forma que só podemos compreendê-la como cena do campo político.

O político é o campo do encontro entre a política e a verificação da igualdade (Rancière, 2014), entre governança e emancipação. Ao adotarmos as ideias de Rancière, sobre polícia e sobre o político, podemos pensar que as políticas públicas, para esse autor, seriam da ordem da polícia, mas podemos dizer que a cena que descrevemos é uma cena do campo do político.

A polícia, para Rancière (1996), não é entendida de forma pejorativa, mas, como já pontuamos, a polícia se refere a gestão dos corpos, “aquilo que é designado como “aparelho de Estado” (p.41), e indica a lei, que configura a distribuição das parcelas ou a ausência de parcelas.

A consequência de uma visão de democracia radical e plural é assumir, na raiz do pensamento, que o dissenso e o conflito fazem parte da vida social, caso contrário os conflitos acabariam por se travestir em outros lugares (Prado, 2013)²⁵.

²⁵Apontamentos registrados a partir do Curso “Por que estudar política?”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, na Universidade Federal de Santa Catarina, ministrado pelo professor Dr. Marco Aurélio Máximo Prado, da Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 2013.

Quando retornamos às falas dos personagens conservadores sobre as diferenças sexuais, falas pautadas em visões essencialistas, em momentos em que a agressividade nos argumentos esteve muito presente, pensamos não haver distâncias entre os fundamentalismos, presentes mundialmente, e os expressos nessa cena de antagonismo. Podemos, pois, evidenciar nela todo o acirramento dos antagonismos religiosos com relação à igualdade de gênero e à orientação sexual, além de um acirramento contra as políticas voltadas para as minorias e políticas sociais, implementadas por um Governo Federal de esquerda. Os personagens conservadores manifestaram seus temores em relação a um governo que considera e elabora suas políticas para as minorias e mencionaram que as ideias sobre gênero e orientação sexual são próprias do Governo Dilma, próprias do PT, do socialismo, do “marxismo de gênero”.

Entendemos que, nessa cena, os personagens conservadores, em alguns momentos se apresentaram como soldados armados, na defesa de uma ditadura contra os gêneros e as sexualidades presentes na educação. No entanto, foram interpelados pelos personagens progressistas e de esquerda, que se colocaram sob a força dos argumentos, os quais muniram-se das vozes dos movimentos sociais, das políticas de direitos humanos, dos educadores e educadoras, como vimos explicitando.

Compreendemos que os personagens progressistas e de esquerda, tinham clareza a respeito da importância de a educação levar em conta as questões de gênero e das sexualidades, que por isso não estavam alarmados com os exageros e extremismos apontados pelos personagens conservadores. Em seus argumentos, podemos perceber que esses lamentavam pelas distorções apontadas pelos personagens conservadores e convidavam os personagens silenciosos a se posicionarem, a entenderem as implicações/as consequências da não aprovação do texto da Câmara dos Deputados para a educação brasileira.

Idealizamos essa cena da aprovação do PNE, como um ato no campo político, e ao mesmo tempo também entendemos que essa cena, e principalmente seu desfecho, que culminou em sua aprovação, na busca de um consenso, como um momento na ordem da política do gerenciamento das visibilidades, da ordem e do lugar que não foi dado ao gênero e às sexualidades nessa votação.

Entendemos a elaboração de políticas públicas, planejadas como um reordenamento do comum, a partir de reivindicações de

movimentos sociais, na medida em que muitas das políticas efetivadas no Brasil surgiram para acrescentar, na contagem das partes, alguma parcela da população que não estava sendo computada/contada/considerada.

Rancière, em seus argumentos a respeito do dano fundador da política, nos auxilia a refletir sobre as questões da diferença, da visibilidade e da exclusão no estabelecimento de uma política pública para a educação, como o foi e é o PNE 2014-2024. Com Rancière, entendemos que é preciso denominar as discriminações, pois assim estaremos dando visibilidade a uma parcela da comunidade política que, durante muito tempo foi compreendida como não tendo a posse do logos e, portanto, não pôde fazer uso da palavra. Mas, como e quanto do sensível, hoje já se encontra reconfigurado, incluindo as questões da igualdade regional, racial, de gênero e orientação sexual? Compreendemos que ainda há um caminho de dissenso a ser trilhado, por entendermos a democracia como uma intensa luta cotidiana, um risco, uma instabilidade, em que forças e processos hegemônicos estão em jogo (Prado, 2013).

Para Rancière,

A Atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho. [...] Espetacular ou não, a atividade política é sempre um modo de manifestação que desfaz as divisões sensíveis da ordem policial ao atualizar uma pressuposição que lhe é heterogênea por princípio, a de uma parcela dos sem – parcela que manifesta ela mesma, em última instância, a pura contingência da ordem, a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante (Rancière, 1996, p. 42-43).

E a democracia, nesse campo de dissensos, acaba sendo um movimento destinado a criar constantemente a emergência de sujeitos políticos (Prado, 2013).

Gabriel Rockhill (2010) aponta aspectos da democracia no pensamento de Rancière. O autor afirma o seguinte:

A democracia não é uma forma de governo nem um estilo de vida social, é um acto de subjectivação política que perturba a ordem policial, pondo em causa, de forma polémica, as coordenadas estéticas da percepção, do pensamento e da acção. A democracia é

erroneamente identificada quando associada à consensual auto-regulação da multidão ou ao reino de uma colectividade soberana baseada na subordinação do particular ao universal. A democracia é menos um modo de ser do que um acto de contenda que implementa várias formas de dissenso. Podemos dizer que ela só existe quando os que não tem direito ao poder, os que fazem parte do demos, provocam uma divisão que dilacera o ochlos. Se uma comunidade pode ser dita democrática, é apenas enquanto «comunidade da partilha» (communautédupartage), na qual o fazer parte de um mundo comum – a não confundir com uma formação social comunitária – é expresso em termos adversos e a coligação ocorre sempre em conflitos (p. 90).

Essas explicações nos permitem questionar essa cena e afirmar que, erroneamente em nosso país, associamos democracia ao “reino consensual”, “à subordinação do particular ao universal”, quando personagens conservadores decidem por meio de argumentos morais as diretrizes e metas que deverão fazer parte do planejamento da educação brasileira.

Vimos nessa cena da aprovação que o consenso não refletiu uma democracia em que os sujeitos puderam deslocar a partilha do mundo sensível, pelo contrário, na cena em questão, os personagens conservadores impuseram seus posicionamentos religiosos e conseguiram o intento de fazer calar as diferenças. Porque as consequências do resultado dessa aprovação reverberam até hoje, negativamente, nos espaços das escolas.

Entendemos que personagens conservadores conseguiram que suas intenções de calar as diferenças, contidas inicialmente no PNE 2014-2024, obtiveram sucesso, com a aprovação de um texto que não nomina essas diferenças, que não as torna visíveis. Por outro lado, os personagens que lutaram pela manutenção dos termos “gênero e orientação sexual”, precisaram argumentar, denunciando um dano e, ao fazê-lo, realizaram um deslocamento identitário, ocupando um entre-lugar, em um movimento de desidentificação, no intervalo entre identidades. Retomamos o entendimento da subjetivação política para pensarmos, com Rancière (2014), esses movimentos de igualar-se e diferenciar-se, pois,

[...] a vida da subjetivação política é constituída pela distância entre a voz e o corpo, pelo intervalo entre as identidades. Os conceitos de narrativa e de cultura reconduzem a subjetivação a uma identificação. O processo da igualdade é o da diferença. Mas a diferença não é a

manifestação de uma identidade diferente ou o conflito entre duas instâncias identitárias. O lugar da manifestação da diferença não é o «próprio» de um grupo ou cultura. É o *topos* de um argumento. E o lugar de exposição desse *topos* é um intervalo. O lugar do sujeito político é um intervalo ou uma falha: *ser-em-conjunto* como *ser-entre*: entre os nomes, as identidades ou as culturas (p.74, grifos do autor).

Para finalizarmos nossas reflexões sobre essa cena de antagonismo, acerca dos enunciados dos personagens conservadores, os personagens progressistas e da esquerda, e os personagens silenciosos, seu desfecho no campo da polícia, vamos procurar refletir um pouco mais sobre a subjetivação e o sujeito político em Rancière.

Rockhill (2010) destaca que a subjetivação, em Rancière, é entendida como um processo pelo qual um sujeito político se distancia das categorias dominantes de identificação e classificação. Faz isso, ao tratar um dano na busca da implementação da igualdade, pois a subjetivação política cria um espaço comum de disputa entre aqueles que não tomaram parte na ordem estabelecida. No entanto, o ato de identificação dos sujeitos políticos recorre a denominações impróprias, ou seja, a nomes que demarcam, de forma inadequada, a multidão anônima que não possui título na ordem policial. Desse modo, a lógica da subjetivação está baseada na impossibilidade da identificação dos sujeitos políticos. E por ser um sujeito político, um operador vazio que produz situações de litígio, político porque contesta os critérios de identificação e de classificação estabelecidos. É por meio dos seus processos de subjetivação que os sujeitos políticos fazem a política existir, quando confrontam a ordem policial para efetivar-se a emancipação. Porém, a política se apresenta como um ato raro, implementada por sujeitos específicos, sendo que os sujeitos políticos permanecem como figuras precárias e vacilantes, diante das demarcações estabelecidas pela polícia.

Um processo de subjetivação política abrange a possibilidade de se questionar não apenas a conta das partes no sistema de partilha, mas o próprio processo no qual se estabelecem as hierarquias (Machado, 2013b).

Consideramos que nas ideias de subjetivação política de Rancière podemos encontrar elementos para uma outra forma de democracia e que as ideias de Rancière, Mouffe e Laclau convergem para a emergência de uma democracia radical e plural, para a efetivação de uma democracia para além de jogos consensuais, uma democracia

que compreende a importância do conflito/do dissenso (Prado, 2013; Machado, 2013b).

Entendemos que essas ideias e reflexões podem auxiliar educadores e educadoras a verem que o desfecho dessa cena antagônica não cessará o movimento de verificação da igualdade nos espaços educativos, assim como será preciso convidar esses/as educadores/as a compreenderem a importância e a pertinência do conflito nesse processo de dar visibilidade às diferenças, de fazer serem computados aqueles/as que não estão na contagem da ordem policial. Tudo isso, para que a escola não seja um lugar de ditaduras acerca do gênero e sexualidades, mas que seja um espaço democrático e plural.

A DESPEDIDA DO PALCO E O AFASTAMENTO DA CENA: tecendo considerações...

Pesquisar é imergir na densidade de acontecimentos e poder destes se afastar, em um movimento exotópico, de distanciamento em relação ao vivido para, com o excedente de visão que esse distanciamento permite, escrever sobre o processo e dar-lhe acabamento.

Andréa Zanela

Sabemos que as temáticas a respeito do gênero e das sexualidades sempre foram objeto de disputas, porque faziam com que educadores e educadoras olhassem para suas próprias histórias de significações e aprendizados sobre as questões de gênero e sobre as práticas sexuais. Também entendemos que há anos aqueles/as que se debruçam sobre essas temáticas trabalham para que elas possam ser visibilizadas nos espaços educativos, no sentido de que os demais educadores/as compreendam que, como pessoas constituídas pela sexualidade, não podemos negar essa dimensão e as construções históricas dos significados acerca de tudo isso. Ao fazermos essas afirmações, lembramos das muitas vezes em que no diálogo com os educadores, mencionamos as significações construídas sobre as sexualidades, apontando diferenças culturais e as transformações nessas significações, na intenção de marcar que nem sempre o nosso olhar para as sexualidades se deu do mesmo modo ao longo de nossa história.

Foi quando nos deparamos com a não aprovação das temáticas gênero e orientação sexual, no Plano Nacional de Educação, com o modo como a controvérsia sobre a tal “ideologia de gênero” estava sendo veiculada pelas mídias, nos espaços religiosos, na compreensão de muitas pessoas que, desavisadas e atreladas aos seus conservadorismos, já estavam alarmadas a favor da retirada dos referidos termos. Diante desse cenário, sentimos como se catorze anos de trabalho junto à formação de professores/as não tivessem nenhuma

contribuição para a educação em nosso país. Pensamos que outras instituições de ensino superior trabalham, o fazem ao longo desses anos com essas temáticas, mas mesmo sabedores de que não estávamos sozinhos nessa causa, sentimos receio quanto às consequências das decisões que viriam acontecer aos espaços educativos a partir dessa ingerência.

Todavia, não adiantava elocubramos respostas sem uma reflexão sobre o que vinha acontecendo, para entendermos o que aconteceu no processo da aprovação do PNE, sem olharmos para os enunciados, para as vozes, para o texto e o contexto dessa aprovação e sem construirmos essa cena de antagonismo em que pudemos olhar para as racionalidades presentes na disputa impetrada. Precisamos olhar para a fragilidade das políticas públicas elaboradas até o momento, para garantia de direitos no âmbito das questões de gênero e de orientação sexual. Podemos dizer, após um aprofundamento, possibilitado por essa investigação, para que chegássemos ao final desse estudo compreendendo melhor o que aconteceu na Câmara dos Deputados Federais. Podemos afirmar que, mais do que refletir sobre as temáticas gênero e sexualidades, este estudo também nos fez analisar a democracia brasileira, atrelada ao liberalismo político e os riscos dos consensos quando erradicam o dissenso na dimensão do político.

Vimos, ao nos depararmos com os enunciados dos parlamentares contrários à inserção dos termos gênero e orientação sexual, impulsionados por seu conservadorismo, expresso especialmente pelas bancadas de evangélicos e católicos, que com base em preceitos de ordem moral e ainda orientados por preconceitos como a homofobia, o sexismo e o machismo, responderam forma antagônica às políticas aprovadas pelo Governo Federal, nos últimos catorze anos do atual governo do Partido dos Trabalhadores. Ao procurarmos entender as respostas proferidas por esses deputados, podemos afirmar que esses parlamentares estavam e estão contra as políticas sociais, voltadas para as “minorias”, e que foram elaboradas em nosso país nos últimos anos. Para isso, criaram a “ideologia de gênero”, ou melhor, importaram esse “conceito” e se organizaram para ganhar a votação, amparados em um discurso moral, buscando o direito de impor suas ideias por meio de uma política pública, voltada para o estabelecimento de diretrizes e metas para a educação brasileira.

Através desse estudo, conhecemos as reflexões a respeito dos pânico morais e as consequências da exacerbação do conservadorismo

diante das mudanças na (re)significação de valores considerados como sendo tradicionais. Precisamos dialogar e especificar diferenças, para que os/as educadores/as compreendam que os temas que deveriam constar no PNE são marcadores sociais da diferença, que precisam ser visibilizados, assim como certas ações devem ser desenvolvidas nas escolas, para que se efetive um trabalho sobre esses marcadores, e a partir deles no combate às desigualdades.

Neste estudo, também nos deparamos com as respostas e as contrapalavras dos deputados e deputadas que se colocaram a favor da inserção dos termos “igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”, e compreendemos que mesmo diante das vozes de inúmeros movimentos sociais, esses/as parlamentares não foram ouvidos. Refletimos sobre o fato de eles/as serem personagens progressistas e de esquerda, e alguns deles representarem a gestão, mas também percebemos/ consideramos o antagonismo posto na cena da aprovação do PNE e que gerou uma luta entre inimigos a serem vencidos.

Precisamos compreender, ao longo desse estudo, o risco de uma democracia consensual que, ao negar seus antagonismos, acaba por acirrá-los ainda mais. Da mesma forma, precisamos olhar para a importância do diálogo com educadores/as sobre questões no campo político e sobre uma proposta de democracia que considere a importância do dissenso. Por isso, é preciso que lutemos para que essa disputa seja realmente democrática, no sentido de tratar das adversidades políticas a partir do “agonismo” e não mais de uma luta entre inimigos, por meio da qual as violências tomam proporções inimagináveis.

Entendemos que as exclusões precisam ser nominadas, e isso está atrelado a uma democracia que necessita mudar de dimensão. Ao longo dos diálogos que realizamos com os autores, escolhidos para ler conosco os enunciados e a cena, percebemos que estávamos marcando as diferenças, tendo a igualdade como princípio. Procuramos entender e explicitar as tensões presentes tanto na igualdade como na diferença, e assim como encontramos nos argumentos dos autores que os sentidos de diferença e igualdade não são excludentes, e que nossas concepções convergem segundo tais entendimentos, consideramos com eles que precisamos romper com ideias essencialistas, dicotômicas e a-históricas.

Observamos durante essa investigação que deram-se consequências negativas e retrocesso para a educação com a retirada dos termos gênero e orientação sexual do PNE 2014-2024 e na elaboração

de oito Planos Estaduais e Municipais em nosso país. Consideramos que o fato de os parlamentares terem conseguido retirar esses termos do PNE, isso fortaleceu, no âmbito dessa democracia neoliberal, os deputados conservadores que atualmente estão elaborando projetos de lei que seguem na intenção de retirar, da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação – LDB/1996, o termo gênero. Lembramos aqui que a LDB foi sancionada em 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNS, que trouxeram para o diálogo nas escolas públicas brasileiras a questão da “orientação sexual” foram elaborados no ano de 1998. Os PCNs mostraram a importância do diálogo sobre as questões de gênero e das sexualidades no século passado. Fizemos alusão à LDB/1996 e aos PCNs, para marcarmos o tamanho do retrocesso depois de anos de conquistas e trabalhos no campo das sexualidades.

Sabemos que a retirada dos termos gênero e orientação sexual contribui para a precarização de determinadas vidas e para a produção de uma condição de vulnerabilidade.

Salientamos ainda que estamos em 2016 e vivenciamos um momento em que cresce o Movimento Escola Sem Partido que, em sua proposta, intenciona tirar toda e qualquer autonomia dos/as professores/as em sala de aula. Esse movimento traz em seu bojo os mesmos preconceitos e antagonismos com relação às temáticas de gênero e orientação sexual. Nós educadores/as, psicólogos/as e profissionais das ciências humanas temos o compromisso de não deixar que essa ditadura ganhe mais força em nosso país.

Realizamos esse estudo para entendermos melhor o aludido cenário de aprovação do PNE e também na intenção de contribuirmos para que educadores e educadoras entendam a gravidade dos retrocessos que se configuram, neste momento, no campo político, para que as iniciativas deixem de ser localizadas e tímidas nos espaços educativos. Precisamos marcar nossos posicionamentos e nos envolvermos ainda mais com as causas das questões de gênero e orientação sexual, em nossas Universidades, durante a formação de professores/as e nos demais espaços educativos.

Apontamos para o espaço da escola como um lugar que muitas vezes alimenta e fomenta as invisibilidades, porém precisamos registrar que esse *lôcus* também é primordial para um trabalho que enfatize os marcadores sociais da diferença, que trabalhe para visibilizar a igualdade e evidencie a beleza nas diferenças.

Não podemos deixar de registrar que nossa intenção neste estudo é convidar os educadores/as e demais profissionais a olharem para as desigualdades presentes nos espaços escolares, convidando-os também à verificação constante da igualdade, para que esses/as profissionais possam compreender que é possível reconfigurar a dimensão sensível, e que caminhar nessa perspectiva na escola é entender que a emancipação é verificada na ação pela igualdade.

Entendemos, por meio deste estudo, que o excesso de conservadorismo e os excessos que estamos podendo evidenciar com relação aos controles e determinações, direcionadas à ação dos educadores/as nas escolas, bem como os retrocessos presentes nas argumentações e decisões das bancadas evangélica e católica no Poder Legislativo brasileiro, não aconteceram desvinculados das conquistas, retrocessos e lutas, realizadas pelos Movimentos feministas, Movimentos LGBTQTs, Movimentos na Luta contra o Racismo e a Xenofobia e nas lutas e conquistas no campo dos Direitos Humanos. Isso deve, em nossa opinião, fortalecer e potencializar aqueles/as que trabalham e estudam as temáticas de gênero e orientação sexual, para que exerçam a subjetivação política, corroborando a transformação desse cenário.

O resultado da não aprovação da inclusão desses marcadores sociais da diferença, no PNE 2014/2024, não deverá intimidar os educadores e as educadoras, na medida em que, ao conhecerem seus contextos educacionais, reconheçam a importância de um trabalho que intencione abordar e problematizar a igualdade e a diferença no espaço educativo.

Nunca foi fácil produzir fissuras na ordem hegemônica, mas encerramos esse trabalho com a certeza de que isso tem que estar em nosso horizonte de possíveis, com a clareza de que também precisamos enfrentar o temor em relação aos conflitos, e que devemos encará-los para que estejamos fortalecidos e preparados diante de nossos adversários, especialmente os que enaltecem, defendem e reproduzem os essencialismos.

Ao final das nossas reflexões, questionamos: Porque nas falas dos deputados, contrários à manutenção dos marcadores sociais da diferença, apareceu apenas a questão do gênero e da orientação sexual? Por que nossos parlamentares não abordaram a questão do racismo? Será que ficaram com receio de se posicionar de forma preconceituosa e racista, já que em nossa sociedade racismo é crime?

Deixamos esses questionamentos, mas não sem antes apontar que um enunciado preconceituoso e racista colocaria os parlamentares sob a força da lei, enquanto a homofobia não, pois em nossa sociedade esse preconceito não é compreendido como crime. Talvez por isso a homofobia esteve tão presente em muitas das falas de certos deputados.

Sabemos que esse estudo não se encerra nessas considerações, e compreendemos que essas são as conclusões possíveis hoje. Amanhã, talvez, tenhamos outras e novas conclusões, na certeza do inacabamento das reflexões presentes no ato de pesquisar o empírico.

Referências

- Abramowicz, Anete e Rodrigues, Tatiane Cosentino. (2013). O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, jan./mar.
- Aguiar, Márcia Angela da S. (2010). Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. *Educ. Soc. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.-set.
- Álvarez, Tatiana Blanco. (2015). Parentalidades em Famílias Diversas. *Rev. Ciencias Sociales* 148: 39-48 / (II).
- Asinelli-Luz, Araci e Josafá Moreira da Cunha (2011). Percepções sobre a discriminação homofóbica entre concluintes do Ensino Médio no Brasil entre 2004 e 2008. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n.39, p. 87-102, jan/abril, Editora UFPR.
- Azevedo, Janete Maria Lins de. (2010). Reflexões sobre políticas públicas e o PNE. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v.4,n.6, p.27-35, jan./jun.
- Balheiro, Fernando de Figueiredo e Eduardo Name Risk. (2014). Escola e sexualidades: uma visão crítica à normalização. In: Miskolci, Richard e Leite Júnior, Jorge (org.). *Diferenças na educação: outros aprendizados*. São Carlos: EdUFSCar, 150-196.
- Bakhtin, Mikhail. (2011). *Estética da Criação Verbal*. Introdução e tradução do russo de Paulo Bezerra, 6a. ed. São Paulo : Martins Fontes.
- Borges, Zulmira Newlands e Meyer, Dagmar Estermann. (2008). Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. *Ensaio: val. Pol. Públ. Educ.*, 16(58), 59-76.

- Brah, Avtar. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos pagu* (26), janeiro-junho, pp.329-376
- Brasil. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: apresentação dos temas transversais. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Fundamental, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf> Acesso 20 dezembro 2014.
- Brasil. *Plano Nacional de Educação 2011-2020*. Projeto de Lei, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7116-pl-pne-2011-2020&Itemid=30192 Acesso 20 maio 2014.
- Brasil. *Plano Nacional de Educação 2014-2024*: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf> Acesso em: 26/09/2015.
- Brito. Leandro Teófilo. (2015). A noção de performatividade para pensar os sentidos atribuídos ao masculino no espaço da educação física escolar. Disponível em: <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/Trabalho-Enla%C3%A7ando-Sexualidades-1-2015.pdf> Acesso em: 02/08/2016.
- Britzman, Deborah. (1996). O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação e Realidade*, v. 21 (1), jan/jun, p. 71-96.
- Butler, Judith. (2003). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu* (21), pp.219-260.
- _____. (2015a). *Problemas de Gênero*: feminismo e subversão das identidades. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- _____. (2015b). *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). *HOMOFOBIA Nas escolas brasileiras*. Disponível em: <http://xtangelx.wordpress.com/2012/01/23/homofobia-nas-escolas-brasileiras/> Acesso em: 30 junho 2016.
- Figueiró, Mary Neide Damico. (2010). *Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio*. 3.ed. ver. e atual. – Londrina: Eduel.
- Foucault, Michel. (1997a). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 12ª Ed. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- _____. (1997a). Polêmica, política e problematizações. In: *Ditos e escritos*, vol. IV, Paris, Gallimard, PP. 591-598. Disponível em: <http://www.docfoc.com/polemica-politica-e-problematizacoes-michel-foucault> acesso em 04/09/2016.
- _____. (2014). O verdadeiro sexo In: *Ditos e Escritos – volume V*, 3ª edição brasileira, 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Furlani, Jimena. (2015a). *"Ideologia de Gênero"?* Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 09p. Disponível em: <https://www.facebook.com/jimena.furlani>. Acesso em: 08 jul. 2015.
- _____. (2015b). Palestra. Teoria Queer: seu olhar sobre os gêneros e as sexualidades. VIII Colóquio de Grupos de Pesquisa sobre Formação de Educadores e Educação Sexual – Os desafios da sexualidade e da educação sexual/03 de out. UDESC.

- _____. (2016). Palestra. *Diversidade sexual nos espaços educativos: identidades de gênero*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X6rKZkMhmpg&feature=youtu.be> Acesso em 31 de março.
- Gesser, Marivete; Oltramari, Leandro Castro; Panisson, Gelson. (2015) Docência e concepções de sexualidade na educação básica. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 558-568.
- Gonçalves, Maria da Graça. (2010). *Psicologia, Subjetividades e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez.
- Graupe, Mareli e Bragagnollo, Regina (2015). As Diferenças de Gênero no Espaço Escolar. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC. Livrodidático.
- Groff, Apoliana Regina, Maheirie, Kátia, Zanella, Andrea Vieira. (2010). A Constituição do (a) pesquisador (a) em ciências humanas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. V. 62, N. 1.
- Groff, Apoliana Regina, Maheirie, Kátia e Mendes, Patrícia Pereira. (2015). A educação sexual e a formação de professores/as um convite ao dissenso. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v.10, n. esp.
- Heilborn, Maria Luiza (org.). (2004). *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Jardim, Juliana Gomes. (2016). Deveriam os estudos Queer falar em Cis-Heteronormatividade? Reflexões a partir de uma pesquisa sobre performatividade de gênero nas artes marciais mistas femininas. Disponível em: http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467327007_ARQUIVO_Jardim_CisHeteronormatividade.pdf
- Junqueira, Rogério Diniz. (org.) (2009). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*.

Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.

_____. (2010). Currículo Heteronormativo e Cotidiano Escolar Homofóbico. *Espaço do Currículo*. V.2, n.2, pp. 208-230, setembro de 2009 a março 2010.

Kozicki, Katia. (2015). Prefácio à edição brasileira. In: Mouffe, Chantal. *Sobre o Político*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Lionço, Tatiana. (2014). Laicidade, gênero, sexualidade e fundamentalismo cristão no Brasil. Disponível em: https://issuu.com/guilhermeresende/docs/relatorio_dhesca2014_baixa

Lopes, José Reinaldo de Lima. (2011). O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas. In: Rios, Roger Raupp, Golin, Célio e Leivas, Paulo Gilberto Logo (orgs.) *Homossexualidade e direitos sexuais: reflexões a partir da decisão do STF*. Porto Alegre: Sulinas.

_____. (2011). Comentando a decisão do STF. In: Rios, Roger Raupp, Golin, Célio e Leivas, Paulo Gilberto Logo (orgs.) *Homossexualidade e direitos sexuais: reflexões a partir da decisão do STF*. Porto Alegre: Sulinas.

Louro, Guacira Lopes. (2007). Pedagogias da Sexualidade. In: Louro, Guacira Lopes. (org.). *O Corpo Educado*. Pedagogias da Sexualidade. 2.ed., 3ª reimpressão - Belo Horizonte: Autêntica.

_____. (2010). Sexualidades minoritárias e educação: novas políticas? In: Pocahy, Fernando (org.). *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo*. Prto Alegre: NUANCES.

_____. (2011). *Gênero, Sexualidade e Educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. 12.ed., Petrópolis: Rio de Janeiro.

- _____. (2012). Os Estudos Queer e a Educação no Brasil: articulações, tensões, resistências. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v.2, n., jul-dez, PP. 363-369.
- _____. (2015). *Um corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. Ed., 2ª reimpressão – Belo Horizonte: Autêntica.
- Machado, Frederico Viana. (2013a). *Do estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventudes e LGBT no Brasil (2003-2010)*. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- _____. (2013a). Subjetivação Política e Identidade: contribuições de Jacques Rancière para a Psicologia Política. *Psicologia Política*. VOL. 13. Nº 27. PP. 261-280. MAIO – AGO.
- Maheirie, Kátia. (1997). Identidade: o Processo de Exclusão/Inclusão na Ambiguidade dos Movimentos Sociais. In: Zanella, Andrea et. al. *Psicologia e práticas sociais*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL.
- Maia, Ana Cláudia Bortolozzi e Ribeiro, Paulo Rennes. (2011). Educação Sexual: princípios para a ação. *Doxa*, v.15, n.1, p.75-84.
- Melo, Sonia Maria Martins de. e Pocovi, Rose. (2002). *Educação e Sexualidade*. (Caderno Pedagógico, v.1), Florianópolis: UDESC.
- Mello, Luiz. (2005a). *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____. (2005b). Outras famílias: A construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. *Cadernos Pagu* (24), janeiro-junho, pp.197-225.

- _____. (2006). Familismo (ANTI)homossexual e regulação da cidadania no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, vol. 14, núm. 2, maio-setembro, pp. 497-508.
- Miskolci, Richard. (2005). Vivemos uma crise das identidades de gênero? CD *Encontro anual da ANPOCS*.
- _____. (org.). (2014). *Marcas da Diferença no Ensino Escolar*. São Carlos: EdUFSCar.
- _____. (2015). Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu* (28), janeiro-junho, pp.101-128.
- Miskolci, Richard e Leite Júnior, Jorge (org.). (2014). *Diferenças na educação: outros aprendizados*. São Carlos: EdUFSCar.
- Mostaço, Edelcio. (2013). Emancipação, a cena e o espectador em jogo. *Sala Preta*, v. 13, p. 200-215.
- Mouffe, Cantal. (1992). Pensando a democracia com, e contra, Carl Schmitt. Tradução Menelick de Carvalho Neto. *Revue Française de Science Politique*, vol. 42, nº 1, fevereiro.
- _____. (1999). El retorno de lo político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical, Barcelona, Paidós.
- _____. (2003) Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política E Sociedade*. Revista de Sociologia Política. Nº 3. Out. p. 11-26.
- _____. (2005). Por um modelo agonístico de Democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 11-23, Nov.
- _____. (2015). *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

- Nardi, Henrique Caetano e Quartiero, Eliana. (2012). Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. *Sexualid, Salud y Sociedad*, 11, 59-87.
- Oliveira Junior, Otacílio de. (2016). *Entre a luta, a voz e a palavra: partilhas de sentidos em torno de um sarau de periferia*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Pelúcio, Larissa. (2014). Desfazendo o gênero. In: Miskolci, Richard e Leite Júnior, Jorge (org.). *Diferenças na educação: outros aprendizados*. São Carlos: EdUFSCar, 98-146.
- Pereira, Gilberto Braga; Sanchis, Isabelli Paiva e Moreira, Lecy Rodrigues. (2010). Sujeito, sociedade e discurso. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 62, n. 2.
- Pontes, Mônica Fortuna, Féres-Carneiro, Terezinha & Magalhães, Andrea Seixas. (2015). Famílias homoparentais e maternidade biológica. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 189-198.
- Prado Filho, Kleber. (1998). *Trajetórias para leitura de uma história crítica das subjetividades na produção intelectual de Michel Foucault*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, SP.
- Prado, Marco Aurélio Máximo. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v.8, n.11, p.59-71.
- Prado, Marco Aurélio Máximo e Machado, Frederico Viana (2008). *Preconceito contra homossexualidades. A hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez.

- Prado, Marco Aurélio Máximo; Machado, Frederico Viana e Carmona, Andréia Moreira. (2009). Reflexões sobre a luta pela formalização e tradução da igualdade nas fronteiras indefinidas do Estado contemporâneo: radicalização e/ou neutralização do conflito democrático? *Interface: a journal for and about social movements*. Volume 1 (2), p. 134-165 (Novembro).
- Prado, Marco Aurélio Máximo e Toneli, Maria Juracy. (2013). Política e sujeitos coletivos: entre consensos e desacordos. *Estudos de Psicologia*, 18(2), abril-junho, 351-357
- Prado, Marco Aurélio Máximo. (2014). Psicologia e Políticas: entre Preterições, Críticas e Resistências. In: Oliveira, Isabel F. de e Yamamoto, Oswaldo. (orgs). *Psicologia e Políticas Sociais: temas em debates*. Belém:Ed.ufpa.
- Rancière, Jacques. (1996). *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34.
- _____. (2006). O dissenso. In: A. Novaes, *A crise da razão*. São Paulo; Brasília; Rio de Janeiro: Companhia das Letras; Ministério da Cultura; Fundação Nacional de Arte. (pp. 367 - 382).
- _____. (2009). *A partilha do sensível*. Estética e política. São Paulo: EXO Experimental org.; Editora 34.
- _____. (2012a). *O espectador Emancipado*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- _____. (2012b). *El método de La Igualdad*. Conversaciones con Laurent Jeanpierre y Dork Zabunyan. 18 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 256 p.
- _____. (2014). *Nas margens do político*. KKYM, Lisboa, 2014.

- Rockhill, Gabriel. (2010). Glossário de termos técnicos. In: Rancière, Jacques. *Estética e Política*. A Partilha do Sensível. Dafne Editora, Porto.
- Sawaia, Bader Burihan. (1999). Comunidade como Ética e Estética da Existência. Uma Reflexão Mediada pelo Conceito de Identidade. *Psyche*, 8(1).
- _____. (org.) (2001). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes.
- Scott, Joan. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2.
- Seffner, Fernando. (2011). Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto.
- _____. (2013). Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. *Educação e Pesquisa*, 39(1), 145-159.
- Sena, Tito. (2013). *Sexualidades, estatísticas e normalidades: a persona numeralis nos relatórios Kinsey, Masters & Johnson e Hite*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Silva, Benícia de Oliveira da e Ribeiro, Paula Regina da Costa. Sexualidade na sala de aula: tecendo aprendizagens a partir de um artefato pedagógico. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto.
- Silva, Edna Aparecida. (2001). *Filosofia, Educação e Educação Sexual: matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de FREUD, REICH e Foucault para a abordagem educacional da sexualidade humana*. Tese (Doutorado), UNICAMP, Campinas: São Paulo.

- Silva, Tomaz Tadeu da. (2011). O adeus às metanarrativas educacionais. In: Siva, Tomaz Tadeu da. (org.). *O Sujeito da educação*. Estudos foucaultianos. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 249-260.
- _____. (2015). *Documentos de Identidade*. Uma introdução às teorias do currículo. 3ª edição, 6ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Scott, Joan. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2.
- Skliar, Carlos. (2014). *O ensinar enquanto travessia*. Salvador: EDUFBA.
- Sousa Santos, Boaventura de Souza (1993). Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 31-52, (editado em nov. 1994).
- Toneli, Maria Juracy Filgueiras. (2006). Homofobia em contextos jovens urbanos: contribuições dos estudos de gênero. *PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora*, v. 7, nº 2, p. 31-38, Jul./Dez.
- Wolff, Cristina Scheibe e Saldanha, Rafael. (2015). Gênero, sexo, sexualidades
Categorias do debate contemporâneo. *Revista Retratos da Escola*. Brasília, v.9,n. 16, p.29-46. Jan-jun.
- Yamamoto, Oswaldo. (2007). Políticas Sociais, “Terceiro Setor” e “Compromisso Social: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia e Sociedade*. 19 (1): 30-37; jan/abr.
- Yamamoto, Oswaldo e Oliveira, Isabel F. de. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (n. esp.), 9-24.

APÊNDICE

Enunciados presentes na aprovação do inciso III, do art. 2º, PNE 2014-2024. Situações para a construção da cena de antagonismo.

Primeira cena: 46ª Reunião Ordinária da Comissão Especial, Sessão 0300/14, de 08 de abril de 2014, com duração de 4h e 5’.

Nessa Sessão, o Presidente da Câmara dos Deputados, o parlamentar Lelo Coimbra (PMDB/ES), informou aos deputados/as o recebimento de três ofícios, datados de 10 março de 2014, para inclusão e desligamento de membros na Comissão Especial do PNE. Dessa forma, o Pastor Eurico (PHC/PE) passou a fazer parte da Comissão, o deputado Weliton Prado (PT/MG) se desligou da Comissão e, em seu lugar, entrou como suplente o deputado Antonio Bulhões (PRB/SP). Também passou a fazer parte da Comissão, nessa data, o deputado Ariosto Holanda (PROS/CE). Após esclarecimentos à respeito da composição das Comissões, o Presidente da Câmara passou a palavra para o deputado AngeloVanhoni (PT/PR) que reafirmou sua posição de manter a formulação original da Câmara no seguinte texto:

“(...) superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, da igualdade regional, da igualdade de gênero e de orientação sexual”.

O deputado AngeloVanhoni (PT/PR) afirmou que manteve essa redação no corpo do PNE, contrariando a redação do Senado e abrindo mão da redação que intencionou juntar ao texto produzido pelo Senado, e o texto anterior, elaborado pela Câmara. As palavras desse deputado antecederam os momentos de abertura para votação das emendas sugeridas pelo Senado. O Presidente da Câmara assumiu a palavra e passou a discorrer sobre as regras para a discussão da ordem do dia, sendo destinados 10 minutos de discussão para cada parlamentar que compunha a Comissão, e 5’ disponibilizados para os demais parlamentares presentes. Ao explicitar as regras, o Presidente comunicou que acabava de chegar as suas mãos um ofício indicando o deputado Pastor Marco Feliciano (PSC/SP), para integrar à Comissão, como membro titular, substituindo o deputado André Moura (PSC/SE). Dando prosseguimento à Sessão, o Presidente comunicou que a Sessão anterior foi interrompida na fala do nono orador, havendo mais 37 para fazer uso da palavra. Assim que a deputada Fátima Bezerra (PT/RN)

tomou a palavra, no que se refere à disputa, foco deste estudo, ela desenvolveu os seguintes argumentos:

“E quero destacar aqui, Deputado Angelo Vanhoni, não só em meu nome, mas em nome da bancada do Partido dos trabalhadores, a sensibilidade que V. Exa. Teve de voltar o relatório da Câmara no que diz respeito ao tratamento adequado às questões de gênero e às diversidades. (Palmas²⁶) Quero dizer que V. Exa. Está no caminho certo, sim, ou seja, nós não podemos abrir mão do texto da Câmara que fala da superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero, de orientação sexual e na erradicação de todas as formas de discriminação. Por que V. Exa. está certo, Deputado Vanhoni? Porque a educação tem que ter compromisso com a liberdade, com a promoção da cidadania. (Palmas) A escola, mais do que qualquer outro espaço, tem que ser o lugar de vivenciar os valores do bem, da solidariedade, do respeito. E eu não falo aqui nem como Deputada, eu falo aqui como professora que sou. A escola não pode se omitir, não pode ser neutra. Aliás, a neutralidade não existe. Portanto, ela não pode se omitir, ser neutra e reproduzir estereótipos e preconceitos existentes na sociedade, sim, que afetam principalmente as questões de gênero, de raça e de orientação sexual. Portanto, deputado Vanhoni, V. Exa. está corretíssimo em manter o texto original, porque do contrário, seria deixar um texto genérico. E o caminho não é esse. A gente tem que dar nome às discriminações. Portanto, vou terminar, Deputado Lelo, dizendo que o texto de uma lei da magnitude do PNE tem que estar comprometido radicalmente com a educação fundada em princípios de igualdade para todos e para todas. Muito obrigada. (Palmas.)”

Encerrada a fala da aludida deputada, o Presidente fez uma observação para a plateia, informando que mostrassem as faixas e logo as abaixem, a fim de permitir que todos se manifestem e mostrem suas reivindicações, sendo por isso ovacionado com palmas. Seguiu-se a palavra da deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) que se manifestou da seguinte maneira com relação à disputa abaixo destacada:

“Portanto, acho que o relatório já é inaugurado com grande sucesso. É preciso que as pessoas tomem para si e se apropriem desses elementos fundamentais do relatório, porque não se pode, em função de uma

²⁶Nas atas constam as manifestações da plateia. Por oportuno, convém lembrar que esta foi uma sessão pública.

terminologia contra a discriminação, discutir o PNE e dizer que nada presta, que é um vilão, porque não é, queridos estudantes, religiosos, professores e professoras que tratam da matéria gênero, não é a questão fundamental nessa discussão!”

A Deputada prossegue sua fala, apontando outros aspectos, considerados pela autora pertinentes ao diálogo sobre o PNE; ao final de suas colocações, acrescenta:

“Quanto a esse aspecto que se tem tratado aqui, obviamente nós somos de um País que tem muitas contradições. Nós somos um país multiétnico, multirreligioso. Nós somos um País que temos que garantir, mesmo quando um Deputado tendo levantado e avocado o Dia da Padroeira do Brasil...Nós temos contradições que vêm da colonização brasileira. Mas o esforço é para afirmarmos um País laico. Agora Sr. Presidente e Sr. Relator, cada família orienta, cada família educa do que quer. Não é obrigado que cada estudante tenha a mesma religião ou tenha religião! Não é imposto que cada família concorde com o sexo antes do casamento ou depois do casamento, ou tenha simpatia ou não pela circunstância da opção sexual da homossexualidade. Isto é individual! Isto é um valor individual! Agora, a escola, para seguir um rito constitucional, o rito da laicidade, um ganho para a educação brasileira, tem que promover a igualdade! (Muito bem! Palmas.)

O Presidente da Câmara retoma a palavra e alerta sobre falas que interromperam a oradora, lembrando a plateia que não atrapalhe a Sessão. A deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) então continuou:

Mas eu quero, Sr. Presidente apoiar o Deputado AngeloVanhoni na manutenção do texto da Câmara. Na verdade, não se está impondo que Maria seja feminina e João seja masculino. O que se está dizendo é que o menino que gosta de brinquedos de menina... Isso acontece nas melhores famílias, não é, companheiros? Então, que essa criança não seja imolada, espancada, que os coleguinhas recebam a orientação de respeitá-lo! Que os coleguinhas o respeitem e sejam orientados para viver na diversidade! Nós não estamos pedindo, Srs. Deputados que acorreram a esta Comissão não pelo elemento nuclear educacional, nós não estamos fazendo o proselitismo da opção e não estamos pedindo tolerância! Estamos pedindo respeito às características individuais de cada um! (Manifestação na Plateia.)

Diante das manifestações, o Presidente solicitou que a deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) concluísse sua fala:

“Então, Sr. Presidente, eu quero concluir apesar de toda esta mobilização não pelo conteúdo educacional, mas pelo conceito humanista do respeito às características individuais, às opções individuais. A família tem como tratar as suas induções, mas o indivíduo tem o direito, direito de ser o que é. Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero de maneira veemente, sincera ... Eu não faço, neste momento, apologia religiosa. Não obstante, verifiquei que há uma divisão, uma cizânia explícita... E concluo, Sr. Presidente, para dizer que o Brasil, para avançar, precisa saber respeitar as opções, precisa agarrar-se à sua perspectiva educacional com unidade. E eu peço que esta Comissão, de preferência, aplauda e aprove, por unanimidade, o relatório do Deputado Vanhoni, porque ele enaltece a educação brasileira. Obrigada. (Manifestações da Plateia.)”

Seguiu-se a sessão, e esteve com a palavra a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) que referiu-se ao PNE em seus vários aspectos, sem entrar no mérito da disputa quanto ao foco deste estudo. O Presidente chamou o deputado Renan Filho (PMDB/AL) para discursar, mas o parlamentar não estava na plenária. Então passou a palavra para o deputado Gustavo Petta (PCdoB/SP) que expressou as seguintes ideias, dentre outras colocações sobre o PNE:

“Afirmando essas questões, quero dizer que nós deveríamos nos concentrar neste debate, até porque, na minha visão, o debate que trata a questão do item 3 do art. 2º já deveria estar superado entre nós, porque é evidente que as desigualdades, a discriminação e o preconceito no Brasil têm raça, gênero e orientação sexual. Não adianta colocarmos cortina de fumaça numa realidade que nós enfrentamos. (Palmas na plateia.) Há discriminação pela questão regional, e nós sabemos disso. Eu sou Deputado pelo Estado de São Paulo e sei o quanto os nordestinos sofrem com o preconceito por parte da elite do meu Estado. Há também a discriminação pela cor da pele, pela questão racial, e nós sabemos disso. Os dados mostram isso. Nós acabamos de aprovar nesta Casa uma quota para entrada no serviço público. Há ainda a discriminação pela orientação sexual das pessoas. E as pessoas sentem na pele isso no dia a dia. Então, nós não podemos colocar uma cortina de fumaça em relação a isso. (Palmas na plateia.) A escola tem que ser um espaço democrático, que aceite as diferenças, que promova a diversidade. É por isso que eu quero realmente concordar com o relatório do Deputado Ângelo Vanhoni em relação a essas questões”.

Após o encerramento da fala do Deputado Gustavo Petta (PCdoB/SP), o Presidente destacou que a votação somente seria realizada após a finalização do debate. E passou a palavra para o deputado Artur Bruno (PT/CE) que, em suas colocações, com respeito à disputa do inciso III, do art. 2º, quando disse:

“Sr. Presidente, eu quero também registrar que V. Exa. teve muita sensibilidade e mostrou que conhece as escolas do Brasil. Eu sou professor há 35 anos, continuo dando aula. O que eu encontro nas minhas salas de aula é discriminação, bullying por diferenças raciais, por diferenças de sexo, por diferenças de orientação sexual. É preciso que o Brasil mude isso, acabe com discriminação de qualquer ordem. (Manifestação na plateia.) E quero registrar que V. Exa. teve sensibilidade, e isso vai fazer a diferença no chão da escola, no cotidiano escolar. Quando V. Exa. garante que a diretriz, está acima das metas, está acima das estratégias. É diretriz o estabelecimento de políticas para superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, num país onde existe muito racismo regional, num país onde as disparidades regionais são imensas, onde a minha região nordestina ainda sofre muito preconceito e discriminação, inclusive na questão das verbas públicas. O que a gente percebe na sala de aula é que ainda há discriminação por alguém ser do sexo feminino ou masculino e, sobretudo, por orientação sexual. Quantos casos de bullying eu já vi nestes 35 anos, porque uma garota ou um garoto tem orientação sexual muitas vezes diferente da maioria?! Essa diferença tem que ser respeitada, e tem que constar como diretrix a promoção do fim dessas desigualdades por questões de orientação sexual”.

Em seguida, o Presidente da Câmara passou a palavra ao Deputado Alex Canziani (PTB/PR) que endossou a importância da urgência quanto à aprovação do PNE, e assim finalizou sua fala, sendo seguido pelo deputado André Figueiredo que finaliza sua fala se referindo à disputa sobre o inciso III, do art. 2º, nestes termos:

“E, por fim, quero parabenizar todos que aqui estão, independente do viés da questão de gênero, e dizer uma frase – e aí não é para um lado nem para o outro – que define o cerne do nosso posicionamento: a escola tem que ser em prol de uma sociedade livre.

Finalizada a fala do Deputado André Figueiredo, o Presidente chamou o deputado Dr. Ubiali (PSB/SP), que se encontrava ausente, e foi interrompido por uma questão de ordem, apresentada pela deputada Fátima Bezerra (PT/RN), relativa à votação do relatório, sem prejuízo

dos destaques. O Deputado Marcos Rogério (DEM/RO) se posicionou diante da questão de ordem da Deputada e solicitou ao Presidente que desse sequência ao debate. O deputado Pastor Eurico (PHC/PE) também se manifestou com relação à referida questão de ordem. Quem prosseguiu se colocando no debate foi o deputado Ivan Valente (PSOL/SP) que inquiriu o Relator, deputado Angelo Vanhoni (PT/PR), sobre seu pronunciamento a respeito do acatamento ou não das emendas propostas pelo Senado. O deputado Angelo Vanhoni (PT/PR) esclareceu a importância de seguirem com o debate, e que depois ele se posicionaria. Seguiu-se a palavra o deputado Ivan Valente (PSOL/SP):

“Quero finalizar, Presidente, concordando com V. Exa., pela manutenção do texto no art. 2º, inciso III. Quero me dirigir às pessoas que estão aqui agora. Prestem atenção: eu até respeitaria que as pessoas viessem com o seu cartaz sobre a diversidade, sobre a pluralidade, sobre a liberdade, porque o pensamento é livre no Brasil, mas é impressionante como as pessoas não vêm com cartaz sobre os 10% do PIB, sobre o Aluno Qualidade Inicial – CAQi de mais R\$ 50 milhões, não vem defender o conjunto da educação pública. Isso é péssimo, isso é uma visão pequena. Nós temos a obrigação, como educadores e Parlamentares, de defender a liberdade. Nós vivemos num país que não é um Estado teocrático. (Manifestação na plateia.) Arábia Saudita, Irã, Israel são Estados teocráticos. Aqui é uma República; a República brasileira é laica, existe a separação entre Igreja e Estado. (Manifestação na plateia.) E quero dizer mais. Peço mais um minutinho de tolerância, Presidente. Quero me dirigir a todos os setores religiosos presentes para dizer o seguinte. Quando se votou, aqui na Casa, o acordo da Santa Sé e depois o acordo para as igrejas evangélicas, o nosso partido, o meu e o do Deputado Jean Wyllys, foi o único partido que votou contra o acordo, porque nós defendemos o Estado laico por coerência. (Manifestação na plateia.) Nós fomos criticados pelos católicos, pelos evangélicos, e depois os evangélicos nos apoiaram. Depois que fizeram o acordo, eles ficaram quietos, porque queriam algumas vantagens do Estado brasileiro. Aqui nós estamos falando de fim da intolerância, fim da raiva, fim do machismo, fim da homofobia; nós estamos falando do combate a todo tipo de discriminação. (manifestação na plateia.) Quem defende isso defende um retrocesso em padrões de humanidade que a sociedade já atingiu. (Manifestação na plateia.) Nós não podemos acatar isso. Defendemos o texto do Relator. É um avanço, mas não pelo lado da negação, mas da afirmação, porque

a liberdade religiosa está garantida, porque a liberdade de ir e vir está garantida, porque todas as liberdades estão garantidas. Nós não queremos reprimir, nós queremos liberdade para formar jovens para o futuro, para que não se repitam os 50 anos da ditadura que nós comemoramos por aí. (Manifestação na plateia.)

Nesse instante, o Deputado foi informado de que seu tempo havia encerrado. Porém, seguiu se posicionando:

“Finalizo, Presidente. Nós queremos liberdade para que as mulheres não sejam mais espancadas; para que um menino de 3 anos de idade não seja massacrado pelo pai, porque o pai suspeita que ele é homossexual; para que não se vão os jogadores negros nos estádios nacionais e internacionais contra o racismo. Aqui, é a defesa da liberdade. Por isso, nós fomos a favor do texto nesta questão. Finalmente, digo ao Relator Angelo Vanhoni: nós votaremos favoravelmente ao relatório final se ele se comprometer a manter 10% da educação e voltar ao CAQi de R\$ 50 bilhões. Se não, não há Plano; é um não plano, é um documento de gaveta. Nós não podemos aceitar isso, porque é um conjunto de boas intenções com o qual todos nós concordamos. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Um grande abraço. (Manifestações na plateia.)

Cordialmente, o Presidente cumprimenta o deputado Ivan Valente (PSOL/SP) e solicita que o Deputado Newton Lima (PT/SP) tome a palavra. Contudo, a deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) solicitou mais uma vez a palavra, e a plateia se manifestou dizendo: *“A nossa luta é todo dia, contra o racismo, o machismo e a homofobia!”* Novamente o Presidente dá a palavra ao O Deputado Newton Lima (PT/SP) foi interpelado pela fala da deputada Alice Portugal (PCdoB/BA).

*“Sr. Presidente, pela ordem. Só quero consignar à mesa uma nota que foi distribuída aqui na plateia, que é uma nota oficial da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Eu queria que chegasse as mãos do Relator essa nota oficial, cujo título é **Manutenção do Termo Gênero e Linguagem não Sexista ao PNE**. (Manifestação na plateia.)*

O Presidente da Câmara dos Deputados esclareceu que iria orientar a distribuição do documento a ser votado para os membros da Casa, e concedeu mais uma vez a palavra ao deputado Newton Lima (PT/SP) que se posicionou sobre a polêmica em questão, da seguinte forma:

“Eu não posso deixar de registrar também que me associo aos colegas que compreendem a dimensão histórica do que estamos fazendo aqui. Nós não estamos aprovando qualquer legislação, nós estamos

aprovando a legislação mais estratégica de política pública de qualquer país, porque constrói cidadania, porque constrói desenvolvimento e porque combate a desigualdade. Só a educação é capaz de fazer isso. [...] Eu não posso me furtar, Sr. Presidente, Sr. Relator, de fazer uma consideração, o que, para mim, é uma novidade, sobre o tema de gênero que foi trazido por colegas Parlamentares, por segmentos religiosos da nossa sociedade. Quero fazê-lo pedindo a compreensão dos meus argumentos. É evidente que, quando se trata de uma questão polarizada como esta que foi trazida aqui do inciso III do art. 2º, nós já não estamos aqui tratando de um processo de convencimento. Determinados que estamos pela manutenção do texto que V.Exa. manteve da primeira aprovação unânime que incluía a palavra gênero, certamente não seremos capazes, por concepção, de mudarmos a convicção que temos, assim como também os nossos colegas que optaram pela proposição do Senado e já estão com seus argumentos preparados para votarem a esse favor. Portanto, não se trata de argumentar, mas apenas de propor, de apresentar a argumentação de cada qual. Eu quero mostrar a minha coerência. Eu me orgulho de ser cristão e católico, de ser educador, professor universitário. Na condição de Parlamentar, eu preciso, necessariamente, respeitar a Constituição brasileira no meu voto. Não é possível deixar de considerar isso, porque, senão, eu estaria negando a minha própria condição de legislador. O preâmbulo da Constituição da República Federativa - embora já tenha sido lido, faço questão de que seja registrado em ata, Deputado Lelo Coimbra -, o qual nós temos a obrigação de respeitar e ver consignado em todos os diplomas legais que decorrem da Carta Magna, diz o seguinte: Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição Federativa da República. Diz também a Constituição no seu art. 3º, inciso IV:

Art. 3º.....

IV - promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Eu quero apelar

para a compreensão daqueles que lutam pela proposição do Senado, com a seguinte consideração. Há poucos meses, comemoramos todos, nesta Casa, numa sessão solene a nossa Constituição Cidadã, um quarto de século de um dos documentos mais importantes da nossa história, que restabeleceu o Estado de Direito e depois os anos de chumbo do golpe de 1964. É importante dizer que a nossa Constituição cidadã se espelhou também na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Quero pedir a compreensão dos meus colegas que não querem votar pelo texto original neste tema do gênero e que preferem a opção do Senado que deem um segundo apenas de atenção ao que eu vou ler, diante do que está consignado no art. 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos”

O deputado Newton Lima (PT/SP) foi convidado pelo Presidente a encerrar sua fala. E, Newton Lima (PT/SP) prosseguiu:

“Entrego a V.Exa., Sr. Presidente, a cópia do art. II da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Art. II.

1. Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, seja qualquer outra condição.

Portanto, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição brasileira, eu voto com o Relator pela manutenção do texto original aprovado pela Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)”

Continuando, o Presidente, deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES), comunicou que havia mais 20 parlamentares inscritos para se posicionarem, mas que nem todos estavam na Plenária. E acrescenta: *“Temos sobre a mesa dois requerimentos de pedido de adiamento. Regimentalmente, eu sou obrigado a dar essa notícia e a colocá-los em votação. O primeiro solicita o adiamento da votação por quatro sessões, de autoria do Deputado Marco Feliciano (apupos no plenário), e o segundo, do Deputado Marcos Rogério, solicita o adiamento da votação por duas sessões”*. Os deputados Paulo Rubem Santiago (PDT/PE) e Glauber Braga (PSB/RJ) solicitaram permissão para contraditar o comunicado do Presidente. Então o deputado Marcos Rogério (DEM/RO) avisou que os pedidos somente poderiam ser considerados após a discussão e que os parlamentares deveriam chegar

antecipadamente. Dessa forma, o Presidente prosseguiu, solicitando que tomasse a palavra o deputado Zequinha (PSC/PA), e em seguida esclareceu o porquê de ter apresentado os ofícios, chamando o deputado Efraim Filho (DEM/PB). Ficou constatado que estavam ausentes os deputados Efraim Filho (DEM/PB) e Zequinha (PSC/PA). Por essa razão, passou a palavra ao deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) que se posiciona contrário às as falas realizadas até aquele momento:

“Eu, particularmente, em razão desta ingerência, em razão de o gênero no Plano Nacional de Educação e de a origem gênero terem um contexto absolutamente ideológico, marxista, não acredito que devam constar na nossa... (Manifestações no plenário.)”

Presidente manifestou-se afirmando que a fala do deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) estaria garantida, e pediu calma à plateia. Seguiu-se a fala do deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP):

“Eu não acredito, Sr. Presidente, que deva constar ideologia no Plano Nacional de Educação. Independentemente de qual seja a tendência que se tenha, com defesas acaloradas de um lado ou de outro, eu acredito que a inserção de uma ideologia marxista no nosso Plano de Educação não seria o mais razoável. Acredito mais. Acredito que, na concepção do Estado laico, na concepção deste Estado que chamamos de Estado laico, nós não podemos exatamente avançar neste Estado laico uma concepção ideológico-marxista constando no Plano de Educação. (Manifestações no plenário.) Este é o ponto, Sr. Presidente, que acredito seja fundamental. E, por muitas vezes, o que mais me assusta é que os mesmos que defendem a democracia para o pleno uso e direito das pessoas que possam se manifestar não queiram ouvir alguém que representa a sociedade. (Palmas.) Eu sou Parlamentar, Sr. Presidente! Assim como eu ouvi na semana passada, eu sou Parlamentar, sou Deputado Federal. Vou para a minha sexta eleição no ano que vem. Iniciei a minha vida pública aos 22 anos de idade e tenho convicções claras de que o volume do grito não pode calar. (Manifestações no plenário. Palmas.)”

Por duas vezes o Presidente interferiu, solicitando silêncio à plateia, o que garantiu a fala do deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP). O Deputado continua:

“Eu tenho uma clareza muito grande. Eu tenho homossexuais que trabalham na minha equipe. São nomeados e são assessores

parlamentares da Câmara Federal, que trabalham comigo, dentro do meu gabinete. O cristão trabalha com outra base que aqui está sendo dada: o cristão trabalha com a base do respeito e com a base do amor, e não com a base do grito, que é o que se escuta muitas vezes. (Manifestações no plenário. Palmas.) A compreensão, Sr. Presidente, que se quer dar a alguns temas não é a compreensão que essencialmente elas têm. Eu não acredito que devo educar os meus dois filhos com base numa concepção ideológica, independentemente de qual seja. Trabalhei com Parlamentares aqui que defendem outras teses. Trabalhamos juntos em momentos importantes da Câmara Federal, e não tenho nenhum tipo de preconceito, Sr. Presidente. Não sou uma pessoa que trabalha com algum tipo de preconceito, mas acredito que, na essência do ser humano, existe uma distinção clara, dada pelo criador. Não há como se fazer uma distinção diferente. (Palmas.) Não dá. Não dá, Sr. Presidente, para acreditarmos que o PNE é uma discussão de homossexualismo, de preconceito, de conduta sexual de quem quer que seja. É a direção do processo educacional brasileiro, criado, essencialmente, numa sociedade cristã. Não de se respeitar esses valores, sem, em nenhum momento, se desrespeitarem aqueles que pensam diferente, que entendem de maneira diferente, porque esta é a essência do que nós devemos fazer neste Parlamento: uma discussão que seja madura. Eu vejo agressões às igrejas, tanto à Igreja Evangélica como à Igreja Católica. Somente aquele que não conhece o trabalho social de uma igreja, que não sabe o que é a penetração e a inserção de uma igreja numa comunidade carente, faz esse tipo de discurso, Sr. Presidente. Vem para cá, com ar-condicionado geladinho, mas não conhece o trabalho fundamental que as igrejas realizam na base da sociedade. (Manifestações no plenário. Palmas.)”

Mais uma vez as manifestações no plenário fizeram com que o Presidente se manifestasse no sentido de garantir a fala do deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP):

“Nós estamos aqui, Sr. Presidente, a patrocinar uma divisão da sociedade com a inserção do gênero no Plano Nacional de Educação que não é necessária por parte deste Parlamento. Ela não é necessária, porque ela muito mais nos divide do que nos aproxima. o que eu disse: como alguém que pode ter, na sua base cristã, o amor, a ética, a compreensão vai ser defensor de qualquer que seja o modelo discriminatório? Não é esse o ponto. É o ponto da manutenção da

família tradicional e dos valores que todos nós aqui defendemos. Não há, nesta Casa, um ringue montado. Não há, nesta Casa, um ringue, para que se discuta de maneira agressiva nem de maneira discriminatória. Há, sim, uma oportunidade de nós deixarmos o gênero na discussão do Plano Nacional de Educação para fora. Eu conheço, Sr. Presidente, e posso trazer informações sobre o blog do Padre Ricardo. Se alguns aqui se interessarem pela leitura e pelo ingresso no blog do Padre Paulo Ricardo (palmas), verão exatamente o que eu estou dizendo. Trata-se de ideologia de gênero, Sr. Presidente”.

O Presidente afirmou que o Deputado tinha a palavra garantida e que devesse prosseguir, concluindo suas considerações, mas deu-se um momento de manifestações no plenário, inclusive com apupos. Prosseguiu o Deputado:

“Sr. Presidente, para concluir as minhas considerações, para a luta contra a homofobia, estou à disposição do exército que aqui está para ser soldado. Mas, pela inserção, Sr. Presidente, de uma ideologia marxista no Plano Nacional de Educação, pela inserção de uma ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação, eu sou frontalmente contrário. (Manifestações no plenário.) Sou pai de dois filhos, Sr. Presidente. Tenho, em casa, duas crianças. (Manifestações no plenário.)”

O Presidente solicita que o Deputado conclua sua fala:

“Eu queria, de fato, Sr. Presidente, fazer a conclusão da minha fala num clima em que fosse mais respeitosa a manifestação de cada um dos senhores e senhoras aqui presentes. Ninguém, em sã consciência, vivendo o momento social que nós estamos vivendo no País, de absoluto fomento à violência, como em São Paulo, Estado onde tenho tido a oportunidade de fazer política e onde as pessoas estão se matando a troco de nada. Não faz o menor sentido dividirmos a sociedade numa discussão que não vai gerar frutos para a própria sociedade. Eu tenho um posicionamento claro, Sr. Presidente, e aqui quero manifestá-lo. Sou contrário à inserção de qualquer ideologia e, ainda mais, da ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação. (Manifestações no plenário.) Sou respeitoso com as pessoas, Sr. Presidente, mas não admito isso. Eu quero concluir, conclamando as pessoas, para que possamos, de fato, rever aquilo que nós estamos tratando dentro deste Congresso Nacional sobre o aspecto dos direitos sociais, sobre a inserção, por exemplo, desta ideologia, que está muito mais nos dividindo do que nos unindo. Volto a repetir: não há preconceito. Há

um conceito estabelecido, na minha cabeça, de que uma sociedade cristã, necessariamente, não pode ter a ideologia de gênero inscrita no Plano Nacional de Educação. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência. (Manifestações no plenário.)”

Na continuidade da Sessão, o Presidente chama para fazer uso da palavra o Deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ), momento em que se dão manifestações na plateia. Em vista da ausência do Deputado Bolsonaro (PSC/RJ), é chamado à palavra o Deputado Pedro Uczai (PT/SC), também ausente, e segue com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE):

“O meu terceiro destaque, Sr. Presidente, e aí reitero aqui um apelo à democracia e à tolerância, porque eu tenho convicção de que nós vamos vencer e que a sociedade vai evoluir. Eu quero compartilhar com todos e com todas os últimos anos do século XIX, o embate entre abolicionistas - com o meu conterrâneo Joaquim Nabuco - e os escravocratas, que diziam que a abolição da escravatura colocava em risco a propriedade privada. E a que nós assistimos? Nós fomos o último país deste hemisfério a abolir a escravidão tardiamente, e não abolimos a propriedade privada. Ao mesmo tempo, até 1931, as mulheres não tinham o direito de voto, porque se dizia que o reconhecimento do direito de voto às mulheres e a manifestação da sua vontade, independente do cônjuge, colocariam em risco o domínio patriarcal sobre a família, pondo em risco a família. As mulheres conquistaram o direito de voto em 1932, e não aconteceu nada do que diziam os conservadores, que eram contra o direito de voto, em nome da família. Quero chegar a 1977. Depois de 20 anos, aprovamos a Lei do Divórcio. Dizia-se durante 20 anos que a Lei do Divórcio abalaria a célula mater da sociedade brasileira, que era a família. Nós aprovamos a Lei do Divórcio, e isso não se desconstituiu. Quero voltar a 3 décadas, ao Código Penal de 1940. Durante muitos anos, olhando para o Código Penal, o Poder Judiciário neste País deixou de condenar homens e mulheres que assassinaram suas esposas e seus maridos em nome da legítima defesa da honra. E hoje não há em nenhuma vara criminal Poder Judiciário que aceite o assassinato do cônjuge em nome da tão falada legítima defesa da honra. Nós evoluímos ao não permitir o assassinato de homens e mulheres por presunções ancoradas na chamada legítima defesa da honra. A sociedade enfrentou o debate. A sociedade evoluiu. O Presidente João Goulart, em janeiro de 1964, enviou ao Congresso uma mensagem propondo a extensão de voto aos

analfabetos. E, para isso, implantava um programa nacional de alfabetização, sob a coordenação do Prof. Paulo Freire. Diziam as elites que o voto dos analfabetos subverteria a representação política no nosso País. E nós conquistamos, em 1988, o direito de voto aos analfabetos, e a democracia não involuiu, a democracia não perdeu qualidade, a democracia não perdeu representatividade. Por isso, eu entendo as manifestações contrárias a propostas que a história já mostrou que tendem a ser aprovadas porque significam evolução. E por que defendo o destaque, na forma como assumiu o Relator, o Deputado Vanhoni? Porque nós estamos evoluindo para discernir diferentes formas de discriminação, para nesse sentido aprovarmos políticas afirmativas. O que é a Lei Maria da Penha, senão o reconhecimento de que não há apenas uma violência genérica, mas que há uma violência contra a mulher e que nós temos que coibi-la? O que é a lei de combate à discriminação racial? É o reconhecimento de que não há apenas uma discriminação genérica, mas há uma discriminação clara, e ela precisa ser combatida, como aprovamos na lei de discriminação. Sr. Presidente, há uma outra discriminação que não foi tocada aqui, a discriminação de grau de instrução. Esse Deputado que vos fala, em 1989, fazia campanha para o candidato Lula embaixo de uma obra de construção civil às 5 horas da tarde. Quando o peão desceu e eu entreguei o panfleto do Lula, ele olhou para mim e disse: Oxe, eu vou votar num cara analfabeto que nem eu? Essa discriminação continua existindo. Por isso não basta uma afirmação genérica; ela não permite que a sociedade avance e evolua nas políticas afirmativas, sobretudo na prevenção de todas e quaisquer formas de discriminação. E nós temos que especificá-las, sim, para garantir a promoção da igualdade e o respeito à pessoa humana.”

Prossegue com direito à fala o deputado Chico Lopes (PCdoB/CE) que se posicionou, com relação à disputa, dessa forma:

“Sr. Presidente, senhoras e senhores aqui presentes, eu fico pensando como as coisas são como as nuvens: olhamos para cima e vemos uma coisa, baixamos a cabeça e vemos outra. Nós tivemos em todo o País, discutindo inclusive na Assembleia Legislativa do Ceará, e esse assunto não veio à baila. Foi aprovado o Relatório de V.Exa., e ninguém discutiu isso. Discutimos financiamento, discutimos qualidade, discutimos todas aquelas coisas necessárias para a educação. Meia dúzia de Senadores conservadores conseguiram fazer essa emenda ser aprovada, e agora nós estamos discutindo o particular em detrimento

do todo. A questão de ser ou não ser: será que eu escolho a minha sexualidade pela questão do partido ou da igreja ou é uma vontade pessoal e eu assumo? Essa é uma questão. Eu tenho o direito de usar o meu corpo da maneira que me interessa. (Manifestações no plenário.) Eu não tenho que pedir que haja lei ou não. E eu me preparo, caso venha a ter um filho ou um neto, receber de bom grado, porque ame ao teu próximo como a ti mesmo, e, como o Papa afirmou: Se ele procura a Deus, não sou eu que vou empatar. (Apupos da plateia.) Pode vaiar, meu filho, porque eu já estou com 74 anos e estou acostumado! Pode vaiar! Vaia logo para você não ter trabalho! Vaia uns 5 minutos, vai lá! (Manifestações no plenário.) Se vocês não querem, eu avanço. Ora, a própria educação leva para a minha liberdade; ela faz a minha formação; eu não preciso que seja terceirizada uma coisa que Deus não deu ordem a ninguém para dizer o que eu sou ou o que deixo de ser. Eu tenho livre arbítrio. Aqueles que acham que são representantes do Senhor lá em cima estão mesmo é vendo votos. Vamos acabar com essa demagogia! (Manifestações no plenário.) Vamos acabar com essa religiosidade que não é verdade! Porque se tivessem essa preocupação, tantos adolescentes não estariam sendo mortos pela polícia, tantos adolescentes não estariam no crack, tantos adolescentes não estariam com a família desajustada. Não são tão bons? Não ganham tanto dinheiro? Não fazem caridade? Caridade! Aqui! Querem agradar a um segmento da sociedade e vão agradar mesmo! Está aumentando o número. Nós os católicos somos e não chegamos defendendo aqui, porque é obrigação respeitar o semelhante e ter posição político-ideológica. Cadê o companheiro que está contra o Marxismo?

O Presidente procurou o Deputado “mencionado” e responderam na plenária: “já saiu”. Assim, continuou o deputado Chico Lopes (PCdoB/CE):

“Pois eu sou marxista, não nego! Já fui torturado, perdi emprego, mas não me arrependo uma vírgula do que sou! (Palmas na plateia.) É uma opção! Eu tenho essa liberdade, e o País tem! Não é meia dúzia de milicos que (ininteligível) aquartelada que tirou essa liberdade da gente, mas veio através da educação a minha independência, porque eu fui analfabeto até os 12 anos. Sou filho de mãe solteira! Quando eu vejo esse bafafá aí, vejo que ninguém passou por um bocudo de coisas que nós pobres passamos, ser empregado em casa de família e ter que chamar uma menina de senhora. Cadê os religiosos que estão tão

preocupados com a gente, rapaz? (Manifestações no plenário.) Ora, mas é só o que faltava! Mas como eu não sou... Deixa vaiaar!”

O Presidente, nessa ocasião, solicita que seja mantido o direito à fala ao deputado Chico Lopes (PCdoB/CE) que assim prossegue:

“Deixa vaiaar, porque é uma maneira de externar a falta de compreensão e respeito humano dele. Pois bem, Sr. Presidente, eu queria fazer duas afirmações e terminar, para dar a palavra às pessoas mais inteligentes, que têm mais coisas para dizer do que eu. Primeiro, quero apoiar o relatório de V.Exa. e continuar. E nós temos que dizer aqui para o público que esse projeto que chegou aqui já está com 3 anos de atraso. Nós estamos sem o plano de educação há 3 anos. [...]O Governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, até chegar o nosso, colocou apenas 5,7% do PIB durante esse período. O nosso Governo mandou 7%. Fomos para lá, viemos para cá, e colocamos 10%. A UNE, a UBES, que têm preocupação com a juventude, ajudaram a gente a ir para o valor de 10% do PIB, e as pessoas, mesmo os evangélicos, também têm ajudado muito nesse campo. E eles têm o direito de ser o que são. Agora, eu não acho que a gente tem que atrapalhar um plano por uma coisa só; ele é bem maior do que isso. A Deputada Dorinha mostrou ali a defasagem que nós temos de financiamento para a educação. E nós vamos resolver, Presidente, a educação com a escola de tempo integral. Nós vamos resolver com o sair da escola e ter trabalho. Nós vamos resolver sendo respeitados pelo aparato policial que há neste País, que não respeita pobre, nem preto, nem quenga. Não respeita! (Palmas na plateia.) Portanto, quero encerrar meu pronunciamento colocando Deus acima e a educação embaixo, para transformar essa sociedade, mesmo com o Marxismo. Obrigado! (Manifestações no plenário.)

O Presidente solicita que o Deputado Glauber Braga indique a contagem de tempo do deputado Chico Lopes (PCdoB/CE), que segundo aquele foi contando errado, e por isso o Deputado falou apenas 5 minutos. O Presidente solicitou prosseguimento com a fala do deputado Glauber Braga (PSB/RJ):

“Sr. Presidente, eu gosto de aplaudir, mas quero confessar a todos os presentes que eu também gosto de vaiaar. Eu gosto também de ser aplaudido, às vezes. E, às vezes, eu também gosto de ser vaiado, dependendo das circunstâncias, mas tem uma coisa de que gosto mais: de saber por que estou aplaudindo e porque estou vaiando. E tem uma coisa de que eu gosto ainda mais do que disso: às vezes, o silêncio

constrangedor da dívida. Disso eu gosto demais. Sr. Presidente, eu queria fazer aqui algumas observações. Em um ambiente de tantas certezas, eu não poderia deixar de fazer algumas observações de natureza pessoal que tive oportunidade de vivenciar no meu colégio. É claro que não vou citar aqui o nome das pessoas, porque não seria correto da minha parte, mas, quando a discussão estava acontecendo, lembrei-me de uma moça do colégio - eu estudei em um colégio católico -, que por ter dificuldade de renda, tinha roupas teoricamente menos caras do que as de outros alunos, e eu vi o que essa menina sofreu. Estudei em um colégio católico. Nesse mesmo colégio - não responsabilizo, em nenhum momento, nenhuma unidade escolar por isso, porque eu acho que essa era uma regra de boa parte das escolas -, existiam estudantes evangélicos. Vi, em determinados momentos, nas salas de aula, o quanto sofriam os estudantes evangélicos quando não iam à missa, acompanhados de todos os outros estudantes católicos. Sou de uma cidade em que, na praça principal, existia uma determinação da Secretaria Municipal, dizendo que lá os evangélicos não podiam se manifestar. Só poderia se manifestar na praça principal da cidade uma determinada denominação religiosa. Nesse mesmo colégio, não tenho como deixar de me lembrar disso também, havia um jovem, que era um dos poucos negros - que, inclusive, é meu amigo até hoje -, que era chamado por boa parte dos estudantes pelo apelido de macaco. Todos os outros estudantes diziam, quando alguém argumentava contrariamente ao motivo de ele ser chamado de macaco, que ele só respondia quando era chamado pelo apelido, porque ele mesmo já nem se recordava do seu nome. Tive oportunidade de ver o quanto sofreu um jovem que tinha uma orientação sexual diferente, que era gay, na unidade escolar, por conta dessa sua orientação sexual. Então, já que a gente teve aqui oportunidade, num primeiro momento, de trazer a dívida para a discussão, eu queria dizer que vejo, no texto do Relator Angelo Vanhoni nada mais nada menos do que o respeito e a garantia de direitos, que todos possam ter seus direitos respeitados, independentemente de orientação sexual, sexo e religião. Há muito pouco tempo, eu tive aqui oportunidade de votar, no Estatuto da Juventude, um item em um artigo que tratava também do respeito ao jovem nas suas mais diversas dimensões. O tema gênero foi trazido, a orientação sexual e a religião foram trazidos. Eu acredito que esse deve ser o balizamento das nossas discussões. Não tenho que acreditar, numa discussão como essa que está se colocando na Comissão, que

devo hierarquizar esse tema como de menor importância, porque acho que não é. É um tema de muita importância! Eu não posso dizer que ele é menor em relação aos outros temas que devem ser discutidos na educação brasileira, mas posso dizer sim que, apesar de ser muito importante, é tão importante quanto vários outros temas que devem também estar sendo debatidos na Comissão, num ambiente de respeito às diferenças, mas, ao mesmo tempo, de garantia, para que a gente possa ter a votação do Plano Nacional de Educação. Já que eu me manifestei sobre o primeiro tema, não posso deixar de me manifestar sobre outros. Aí, Presidente, eu queria dizer, a todos os Parlamentares que fizeram aqui suas defesas, que esperem de mim, como Parlamentar, respeito a suas opiniões, mas não esperem de mim, um fundamentalismo de posição. (Palmas.) Fundamentalismo, para que eu deixe claro, não é só religioso. Fundamentalismo pode ser religioso; fundamentalismo pode ser político; fundamentalismo pode ter uma orientação ou uma forma de trabalhar em que pode ser também religioso e político, mas ele não é uma coisa só. Para mim - sou um daqueles que sigo as orientações e os conselhos publicados nos livros de Leonardo Boff -, fundamentalismo é uma forma de ver a vida que não dá... (Apupos e palmas.) Eu vou aguardar, sem dificuldade das manifestações que possam ser diversas. Fundamentalismo é uma forma de ver a vida sem dar a possibilidade para que a dúvida se manifeste. As verdades são todas absolutas, e o pensamento do outro, que tem uma verdade diferente da minha, deve ser excluído. Ele passa a ser encarado como um inimigo e não mais como um ser humano, como eu, que possa ter um pensamento divergente do meu. Eu acho que a Comissão de Educação e a Comissão Especial que cuidam do Plano Nacional de Educação têm de se dar a oportunidade de dúvida em determinados momentos para que os temas possam ser tratados e para que as opiniões possam ser discutidas. [...]Que nós possamos defender as nossas posições, mas que, acima de todas as posições legítimas que porventura venham a ser defendidas, tenhamos a possibilidade concreta de modificar a educação do País; e a modificação da educação do País passa necessariamente pela aprovação do plano, sem mais adiamentos. Que a aprovação seja rápida, sim. Ou, então, que não seja rápida, porque nós estamos aqui fazendo...

O Presidente solicita que o Deputado conclua. O deputado Glauber Braga ratifica a importância da aprovação do PNE com urgência. Segue o deputado Efraim Filho, defendendo a questão do CAQ e apontando

que sua luta é pela discussão de financiamento, sem mencionar a questão disputa, foco desta investigação. Após essa fala, o Presidente esclarece que o PNE chegou à Câmara dos Deputados na última quinzena de vigência do PNE anterior e que ele esteve trabalhando no tempo oportuno. Dito isso, chamou o Deputado Nilson Pinto que estava ausente, então passou a chamar, posteriormente, o Deputado Gastão Vieira que elogiou o debate, fez alusão à importância de se pensar a educação brasileira e comentou sua participação na elaboração da Comissão Especial a qual trabalhou na elaboração do PNE. Novos Deputados foram chamados para se pronunciarem, mas estavam ausentes (deputados: Ronaldo Fonseca (PROS/DF), Major Fábio (PROS/PB), Eros Biondini (PROS/MG), Raul Henry (PMDB/PE). Na sequência, fez uso da fala o Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC/SP):

“[...] Sr. Presidente, eu também chego a esta comissão atrasado, porque fui encaminhado pelo meu partido – hoje é a minha primeira sessão como membro dela. [...]Entendo que o preconceito é um câncer, que ele tem que ser completamente arrancado do seio da sociedade brasileira. Mas não se arranca um preconceito pregando um novo. Eu estava lendo aqui o relatório que veio do Senado, Deputado Vanhoni, e ele parece suprir tudo aquilo que nós pensamos sobre o assunto: Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Quando se dá nome a essas discriminações, como, por exemplo, opção sexual, racial, deixa-se de lado outras. Então, o texto do Senado contempla já, e contempla fortemente o que nós pensamos. Eu ouvi alguns Deputados, inclusive o Deputado Luiz Fernando, que fez um discurso belíssimo sobre a ideologia de gênero. E eu gostaria de tentar comentar um pouco sobre o que eu li e estudei a respeito de ideologia de gênero. A ideologia de gênero é uma construção social da imagem sobre o ser humano, ou seja, o ser humano nasce um ser amorfo. Ele vai se descobrir homem ou mulher depois, quando tiver certa idade. Se isso é de foro íntimo, por que os educadores têm que se intrometer nessa história? Por que isso tem que se tornar uma lei? Hoje em dia, quando eu ouço, na escola dos meus filhos, falarem alguma coisa que eu não aceito ou que não faz parte do currículo, mesmo sendo uma orientação do MEC, eu tenho, como pai, o direito de ir até a escola e reclamar: Eu não quero que meu filho estude isso, a minha filha não precisa ouvir isso. Isso ela aprende de mim, que sou pai, em casa. Se a escola não concordar, tudo bem, ela pode até dispensar o meu filho, ou eu mesmo

tiro o meu filho de lá, e tenho a liberdade de levá-lo para outra escola. Uma vez que se torna lei, Sr. Presidente, o direito de pensamento do próprio pai fica em julgamento aqui. Essa ideologia de gênero é um problema, Deputado Vanhoni, porque não dá para mensurar o que é isso. Imaginem ensinar isso a uma criança de 6 anos de idade! Uma coisa é não promover o preconceito, e quanto a isso eu também sou a favor. Não à discriminação! Mas o texto fala em promoção, e promoção é o quê? É dizer que é normal ou é dizer que é bom? Isso é muito problemático, porque uma coisa é dizer à criança que é normal a pessoa ser isso ou ser aquilo, outra coisa é doutriná-la dizendo que isso é bom. Podemos criar no futuro uma fábrica de pessoas amorfas. Eu me lembro de que, em 2011, quando assumi aqui este mandato, houve um problema gravíssimo dentro da Câmara dos Deputados acerca de um kit anti-homofobia que havia sido aprovado pelo MEC. Eu me lembro de que, quando isso veio à tona, os Deputados se levantaram e houve manifestações de toda a sociedade contrárias àquilo, contrárias ao vídeo, contrárias aos ensinamentos. A sociedade em peso se manifestou. Eu me lembro também de que eu até trouxe aqui a revista Veja do dia 26 de maio, onde a nossa Presidenta Dilma, que é do seu partido, Deputado Vanhoni, ao ser questionada, disse que o Governo não permitiria a realização de propaganda de opções sexuais, mas que trabalharia no combate à discriminação: Não podemos interferir na vida privada das pessoas. Não haverá autorização para esse tipo de política de defesa de A, B, C ou D. Agora, o Governo pode sim fazer uma educação de que é necessário respeitar a diferença e que você não pode exercer práticas violentas àqueles que são diferentes de você. O então Ministro Fernando Haddad, após reunião com a Presidenta Dilma, afirmou que ela recomendara que qualquer material produzido sobre o tema levasse em consideração costumes e valores da sociedade. A sociedade brasileira tem 88% da sua formação de pessoas que dizem crer em Deus e estar dentro de uma opção cristã. Nós não podemos nunca fazer vista grossa a isso. O Estado é laico, mas o Estado não é laicista. O Estado laico dá proteção a todas as pessoas para que vivam o que querem viver. Ele não impede uma em detrimento de outra. Não se pode fazer o que tem sido feito aqui, achincalhando os cristãos, chamando-nos de fundamentalistas baratos, como se fôssemos xiitas. Eu vi aqui alguém comparar o Estado brasileiro a um Estado teocrático lá do Oriente Médio. (Manifestação na plateia.)

Se o Deputado aqui de 74 anos, meu nobre companheiro, disse que não tem problemas com vaías, porque está acostumado, eu, com 41 anos, estou acostumado e meio. Eu funciono assim: quanto mais pressão, melhor. Quanto mais pressão, melhor, porque eu sei o que eu vim fazer neste Congresso. Então, Sr. Presidente, Sr. Deputado Vanhoni, eu gostaria muito que V.Exas. repensassem os destaques que vão ser apresentados sobre esse assunto de ideologia. Não é necessário fazer isso. Está sendo criada uma cisão, como já foi dito aqui, em torno de um tema muito relevante para o País. O PNE tem que ser votado urgentemente. A educação brasileira está falindo, e isto aqui pode salvá-la. Nós não podemos esbarrar em só uma palavrinha. Se votarmos o texto do Senado, vamos contemplar exatamente todas as classes. Não vamos apenas proteger a ideologia de gênero, não vamos apenas proteger pessoas que têm uma orientação sexual diferente: vamos proteger todas as crianças, e é isso o que este Parlamento deve fazer.”

O deputado Marcos Rogério (DEM/RO) solicita ao deputado pastor Marco Feliciano (PSC/SP) um aparte em sua fala:

“Eu queria cumprimentar V.Exa. pela abordagem e apenas sublinhar uma parte dos dois textos que nós temos aqui. Na proposta da Câmara, nós temos promover como a palavra que estabelece a diretriz. No texto do Senado, temos a palavra erradicar. Aí pergunto: nós queremos promover a discriminação ou erradicar a discriminação? Se nós queremos promover, o caminho não é esse. Se nós queremos erradicar, o texto do Senado é completo porque prevê a erradicação da totalidade das discriminações. Agora, eu tive o cuidado de buscar no dicionário o que significam as duas palavras. Promover significa dar impulso, fomentar, trabalhar a favor. Já a palavra erradicar significa desarraigar, arrancar pela raiz, extirpar. Lá se busca a promoção da cidadania com o adendo da erradicação de todas as formas de discriminação. O que nós queremos? Promover ou erradicar? Então, cumprimento V.Exa. pela abordagem, mas acho que, do ponto de vista dos objetivos, a proposta do Senado atende àquilo que nós queremos para toda a sociedade: erradicar as formas de discriminação. Parabéns a V.Exa.!”

O Presidente solicita que o deputado pastor Marco Feliciano (PSC/SP) conclua suas colocações. O deputado pastor Marco Feliciano (PSC/SP) prossegue:

“Eu só quero, então, deixar a posição deste Parlamentar, posição do meu partido, o PSC. Nós queremos votar o PNE, só não concordamos com esse destaque acerca da ideologia de gênero, lembrando mais uma vez que nosso País é um país laico, todavia de maioria cristã. E, sobre o marxismo, que foi citado aqui, talvez o pensamento do nobre Deputado tenha sido sobre o marxismo proletário, mas, quando ele cita, ele não cita o marxismo proletário, ele cita o marxismo de gênero, e é esse marxismo de gênero, marxismo que vai além do classismo, que emprega, neste momento, a desconstrução da família e a desconstrução do pensamento da sociedade. Somos contrários a isso e acreditamos que há um ser no Céu que pode reger a toda a nossa sociedade. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Manifestação na plateia.)”

O deputado Glauber Braga questiona o Presidente se há uma previsão de votação do PNE nessa sessão. O Presidente deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES) esclarece que a decisão da Mesa estaria condicionada à decisão do Relator e passou a palavra para o deputado Angelo Vanhoni (PT/PR), informando que haviam mais 5 parlamentares inscritos para discussão. Segue a fala com o Relator:

“Sr. Presidente, como faltam cinco inscritos, e talvez nem todos estejam presentes, eu acho que seria bom terminarmos de ouvir os inscritos para, então, tomarmos essa decisão de forma compartilhada. Também, Sr. Presidente, antes de ouvirmos o próximo inscrito, é bom lermos o artigo da forma como está escrito, porque, se não lermos o que está inscrito, seremos induzidos a tirar conclusões que talvez não sejam as mais consolidadas. Ao fazer o relatório, eu e a assessoria técnica, olhando todas as emendas que recebemos, fomos consultar a Constituição do País, para seguirmos alguns princípios. Quando nós falamos de artigo, nós estamos falando de princípio, Deputado Feliciano, que ilumina o texto como um todo - não é para pormenorizar, para detalhar em nenhum programa. Procuramos trazer as expressões que o legislador brasileiro adotou lá em 1988. Então, a palavra promover, Deputado Marco, está antes de outra palavra muito importante para todos nós que moramos aqui no Brasil ou em qualquer lugar do mundo: a palavra igualdade. Então, a Constituição do Brasil emprega promover - um verbo muito claro e muito forte - ao dizer promover a igualdade, e essa igualdade tem que se dar também na educação, porque há diferenças educacionais entre as Regiões do Brasil, entre os pobres do Nordeste e os ricos do Sul. Há professor de escola pública que ganha 5 mil reais do Sul do Brasil, e há professor em

final da carreira que ganha 1.300, 1.400, 1.800 reais no Nordeste. Em qualquer lugar do Brasil há desigualdades regionais na educação. E há também a desigualdade na questão de gênero, mas não na acepção que V.Exas. estão levantando para debate. A nossa preocupação, quando empregamos o termo gênero, diz respeito à sociedade machista: a diferenciação no trabalho, a mulher como vítima de violência, enfim, o que já está na Constituição de 1988. Quando a Constituição de 1988 se preocupou com isso, ela determinou a promoção da igualdade entre os sexos, onde os sexos são o homem e a mulher. E por que o legislador de 1988 disse que temos de promover a igualdade entre o homem e a mulher? E por que a Declaração Universal dos Direitos Humanos também diz isso? Porque, na sociedade em que vivemos, há entre homem e mulher uma diferença muito negativa em relação à mulher. Nós cultuamos isso e nós precisamos mudar esses valores. Não foi com nenhum intuito de entrar em alguma diferenciação das que a Igreja observa com muita propriedade. Nosso objetivo, portanto, não foi buscar nenhuma polêmica com os valores defendidos por todas as denominações religiosas e congregações, mas foi garantir que, na escola, fosse consignado o tratamento de respeito igualmente a homens e mulheres. Não se trata de um programa - não há aqui nenhum programa. Em 253 estratégias, há apenas essa expressão, e numa questão de princípio. Então, eu entendo a observação que V.Exas. estão fazendo por causa do vínculo religioso, e é importante que se debata isso.”

O Relator é interrompido pelo Presidente que o alerta que esse capítulo será apreciado no momento do debate. Prossegue o Relator:

“Só para complementar, Sr. Presidente, quero dizer que eu entendo, seja por questão educacional, seja por questão religiosa. Mas, quando o Relator sintetizou as aspirações de vários Deputados quando propugnamos, foi com o objetivo de que se tratasse com igualdade independentemente de gênero, raça ou orientação sexual. Não se objetivou promover essa ou aquela característica.”

O deputado Marcos Rogério (DEM/RO) solicitou ao Presidente que prosseguisse a sessão pela ordem. O Presidente esclareceu: *“Eu vou tomar a liberdade de recusar o pedido de pela ordem. Nós temos cinco inscritos, e esse já é um tema do debate. Nós já fizemos o debate da separação do texto, porque ele colocava o conflito debaixo do tapete. Nós fizemos a remissão para o destaque. Então, vamos para o destaque no seu tempo oportuno. O Deputado Angelo Vanhoni fez uma incursão*

indevida no debate - falo carinhosamente, meu Relator -, porque estimulou V.Exa. a fazer o contraponto.”

Novamente foi interrompido pelo deputado Marcos Rogério (DEM/RO) que solicitou fazer uma correção, recebendo o tempo de 30 minutos para tal:

“Sem polemizar, Sr. Presidente, eu acho que a questão religiosa não vem ao debate, porque quem está aqui está porque tem investidura no mandato para estar. Agora, não podemos riscar a Constituição Federal. Seu art. 5º afirma que todos somos iguais. E, apenas para que conste dos Anais que lemos uma Constituição que não existe - aqui não se trata de promover a igualdade na forma da expressão manifesta, embora esse seja um objetivo nosso, mas de, como diz o inciso IV do art. 3º, de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Queria apenas sublinhar que o texto da Constituição fala em promoção do bem de todos, indistintamente.”

Presidente agradeceu a inferência e solicitou que o deputado professor Setimo fizesse uso da palavra, mas foi interrompido pelo deputado Efraim Filho que solicitou informações sobre os cinco Parlamentares que ainda iriam participar da discussão. O Presidente nominou os cinco inscritos para a discussão: *“Deputados Professor Setimo, Pastor Eurico, Mara Gabrilli, Renan Filho e Pedro Uczai. Ausente, no momento, o Deputado Renan Filho.”*

Dito isso, o Presidente concedeu a palavra ao deputado Setimo que discorreu a respeito dos aspectos pertinentes à aprovação do PNE, parabenizando o trabalho da Comissão Especial, e solicitou que aprovassem com urgência o PNE, sem fazer qualquer colocação sobre a disputa do inciso III, do art. 2º. Encerrada a fala do deputado Setimo, a palavra foi concedida pelo Presidente ao deputado Pastor Eurico (PHC/PE):

“[...]Quero ser solidário a todos os Deputados aqui, às propostas que apresentaram aqui nos seus destaques. Na sua maioria, nós somos solidários. Eu cito aqui o próprio Deputado Ivan Valente, a Deputada Professora Dorinha, o Deputado Paulo Rubem Santiago e tantos outros que têm boas intenções. Acho que isso é importante, todos nós somamos, não vamos divergir nisso aí. Agora, Sr. Presidente, eu acho que não podemos descartar os posicionamentos de cada Deputado. E, aí, sim, parece que mais uma vez estão tentando colocar os religiosos, os evangélicos deste Brasil no canto da parede, responsabilizá-los pelas

coisas negativas que acontecem neste País. Há poucos dias, vimos os evangélicos sendo chacoalhados, sendo criticados e acusados até de assassinos por um Deputado desta Casa e também por uma Ministra, que chegou a dizer que o assassinato de um homossexual, em São Paulo, fazia parte da barbárie, que os evangélicos estavam por trás disso e eram os responsáveis, como os Deputados, por não quererem aprovar a Lei da Homofobia. Mas, depois, caíram por terra as afirmações desse Deputado, que, desrespeitosamente, não considera os evangélicos. Foi provado pela Polícia de São Paulo que não houve assassinato, mas sim o suicídio daquele jovem, que, pela perda de um amor, resolveu tirar a sua própria vida. E ninguém veio se desculpar com os evangélicos. É assim que acontece. E nós somos tachados, muitas vezes, dessa forma. As Igrejas Evangélicas no Brasil prestam relevante serviço à sociedade. Inclusive, Sr. Presidente, Sr. Relator, quantos lugares que antes não tinham escolas, e já funcionavam lá, tinham educação que era dada pelas igrejas? Então, lamentamos o fato de que, às vezes, somos colocados até como um mal para a sociedade, mas nós somos um bem. E nós ficamos felizes, porque a história não pode apagar o trabalho dessas entidades religiosas. Lamento o Deputado ter acabado de sair, porque ele é o culpado de tudo o que eu falei, foi ele que usou as expressões miseráveis contra os evangélicos deste Brasil e que nós não aceitamos. Agora, Sr. Presidente, eu gostaria, dentro da minha fala, que é direito meu, de trazer aqui algumas respostas que eu fiz questão de trazer, e agora foram distribuídas. E eu agradeço a quem as distribuiu, estão aqui na tela do meu tablet. São exatamente do nobre Padre José Eduardo de Oliveira, que é sacerdote da Diocese de Osasco. Eu o considero uma pessoa de grande valia nessa situação concernente à educação, uma pessoa de referência no Brasil. Esse padre deu algumas respostas a algumas perguntas relativas à questão de gênero. Entendo que nós, como evangélicos, respeitamos todas as pessoas, isso é provado. É bem verdade que não concordamos com violência, não concordamos com discriminação, não concordamos com termos pejorativos contra nenhum ser humano, de forma alguma. Nós respeitamos a todos. Mas, quando perguntado ao padre sobre essa questão de gênero, eu gostaria, dentro desse meu tempo aqui, já que ele não pode falar, de dizer as respostas dele para que aqui ficassem registradas. A pergunta foi a seguinte: Temos visto, nas últimas semanas, um crescente debate sobre a questão de gênero no contexto do Plano Nacional de Educação.

Como o senhor avalia essas discussões? E o padre respondeu: Tenho acompanhado de perto os diferentes discursos e percebo que, embora a questão esteja cada dia mais clara, muitos têm desviado o foco do debate para temas que não pertencem ao âmbito da ideologia de gênero, talvez até como um recurso para não enfrentarem um tema tão absurdo. Trata-se de um deslocamento para sabotar o discurso. Perguntou-se: Em que consiste, então, a ideologia de gênero? Ele respondeu: Sintetizando em poucas palavras, a ideologia de gênero consiste no esvaziamento jurídico do conceito de homem e de mulher. A teoria é bastante complicada, e uma excelente explicação desta se encontra no documento Agenda de Gênero. Contudo, a ideia é clara. Afirmam que o sexo biológico é apenas um dado corporal de cuja ditadura nos devemos libertar pela composição arbitrária de gênero. É bem verdade que alguns, talvez, não conheçam a originalidade desse termo gênero. V.Exa., como Relator, há poucos minutos fez algumas colocações aqui concernentes a homem e mulher, mas a base principal dessa questão de gênero hoje, que é oriunda da Europa, não tem nada a ver com a questão homem e mulher. Isso tem a ver exatamente com a desconstrução da identificação de homem e mulher, a desconstrução da questão família. E, pasmem os senhores, se formos analisar o que acontece hoje, principalmente na Suécia, veremos que as mulheres estão sofrendo por causa dessa ideologia. Há provas concretas do absurdo que está acontecendo, onde se aprovou essa ideologia, porque desqualifica completamente a questão homem e mulher.

Outra pergunta: quais as consequências disso? A resposta está aí: as consequências são as piores possíveis, conferindo status jurídico à chamada identidade de gênero. Não há mais sentido falar em homem e mulher, falar-se-ia apenas de gênero, ou seja, a identidade que cada um criaria para si. Esse é um ponto para o qual chamamos a atenção. Já fizemos discurso sobre isso no plenário da Casa, mostrando o absurdo que está por trás dessa terminologia. V.Exa. coloca como eu antes colocava: sempre usei essa expressão gênero como identificação de homem e mulher. Mas partindo desse princípio, que agora é oriundo de outras partes do planeta, automaticamente é uma desconstrução daquilo que nós sempre defendemos, que é exatamente a questão homem e mulher e principalmente a questão família no contexto de macho e de fêmea. Nós nos sentimos, neste momento, em vários discursos aqui, agredidos, Sr. Presidente. Sentimo-nos agredidos porque parece que nós estamos querendo desconstruir algo que é tão

importante, que é o Plano Nacional de Educação. Em nenhum momento, nós, evangélicos, somos contra o Plano Nacional de Educação. De forma alguma, queremos o melhor para a educação. Todos nós precisamos ver algo melhor. Nós não estamos construindo aqui para nós mesmos, estamos construindo para a nossa geração. É preciso fazer algo melhor. Mas por que trazer essas ideias para dentro do contexto educação? Lamentavelmente, eu vim de um tempo em que os homossexuais eram desrespeitados, escrachados. Na escola que eu estudei, eles eram chamados de pederastas. E eu nunca concordei com isso, era uma discriminação. Eu sempre respeitei os homossexuais. Depois, com todo o respeito, veio o termo veado, depois outros aí que eram degenerativos. E os programas humorísticos exploravam a questão dos homossexuais. Um absurdo o que se fazia! Isso é desrespeito? É. Nunca concordei com isso. O ser humano deve ser respeitado, e eu o respeito. Mas nós temos que entender que, dentro do contexto constitucional, temos liberdade de expressão e todos nós devemos respeitar um ao outro. Então, Sr. Presidente, nós temos o direito de nos pronunciar, nós temos o direito de defender aquilo em que cremos. A questão da homofobia está completamente fora disso aqui. Não existe isso, porque eu teria que criar também a ideologia de heterofobia, daqui a pouco evangelicofobia, e coisas semelhantes. (Apupos nas galerias.)”

O Presidente solicitou que o deputado pastor Eurico (PHC/PE) concluísse sua fala:

Peço a V.Exa. que restitua o meu tempo, por favor.

“Sr. Presidente, eu lamento que algumas pessoas aqui usem até o nome de entidades religiosas, como católicos e até alguns evangélicos, que querem desconstruir aquilo que nós defendemos como família, aquilo que nós defendemos como gênero na sua essência, que é macho, que é fêmea, que é homem e mulher. (Apupos nas galerias.)”

Novamente o Deputado foi interpelado pelo Presidente que solicitou o encerramento de sua explanação:

“Portanto, Sr. Presidente, nós defendemos o Plano Nacional de Educação. Lutaremos pelo melhor para a sociedade e para todo o Brasil. Mas, Sr. Presidente, não podemos concordar - essa é uma posição pessoal - com o relatório da Câmara, e defendemos, nobre Relator, tal qual está no posicionamento do Senado, que eu acredito que contempla a todos de uma forma geral. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Apupos nas galerias.)”

O deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ) se manifestou na plenária, sem ter seu microfone aberto durante a sessão. O Presidente da Câmara esclareceu que não houve menção ao nome do Deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ) no texto lido pelo deputado pastor Eurico (PHC/PE). Esclarece o Presidente:

“Ninguém vai usar a palavra porque está bloqueado aqui. Do ponto de vista do texto, ele não traz manifestação nominal. É um texto temático, embora fora do ambiente possa ter ocorrido algo. Aqui dentro não ocorreu. Portanto, não cabe este debate. Este debate será feito no momento dos destaques. Retornou ao plenário o Deputado Eros Biondini. Pela sequência, os Deputados Eros Biondini, Mara Gabrilli, Renan Filho - que não está presente, mas, se voltar, terá a palavra - e Pedro Uczai. Com a palavra o Deputado Eros Biondini.”

Prossegue falando o deputado Eros Biondini (PROS/MG) que se posiciona com relação ao inciso III, do art. 2^a, da seguinte maneira:

“Sr. Presidente, quero também fazer uma saudação especial àqueles que se encontraram comigo no dia de hoje e têm se encontrado em exaustivas reuniões que fazem parte das comunidades, dos movimentos, das pastorais, que se encontram com a bancada católica: Legislação Vida, Pró-Vida, os membros da Pastoral Universitária e do projeto Universidades Renovadas. A todos quero saudar com carinho e com respeito. [...] Porém, a bancada católica, que tem recebido as manifestações dos arcebispos e bispos deste País, que tem se debruçado sobre a importância do Plano Nacional de Educação na construção cidadã das nossas crianças, dos adolescentes e jovens, tem um posicionamento claro, concreto e contrário à inclusão da ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação.

Está muito claro que todos nós somos contra qualquer tipo de preconceito, discriminação, racismo ou perseguição. Não se trata disso. O que acontece é que a inclusão da ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação confunde extremamente aquilo que já é uma construção, uma concepção do conceito de família. Isso vem afetar diretamente aquilo que já tem sido construído nos lares das famílias católicas, espíritas, evangélicas, das famílias no Brasil.

Nós queremos, sim, que toda discriminação, todo bullying, toda marginalização seja combatida. Porém, esse não é definitivamente o caminho. E se nós somos hoje aqui, Sr. Presidente, legitimados pela vontade daqueles que nós representamos, a grande maioria do povo brasileiro, é só nós vermos a quantidade imensa de manifestações por

e-mails, por cartas, por mensagens que chegam de todo Brasil, por onde nós caminhamos em todos os Estados do País, consultando as pastorais, como a Pastoral Familiar; a Pastoral da Criança, que nos acompanhou na luta contra a pedofilia, que nos acompanhou na luta contra a violência contra a criança e a mulher; e a CNBB, que agora nos propõe um tema muito delicado, que é o tráfico humano. Todos debruçados sobre esse tema e considerando importante a votação do Plano Nacional de Educação. Aqueles que realmente hoje se destacam como bancada católica hoje vêm aqui dizer ao nobre Relator, com todo respeito e reconhecimento do excelente trabalho, que nós somos a favor do texto vindo do Senado no que diz respeito a esse tema da inclusão da ideologia de gênero. Entretanto, somos contrários à inclusão da ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação. Agradeço a oportunidade. Não sou membro efetivo desta Comissão, mas estaremos aqui... (Apupos nas galerias.)”

O Deputado Eros Biondini (PROS/MG) solitou fazer mais uma observação:

“Queremos contribuir, queremos colaborar para que realmente a educação no Brasil dê uma guinada, que os profissionais da educação sejam definitivamente valorizados, que realmente nós possamos sair desse atraso histórico que nós temos, mas sem jamais afetar os nossos valores morais, éticos e os nossos fundamentos. O Estado laico, Sr. Presidente, não é um Estado ateu. Muitas pessoas confundem um Estado laico com um Estado ateu. Esta terra foi edificada, ela foi construída em bases sólidas cristãs. Hoje nós temos a liberdade, ao representar a grande maioria da população brasileira, de nos posicionar contrários à inclusão da ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)”

O deputado pastor Eurico (PHC/PE) solicitou a palavra ao Presidente e fez alusão a sua candidatura, queixando-se de ter sido desrespeitado. O Presidente o interrompeu e pediu que o mesmo não entrasse em questões que necessitassem de réplica, pois ele deveria assim dar a palavra ao deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ). Seguindo com a palavra, a deputada Mara Gabrilli, que se posicionou com relação à questão da deficiência, foco de seus argumentos. O deputado Pedro Ucsai foi chamado para manifestar-se e falou de forma ampla sobre a elaboração do documento, dos avanços, parabenizando a Comissão Especial e o Relator pelo PNE, sendo sucedido pelo deputado Dr. Ubiali (PSB/SP). O deputado Dr. Ubiali (PSB/SP), que falou rapidamente, mencionou o CAQ e

acrescentou que o relatório final precisaria apenas de pequenos ajustes. Assume a palavra o Presidente:

“Os debates estão encerrados nesta fase.

Antes de passar à definição do nosso rito de votação, regimentalmente, o momento agora é de passar a palavra ao Relator, que vai fazer a sua discussão acerca se acolhe algo e faz o relatório complementar ou não, se é hoje ou se é amanhã, mas, antes disso, eu gostaria, Vanhoni, de vencer um assunto em concomitância com este, que é o assunto dos requerimentos que aqui estão. O Deputado Pastor Marco Feliciano tem dois requerimentos. Um, que é de adiamento de votação por quatro sessões. E o outro, que é o mesmo requerimento, acrescentando processo nominal. O segundo é o do Deputado Marcos Rogério, solicitando o adiamento por duas sessões. A informação que tenho, não está escrita aqui, é de que esse procedimento foi adotado com vistas a um processo de 24 horas, para que a votação seja feita no dia de amanhã. Se for confirmado por ambos, eu gostaria que isso fosse considerado na palavra final do Relator e que nós os retirássemos de pauta, como fruto do entendimento para uma votação amanhã do texto global e dos destaques. Assim sendo, eu concedo 1 minuto para que cada um possa se manifestar sobre esse assunto.”

O primeiro a solicitar a palavra foi o deputado Marcos Rogério (DEM/RO) que se colocou favorável à votação do PNE no dia seguinte, e também favorável à retirada de pauta dos requerimentos. O deputado Marcos Feliciano (PSC/SP) se colocou favorável à votação no dia seguinte e favorável à retirada de seu requerimento, desde que a votação fosse adiada para o dia seguinte. Passaram a palavra ao Relator:

“É bem simples, Sras. e Srs. Deputados. Esse texto foi discutido pela assessoria técnica em função das modificações que o Senado trouxe. Nós discutimos o texto da Câmara com muita exaustão, e votamos quase por unanimidade todas as metas, todas as estratégias, todos os artigos, em especial o artigo que diz respeito ao financiamento. O Senado fez algumas mudanças, grande parte delas estão absorvidas no texto. Ele fez uma proposta de Meta 21 para tratar de Ciência e Tecnologia. Como sugestão de vários Deputados, do ponto de vista informal, nós acatamos e incorporamos as estratégias que o Senado trouxe de inovação, apoio à questão de laboratórios, trabalhos em rede na construção de laboratórios para estímulo da pesquisa, e suprimimos a Meta 21, incorporando o seu conteúdo na meta que trata de formação de doutores e produção de Ciência e Tecnologia no texto da Câmara.

Hoje, no nosso texto, existem 3 questões polêmicas. São referentes ao CAQ, de formulação do Senado, retirada do Senado e uma formulação diferente da estratégia 20.6, 20.7, 20.8 e da 20.10 Existem destaques - DVS - sobre essas estratégias da Meta 20. Sobre o artigo 2º e o artigo 5º, nós tivemos uma discussão aqui bem acalorada sobre o entendimento de que se deve manter a redação da Meta proposta pelo Relator, no caso de um artigo, ou se deve manter a redação que o Senado expressou. Eu mudei o texto em relação à proposta do Senado em um caso e, no outro caso, eu mantive a proposta da Câmara. Então, eu quero dizer aos senhores que, depois de escutar atentamente, eu preciso, porque será a última manifestação do Relator... Depois desta manifestação, o texto vai à votação e à debate sem que haja mais a possibilidade de se produzir um acordo. Então, eu preciso... E nós temos pontos polêmicos que são importantíssimos. A polêmica aqui é super-relevante para o futuro da Educação do Brasil. Qualquer discussão que for levantada aqui não é um ponto menor. É muito importante. Então, estou informando a V.Exas. que vou fazer um voto complementar e vou trazer um novo texto amanhã, às 13 horas, para ser apreciado pelos Srs. Deputados. Àqueles que tiverem ainda algum destaque mantido, fica assegurada a votação do destaque em relação ao texto que eu vou apresentar amanhã. Sendo assim, Sr. Presidente, espero encontrá-los todos aqui amanhã, às 13 horas.”

O Presidente esclareceu que existiam 26 destaques, entre DVS e DS, e que o texto final do Relator deveria incorporar, ou não, mais um desses destaques. O Relator confirmou esse entendimento. O deputado Marcos Rogério (DEM/RO) fez alusão à questão do investimento, acrescentando sugestões ao Relator que se posicionou sobre os argumentos do deputado Marcos Rogério (DEM/RO). O Presidente esclareceu que a deputada Fátima Bezerra (PT/RN) gostaria de usar a palavra. A Deputada fez um apelo para que as discussões e votação fossem realmente meta do dia seguinte, fossem cumpridas. O Presidente esclareceu como serão os procedimentos do dia seguinte e passa a palavra para o Relator o qual afirmou que entregará o relatório final na plenária do dia seguinte. O Presidente convoca todos para a sessão do dia seguinte, com início às 13 horas, e encerrou a sessão.

Segunda cena: 47ª Reunião Ordinária da Comissão Especial, Sessão 0344/14, de 09 de abril de 2014, com duração de 2h e 25’.

O Presidente, deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES), após verificar o número regimental de Parlamentares, deu por aberta a 47ª reunião da Comissão Especial e inquiriu os parlamentares sobre a necessidade de leitura da ata da reunião anterior. O deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ) solicitou dispensa da leitura da ata e o Presidente acatou. Deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES) esclareceu como será a reunião do dia:

“Na reunião anterior, declarei encerrada a discussão. Portanto, a discussão agora é apenas a regimental, de acordo com o encaminhamento, debate em contraditório e manifestação do Relator. Se for destaque simples, segue essa sequência; se for destaque, DVS, seria a palavra dada a quem fez o destaque, ao Relator, um a favor e um contra. Então, seriam quatro manifestações por destaque. Nós ficamos neste momento na expectativa de que o Relator pudesse apresentar o seu voto complementar ou a sua complementação de opinião acerca do relatório a ser votado. Portanto, o que está previsto agora é a votação do parecer do Relator à proposição sujeita à apreciação em plenário. Substitutivo do Senado Federal ao PL nº 8.035-B, de 2010, do Poder Executivo, que "aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências".

Para tanto, concedo a palavra ao Relator, Deputado Angelo Vanhoni, para a apresentação da complementação do seu voto. Com a palavra, o Deputado Angelo Vanhoni.

O deputado Angelo Vanhoni (PT/PR) prossegue com a palavra e faz uma série de agradecimentos nominais aos diversos movimentos sociais que trabalharam junto à Comissão Especial, ao Ministério da Educação, a membros do Partido dos Trabalhadores e funcionários da Câmara dos Deputados, pelos dois anos e oito meses de auxílio na construção do Plano Nacional de Educação - PNE. Prossegue agradecendo nominalmente mais uma gama de pessoas e de instituições envolvidas nesse processo e acrescenta:

“Encerrada a fase de discussão, que foi muito importante para todos nós, eu ponderei todos os argumentos levantados aqui pelos Srs. Deputados nestes últimos dias de intenso debate a respeito das mudanças que o Senado procedeu no texto da Câmara. Quero, então, anunciar as modificações como um voto complementar, para ajudar na orientação do debate dos destaques apensados ao texto.

A) No projeto de lei:

1) rejeitar o inciso III do art. 2º do Substitutivo do Senado Federal e retornar em seu lugar o inciso III do art. 2º do texto da Câmara dos Deputados;

2) aprovar o caput do art. 4º do Substitutivo do Senado Federal e restabelecer o parágrafo único do art. 4º do texto da Câmara dos Deputados, que foi suprimido pelo substitutivo do SF;

3) aprovar o inciso IV do art. 5º do Substitutivo do Senado Federal.

B) No Anexo:

Meta 7:

4) suprimir a estratégia 7.36 do Substitutivo do Senado Federal;

Meta 20:

5) rejeitar as estratégias 20.6, 20.7 e 20.8 do Substitutivo do Senado Federal, restabelecendo em seu lugar as estratégias 20.6, 20.7 e 20.8 da Câmara dos Deputados.

Eram essas as mudanças que acabamos de realizar no texto. Eu estou distribuindo para os Srs. Deputados este voto complementar.(Pausa.) Algum esclarecimento sobre alguma das mudanças? Algum Deputado precisa? Se não, vamos proceder à discussão e à votação”.

O deputado Pastor Marcos Feliciano (PSC/SP) solicitou que o texto sofresse modificações e o deputado Angelo Vanhoni (PT/PR) informou que já estava providenciando a entrega do documento para os parlamentares. A Sessão prosseguiu ainda com ajustes quanto à forma de prosseguimento dos trabalhos, momento em que o Presidente questionou/cobrou de alguns parlamentares sobre a apresentação de destaques. O deputado Artur Bruno (PT/CE) fez questionamentos ao relator sobre a estratégia 20.10., e este solicita ao parlamentar que se façam as modificações apontadas pelo deputado Artur Bruno (PT/CE). O deputado Pastor Eurico (PHC/PE) questionou o relator sobre o fato de ele manter o texto construído pela Câmara dos Deputados, quanto ao Art. 2º, e o deputado Angelo Vanhoni (PT/PR) informou que manteve o texto da Câmara dos Deputados. O deputado Pastor Eurico (PHC/PE) manifestou seu entendimento, acrescentando que os destaques seriam votados à parte. O Relator esclarece:

“Deixem-me restabelecer o nº 1. Rejeitar o inciso III, do art. 2º, do Substitutivo do Senado Federal, porque o Senado Federal apenas levou o texto até a palavra 'discriminação'. Estou retornando à formulação aprovada na Câmara anteriormente, que fala da promoção da igualdade da educação, no que diz respeito às questões regionais, de gênero, de raça e de orientação sexual. (Palmas.)”

O deputado pastor Eurico (PHC/PE) questionou: *“Mantendo o texto original?”*

Então o relator prosseguiu com o argumento de que o inciso III seria um ponto de debate e acrescentou os demais pontos que seriam debatidos na sessão. O deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE) pediu a palavra ao Presidente que não a concedeu, afirmando estar organizando a casa, momento em que o relator continuou explicitando a ordem de trabalho da tarde. O Presidente retomou a palavra e prosseguiu organizando a plenária para o início dos trabalhos que haviam sido encerrados na sessão do dia anterior. O deputado Alex Canziani (PTB/PR) questiona a organização dos documentos, a serem disponibilizados por questão de ordem, e sugeriu a votação do relatório, antes da discussão dos destaques, e então o Presidente solicitou que chegassem até os parlamentares os documentos necessários para o prosseguimento da sessão, por considerar pertinente a votação de tal relatório antes do debate. O deputado Marcos Rogério (DEM/RO) pediu a palavra, e a deputada Seabra Rezende (DEM/RO) concordou com a votação antes do debate, enquanto o deputado Marcos Rogério (DEM/RO) pediu a palavra, discordando da sequência da votação do relatório antes do debate dos destaques. Os parlamentares seguiram num diálogo acalorado sobre a votação do texto do relatório; o debate e a votação dos destaques foi em separado. O Presidente procurou manter a organização quanto ao diálogo e solicitou que todos se posicionem com relação a essa questão. No desenrolar dos argumentos, momento em que os Deputados divergiam sobre votar o relatório e depois dialogar sobre os destaques, o deputado Paulo Freire (PR/SP) solicitou que fossem lidos seus argumentos sobre o voto em separado, e por isso o Presidente solicitou que o deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF) lesse o documento:

“Obrigado, Presidente.

Vamos ao voto em separado do Deputado Paulo Freire.

Está em análise na Comissão Especial do PL 8.035, de 2010, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 8.035, de 2010, de iniciativa do Poder Executivo, aprovado preliminarmente pela Câmara dos Deputados e remetido ao Senado Federal em 25/10/2012, para que aquela Casa exerça o papel de revisora do texto, o qual foi devolvido em 31/12/2013 para análise das emendas ao texto então propostas (...)

O projeto que tramita em Comissão Especial foi submetido ao crivo de outras Comissões na Câmara (...)

Das diversas análises realizadas sobre o texto, o Sr. Relator apresentou proposta de substitutivo ao projeto de lei, que, por sua vez, recebeu outras tantas centenas de emendas, sendo ao final aprovado e remetido à Casa Revisora, a qual após profunda dilação meritória com ampla participação dos legisladores do Senado, apresentou emenda substitutiva ao texto recebido da Câmara (...)

DA ANÁLISE

Muitos esforços foram empreendidos por diversos setores para que se fizesse um maior avanço no Plano, especialmente quanto aos investimentos necessários à consecução de tamanho desafio imposto ao futuro das gerações vindouras.

Ao nosso sentir, o texto originário da Câmara bem como parte das emendas apresentadas pelo Senado guardam aspectos relevantes que devem ser somados para que seja alcançado o melhor projeto com as mais dignas e efetivas finalidades. Desse modo, parte de ambas as proposições deve ser chancelada pelo Parlamento, resguardando-se interesses dignos de tutela e persecução estatal.

Quanto ao mérito um aspecto especial nos chama a atenção e causa profundo acautelamento, qual seja, a agenda de gênero e a deliberada promoção de aspectos ideológicos por meio dos preceitos estatais.

O País tem vivido um constante ataque aos princípios norteadores da família, da liberdade de convicção e exercício de liberdades públicas, pois sob o pretexto de valorizar minorias sistemicamente marginalizadas, grupos articulados criam um verdadeiro açodamento na consciência civil, com discurso intransigente, linguagem chula e debates violentamente promovidos com vistas a suplantarem quaisquer posições divergentes. A política de gênero sob o manto da diversidade e realização dos interesses da minoria propõe insistentemente uma verdadeira ditadura influenciativa, que quer impor seus valores a todo custo, em todos os extratos sociais, com especial modo de agir sobre a infância.

O Estado laicista passa pela ideia de um Estado tolerante e protetor das mais diversas formas de expressão do pensamento e objeção de consciência, e este não pode coadunar com uma política ideologicamente vocacionada à desconstrução de valores consagrados no âmbito da privacidade familiar, impondo a todo o custo valores de um grupo que rechaça a autonomia pessoal de escolher quais convicções adotar.

Querem fazer do Estado uma máquina de promoção de valores minoritários, levantando a bandeira da opção sexual, identidade de gênero, entre outros conceitos nem um pouco inofensivos, os quais carregam uma alta carga ideológica de desconstrução da heteronormatividade.

Falam em liberdade, mas a conceituam como uma obrigatoriedade de se alinhar exclusivamente aos interesses e vocações pessoais daquelas categorias, à revelia de qualquer debate ou posição pessoal. Não abrem a possibilidade de contraditório. Querem elevar a questão de gênero a um patamar de indiscutibilidade, por meio de iniciativas tênues de articulação que fazem vergar todas as opiniões ou oposições, usando o Estado como ferramenta pessoal, calando qualquer voz que lhes ouse dissentir.

Agendas como essas fragilizam a laicidade estatal, pois negam a proteção à opinião e impõem uma regra de consciência a ser seguida em nome da lei, obstando qualquer objeção, trazendo para as escolas o culto de uma ideologia que nega a possibilidade de a família pautar os valores éticos-morais aos seus tutelados. Um Estado como entidade maior de salvaguarda dos interesses civis não pode adotar medidas interventivas que desestabilizem a entidade familiar (...).

O Estado não pode adotar uma ou outra ideologia, a ele requer-se uma postura equidistante de altivez, que não viole a consciência das pessoas, ditando normas de caráter, em especial às crianças e adolescentes que guardam uma peculiar condição de pessoas em desenvolvimento. Vale citar trecho de valioso texto da lavra do Procurador Regional da República (...).

Aqui ele descreve. Eu vou pular.

O que se deseja do Estado é o respeito à diversidade, e não a imposição do padrão comportamental que deverá ser seguido, violando a intimidade das pessoas, suprimindo a multiplicidade de pensamento, de consciência e credo. (...)

Nesse ponto cabe esclarecer que as citadas expressões de 'gênero' ou 'orientação sexual' guardam uma ideologia que procura eliminar a ideia de que os seres humanos se dividem em dois sexos. Esta corrente ideológica busca afirmar que as diferenças entre homem e mulher, além das evidentes implicações anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa, mas são produtos de uma cultura, de um país ou de uma época, assim, as 'feministas de gênero' insistem na necessidade de 'desconstruir' a família, o matrimônio e a maternidade como algo

natural, deste modo, fomentam um 'estilo de vida' que incentiva a homossexualidade, o lesbianismo e todas as demais formas de sexualidade fora do matrimônio. (Manifestação na plateia.)

É patente que o propósito dos promotores da 'perspectiva de gênero'...

Presidente, vou ser prejudicado no meu tempo.

O Presidente esclareceu que o tempo seria mantido e prosseguiu o Deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF):

"(...)

Ora, Senhores, como admitir que termos que, segundo seus próprios adeptos, estão em 'constante ressignificação', venham compor o ordenamento jurídico pátrio como meio de implementar políticas públicas educacionais. É sem dúvida uma frontal revogação da taxatividade e abstração legal que orienta a produção legislativa, o que permitirá múltiplas ampliações de sentido, estabelecendo uma completa insegurança jurídica, dando margem à doutrinação de crianças e adolescentes sem possibilidade de objeção da família, à qual de fato cumpre o papel de orientar e escolher os caminhos filosóficos e ideológicos de seus pupilos.

Nesse sentido à terminologia gênero e orientação sexual é preferível a redação do Senado, por ser mais abrangente quanto à conscientização de se evitar discriminação de qualquer tipo, sem cair nos particularismos que são mais de cunho ideológico do que propriamente de direito humano.

Portanto, os termos empregados para designar as categorias de pessoas submetidas aos avanços e diretrizes do PLC implicam terminologia imprecisa, ambígua, de forte conteúdo ideológico, passíveis de indesejados e ilegais alargamentos no âmbito de sua incidência e manipulação, reveladores de inconsistência e insegurança jurídica, fatos que são inadmissíveis na definição de preceitos legais. Desse modo, cremos que o texto proposto ao art. 2º, inciso III, do projeto de lei, e a estratégia 3.13 do anexo, consignados na redação do substitutivo do Senado, devem prevalecer sobre a emenda do eminente relator, pois encampa genericamente todos os tipos de discriminações e preconceitos que podem vitimar as pessoas, sem adotar conteúdo ideológico ou filosófico que ensejaria odioso espaço normativo para ideologização que perturbe o desenvolvimento familiar de crianças e adolescentes.

Portanto, concluo, Sr. Presidente:

III - Conclusão

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do parecer final do eminente relator do PLC, mas com o devido acatamento parcial da emenda proposta pelo Senado, na condição de casa revisora, especificamente na aprovação dos termos do Art. 2º, inciso III, do projeto de lei, e da redação prevista na estratégia 3.13 do anexo, esta em substituição da redação constantes da estratégia 3.12 do texto aprovado na Câmara.

Este é o relatório, Sr. Presidente. (Manifestação na plateia.)

O Presidente prosseguiu após a leitura do Deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF). E ainda argumentou:

Obrigado, Deputado.

A minha avaliação... (Manifestação na plateia. Pausa.)

Peço silêncio, por favor. (Manifestação na plateia. Pausa.)

Eu queria, neste momento, manifestar a minha opinião, na prerrogativa de Presidente e de forma definitiva.

Esse voto em separado é uma manifestação formal de defesa da posição de modificação do art. 2º. Então, ele é específico. Ele vai estar à disposição de todos para ser apreciado no momento devido ou para ser até fruto de debate, no momento em que o destaque for apresentado. Nesse sentido, esse voto não traz prejuízo - e essa foi a consulta do Deputado Marcos Rogério - à votação do texto.

Deputado Marcos Rogério, respondo a V.Exa.

Feito esse arrazoado, o voto em separado assinado pelo Deputado Paulo Freire e lido pelo Deputado Ronaldo Fonseca não traz prejuízo - e essa é a sua consulta - à votação do corpo do texto, ressalvados os destaques.

Assim sendo, prossigo conforme regimentalmente previsto e acordado, no final dos trabalhos de ontem, como bem lembrado pela Deputada Fátima no início dos trabalhos de hoje.

Antes de submeter à votação o texto principal, sem prejuízo dos destaques, eu queria lembrar àqueles que fizeram destaques...

Peço a atenção de todos. Nós temos nove destaques, dos 26 que foram feitos, de autoria dos Deputados Professora Dorinha Seabra Rezende, Marcos Rogério, Beto Albuquerque, Ivan Valente e Rubens Santiago.

Enquanto nós procedermos à votação do corpo do texto, eu gostaria que V.Exas. apreciassem se o texto final complementar do Relator compromete ou não os destaques que V.Exas. apresentaram. Se não, no momento oportuno - após a votação do corpo do texto, não agora -, nós vamos fazer essa consulta novamente, para fins de finalizar o texto.

Assim sendo, submeto o texto à votação. Essa votação poderá ser nominal, se alguém solicitar, mas ela é, inicialmente, por posição em Mesa.

Os Deputados e as Deputadas... Por favor! (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Glauber”.

O deputado Glauber Rocha (PSOL/RJ) solicitou o direito à fala, declarando sua intenção de orientar sua bancada quanto ao voto. O Presidente considerou importante essa orientação e acrescentou:

“Pois bem, nós vamos submeter à votação o texto principal do parecer do Deputado Angelo Vanhoni, sem prejuízo dos destaques, que serão debatidos e votados na sequência da nossa reunião.

Assim sendo, como procedimento nós vamos conceder a palavra a dois Deputados por 5 minutos. A primeira palavra será dada ao Relator, a segunda àquele que quiser manifestar-se contra. Posteriormente, concederei a palavra a mais dois oradores, sendo um contra e um a favor.

Então, pela sequência, vou começar concedendo a palavra do Relator, seguido de um orador para o contraditório. Na sequência, virá uma terceira manifestação, semelhante à do Relator, e uma quarta manifestação contraditória.

Quem se inscreve para fazer os dois contraditórios e o voto acoplado ao do Relator? (Pausa.)

Quem se inscreve para, a exemplo do Relator, fazer um voto em apoio ao parecer? (Pausa) O Deputado Nilton se manifestou primeiro.

Quem se inscreve para fazer manifestação contrária ao corpo do texto do parecer? (Pausa.) O Deputado Pastor Eurico”.

Seguiu com a palavra o deputado Glauber Rocha (PSOL/RJ), mencionando que aquele seria o momento dos Deputados orientarem suas bancadas. O Presidente também pontuou que o momento ao qual o Deputado Glauber Rocha (PSOL/RJ) se referiu foi acerca de orientação partidária, espaço de tempo previsto no regimento da Câmara dos Deputados. O deputado Alex Canziani (PTB/PR) alertou aos parlamentares sobre o cumprimento do horário da sessão, pois já estavam com quase duas horas de reunião. O deputado Alex Canziani (PTB/PR) afirmou:

“Sr. Presidente, faltam 10 minutos para as 16 horas. Eu gostaria de sugerir que todos aqueles que pediram para se inscrever para falar contra ou a favor do relatório abram mão da palavra e se manifestem no momento da orientação das suas bancadas, para que nós não

venhamos a ter novamente a interrupção dos trabalhos em função da Ordem do Dia.(Palmas.)

Cada bancada vai poder se manifestar. Todo o mundo conhece o relatório, todo o mundo conhece agora o próprio voto em separado. Em homenagem ao Brasil, que aguarda tanto tempo que nós aprovemos esse PNE, vamos aprovar o PNE, e, na orientação, cada bancada fala ou a favor do relatório do Deputado Angelo Vanhoni ou a favor do voto em separado do Deputado Paulo Freire”.

O Presidente prosseguiu, esclarecendo:

“Considerando que essa manifestação é individual por parte daqueles que se inscreveram, eu consulto ao Deputado Newton Lima e ao Deputado Pastor Eurico sobre se abrem mão das suas manifestações”.

O deputado Newton Lima (PT/SP) afirmou que abriria mão, caso todos concordassem em seguir o processo. Após essas colocações, o deputado Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) solicitou a palavra, mas, por questão de ordem, palavra já havia sido concedida ao deputado Pastor Eurico (PHC/PE) que se posicionou afirmando que não abriria mão do seu pronunciamento. O deputado Marco Feliciano (PSC/SP) pontuou que havia requerimentos na mesa do Presidente, e que ainda não haviam sido lidos. O Presidente prosseguiu:

“Requerimento assinado pelo Deputado Pastor Marco Feliciano:

Nos termos do art. 186, inciso II, do Regimento Interno, requero a V.Exa. a realização de processo nominal para a votação do parecer do Relator ao PL nº 8.035/2010, item único da pauta.

Para encaminhar o requerimento, tem a palavra o Deputado Pastor Marco Feliciano.

Nós vamos submeter a manifestação do Deputado Pastor Marco ao contraditório e procederemos à votação”.

O deputado Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) afirmou:

“Sr. Presidente, eu só quero que fique registrado nos Anais da Casa a votação de cada Parlamentar, aquilo que cada um pensa e representa”.

Na sequência, o Presidente questiona os Parlamentares se mais alguém desejaria falar e coloca em votação o requerimento do deputado pastor Marco Feliciano (PSC/SP):

Em votação o requerimento do Deputado Pastor Marco Feliciano para que a votação do parecer do Relator seja feita nominalmente.

Todos estão de acordo? (Pausa.)

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O voto será nominal. (Manifestação na plateia.)

Visto que o Deputado Pastor Eurico não abriu mão da sua manifestação, e o Deputado Newton Lima, em função disso, deixa de abrir da sua, tem a palavra o Relator, para sua manifestação. Em seguida falarão os outros Deputados.

Deputado Angelo Vanhoni, V.Exa. tem a palavra por 5 minutos, com certeza, com a atenção preciosa de todos”.

O Relator tomou a palavra e prosseguiu, fazendo uma síntese do documento a ser votado:

“Srs. Deputados, o Plano Nacional de Educação, que teve a sua discussão pelas diversas organizações da sociedade brasileira vinculadas ao processo educacional iniciada no ano de 2010, tendo sido o texto consolidado com os princípios, diretrizes, metas e diagnósticos enviado posteriormente pelo Governo brasileiro, através do Ministério da Educação, à Câmara dos Deputados - que, no mês de abril de 2011, começou a analisar a matéria na Comissão Especial -, está montado sobre dois eixos principais.

Eles não se distinguem pela temporalidade, mas, apenas para nós entendermos, o primeiro eixo visa incluir na escola as crianças e os jovens que estão fora do sistema educacional brasileiro; o segundo visa fazer com que o sistema nacional de educação tenha qualidade, isto é, atinja as suas metas, atinja a sua finalidade, que é fazer com que as crianças e os jovens de todo o Brasil possam ter a capacidade de aprender, de ler, de raciocinar, de pensar a respeito da vida e da sociedade.

O PNE tem 14 diretrizes, artigos que orientam, do ponto de vista geral, como a educação deve funcionar em nosso País. Essas diretrizes se desdobram em 20 metas muito claras, de fácil entendimento pela população do nosso País. E essas 20 metas estão distribuídas sobre esses dois princípios, o da inclusão, porque nós temos ainda milhares de crianças fora da escola - só na creche, na educação infantil de zero a 3 anos, são aproximadamente 11 milhões de crianças não atendidas do ponto de vista educacional -, e o da qualidade.

É sempre bom lembrarmos que até há pouco tempo - não faz muito tempo! - ainda se tinha a concepção de que cuidar das crianças de zero a 3 anos nas creches era uma atividade que deveria ser atendida pelo Ministério da Assistência Social. As crianças de zero a 3 anos não eram ainda reconhecidas como sujeitos que deveriam ser atendidos por um processo educativo aos cuidados do Ministério da Educação.

Na educação infantil, é bom lembrarmos que em 2009 houve uma mudança. Do ponto de vista da Constituição, a obrigatoriedade de início do processo educacional não é mais a partir dos 6 anos, com término aos 14 anos de idade, porque houve uma mudança constitucional que teve uma repercussão imensa no sistema educacional brasileiro.

A partir de 2016, as crianças a partir de 4 anos de idade deverão estar frequentando uma escola de educação infantil. Isso impõe um desafio para o Brasil. Nós sabemos que perto de 1 milhão e meio de crianças nessa idade estão fora da escola, em todo o território nacional.

Ainda sobre a inclusão, outro grande desafio do nosso Plano Nacional e do sistema educacional brasileiro diz respeito ao ensino médio. Aí talvez resida um dos grandes e graves problemas da educação no nosso País. São perto de 9 milhões de estudantes, jovens entre 14 e 17 anos de idade.

Até hoje, no Brasil, o sistema do ensino médio prepara o jovem para ter uma formação, do ponto de vista do ensino, com uma visão geral. O mundo mudou, as transformações acontecem de forma acelerada na vida, e hoje o jovem, quando completa o ensino médio, aos 17 anos de idade, não está preparado para enfrentar os desafios da vida. Isto é, se tiver que entrar no mercado de trabalho, se tiver que decidir algo para realizar os seus sonhos enquanto cidadão, ele não tem nenhuma profissão, não tem nenhum saber que o qualifique. Ele entra no mercado de trabalho disputando aquilo que nós sabemos que é o salário mínimo, que ainda não atende às necessidades de uma pessoa ou de uma família de quatro pessoas.

O Plano Nacional tenta enfrentar esse grande desafio do ensino médio, trazendo a possibilidade de que pelo menos 30% dos estudantes do ensino médio estejam em escola profissionalizante pública.

O ensino superior é outro grave problema no País. O Brasil forma hoje 12 mil doutores por ano. A China, os Estados Unidos e a Índia formam 180 mil doutores por ano. A base científica de uma nação está na sua formação de doutores, para desenvolver ciência, para desenvolver inovação, para desenvolver tecnologia, para gerar renda, para que o Brasil tenha uma economia sustentável e possa trazer felicidade a seu povo. Isso se dá com desenvolvimento técnico-científico.

Por isso, o Brasil tem uma meta para ampliar o ensino superior, ampliar a formação de mestres e doutores, para que o nosso País, no

futuro, seja uma nação desenvolvida e realize a finalidade que a educação deve ter para todo cidadão, para todo ser humano.

Nesse sentido, eu acho que o Plano, com a aplicação dos 10% do PIB, que já foram aprovados na Câmara, em investimentos para a educação pública em nosso País... Isso já foi aprovado na primeira tramitação da proposta na Câmara dos Deputados, em 2012, e volta agora para este plenário, para ser reafirmado.

Eu tenho certeza de que com esse meta que define os 10% do PIB em investimentos na educação e com essas estratégias e metas que nós temos no Plano Nacional o Brasil será um país diferente daqui a 10 anos. E, sobretudo, a escola será diferente, porque os professores serão bem remunerados, as crianças estarão dentro da escola, a aprendizagem será diferente.

Inúmeras metas falam na qualidade da educação, mas eu preciso destacar duas para concluir o meu pedido de aprovação deste relatório. A primeira meta refere-se à educação integral. Nós estamos estabelecendo que, em 10 anos, em 2024, dos 30 mil jovens e crianças que estão no ensino fundamental brasileiro, pelo menos um terço esteja em educação integral, em todo o território nacional.

A segunda meta, do ponto de vista de trazer qualidade para a educação brasileira, nós vamos atingir em breve. Não há processo educacional em nenhuma cidade, em nenhum país do planeta que não tenha mudado a estrutura educacional, se não tiver mudado a condição do magistério. E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos ultrapassar o que os países do Primeiro Mundo já fizeram em educação. E se nós queremos isso, nós temos que valorizar o magistério brasileiro. Não é possível mais que os professores continuem com o piso salarial na ordem de 1.600 reais para uma jornada de 40 horas, havendo ainda Estados e Municípios que não pagam esse piso salarial em nosso País.

Nós queremos terminar 2024 com a certeza de que, na educação brasileira, todas as crianças estarão estudando em uma escola com biblioteca, com professor, com merenda escolar, com acesso e com professores entusiasmados para dar uma boa aula e fazer com que as nossas crianças, a juventude brasileira, despertem de forma amorosa para a construção do conhecimento de si, da sociedade e do nosso País. Assim, eu peço o voto para a aprovação deste relatório, que dialoga com o conjunto da sociedade e aponta para o Brasil se desenvolver, mas com o vértice na educação, com a educação e o conhecimento

fazendo a sustentação do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento humano do nosso País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O Presidente, deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES), concedeu a palavra ao deputado Pastor Eurico (PHC/PE):

“Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a deferência.

Eu gostaria de deixar algo bem claro, até porque parece que nós estamos aqui em oposição à educação no Brasil. Em nenhum momento somos opositores à evolução, ao crescimento. Em nenhum momento estaríamos aqui questionando na íntegra o parecer do nobre Relator, a forma como ele trabalhou. Ao contrário, tenho que parabenizá-lo pela competência, parabenizá-lo por estar trazendo para o Brasil esse grande presente. E nós nos somamos a isso. Quero parabenizá-lo também por ouvir ontem algumas colocações aqui e hoje já trazer alguns resultados diferentes do seu relatório anterior, acatando algumas sugestões.

Mas, nobre Relator, o que nos deixa preocupados - e por isso fiz questão de não abrir mão de minha fala - é que não podemos viver em meio a um jogo que está sendo feito aqui, onde picham os religiosos deste País de contrários à evolução do Brasil. Nós não aceitamos isso. Como cidadãos, respeitamos e exigimos respeito. V.Exa. foi testemunha ontem da forma baixa, arbitrária, como fui tachado aqui por alguém no plenário. Hoje já ouvimos insultos aqui de Deputados que ferem a ética e os princípios desta legislatura. Respeitamos seus posicionamentos.

Hoje nós temos em um encarte do Jornal da Câmara - e talvez V.Exa. não tenha tido acesso à matéria pela manhã - que parece estar na contramão do que defendemos aqui, porque o próprio encarte traz em seu bojo...

Está aqui no Jornal da Câmara a participação popular, a forma como o Brasil está acompanhando a Câmara dos Deputados. E, por incrível que pareça, o PNE está sendo acompanhado de uma forma muito especial pelos brasileiros.

O encarte mostra aqui um detalhe:

O destaque para igualdade de gênero e de orientação sexual no PNE gerou um grande volume de ligações para o Disque-Câmara em março. Uma em cada cinco pessoas que ligaram para falar sobre as proposições em tramitação na Casa (21%) citaram o projeto do PNE e 99% delas pediram a rejeição do polêmico artigo. (Manifestação na plateia.)

Sr. Relator...”

O Presidente advertiu que o deputado tinha ainda um minuto e meio de fala. Então o deputado pastor Eurico (PHC/PE) prosseguiu:

“Sr. Relator, nobre Presidente, nós não estamos... nós não estamos... (Manifestação na plateia.)”

O Presidente esclareceu que estava garantida a palavra ao deputado pastor Eurico (PHC/PE), que assim prosseguiu:

“Nós não estamos contra o PNE. Somos a favor dele e agradecemos e parabenizamos, como já disse, o trabalho do Relator. Mas aqui, Sr. Relator, há um posicionamento que fere aquilo que nós chamamos de educação.

O que é que tem a ver a identidade de gênero com a questão do PNE? Isso foi colocado na tentativa de fazer prevalecer ideologias ativistas no Brasil. E nós não somos a favor disso. (Manifestação na plateia.)

Respeitamos...”

Porém, interveio o Presidente:

“A palavra está garantida ao orador. (Manifestação na plateia. Pausa.)

Deputado Pastor Eurico, V.Exa. tem 1 minuto e meio para as suas considerações finais”.

O deputado pastor Eurico (PHC/PE) retomou sua fala:

“Eu agradeço a V.Exa. Devo ter parado uns 3 minutos, mas agradeço. Um minuto e meio é importante.

Sr. Presidente, nobre Relator, parece que essas pessoas que estão defendendo isso não sabem ainda a originalidade do termo igualdade de gênero. Sabem isso alguns países que o adotaram. Procurem ver o que está acontecendo hoje, principalmente, na Suécia”.

O Presidente informou que o Deputado tinha ainda um minuto de fala.

Então o deputado Pastor Eurico (PHC/PE) continuou:

“A desvalorização do ser humano, como homem, como mulher, e até da família. (Manifestação na plateia.)

Isso desqualifica aquilo que é homem, aquilo que é mulher. Respeitamos cada pessoa. Cada um segue o caminho que quer, mas não aceitamos que dentro do Plano Nacional de Educação... (Manifestação na plateia. Pausa.)”

O deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES), Presidente, se pronunciou mais uma vez:

“Eu gostaria que os senhores se manifestassem após a fala do Deputado, porque cada tempo que vocês tirarem dele eu tenho que repor em igual tamanho.

Deputado, V.Exa. tem 1 minuto completo para fazer sua manifestação final”.

Continuou o deputado pastor Eurico (PHC/PE):

“Sr. Presidente, é um direito nosso, como cidadãos, nós nos pronunciarmos e aceitarmos ou não o parecer. E esta é uma Casa democrática. Claro, vamos votar aqui. E espero que seja respeitada a defesa que tiver maior votação. Nós respeitaremos. Não somos daqueles que vão sair revoltados, esculhambando tudo com palavras de baixo nível. Não! Eu acho que aqui devemos ter ética, Sr. Presidente.

Agradeço a V.Exa. a tolerância. (Manifestação na plateia.)”

O Presidente retomou a palavra e concedeu-a ao deputado Newton Lima (PT/SP). Entretanto, houve um momento de manifestações na plateia e o parlamentar fez a seguinte observação:

“Por favor, sem tirar a alegria e o brilho das manifestações, eu queria dizer às senhoras e aos senhores que, na hora em que a luz amarela acender aqui, eu tenho que interromper a sessão. Portanto, o que não for votado até então não será votado hoje. Por isso, eu gostaria de acelerar a votação do corpo do texto. Nós vamos ouvir o Deputado Newton Lima fazer suas considerações, conforme previsto regimentalmente”.

Então o deputado Newton Lima (PT/SP) prosseguiu com a palavra. Elogiou a condução dos trabalhos, a abertura do diálogo na elaboração do PNE, mas foi interrompido mais uma vez pelas manifestações da plateia, momento em que o presidente interveio, garantindo seu tempo de fala, e salientou:

“Eu quero me permitir fazer uma análise, se me permite, Sr. Relator, Deputado Angelo Vanhoni, da maior virtude que eu encontro, como educador, no texto de V.Exa. Refiro-me exatamente à consignação de valores que não podem jamais ser esquecidos. V.Exa. se apoia em dois documentos históricos, a Constituição do Brasil e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, para consignar um relatório de um Plano Nacional de Educação que garanta aquilo que todos nós queremos: o fim da opressão e da intolerância e a instalação da cultura de paz.

Eu quero, ao me referir a isso, dar concretude ao que estou falando. Do texto final que vai a voto - eu espero e peço aos meus colegas que aprovemos o seu relatório na íntegra, ressaltados os destaques apartados -, eu quero me referir - e peço a atenção da sociedade - a dois dos aspectos fundamentais que estão consignados como ideário no

documento que V.Exa. nos apresenta à consideração, ambos na direção de defender valores e de colocar pedagogicamente quais setores da sociedade foram, durante cinco séculos de Brasil, discriminados, oprimidos e rebaixados na sua condição social. (Palmas.)

Por isso, apoio-me, fundamentalmente, na reeleitura - que V.Exa. certamente considerou - da Constituição brasileira, no seu art. 2º, em que, a partir do preâmbulo, deixando claramente os valores cristãos sob a proteção de Deus, garante a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Mais do que isso, como a nossa Constituição Cidadã foi feita depois de anos de chumbo e de estado de opressão, ela se apoia na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, mais uma vez, não se contenta apenas em combater a discriminação, mas explicitar aquilo que é fundamental. E o texto de V.Exa. pedagogicamente resgata, em todos os seus aspectos, o que diz respeito ao art. 2º da Declaração Universal, que eu faço questão de ler novamente:

Artigo II - Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

V.Exa. fez um Plano Nacional de Educação cidadão. Parabéns, Deputado Angelo Vanhoni. (Manifestação na plateia. Palmas.)”

O Presidente solicitou que fosse encaminhado o processo de votação do texto do relator. A deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) fez uma colocação:

“Sr. Presidente, eu ouvi, de maneira detida, as opiniões a favor e contra. Parece-me que há ainda uma opinião contra a ser realizada, mas...”

O Presidente esclareceu que lhe parecia que não havia contrariedades, mas se a deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) quisesse se manifestar, aquele seria o momento. A Deputada se pronunciou:

Na primeira defesa contrária ao relatório do Deputado Angelo Vanhoni, ressaltados os destaques, eu não vi nada que contrariasse o conjunto do texto. Então, nós precisamos ter clareza de que as defesas contrárias ao texto são defesas apenas a favor do destaque do art. 2º ou de que irão votar integralmente contra o texto que prevê os 10% do PIB, a garantia da inclusão no nível fundamental, etc. É uma informação que nós precisamos ter para votação.

Obrigada.”

O Presidente esclareceu que a ressalva assim permaneceria. O deputado Espiridião Amin (PP/SC) respondeu para a deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) de forma metafórica, e a Deputada disse ao deputado Espiridião Amin (PP/SC) que seu questionamento havia sido feito para o Presidente.

Essa sessão prosseguiu com o diálogo a respeito da votação do texto, e depois o debate deu-se em separado dos destaques, pois haviam questões regimentais que precisavam ser esclarecidas e respeitadas quanto às decisões tomadas. Os Parlamentares opinaram de acordo com a orientação de seus partidos. Porém, em vista do início da Ordem do dia, a reunião foi suspensa pelo Presidente por um prazo de duas horas para o comunicado da próxima reunião.

Terceira cena: 48ª Reunião Ordinária da Comissão Especial, Sessão 0387/14, de 22 de abril de 2014, com duração de 3h e 32’.

Já na abertura da reunião, feita pelo Presidente, ocorreram manifestações nas galerias. O Presidente inquiriu os parlamentares sobre a leitura da ata da reunião anterior, e o deputado Pastor Eurico (PHC/PE) solicitou a leitura dessa ata. O deputado Angelo Vanhoni (PT/PR), relator, realizou a leitura da ata que em seguida foi posta em discussão pelo Presidente. O deputado pastor Eurico (PHC/PE) solicitou a palavra e questionou a ata:

Questão de consulta.

Nas palavras que proferi e que não constaram da Ata, eu citei um encarte que havia no Jornal da Câmara, que não foram citadas ali. Por que estou fazendo este questionamento? Porque apareceram reportagens de um dos Deputados aqui presentes nos acusando de que aquilo foi manobra da bancada evangélica, de que aquele encarte foi alguma coisa arquitetada por nós.

Isso nunca existiu. Ali estava um jornal normal da Câmara. Nós fomos até surpreendidos com aquela pesquisa, mas, de repente, apareceram esses comentários. Então, isso nós não aceitamos porque são os telefonemas oficiais que aconteceram aqui na Casa, e este PNE foi o mais discutido.

Deixo bem claro que o nosso posicionamento foi a favor do PNE: educação em primeiro lugar. Não estamos contra isso. O nosso objetivo, a nossa luta foi exatamente em relação a só um dos pontos aí.

Nós somos favoráveis à questão da educação. Discutimos a questão de gênero. Essa foi a única colocação que fizemos.

Então, eu gostaria de saber se tem que constar ou não, porque aí vou ter que ver os caminhos.

(Manifestação das galerias. A nossa luta é todo dia! Contra o machismo, racismo e homofobia!)

O Presidente esclareceu ao Parlamentar que a ata deveria ser sucinta e a informação solicitada constava em áudio, bem como a ressalva feita a ata da reunião anterior, constaria na ata desta Sessão e prosseguiu, após a aprovação da ata em plenária, com informações de expediente e apresentação da ordem do dia:

Tenho o registro de que o Deputado Severino Ninho se desligou da Comissão. Ele era suplente no mandato. Ao sair do mandato, ele sai automaticamente da Comissão. Em relação a seu nome, não foi feita nenhuma indicação.

Tenho o registro também de que, embora não tenhamos ainda recebido a indicação formal do Deputado Jair Bolsonaro, ele consta da folha de votação, conforme orientação do seu partido, mas ainda precisamos da indicação formal.

(Manifestação das galerias.)

Ordem do Dia.

Na reunião anterior, realizada em 9 de abril de 2014, foi apresentada Complementação de Voto pelo Deputado Angelo Vanhoni e declarado o encerramento de prazo para habilitação dos destaques. O processo de votação foi interrompido pelo início da Ordem do Dia no plenário.

Dando prosseguimento, passemos à apreciação da pauta constante da Ordem do Dia, que prevê: votação do Parecer, com Complementação de Voto, à seguinte proposição, sujeita à apreciação do plenário: Substitutivo do Senado Federal ao PL nº 8.035-B/10, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Nós temos, então, conforme combinado e interrompido na última sessão, face o horário de plenário da Ordem do Dia, a votação, o encaminhamento, a orientação de lideranças e a votação do texto principal do PNE, o texto do Substitutivo, o texto cujo corpo nós vamos votar, sem prejuízo dos destaques.

Assim sendo, nós vamos iniciar o processo de encaminhamento de votação do Parecer do texto principal do PNE.

Dessa forma, passo a palavra, em primeiro lugar, ao Relator, se assim o desejar, para encaminhar a votação do texto principal a ser votado”.

O deputado Angelo Vanhoni (PT/PR) explicou que sua fala seria breve e solicitou voto favorável dos parlamentares ao texto do PNE, com ressalvas aos destaques. O Presidente retomou a palavra e explicou que a sessão teria dois momentos antes da votação: um seria de encaminhamento por parte dos parlamentares e o outro seria para orientação da bancada. Esse segundo momento poderia ser conduzido apenas pelos líderes de bancada. A deputada Fátima Bezerra (PT/RN) propôs que os colegas declinassem, naquele momento, da orientação de bancada, mesmo assim, o Presidente abriu para decisão em plenária. O deputado Ivan Valente (PSOL/SP) comunicou que não abriria mão da orientação de bancada e após condução do Presidente, conferindo-lhe a fala, iniciou suas colocações que versaram de forma geral sobre a elaboração do PNE e depois se posicionou em relação às alterações feitas pelo Senado:

“No Senado houve um imenso retrocesso, a começar por questões que tratavam de questões alheias ao texto.

Concordo integralmente com o Relator naquilo em que manifesta a posição de total liberdade no texto. A educação precisa de liberdade; liberdade contra qualquer tipo de preconceito. Nisso nós temos total concordância com V.Exa., Sr. Relator. E V.Exa. se compromete a manter o texto”.

Após a fala do deputado Ivan Valente (PSOL/SP) o Presidente comunicou:

“Acaba de chegar a esta mesa o encaminhamento do Presidente Henrique Eduardo Alves, em ofício da Presidência, com a indicação confirmada do Deputado Jair Bolsonaro no lugar do nosso Waldir Maranhão. (Manifestação das galerias.)”

O Presidente novamente questiona os Parlamentares sobre seus encaminhamentos. Deputado Marcos Rogério (DEM/RO) solicita fazer um encaminhamento, mas o Presidente esclareceu que a fala estava com Deputado Paulo Freire que fez a seguinte alusão a temática foco deste estudo:

“Presidente, eu quero encaminhar pelo PR. Sr. Presidente, eu sou, logicamente, a favor de uma melhor qualidade para a educação, a favor dos 10% do PIB para educação, maiores recursos para educação. Porém, Sr. Presidente, introduzir a ideologia de gênero na educação nós somos contra. Por isso a nossa orientação é não, Sr. Presidente.

Eu tenho um voto em separado e gostaria de ter esta informação: se o meu voto em separado entra como voto em separado ou se ele entra como destaque”.

O deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES) esclareceu que o voto em separado era apenas uma manifestação individual, conforme já havia sido esclarecida na reunião anterior a esta. Seguiu com a palavra o deputado Marcos Rogério (DEM/RO), fazendo alusão à importância de o texto ser votado e depois serem debatidos os destaques. Ainda justificou que seu partido votaria favorável ao texto principal, com ressalvas para os. Na sequência, o deputado Ivan Valente (PSOL/SP) comunicou que os membros do seu partido, PSOL, consideravam que seria impossível viabilizar as 20 metas propostas no PNE, e por isso votariam contra. O deputado Antonio Bulhões (PRB/SP) apresentou o voto do seu partido, PRB, cujos militantes eram favoráveis ao texto, ressalvados os destaques. O deputado Alex Canziani (PTB/PR); PTB, votou com o Relator e apontou que os correligionários do seu partido analisariam os destaques posteriormente. O Deputado Marcos Rogério (DEM/RO) comunicou que os membros do PDT votariam favoravelmente ao texto. O deputado Glauber Rocha, PSB, votou com o relator pelo texto principal. O deputado Paulo Freire, PR, afirmou que os colegas do seu partido votariam em favor do texto do relator, mas que ele pessoalmente votaria contra. A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), argumentou que os Democratas votariam com o relator, sem prejuízo para os destaques. O Presidente inquiriu como votaria o PP e o deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ) esclareceu que estava chegando naquele momento e gostaria de discutir os destaques. Dessa forma, manifestou-se votando contra o texto do relator. O deputado Eduardo Barbosa, PSDB, encaminhou seu voto favorável ao relator. O PMDB, segundo o deputado Gastão Vieira, votou com o Relator. O PT, representado pela deputada Fátima Bezerra (PT/RN), votou com o relator, e a Deputada mencionou em sua fala a disputa foco da investigação e também fez alusão à participação dos movimentos sociais na elaboração do PNE: *“Quero, em especial, Deputado Vanhoni, destacar, primeiro, a iniciativa que S.Exa. teve de manter, sim, o artigo que trata da superação das desigualdades com promoção na questão da defesa de gênero, de orientação sexual, racial e etc”.*

O deputado Alex Canziani (PTB/PR) posicionou-se como líder do Governo, votando favoravelmente ao texto do relator, porém propôs

outro procedimento para a votação, o que foi negado pelo Presidente da Câmara que prosseguiu com a votação nominal.

Na sequência da votação, foram 20 votos favoráveis e 2 votos contra o texto do relator.

O Presidente esclareceu que, ao ser concluída a fase da votação, passariam para votação dos 18 destaques, iniciando-se pelo primeiro destaque:

“Em votação o Destaque nº 1, da bancada do PSDB, que diz o seguinte: Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 161, inciso I, § 2º, combinado com o art. 117, IX do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, 'destaque para votação em separado do art. 2º, inciso III do substitutivo do Senado Federal constante do parecer do Relator'. Observação: com o objetivo de aprovar o referido texto do substitutivo do Senado Federal. Assinado pelo Deputado Izalci e acompanhado pelo conjunto dos Deputados. Para encaminhar, com a palavra o seu autor, Deputado Izalci”. Deputado Izalci (PSDB/DF) tomou a palavra e prosseguiu:

“Sr. Presidente, esse destaque, o nobre Relator retomou a redação da Câmara, e a redação da Câmara, inciso III do art. 2º diz o seguinte: Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. Na prática, esse texto da Câmara ficou muito restrito, tanto é que o texto do Senado é mais abrangente e compatível inclusive com a Constituição, art. 3º, inciso IV, que diz: V - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Portanto, o destaque é para aprovar o texto do Senado que diz: Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

Esse é o destaque que fazemos. Pedimos o apoio dos Pares para que seja aprovado o texto do Senado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Manifestação da plateia: o movimento unificado está rejeitando a proposta do Senado!)”

O Presidente pediu moderação à platéia quanto às manifestações, e devolveu a palavra novamente ao deputado Izalci (PSDB/DF) que encerrou sua fala. Na continuidade do diálogo, o Presidente esclareceu:

“Informo que têm direito a fazer encaminhamento quatro Deputados. O Deputado Izalci fez o primeiro encaminhamento, e depois teremos a

orientação, que segue o princípio anterior, só para que a gente não se esqueça.

Eu queria informar que junto a este requerimento há os Destaque n^{os} 2, 24, 21, 26, com o mesmo conteúdo. Vou citar os autores, porque, por tê-los feito, querem sua nomeação: Deputados Júnior Coimbra, Marcos Rogério, Pastor Marco Feliciano e Stefano Aguiar, que fizeram destaques à semelhança do destaque do Deputado Izalci.

Portanto, ao votar, qualquer que seja o resultado, o texto apresentado em destaque pelo Deputado Izalci, os outros estarão prejudicados porque já estariam contemplados nessa primeira votação.

Portanto, com a palavra para encaminhamento, o Pastor Eurico”.

A deputada Fátima Bezerra (PT/RN) questionou ao Presidente sobre o encaminhamento da votação e o Presidente respondeu:

“Todos os destaques serão assim: quatro encaminham, depois a orientação de bancada, depois o voto”.

A deputada Margarida Salomão questionou se a sequência da votação seria sempre a mesma ou se, em algum momento, seriam feitas alterações. E novamente a deputada Fátima Bezerra (PT/RN) questionou sobre dois pronunciamentos favoráveis e dois contra, porque deveriam seguir dessa forma. A resposta do Presidente para as Deputadas foi a de que dessa forma, pois tal procedimento seria justo. No prosseguimento da sessão, a palavra foi concedida ao Pastor Eurico (PHC/PE):

“Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos; e quanto ao Relator, já o fiz em outras oportunidades, reconhecendo a eficácia do seu trabalho.

Deixei bem claro aqui o nosso posicionamento concernente à valorização da educação no Brasil. Somamos juntos em prol dessa luta. Em momento algum, somos contrários à melhoria da educação no Brasil. Mas, Sr. Presidente e nobre Relator, vale salientar que, apesar de termos muitas pessoas ostentando a bandeira da laicidade do Estado, que, às vezes, até misturam a realidade dos fatos, até porque a laicidade mostra exatamente a isonomia do Brasil, do País, da Nação concernente à questão religiosa, respeitam-se todas as religiões. Por outro lado, não estamos aqui querendo impor nada, tampouco há uma ditadura religiosa dentro desta Comissão.(Apupos.) O que acontece, Sr. Presidente, nobre Relator, nobres Pares, é que devemos reconhecer que, apesar do País ser laico, nós temos a maioria da população cristã. Por outro lado, Sr. Presidente, somos solidários ao destaque dos nobres companheiros, haja vista que apresentamos, fizemos saber o que

aconteceu aqui a semana passada. A própria população estava ligando para a Câmara dos Deputados e dando seu posicionamento. Nós temos aqui representantes, para que não fique taxado que só os evangélicos - só os evangélicos! Só os evangélicos! - estão com esse posicionamento. Quero aproveitar para destacar a ação de alguns companheiros, principalmente, do Deputado Eros Biondini, que está aqui, digno representante da Igreja Católica, uma pessoa que tem somado e defendido princípios e valores neste Brasil. (Palmas.) Quero destacar aqui a presença de várias representações da Igreja Católica, como também de igrejas evangélicas, neste plenário e no plenário anexo. (Palmas.) Todos nós, Sr. Presidente, somos a favor, já votamos pelo relatório. Simplesmente estamos defendendo a ressalva de um destaque. O que acontece, Sr. Presidente, é que não vemos a razão de um movimento querer introduzir no Plano Nacional de Educação ideologia de gênero. Não vou entrar aqui em detalhes, como já entramos em outra fala, porque iríamos perder o tempo, mas gostaria de dizer que respeitamos as pessoas. A própria Constituição, como foi citada, já dá guarida para isso, e o texto do Senado contempla a todos, independentemente da prática de qualquer pessoa, do segmento de qualquer pessoa, da ideologia de qualquer pessoa. O texto do Senado contempla a todos. Lamento unicamente, respeitando o mérito ou os méritos do nobre Relator, que o texto do Senado não tenha aceitado... O texto do Senado vem para contemplar todas as pessoas, independentemente de qualquer ideólogo.

Então, Sr. Presidente, por esse motivo, nós não somos a favor que seja introduzida no Plano Nacional de Educação a ideologia de gênero. Que seja exatamente como está no texto do Senado. (Manifestação na plateia.)”

Prosseguiu o deputado pastor Eurico (PHC/PE):

“Sr. Presidente, retome o meu tempo, por favor. Nós votamos sim ao destaque e gostaríamos de deixar bem claro que fizemos uma colocação aqui, na reunião antepassada, mostrando de onde se origina esse texto. E vou dizer uma coisa aqui para deixar registrado nesta Casa: saibam, nossos amigos que defendem a questão da identidade de gênero - e respeito a todos -, que por trás dessa ideologia de gênero, que vem de uma ideologia marxista - quero deixar bem claro aqui - que se expandiu pela Europa, verão, no futuro, que estão trabalhando contra si próprio. (Manifestação na plateia.) Essa é a grande realidade, porque nós estamos defendendo a integridade do ser e da pessoa.

Sim ao destaque. Estamos com a posição do Senado, Sr. Presidente. (Manifestação na plateia.)”

O Presidente esclareceu, quanto aos encaminhamentos contra os posicionamentos dos Deputados que já haviam se manifestado com relação ao destaque sobre o inciso III, do art. 2º, que discursariam por 5 minutos o deputado Artur Bruno (PT/CE) e a deputada Fátima Bezerra (PT/RN). A palavra foi então concedida ao deputado Artur Bruno (PT/CE):

“Sr. Presidente, colegas Deputados, colegas Deputadas, eu me inscrevi para defender a manutenção do texto do Relator Angelo Vanhoni e o texto que foi aprovado pelos Deputados, na Câmara Federal, por um motivo que penso ser o mais relevante: nós não estamos discutindo aqui qualquer questão religiosa, até porque sou católico, muitos são evangélicos, outros não têm religião, outros são agnósticos. Isso não está em debate neste momento. O povo brasileiro, desde a Constituição de 1891, fez uma opção pelo laicismo. A educação brasileira é laica. Também de forma inteligente a nossa Constituição tomou uma decisão sobre concepção pedagógica. Não há concepção pedagógica oficial, nem marxista nem montessoriana. Não há concepção oficial. Cada escola decide a sua concepção, a sua prática pedagógica, através do seu plano de desenvolvimento da educação.

O que está em jogo aqui, neste momento, é sabermos se é importante ou não a ênfase em determinadas desigualdades. E sobre isso é que eu quero me referir. Eu sou professor, há 35 anos - continuo dando aula -, em escola pública e escola privada. Na sala de aula, no chão da escola, nós encontramos racismo. É uma realidade que, infelizmente, ainda existe em nosso País. No chão da escola, no recreio, na sala de aula, nós encontramos preconceito contra gênero. Há machismo, neste País! (Palmas.) Nós encontramos, no chão da escola, na sala de aula preconceito contra a orientação sexual, que deve ser livre (Palmas.). Nós não podemos deixar de combater essa discriminação.

Portanto, Deputado Angelo Vanhoni, V.Exa. acerta quando, no seu texto, diz: superação das desigualdades educacionais. Todas elas, mas nós temos de dar ênfase - e isso faz parte de um texto inteligente - àquilo que mais precisamos ressaltar na legislação: à promoção da igualdade racial para combater o racismo; ênfase na promoção regional. Porque eu sou de uma Região que ainda é discriminada neste País: Nordeste. Nós precisamos colocar sim que é preciso promover a

igualdade regional. Precisamos destacar no texto o combate à discriminação de gênero e de orientação sexual. (Palmas.)

Cabe a nós legisladores, neste momento, tomar uma decisão, fazer uma opção política de combate às desigualdades educacionais, mas ressaltando aquelas desigualdades que lamentavelmente estão presentes e dificultam a evolução da educação deste País e a aprendizagem dos nossos alunos e das nossas alunas.

Peço, portanto, a reflexão de cada Parlamentar presente para que possamos dar essa vitória, sobretudo uma vitória que, com esse texto, vai ressaltar o combate ao preconceito e às discriminações deste País. (Manifestação no plenário.)”

Em seguida, a deputada Fátima Bezerra (PT/RN) tomou a palavra, para fazer seu pronunciamento final:

“Sr. Presidente, quero me associar à linha de raciocínio já apresentada pelo Deputado Artur Bruno, e também dizer, com muita tranquilidade, que nós entendemos que a educação, acima de tudo, tem de ter compromisso com a liberdade e com a promoção da cidadania. Eu já disse em outra ocasião e volto a repetir: a escola, mais do que qualquer outro espaço, tem de ser o lugar de vivenciar os valores de respeito e da solidariedade. Mais ainda, Sr. Presidente, a escola não pode se fazer de surda nem de muda. A escola não pode se omitir, ser neutra e, portanto, reproduzir os estereótipos, os preconceitos existentes na sociedade, que, é verdade, afetam principalmente as mulheres, os negros, a comunidade LGBT, etc. E aqui ilustro com dados. Pesquisas realizadas neste País por instituições da maior respeitabilidade atestam, por exemplo, as formas de discriminação, no que diz respeito à questão de gênero, no que diz respeito à questão de orientação sexual, no que diz respeito à questão étnico-racial, no que diz respeito à questão territorial. Em 2010, Sr. Presidente, houve 34.983 homicídios de pessoas negras no País. Em 2012, o Governo Federal recebeu 9.982 denúncias de violação dos direitos humanos de pessoas LGBT.

Portanto, não adianta a gente tapar o sol com a peneira, Deputado Bruno. Não adianta! Infelizmente, a escola, assim como outras instituições da sociedade, reproduz, sim, os estereótipos, os preconceitos existentes. E nós achamos que temos, portanto, o dever de fazer com que a escola seja exatamente um espaço para combater esse tipo de prática.

Paulo Freire já dizia que a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por

ele. Pois bem, Deputada Iara, pegando aqui as palavras de Paulo Freire, amor não combina com preconceito, não! Amor não combina com violência, não! Amor combina exatamente com solidariedade, com respeito. (Palmas.)

Então, eu coloco aqui essa reflexão, Sr. Presidente. Com a tranquilidade, quem fala aqui não é nem a Deputada, é a professora também que sou, por entender, e volto a dizer, que escola é um lugar sagrado. E a escola, mais do que qualquer outro lugar, não pode nunca ser um espaço para acolher, fomentar, estimular ou omitir o preconceito, a violência, a discriminação seja de que natureza for.

É por isso, Deputado Vanhoni, que nós, mais uma vez, queremos parabeniza-lo por sua sensibilidade de ter mantido no texto a meta que exatamente trata da superação das desigualdades com promoção na identidade de gênero, orientação sexual, étnico-racial, etc.

Por fim, quero dizer, Sr. Presidente, que o texto de uma lei da magnitude do PNE tem que estar comprometido radicalmente com a educação, fundado em princípios de igualdade para todos e para todas. Por isso, com muita tranquilidade, serenidade, a gente pede aqui aos Parlamentares que votemos sim, pela manutenção do texto do Deputado Vanhoni. (Manifestação na plateia.)”.

O Presidente solicitou que o relator se pronunciasse, mas a Deputada Iara Bernardi (PT/SP) pediu a palavra e falou:

“Para complementar, Presidente”.

O Presidente concedeu-lhe trinta segundos de fala:

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, seria muito estranho que no Plano Nacional de Educação nós não tivéssemos esse item com relação ao combate a todas as desigualdades, inclusive a de gênero. Essa política faz parte de todos os tratados internacionais que o Brasil assina, na área da saúde, na área da educação, na área...

(O microfone é desligado.)”

O Presidente esclareceu:

“Deputada Iara, eu vou ter que interromper sua manifestação, senão... (Intervenção fora do microfone.)”

Depois acrescentou:

“Obrigado. Isso foi uma imprudência da Presidência. Não ocorrerá mais.

Com a palavra o Deputado Angelo bVanhoni, para suas considerações...”

O deputado Marcos Rogério (DEM/RO) solicitou a palavra ao Presidente que o inquiriu se seria uma questão de ordem. Tal Deputado afirmou que havia sido interrompido em sua argumentação e prosseguiu: *“V.Exa. interrompeu a minha fundamentação. É o Art. 34, Sr. Presidente, do Regimento, que trata das Comissões Especiais e também da abrangência da atuação das Comissões Especiais.*

A questão de ordem que apresento a V.Exa., Sr. Presidente, é relativa às competências da Comissão, haja vista que na Comissão Especial ela cumpre o papel das demais Comissões, não fica restrita à questão de mérito. Aqui também está representada a expressão de prudência e controle de constitucionalidade, que seria exercida na tramitação ordinária da matéria à CCJ - a assessoria está atrás de V.Exa. e pode confirmar isso. Essa matéria não passou pela CCJ, e não passará, vai direto ao Plenário.

Então, a questão de ordem que faço a V.Exa. é apenas para constar que o texto que nós estamos a apreciar agora, se mantida a orientação apresentada pelo Relator ou se sobressaindo o destaque, penso que estamos diante de uma inconstitucionalidade material. O texto que foi aprovado originalmente aqui e que o Relator está fazendo representa violação do texto constitucional.

Sr. Presidente, o texto da Câmara... (Manifestação na plateia: não! não! não me representa, não!)”

O Presidente lembrou aos Parlamentares que eles estavam na iminência da ordem do dia e pontuou que estava garantida a fala do deputado Marcos Rogério (DEM/RO) o qual prosseguiu:

“Sr. Presidente, então, à luz do que dispõe o 53, inciso IV do dispositivo invocado, estou aqui alertando a Comissão que nós estamos diante de uma inconstitucionalidade material, haja vista que o texto, se apreciarmos o texto da Câmara, é reducionista à ordem constitucional”.

O Presidente pontuou que o deputado Marcos Rogério (DEM/RO) ainda não havia explicitado qual seria a infração. Então esse deputado continuou:

Sr. Presidente, o texto da Constituição Federal diz o seguinte: Art. 3º Promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Onde está a inconstitucionalidade, Sr. Presidente? O texto que a Constituição consagrou e uma norma infraconstitucional não podem reduzir o alcance daquilo que a Constituição estabelece.

Sr. Presidente, nós estamos reduzindo aqui a quatro eixos”.

O Presidente solicitou que tal deputado apresentasse onde estava materializada a infração, mas naquele instante havia manifestações na platéia. Deputado Marcos Rogério (DEM/RO) justificou:

“Nós estamos reduzindo, Sr. Presidente, o texto da Constituição a quatro eixos de proteção - quatro eixos apenas! O texto que foi apresentado aqui e que o destaque visa corrigir faz menção à igualdade racial, faz menção...”

A deputada Fátima Bezerra (PT/RN) solicitou ao Presidente que atentasse para o tempo e o Presidente pediu ao deputado Marcos Rogério (DEM/RO) que concluísse seu argumento:

“Sr. Presidente, eu vou pedir que a cada interrupção seja acrescido o meu tempo.”

Novamente o Presidente pediu para o Deputado concluir e este seguiu falando:

Promoção da igualdade racial, promoção regional, promoção de gênero e promoção da orientação sexual. O texto elenca quatro diretrizes. O texto da Constituição Federal fala de todas as formas de discriminação, Sr. Presidente. Na escola há discriminação à pessoa que sofre de obesidade, na escola há discriminação a quem sofre de uma calvície, na escola há discriminação... (O microfone é desligado.)”

O Presidente falou, então, ao deputado Marcos Rogério (DEM/RO):

“Deputado, nós temos esse tema em processo de encaminhamento para destaque, que é o que está sendo”.

Deputado respondeu: *“Estou apenas sublinhando, Sr. Presidente, e concluo...”*

Presidente pontuou: *“A sua manifestação não informa, de forma diferente, outro item. Então, nós estamos nesse item e achamos que está contemplado”.*

O deputado Marco Rogério (DEM/RO) tomou a palavra, prosseguindo: *“Sr. Presidente, como houve uma ressalva...”* (Presidente pediu mais uma vez que Deputado encerrasse sua fala) *“Vou encerrar minha observação, Sr. Presidente. Apenas para que conste dos Anais desta Comissão, porque ela também abarca os competências da Comissão de Constituição e Justiça, e nós estamos diante de um texto que reduz o alcance da Constituição. Então, eu particularmente... (Manifestação nas galerias.)”* *“Eu penso que quem não quer votar, Sr. Presidente, são os que interrompem a fala dos Deputados.*

(Manifestação nas galerias.) “- Eu concludo aqui, cumprimentando V.Exa. pela condução dos trabalhos, apenas frisando essa inconstitucionalidade material detectada. Nessa linha, penso que para sanar a inconstitucional material, o melhor caminho é votar o destaque apresentado pelo nobre Deputado Izalci”.

O Presidente ainda concedeu a palavra ao relator:

“Srs. Deputados, falarei muito rapidamente. Quando nós construímos esse texto, há questão de 1 ano e 8 meses, e depois o aprovamos aqui na Câmara, o objetivo deste artigo para nós era muito claro. Eu entendo as manifestações de diversos Deputados na interpretação do artigo, mas a intenção do Relator, e que foi manifesta e compartilhada pelos Deputados, na época, tinha o objetivo, e ainda tem como objetivo, que a educação, isto é, o conhecimento, o debate de ideias possa construir uma sociedade diferente da que nós temos, sobretudo no que diz respeito ao preconceito.

Preconceito é muito difícil de a gente diminuir na sociedade humana - é muito difícil! A humanidade digladia-se, violenta-se, diariamente, há muitos e muitos séculos, por questões de preconceito, seja um preconceito de raça, seja o preconceito em função da diferença que existe de nascimento entre homem e mulher; há uma violência na sociedade humana, e é a percepção dessa violência que vai fazer com que a gente possa modificar esse estado da sociedade em que vivemos. Então, o objetivo deste texto ao orientar o Brasil, ao orientar a educação do Brasil, nesse debate a respeito do preconceito de gênero, da violência que nós temos na sociedade moderna, na sociedade atual, seja no Brasil ou seja em qualquer país do mundo, contra a mulher, é que a educação cumpra o seu papel principal e fundamental de diminuir o preconceito em relação àqueles que têm uma diferença em relação ao homem, na sociedade machista que nós constituímos.

Assim é também em relação à cor. Nós hoje aqui enumeramos a questão da cor, porque na sociedade brasileira nós não temos ainda - quer dizer temos, mas não é tão relevante - o preconceito religioso, que nós sabemos que existe em outras sociedades, que é levado à guerra por causa das questões religiosas. Nós sabemos das diferenças que existem em outros países entre católicos e não católicos; nós sabemos as diferenças que existem entre judeus e muçulmanos. É a diferença que existe entre essas sociedades ou não é? Há também diferenças do ponto de vista econômico, mas elas também se distinguem por questões

religiosas. No Brasil, nós conseguimos consolidar uma convivência harmoniosa das diversas religiões.

Eu espero que os Srs. Deputados apontem para o futuro, apontem para uma sociedade mais humana, aprovando o texto que a Câmara aprovou, anteriormente, promovendo a igualdade de gênero, a igualdade de raça e a igualdade do ponto de vista da orientação sexual. (Palmas na plateia.)”

Na sequência da sessão, o Presidente passou a orientar a bancada, iniciando com o PSOL, quando esteve com a palavra o deputado Ivan Valente (PSOL/SP):

“Sr. Presidente, o PSOL entende que essa discussão nunca, mas nunca, poderia ter assumido um tom de prioridade que se está querendo dar a ela.

Isso aqui é obrigação. Quando nós estamos falando em educação, nós estamos falando em direitos, nós estamos falando em igualdade, nós estamos falando que o Brasil é um Estado laico, não é um Estado teocrático. Isto aqui é um Estado laico. Então, qualquer preconceito devia ser crime, como é o crime racial.

Então, toda a luta que nós pudermos travar desde a infância contra o racismo, contra a homofobia, contra o machismo, pela livre orientação sexual, é uma luta que avança na sociedade; é a luta pela tolerância; é a luta para garantir liberdade e direitos”. (Presidente pediu para o Deputado concluir sua fala) “Então, nesse sentido eu acharia um gravíssimo erro que uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados representante popular cometesse um gravíssimo erro de ser contra a liberdade, e ser a favor do preconceito, porque é disso que se trata ao não discriminar cada um dos pontos - raça, cor, orientação sexual, gênero, etc. (Palmas na plateia.)” Por isso o PSOL é contra essa emenda e é a favor da liberdade. Obrigado, Presidente.”

O Presidente perguntou como votariam o PROS, o PSD, o PMN e o PRB. Então o deputado Antonio Bulhões (PRB/SP) seguiu com a palavra:

Sr. Presidente, o PRB entende que o texto da Câmara, que busca a promoção dessas igualdades, agora com o aspecto inconstitucional, conforme alegou o Deputado Marcos Rogério, vai fazer com que essa ideologia de gênero dê aos burocratas do Ministério da Educação o direito de invadir as escolas com cartilhas gays, cartilhas bissexuais, transexuais e outros. (Manifestação na plateia.) E tudo isso com

amparo legal, uma vez rotulado como promoção da igualdade de gênero.

Por isso o PRB, que é contra a desconstrução dos sexos e da família, vota favoravelmente ao destaque. (Manifestação na plateia.)”

O Presidente inquiriu como votaria o PCdoB, ao que o deputado Chico Lopes (PCdoB/CE) argumentou:

“Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção para o fato de que, em 1946, um Deputado comunista por nome de Jorge Amado, baiano, votou pela liberdade religiosa. E quem eram os prejudicados naquela época? No interior do Ceará, não se podia abrir uma igreja evangélica, porque, de madrugada, eles tinham que correr, porque não tinham o direito de fazer a sua exposição, não tinham o direito de ter o seu Deus. Neste momento, depois de trabalharmos durante 3 anos, ninguém apresentou essa questão que o Deputado Izalci está colocando. Liberdade é para tudo! Não é para uma coisa e para outra, não. Portanto, eu voto com o Relator, elogiando a coragem e a independência de S.Exa. (Manifestação na plateia.)”

O Presidente continuou inquirindo a bancada dos partidos, o PSC e o PTB, Deputado Eros Biondini (PROS/MG) respondeu:

“Sr. Presidente, o Deputado Alex Canziani me deu a prerrogativa de orientar pelo PTB. Sou o Deputado Eros Biondini.

Está muito claro, Sr. Presidente, depois de exaustivas discussões nesta Casa, que todos nós somos contra qualquer tipo de discriminação. Mas a própria Constituição, a Carta Magna que nós temos na nossa Nação, já preconiza isso. Ela já prevê todo o rechaço a qualquer forma de discriminação.

Por isso, nobres Deputados, nós, do PTB, ouvindo também as manifestações da população brasileira, da CNBB, dos movimentos sociais e de todos aqueles que se manifestaram, julgamos que não há condições de a ideologia de gênero constar no Plano Nacional de Educação. (Manifestação na plateia.)

Sr. Presidente, realmente contra qualquer tipo de discriminação, seja de sexo, de raça, de cor, de religião, ou qualquer outro contemplado na Constituição, nós, do PTB, somos favoráveis ao destaque do Deputado Izalci”.

O Presidente questionou como votaria o PDT e o deputado Rubem Santiago (PDT/PE) respondeu:

“Sr. Presidente, na sessão passada eu fiz um apelo aqui nesta Comissão quanto à questão da democracia e à questão da tolerância. E eu quero

reiterar esse apelo aqui aos Deputados e Deputadas, para que possamos fazer com que esta sessão represente um avanço, o mesmo avanço que foi representado quando o Congresso aprovou a Lei do Divórcio.

E dizia-se que a Lei do Divórcio ia acabar com a célula mater da sociedade brasileira, que era a família brasileira, e não acabou. O mesmo avanço que nós encontramos hoje no Judiciário, quando os magistrados não aceitam mais uma norma escrita no Código Penal de 1940, que permitia ao homem o assassinato da sua companheira em nome da chamada legítima defesa da honra. (Palmas.)

A sociedade evoluiu. Aqui não há ideologia de gênero, é um apelo brutal o que está sendo dito aqui. O que há aqui é o reconhecimento do atraso do Estado brasileiro, porque foi o atraso do Estado brasileiro, ao longo desses anos, que fez com que homens, mulheres, crianças e jovens fossem violentados, discriminados, assassinados, impedidos até de ter o apoio do Estado nos momentos mais difíceis de suas vidas.

Nós queremos que o Estado brasileiro reconheça aquilo que já existe. Aqui, se há alguma ideologia, ela só existe na cabeça de quem vê ideologia no reconhecimento dos direitos sociais.

Por isso voto com o texto do Relator, mas não há consenso na bancada. Portanto, o PDT vai ter votos distintos.

O meu voto é a favor do texto do Relator, e nós consideramos que a sociedade vai avançar, como avançou na Abolição da Escravatura, como avançou na superação do Código Penal, como avançou na Lei Maria da Penha, como avançou na Lei de Combate à Discriminação, como avançou no direito de voto aos analfabetos.

É nisso que acredito, e nós vamos votar com o texto do Relator. (Manifestação na plateia.)”

O Presidente continuou questionando os partidos, começando pelo PSB, representado pelo deputado Dr. Ubiali (PSB/SP):

“Sr. Presidente, o PSB é contra qualquer tipo de discriminação. E neste momento nós temos a posição de que o texto que veio do Senado é mais completo e não cria nenhuma divergência com o texto da própria Câmara. Nós não temos a posição de ser contra ou a favor a um ou outro, mas nós ficaremos com o texto do Senado. (Palmas na plateia.)”

O presidente inquiriu sobre voto do PR e um deputado que não se identificou e garantiu que o PR votaria pelo sim ao destaque. Na sequência, deu-se o voto do DEM, na pessoa do deputado Efraim Filho:

“Presidente, aproveitando para orientar pelo Democratas, já peço a oportunidade para que se registre em ata, no momento da votação nominal, não estando presente, sendo titular da Comissão, sendo que acompanharia a votação da maioria, a favor do texto, ressalvados os destaques, peço que fique registrado em ata esse posicionamento.

O Democratas tem posição divergente na bancada. É, na verdade, um retrato da plateia que temos aqui, posições pessoais que merecem ser respeitadas. Então, irão votar de acordo com sua convicção, de acordo com a sua consciência. Por isso o Democratas libera a bancada para votação do destaque”.

O Presidente perguntou de que forma votaria o PP, e o deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ) solicitou um minuto de espera ao Presidente, que o concedeu, quando ele assim se pronunciou:

“Sr. Presidente, só quero 1 minuto.

Quero aqui mostrar para os senhores o que vai para dentro da escola com o não acolhimento desse destaque. Está no Plano Nacional da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, da então Secretária Maria do Rosário. Entre os 180 itens: inserção nos livros didáticos da temática das famílias LGBT; inclusão da população LGBT... (Manifestação na plateia.)

O Presidente se manifestou, garantindo a fala do deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ), que seguiu com seus argumentos:

“Inclusão da população LGBT em programas de alfabetização nas escolas públicas, ou seja, quota para professor gay; distribuição de livros didáticos para bibliotecas escolares com a temática diversidade sexual para o público infanto-juvenil; cria bolsa de estudo que qualifica os profissionais LGBT, é o Bolsa gay. Isso está no programa do Governo”.

O Presidente solicitou que o referido deputado concluísse sua seguinte fala:

“Um minuto só, Presidente.

O reconhecimento de todas as configurações familiares protagonizadas por lésbicas, gays, bissexuais e travestis, com base na desconstrução da heteronormatividade; campanha nacional...”

Tal deputado foi novamente convidado a encerrar sua fala:

Eu só quero 1 minuto. (anifestação na plateia.)

O Presidente falou que o referido deputado já havia utilizado um minuto e o convidou mais uma vez a concluir sua fala:

“Faltam três itens. Campanha nacional de sexo seguro para adolescentes LGBT, usando personagens adolescentes, ou seja, uma série de itens que vão para a garotada a partir de 6 anos de idade, ensinando-as a serem homossexuais. É o kit gay que a Dilma Rousseff disse que havia recolhido, mas que na verdade está saindo do armário agora, com o apoio do PT e da Dilma Rousseff. (Manifestação na plateia.)”

Presidente, deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES), na continuidade da Sessão, perguntou como votaria o PSDB. Um deputado não identificado, respondeu que o PSDB votava sim ao destaque. Prosseguiu o Presidente, inquirindo o voto do PMDB e um deputado também não identificado, respondeu que o PMDB votaria sim, com o destaque. O Presidente solicitou o voto do PT e a deputada Iara Bernardi (PT/SP) seguiu com a seguinte fala:

Sr. Presidente, quero até recordar aqui o que mencionou o Deputado Chico Lopes: que esse texto foi aprovado por unanimidade nesta Comissão, na Câmara dos Deputados. Não houve em nenhum momento esse tipo de manifestação nem de questão levantada, quando o Relator apresentou o primeiro relatório, que saiu desta Câmara e foi para o Senado. Só nesse momento é que se tenta atravancar inclusive a votação do PNE para isso.

Quero lembrar que essas questões de gênero estão em todos os documentos da Organização Mundial de Saúde, que o Brasil respeita - dos Direitos Humanos Internacionais, do Direito do Trabalho, da OIT, da Lei Maria da Penha, aprovada por esta Casa, nos tratados internacionais da ONU. Portanto, não haveria nenhum motivo para que essa questão de combate a todas as formas de discriminação e desigualdade não estivessem no Plano Nacional de Educação.

O PT vota sim, Sr. Presidente. (Manifestação na plateia.)”

O Presidente questionou como orientaria o Líder do Governo, e o Deputado Alex Canziani (PTB/PR) tomou a palavra:

Sr. Presidente, tendo em vista que existem várias divergência dos partidos da base, o Governo libera para que cada Deputado vote de acordo com a sua consciência”.

O Presidente questionou ao Líder da Minoria qual seria o seu voto. Já o deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF) respondeu que votaria pelos PROS. Então o Presidente atendeu cortezmente diante da resposta. Também prosseguiu com sua fala o deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF):

“Sr. Presidente, confesso a V.Exas. que eu não estou entendendo direito a polêmica que está tendo aqui, não. Estou lendo, já reli isso aqui várias vezes e até parece que quem está a favor do texto do Senado está votando algo discriminatório aqui, gente (Houve nova manifestação na plateia).

Não estou entendendo. Vocês não sabem ler, não? Pelo amor de Deus, olhem o que está escrito aqui, gente! Olhem o que está escrito!”

O Presidente alertou tal deputado, dizendo que não estavam mais em momento de debate e sim de votação. O deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF) por sua vez, respondeu que estava encaminhando o seu voto. O Presidente observou que estava falando não com o deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF), mas com os demais parlamentares. O deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF) prosseguiu:

“Meu Deus do céu, eu já li isso aqui acho que mil vezes. Está aqui: promoção da cidadania e erradicação de todas, todas, todas, todas, todas as formas de discriminação, gente. (Manifestação na plateia.) Estão armando uma estratégia: quem votar com o texto do Senado é um voto religioso. Pelo amor de Deus, gente! Estão achando que todo mundo aqui é burro? (Manifestação na plateia.) Estão achando que todo mundo aqui não tem inteligência? Pelo amor de Deus! (Manifestação na plateia.)”

O Presidente solicitou que o parlamentar concluísse sua fala. Então o deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF) concluiu:

“Sr. Presidente, estou encaminhando. Vou encaminhar o voto, mas estão me interrompendo.

Vejam, aqui está escrito, minha gente: todas as formas de discriminação. Portanto, aqui está o de gênero, de orientação sexual, de religião, de raça, todos.

Portanto, o PROS orienta o voto pelo destaque. Sim ao destaque”.

Diante das manifestações na plateia, o Presidente solicitou que atentassem ao processo de votação e chamou o PV/PPS para manifestarem seu voto. O deputado Stepan Nercessian (PPS/RJ) asseverou que seria ele a falar e o Presidente o chamou para orientar os membros dos partidos PV/PPS. Então o deputado Stepan Nercessian (PPS/RJ) justificou:

“Sr. Presidente, em respeito a todos os católicos deste País, em respeito a toda família evangélica deste País, em respeito aos militares deste País, o Bloco PV/PPS vota com o Relator. (Manifestação na plateia.)”

Presidente anunciou o processo de votação:

“Os Srs. Deputados favoráveis à aprovação do inciso III, do art. 2º, do substitutivo do Senado Federal, permaneçam como se encontram.(Pausa.)”

Um deputado que não pode ser identificado solicitou nova explicação quanto ao processo de votação. O Presidente chamou a votação e novamente foi interrompido por esse deputado (não identificado) que solicitou explicações sobre o processo. O Presidente esclareceu:

“Em processo de votação - com calma, gente, nós vamos votar. Trata-se de destaque para votação, em separado, do inciso III, do art. 2º, do substitutivo do Senado Federal, para a sua aprovação e consequente alteração no parecer do Relator.

Quem votar a favor deste momento agora estará votando com o destaque do Deputado Izalci e contra o relatório”.

Novamente esse deputado solicitou esclarecimentos. Perguntado ao Presidente se quem se manifestasse estaria votando com o destaque do deputado Izalci (PSDB/DF), contra o relatório.—E, o Presidente respondeu:

“Não. Quem for a favor... A votação... Por favor. Deixem-me encaminhar. Naturalmente, todas as vezes em que nós votamos algo aqui nós fazemos um tradicional: Quem for a favor permaneça como se encontra. Nesse sentido, quem for a favor e permanecer como estiver estará votando a favor do destaque do Deputado Izalci e de outros que aqui já nomeiei.

Portanto, ao processo de votação.

Os Srs. Deputados favoráveis à aprovação do inciso III, do art. 2º, do substitutivo do Senado Federal, permaneçam como se encontram(Pausa).

Um, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11... Podem baixar a mão. (Pausa.)

Está aprovado. (Manifestação na plateia.)”

O Deputado Artur Bruno (PT/CE) solicitou ao Presidente votação nominal e o deputado Izalci (PSDB/DF) também endossou essa solicitação. O deputado Artur Bruno (PT/CE) insistiu na solicitação e ocorreram outras manifestações na plateia. Os parlamentares prosseguiram com a solicitação desses dois parlamentares e questionaram sobre as manifestações da plateia que também prosseguiram até momento em que o deputado Izalci (PSDB/DF) solicitou a palavra ao Presidente. O Deputado Ivan Valente (PSOL/SP) questionou se o voto poderia ser nominal. O Presidente concedeu a palavra ao deputado Izalci (PSDB/DF), mas foi interrompido pelo

deputado Artur Bruno (PT/CE) o qual afirmou que, como Vice-Líder, pedia votação nominal. O Presidente falou para todos os parlamentares que o deputado Artur Bruno (PT/CE) estava solicitando votação nominal. Nesse momento, ocorreram várias manifestações dos parlamentares, indicando que a solicitação do Deputado Artur Bruno (PT/CE) seria intempestiva porque ocorreu após a votação. O Presidente tentou organizar a plenária e deputada Fátima Bezerra (PT/RN) quis saber sobre as abstenções. O deputado Ivan Valente (PSOL/SP) a apoiou, inquirindo se as pessoas que não levantaram o braço contra poderiam estar se abstendo. O deputado pastor Eurico (PHC/PE) entrou na discussão e solicitou que o Presidente encerrasse a disputa, pois a votação já havia sido feita. O deputado Izalci (PSDB/DF) se manifestou, informando que a matéria estava vencida. O Presidente prosseguiu:

Considero a votação encerrada para esse item. (Manifestação na plateia.)

Aprovado o destaque do Deputado Izalci. (Manifestação na plateia.)

Votação dos requerimentos dos destaques simples.

Vamos continuar a reunião. Vamos continuar a reunião.

Preliminarmente, votação dos requerimentos de destaques simples.

Preliminarmente votar-se-á a admissibilidade do Requerimento de Destaque nº 11. Se aprovada, passar-se-á à votação da matéria destacada.

Procedimento sujeito ao encaminhamento de votação para orientar as bancadas.

Processo de votação.

Os Deputados que aprovam a admissibilidade do Destaque nº 11 permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Nós vamos, agora, votar o Destaque nº 11.

O Destaque nº 11 é de autoria da Professora Dorinha Seabra Rezende.

O destaque diz o seguinte: Requeremos no texto do art. 161, do Regimento Interno, destaque para a votação do caput, art. 4º, do PL 8.035, de 2010, do substitutivo do Senado e do parecer apresentado pelo Relator, com o objetivo de rejeitá-lo e restabelecer o correspondente art. 4º do PL 8.035, de 2010, do texto aprovado na Câmara.

Com a palavra, para encaminhamento, a Deputada Professora Dorinha Seabra, por 5 minutos.

Eu lembro que o destaque simples, que o destaque individual, ele primeiro precisa ser admitido... (Manifestação na plateia.)

Por favor. A votação continua, a votação prossegue. Eu peço ao Plenário que está acompanhando que, por favor, fique em silêncio.

Nós estamos neste momento numa votação. Já passamos adiante. Nós estamos, no momento, na apreciação de um destaque individual.

Como é que se processa esse encaminhamento? A Professora Dorinha Seabra, que é a autora desse destaque, vai lê-lo, e depois o Plenário aqui presente vai admiti-lo ou não. Em admitindo, ele será votado, a favor ou contra.

Então, com a palavra, para fazer a sua manifestação, a Professora Dorinha Seabra, quanto ao Destaque nº 11 para fins de admissibilidade por este Plenário. (Manifestação na plateia.)”

O Presidente deu continuidade à sessão, votando os demais destaques em separado, e a disputa foco deste estudo se “encerrou”²⁷ na plenária com a votação favorável ao Destaque do deputado Izalci (PSDB/DF).

²⁷Esse termo está entre aspas porque assinala uma disputa histórica, que permanece em nossa sociedade e nas lutas para que a igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual seja uma meta nos espaços educativos. Na verdade o que se encerrou foi a possibilidade de permanecer o texto do Relator como uma ação afirmativa na luta contra as discriminações existentes.

Anexo

VOCÊ JÁ OUVIU FALAR SOBRE A
"IDEOLOGIA DE GÊNERO"?

CONHEÇA ESTA IDEOLOGIA
E ENTENDA O PERIGO
QUE VOCÊ E SEUS FILHOS ESTÃO CORRENDO !



O QUE É A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”?

A “Ideologia de Gênero” afirma que ninguém nasce homem ou mulher, mas deve construir sua própria identidade, isto é, o seu gênero, ao longo da vida.

O que significa “gênero”, então? “Gênero” seria uma construção pessoal, auto-definida, e ninguém deveria ser identificado como “homem” ou “mulher”, mas teria de inventar sua própria identidade.

Quer dizer que essas pessoas acham que “ser homem” e “ser mulher” são papéis que cada um representa como quiser? Exatamente. Para eles, não existe “homem” ou “mulher”, é cada um que deve inventar sua própria personalidade, como quiser.

**MAS ISSO É UMA LOUCURA! POR QUE ALGUÉM
IRIA QUERER ISSO?**

02

**FAÇA SUA PARTE, AJUDE
NA CONSCIENTIZAÇÃO
DESSE RISCO.**

AS FUTURAS GERAÇÕES DA SUA FAMÍLIA AGRADECEM!



07





Em 2014, o Congresso Nacional, consciente do problema retirou do Plano Nacional de educação todas as menções a "Ideologia de Gênero". Contudo, neste ano de 2015 o atual governo não desiste de seus planos. O Conselho Nacional de Educação divulgou em novembro de 2014 o Documento Final da IIª Conferência Nacional de Educação, pelo qual o Ministério da Educação simplesmente ignora as determinações do Congresso e reescreve as diretrizes da educação brasileira exatamente segundo a redação que havia sido rejeitada pelos parlamentares. A ideologia de gênero é fraudulentamente reapresentada como se tivesse sido aprovada pelo Plano Nacional de Educação como meta obrigatória para todos os municípios do Brasil. Por causa disso, o Distrito Federal, e todos os Estados e Municípios do Brasil, que são obrigados, pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, a apresentarem seus "Planos Estaduais" e seus "Planos Municipais de Educação", estão neles incluindo, novamente, a "Ideologia de Gênero".

* QUEREM DESTRUÍR NOSSAS FAMÍLIAS *

COMO ISSO
ACONTECERÁ?

Em todas as "Assembleias Legislativas" dos Estados e nas "Câmaras de Vereadores" dos Municípios os deputados estaduais e vereadores terão de aprovar estes Planos. Por isso, você precisa comparecer junto aos deputados estaduais e vereadores exigindo que eles não coloquem o termo "gênero" e "orientação sexual" em nenhum artigo ou parágrafo da lei, e nem nas metas do Plano de Educação Estadual ou Municipal. **Caso contrário, todas as Escolas, de ensino público e privado, terão de adotar a "Ideologia de Gênero".**

04

05

O QUE ACONTECERÁ, CASO APROVEM A "IDEOLOGIA DE GÊNERO" NAS ESCOLAS?

Acontecerá que todas as nossas crianças deverão aprender que não são meninos ou meninas, e que precisam inventar um gênero para si mesmas. Para isso, receberão materiais didáticos destinados a deformarem sua identidade. E isso seria obrigatório, por lei.

Os pais que se opuserem, poderiam ser criminalizados por isso. **O que fazer, então?** Procure a Câmara de Vereadores de seu Município e a Assembleia Legislativa de seu Estado, converse com os vereadores e com os deputados estaduais. Eles foram eleitos com seu voto.

Mais do que nunca, eles precisam defender nossas crianças.

As famílias do Brasil lhe agradecem!!

06

TALVEZ VOCÊ JÁ TENHA VISTO NA TELEVISÃO ALGUÉM DIZER QUE A FAMÍLIA É UMA INSTITUIÇÃO ANTIQUADA, E QUE OS TEMPOS MUDARAM, QUE PRECISAMOS "ABRIR A CABEÇA"?

03

LEI 15*

"PROJETOS DE LEI"

- Existem organizações muito ocupadas em destruir nossas famílias.
- Dizem que o povo é muito fora de moda e que precisamos deixar os ensinamentos dos antigos e nos abrimos às novidades. E que novidades! Como não estão conseguindo mudar a cabeça da população, inventaram novos recursos para nos sabotarem. O mais disfarçado e perigoso é a "Ideologia de Gênero".

*Somente desde o ano de 2012, mais de quinze "Projetos de Lei" foram apresentados no "Congresso Nacional" tentando introduzir o termo "gênero". E garanto que você não estava sabendo disso!!!